



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NPGeo – NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MANOEL PEDRO DE OLIVEIRA JUNIOR

A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA

São Cristóvão/SE
Setembro de 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NPGeo – NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MANOEL PEDRO DE OLIVEIRA JUNIOR

A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA

Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS, para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. **Alexandrina Luz Conceição.**

São Cristóvão/SE
Setembro de 2012

MANOEL PEDRO DE OLIVEIRA JUNIOR

A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA

Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS, para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Alexandrina Luz Conceição
Orientadora e Presidente da Banca NPGeo/UFS

Profª. Drª. Suzane Tosta Souza
2º Examinador

Profª. Drª. Josefa Bispo de Lisboa
1º Examinador

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/2012

São Cristóvão, _____ de 2012

.....
MANOEL PEDRO DE OLIVEIRA JUNIOR

À minha Mãe,
Minha Rainha e Senhora.
Meu Amor!

AGRADECIMENTOS

A produção de uma dissertação como esta requer um esforço colossal de quem a realiza. A realização da pesquisa, as leituras, a escrita da dissertação, todas as fases da produção, apresenta-se (para alguns) enquanto resultado/conquista individual, no entanto, é resultado de variados sujeitos, é uma produção coletiva. Pessoas que contribuem dando sustentação para que este resultado (a dissertação) concretize-se: a orientação, a palavra de incentivo, as discussões teóricas em grupo, a companhia durante a pesquisa de campo, o bate-papo com o amigo que descontraí. Todos, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente acabam contribuindo à concretização do texto final.

O esforço incomensurável na produção da dissertação: o tempo determinado para a conclusão, somado ao exercício da docência em variadas escolas e localizadas em municípios distantes, fizeram dos dois anos e alguns meses da pesquisa um processo cansativo e dolorido. Por isso, o Mestrado pode por mim, ser muito bem classificado enquanto uma profusão confusa de sentimentos que bem se enquadraria no universo narrativo dostoiévskiano: do *amor por ódio* que, conforme Fiódor Dostoiévski, “este é o amor mais forte”.

Amei cada momento da pesquisa de campo. Feliz ficava quando conseguia estabelecer a relação entre a prática e a teoria e, ainda mais quando escrevia com facilidade. Esses momentos eram de extrema satisfação. Odiava o tempo reduzido que possuía para escrever, ler e pesquisar; o cansaço e o estresse de conciliar trabalho com pesquisa me expuseram a um emaranhado de sentimentos. Em nenhum momento da minha vida passei por tantos conflitos internos (meus medos e “monstros” afluíam a todo o momento). Mas... com extrema satisfação concluí esta pesquisa e, diante de tão conflitante período só tenho a agradecer às pessoas que contribuíram e suportaram junto comigo esta jornada. Esta conquista é nossa!

A responsabilidade de nomear é muito grande, sempre pensei neste momento e sempre tive medo de esquecer algum nome (sem contar que estou muito feliz escrevendo esta parte da dissertação, eu não acredito que estou concluindo!). Estou

cercado de tanta gente bacana, a lista é tão grande que corro o risco de faltar um ou outro nome. Desculpem-me aqueles que eu esquecer. Mas têm aqueles que são inesquecíveis, e seria imperdoável o meu esquecimento, pois marcaram de forma única minha vida. Entre tantos que me acompanharam e deram força para concluir essa jornada não poderia deixar de agradecer:

À minha família: Minha **Mãe** e meu **Pai** (in memorian). Vocês são a base, o exemplo de carinho, amor e dedicação aos filhos. O que nos tornamos muito se deve aos exemplos que tivemos de nosso pai e nossa mãe. Nossa mãe é tudo! O princípio, o meio e o centro da nossa grandiosa família. O nosso mundo gira em torno de você, é o nosso sol. O meu amor!

Aos meus inúmeros **Irmãos!** Que perturbando, chateando, brigando, mas nos amando contribuíram significativamente para tudo isso acontecer. Aos meus **Tios** e **Tias** camponeses, pela disponibilidade que tiveram em me levar às comunidades para realizar entrevistas. **Vocês**, junto com minha **Mãe**, em sua simplicidade me ensinam muito cotidianamente. Vocês me fazem ter e manter os pés-no-chão. Meus muito obrigados a vocês meus amores. Obrigado por tudo!

Aos meus **Sobrinhos** queridos e amados: **Rebecca, Gabi, João Pedro e Marcel.** Beijos do tio, que tanto ama vocês.

À minha/nossa orientadora: Professora Dr^a **Alexandrina Luz Conceição**, obrigado por tudo minha querida! A honra é imensa em ter você como orientadora e amiga. Ainda lembro a primeira aula que tive na UFS, foi com você. No primeiro momento era tudo tão difícil, tão filosófico que pensei em desistir da Geografia. Depois tudo se tornou prazeroso na Geografia (tanto que fiz todas as disciplinas que tinha Alexandrina como professora!). Obrigado pelo que sempre foi e será enquanto exemplo de Pessoa, Professora, Orientadora e Militante. Cada linha escrita, cada pensamento aqui exposto tentaram ser coerentes como tu és. Obrigado por tudo minha rainha, meus sinceros agradecimentos e um grande beijo (não um grande abraço, como me ensinou)!

A todos os **Produtores Familiares Camponeses**, pela disponibilidade em receber-me em suas casas interrompendo a lida diária para compartilhar sua

sociabilidade e ensinando-me na prática aquilo que ignorava e via somente em teorias. Obrigado por me ensinar tanto;

Meus mais sinceros agradecimentos às Professoras Dr^a **Josefa Bispo de Lisboa** e Dr^a **Eliani Tomiasi Paulino** por aceitarem me acompanhar desde a qualificação, dando contribuições fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa e a dissertação. Obrigado **Josefa** pelo carinho e conversas que tivemos. Obrigado Professora Dr^a **Suzane Tosta Souza** por ter aceitado nosso convite para fazer parte da banca. Grande beijo em todas vocês.

Aos amigos **Ricardo** e **Fabília**, vocês são dois irmãos que ganhei. Grato sou pelo incentivo e apoio que me deram, mesmo quando acreditava ser impossível a conclusão da pesquisa. Vocês foram essenciais, em todos os momentos do processo. Obrigado pela atenção que tiveram em me atender, quase que diariamente. Meus obrigados pela amizade e pelo carinho que tens por mim e que tenho por vocês. Sinceramente eu não tenho palavras para agradecer a vocês, pois sem vocês tudo seria mais difícil, dolorido! Um beijo no coração de vocês dois, meus Ric e Fabília;

Às minhas queridas amigas **Eliany** (Lia) e **Nacelice** (Nace), minhas gigantes! Duas baianas porretas! Gostar de vocês duas é a coisa mais fácil e simples que há no mundo, vocês são muito bacanas. Com vocês duas por perto não há como desanimar! Fico imensamente feliz por ter conhecido pessoas como vocês durante esta jornada. Obrigado pelo carinho e atenção. Um beijo minhas grandes amigas!

Aos amigos e membros do grupo de estudos e pesquisa LEA/GPECT (Laboratório de Estudos Agrários e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais), competentemente coordenado por **Alexandrina**. Obrigado pela amizade, pelo carinho, pelo companheirismo e pela riqueza das discussões teóricas estabelecidas. A companhia de vocês foi muito enriquecedora e importante:

- **Áurea, Rosana** e **Shiziele**. Áurea, obrigado pelas discussões iniciais que estabelecemos em torno da renda da terra e da categoria trabalho. Shizi, obrigado pela ajuda durante o Encontro do Grupo, assim como Rosana. Obrigado Rosana pelo carinho e conversas que tivemos. Valeu por tudo!

- **Danilo, Dayse, Chris, Jordana, Marcelo, Vanessa e Shaw.** Vocês têm um lugar especial em meu coração. Admiro muito vocês. Vocês são parte essencial do Grupo, são uns gigantes. Meus muito obrigados a vocês.
- **Lucas e Renato.** A companhia de vocês dois foi muito importante e enriquecedora, desde a pesquisa de campo de Lucas. Vocês são grandiosos e guerreiros. Obrigado pelo carinho e companhia.
- **Hunaldo e Márcio.** Obrigado pela atenção que tiveram a mim. Sempre presentes quando necessitei da ajuda de vocês na elaboração da parte cartográfica desde a qualificação até a dissertação. Sou muito agradecido a vocês dois.

Ao **Núcleo de Pós-Graduação em Geografia** – NPGEO – da Universidade Federal de Sergipe, obrigado pela acolhida e confiança depositada. Meus sinceros agradecimentos a todos Funcionários da Coordenação e aos Professores. Obrigado a **Vivi, Ewerton e Franci.** Obrigado **Eloizio e Josefa.**

Meus mais sinceros agradecimentos à turma das farras, do bate-papo descontraído, do churrasco de fim de semana. A turma do papo que “não tem nada a ver”, mas que me fortalecia para aguentar a semana. Estar com vocês durante os fins de semana, não todos os fins de semana, foi essencial. Ficar com vocês papeando foi e é a minha fonte de energia: **Nana, Mele, Isis, Poty, Marcel, Binho, Andréia e Antonio, Mirelle, Joaquim, Bruno, Yuri, Lulu, Umberto, Rita Fernada, Jack, Márcio (Pico), Márcio, Geane e Shirley, Ana Maria, Val, Tide, Simone, Telma, Polly, Caçula, Jussara, Fátima Barreto, Salma, Fátima Góes, Bira, Clay, Edson Rosa, Paula, Jeferson Vidal, Ezaú e Luzia... Marcos Amorim! Glaucia e Danilo, Norinha e Edna, Nélia e Ester...**

Meus muito Obrigados, Meus Amores

Um Beijo Imenso no coração de vocês!

Juninho, J, Jr, Manoel Pedro, Mané.

EPÍGRAFE

Aos que vão Nascer

É verdade, eu vivo em tempos negros.
Palavra inocente é tolice. Uma testa sem rugas
Indica insensibilidade. Aquele que ri
Apenas não recebeu ainda
A terrível notícia.

Que tempos são esses, em que
Falar de árvore é quase um crime
Pois implica silenciar sobre tantas barbaridades?
Aquele que atravessa a rua tranqüilo
Não está mais ao alcance de seus amigos
Necessitados?

Sim, ainda ganho meu sustento
Mas acreditem: é puro acaso. Nada do que faço
Me dá direito de comer e fartar.
Por acaso fui poupado. (Se minha sorte acaba, estou perdido.)

As pessoas dizem: Coma e beba! Alegre-se porque tem!
Mas como posso beber e comer, se
Tiro o que como ao que tem fome
E meu copo d'água falta ao que tem sede?
E no entanto eu como e bebo.

Eu bem gostaria de ser sábio.
Nos velhos livros se encontra o que é sabedoria:
Manter-se afastado da luta do mundo e a vida breve
Levar sem medo
E passar sem violência
Pagar o mal com o bem
Não satisfazer os desejos, mas esquecê-los
Isto é sábio.
Nada disso sei fazer:
É verdade, eu vivo em tempos negros.

Bertolt Brecht

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de sujeição da renda camponesa através da monopolização da terra pelo capital no campo do município de Riachão do Dantas/SE. A pesquisa está fundamentada no método materialista histórico-dialético que permitiu verificar as contradições na qual se inscreve a produção familiar camponesa a partir dos mecanismos de apropriação da renda terra sob a lógica capitalista, como também, quais as repercussões da sujeição. A análise parte do pressuposto de que toda a riqueza tem como origem: o valor-trabalho, que é mascarado na fórmula trinitária a partir da qual a riqueza se encerra em lucro, salário e renda da terra. Constituindo-se estas, em partes do valor-trabalho que cabe respectivamente aos empresários, aos trabalhadores e aos proprietários de terra. A essência do capital é a alienação do trabalho para a extração da mais-valia, o que só é alcançado com a grande indústria através da separação do trabalhador, de sua força de trabalho, dos meios de produção, por isto é o assalariamento a relação social de trabalho típica da sociedade do capital. No campo, o capital encontra duas possibilidades para acumulação do valor: a territorialização e a monopolização do território. Com estas possibilidades, contraditoriamente, o capital apropria-se do valor-trabalho em sua forma mais-valia e renda da terra. Na agricultura, particularmente da área de realização da nossa pesquisa, encontramos relações sociais de produção não-capitalistas, ratificando que o capitalismo tornou-se um modo universal de extração da riqueza – por vias capitalistas de produção e, quando não, por vias não-capitalistas como ocorre com os produtores familiares camponeses. O capital produz e reproduz essas relações sociais de produção, extraindo renda que será capitalizada, sem a necessária expropriação dos trabalhadores camponeses de seus meios de produção. Depreende-se daí que, o que seria essencial para a reprodução do capital, a separação do trabalho dos seus meios de produção, para sujeita-los de forma real, não é a única condição de acumulação do valor. Ocorre a apropriação da renda produzida pelos camponeses sem a necessária expropriação de sua terra, esse mecanismo de apropriação da riqueza sem alienar o trabalho deve-se à sujeição da renda da terra ao capital, pelo fato de que na agricultura, as forças hegemônicas do capital atuam não no sentido da destruição da agricultura familiar camponesa, mas a partir da inserção da unidade familiar na lógica do mercado as personificações do capital apropriam-se da renda dificultando a reprodução familiar. Processos que se intensificam a partir da flexibilização e desregulamentação dos mercados financeiros e das Políticas Públicas que viabilizam a subordinação da unidade produtiva para a apropriação da renda da terra. Diante de variados mecanismos que se apropriam de renda o campesinato encontra meios de resistência que garantem a recriação, mesmo através da monopolização da terra. Mostram como, a partir da unidade entre terra – trabalho familiar encontram variados mecanismos para resistir aos avanços do capital.

Palavras-Chave: Campesinato, Renda da Terra, Trabalho, Capital, Estado

RESUMEN

Esta tesis analiza el proceso de someter la renta de la tierra de los ingresos de los campesinos a través de la monopolización de la tierra en la ciudad capital de Riachão Dantas/SE. La investigación se basa en el método del materialismo histórico y dialéctico que ha mostrado las contradicciones en las que cae la producción familiar campesina de los mecanismos de apropiación de la renta de la tierra bajo la lógica capitalista, sino también, lo que las repercusiones de sujeción. El análisis asume que toda la riqueza tiene su origen: el valor del trabajo, que se oculta en la fórmula trinitaria de que la riqueza termina en ganancias, salarios y renta de la tierra. Constituyendo estas partes del valor-trabajo que se ajuste, respectivamente, a los empresarios, los trabajadores y los propietarios de tierras. La esencia de la capital es la alienación del trabajo para la extracción de la plusvalía, que sólo se logra con la gran industria mediante la separación de la labor de su fuerza de trabajo, los medios de producción, porque esto es el salario relativo trabajo social típico del capital de la compañía. En el campo, hay dos posibilidades para la acumulación de capital: valor de territorialización y la monopolización del territorio. Con estas posibilidades, contradictoriamente, el capital se apropia del valor-trabajo, en su mayoría del valor y renta de la tierra. En la agricultura, en particular en el área de los logros de nuestra investigación, hemos encontrado relaciones sociales de producción no capitalista, lo que confirma que el capitalismo se ha convertido en una forma universal de extracción de la riqueza - a modo de producción capitalista y, si no, por no capitalistas como con agricultores familiares campesinos. El capital produce y reproduce las relaciones sociales de producción, la extracción de renta a capitalizar sin la expropiación forzosa de los trabajadores campesinos de sus medios de producción. De ello se deduce que, lo que es esencial para la reproducción del capital, la separación del trabajo de sus medios de producción, con sujeción a ellos de una manera real, no es la única condición para la acumulación de valor. Se produce la apropiación de los ingresos producidos por estos temas sin la necesaria expropiación de sus tierras, este mecanismo de apropiación de riqueza sin alienar el trabajo debe ser desde el sometimiento de todas las rentas de la tierra al capital. Esto se debe al hecho de que en la agricultura, las fuerzas hegemónicas del capital no trabajar por la destrucción de la agricultura familiar campesina, pero a partir de la inserción de la unidad familiar en la lógica de las personificaciones del mercado de capital se apropia de reproducción ingresos dificulta familia. Los procesos que se intensifican a partir de la flexibilidad y la desregulación de los mercados financieros y las políticas públicas que permitan a la subordinación de la unidad productiva para la apropiación de la renta de la tierra. Frente a variados mecanismos que campesinado ingresos suficientes encuentre medios de resistencia que garantizan la recreación, incluso a través de la monopolización de la tierra. Mostrar cómo, a partir de la unidad entre los trabajadores de la tierra de la familia, varios mecanismos para resistir los avances de lo capital.

Palabras clave: Campesinos, Renta de la tierra, Trabajo, Capital, Estado

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Área de Pesquisa..... | 19 |
| Figura 2: Territórios Sergipanos..... | 20 |
| Figura 3: Cultivo de Laranja em Riachão do Dantas – SE, Povoado Vivaldo..... | 163 |
| Figura 4: Produção de Fumo em Sergipe..... | 164 |
| Figura 5: Fumo em Corda, Riachão do Dantas – SE, Povoado Barro Preto..... | 167 |
| Figura 6: Plantação de Abacaxi, Riachão do Dantas – SE, Povoado Alto do Cheiro.. | 169 |
| Figura 7: Transporte de Abacaxi para a Indústria de Sucos, Riachão do Dantas – SE, Povoado Alto do Cheiro. | 171 |
| Figura 8: Plantação de Pimenta, Riachão do Dantas – SE, Povoado Alto do Cheiro.. | 172 |
| Figura 9: Produtor Transportando a Produção de Pimenta, Riachão do Dantas – SE, Povoado Cutia..... | 174 |
| Figura 10: Adubo aplicado na plantação de fumo..... | 180 |
| Figura 11: Camponês aplicando agrotóxico na plantação de abacaxi..... | 185 |
| Figura 12: Unidade de Transformação e Beneficiamento da Mandioca Comunitária. | 193 |
| Figura 13: Unidade de Transformação e Beneficiamento da Mandioca Particular..... | 194 |
| Figura 14: Unidade de Produção Familiar Camponesa Pov. Lagoa – Riachão do Dantas – SE..... | 206 |
| Figura 15: Cultivo consorciado de feijão, milho e mandioca..... | 218 |
| Figura 16: Cultivo consorciado de Laranja e Fumo..... | 219 |
| Figura 17: Cultivo consorciado de Abacaxi e Milho..... | 220 |
| Figura 18: Camponesa alimentando a criação de aves da família..... | 222 |
| Figura 19: Cultivo de hortaliças na Unidade de Produção Camponesa..... | 223 |
| Figura 20: Colheita de Mandioca..... | 226 |
| Figura 21: Camponeses realizando a raspagem da Mandioca..... | 226 |
| Figura 22: Processo Inicial de Transformação da mandioca..... | 227 |
| Figura 23: Produtor realizando a retirada do excesso de líquido da mandioca..... | 227 |
| Figura 24: Produtor no último processo para concluir a produção da farinha de mandioca..... | 228 |
| Figura 25: O Produto final: a farinha de mandioca..... | 228 |
| Figura 26: Famílias camponesas realizando a raspagem da mandioca em regime de mutirão..... | 230 |
| Figura 27: Produção de Fumo Secando no Terreiro..... | 231 |
| Figura 28: Famílias camponesas realizando a retirada do talo das folhas de fumo em regime de mutirão..... | 231 |
| Figura 29: Famílias Camponesas em Regime de Mutirão Enrolando as Folhas de Fumo..... | 232 |
| Figura 30: Família Camponesa Revirando o Rolo de Fumo..... | 232 |
| Figura 31: Produtor Camponês Revirando o Rolo de Fumo..... | 233 |
| Figura 32: Plantação de fumo, Riachão do Dantas – SE, Povoado Cutia..... | 234 |
| Figura 33: Rotação de Culturas. | 235 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1: DESTINO DA PRODUÇÃO..... | 134 |
| Gráfico 2: CONDIÇÃO DO PRODUTOR..... | 147 |
| Gráfico 3: NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA RENDA..... | 148 |
| Gráfico 4 : U.P.F. QUE NECESSITAM DE OUTRAS FONTES DE RENDA MESMO INFORMANDO SER SUFICIENTE..... | 149 |
| Gráfico 5: ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... | 150 |
| Gráfico 6: FORÇA DE TRABALHO AUSENTE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR..... | 154 |
| Gráfico 7: UTILIZAÇÃO DE ADUBOS NA U. P. F..... | 181 |
| Gráfico 8: UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO..... | 184 |
| Gráfico 9: USO DE MÁQUINAS NA PRODUÇÃO – TRATOR..... | 186 |
| Gráfico 10: PROPRIEDADE DA MÁQUINA UTILIZADA – TRATOR | 187 |
| Gráfico 11: COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO..... | 191 |
| Gráfico 12: EMPRÉSTIMOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS..... | 198 |
| Gráfico 13: FORÇA DE TRABALHO..... | 204 |
| Gráfico 14: FORMAS DE CONTRATAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO..... | 205 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Produção de Abacaxi em Riachão do Dantas – 2004 a 2010..... | 157 |
| Quadro 2: Produção de Fumo em Riachão do Dantas – 2004 a 2010..... | 158 |
| Quadro 3: Produção de Mandioca em Riachão do Dantas – 2004 a 2010..... | 159 |
| Quadro 4: Produção de Laranja em Riachão do Dantas – 2006 a 2010..... | 160 |
| Quadro 5: Cultivo de Fumo em Sergipe por Município (2010)..... | 165 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------|
| Dedicatória..... | IV |
| Agradecimentos..... | V |
| Epígrafe..... | IX |
| Resumo..... | X |
| Resumen..... | XI |
| Índice de Figuras..... | XII |
| Índice de Gráficos..... | XIII |
| Índice de Quadros..... | XIV |
| Introdução..... | 16 |
| | |
| 1.0 – A Produção Social sob a Ordem Sociometabólica do Capital..... | 32 |
| 1.1 – A realização da mercadoria enquanto objetivo de uma ordem societal..... | 39 |
| 1.2 – Estado-Capital-Trabalho: Contradições Na/Da Reprodução do Espaço do Capital..... | 47 |
| 1.3 – O Campo Sergipano no Contexto da Reprodução Ampliada do Capital..... | 60 |
| | |
| 2.0 – A Renda da Terra Capitalista..... | 74 |
| 2.1 – A Fórmula Trinitária: (Des)Mascarando a Origem do Valor..... | 77 |
| 2.2 – A Análise Marxiana Sobre a Renda da Terra nos Manuscritos de Paris..... | 83 |
| 2.3 – A Terra, Renda da Terra e Sujeição ao Capital..... | 93 |
| 2.4 – As Formas Distintas de Manifestação da Renda da Terra Capitalista..... | 114 |
| 2.4.1 – A Renda da Terra Diferencial I..... | 117 |
| 2.4.2 – A Renda da Terra Diferencial II..... | 123 |
| | |
| 3.0 – A Agricultura Sob a Ordem Sistêmica Hegemônica..... | 133 |
| 3.1 – Desenvolvimento Desigual Combinado Para Apropriação do Mais-valor.... | 143 |
| 3.2 A Agricultura Familiar Camponesa no Município de Riachão do Dantas..... | 155 |
| | |
| 4.0 – Os Mecanismos de Apropriação da Renda da Terra Camponesa..... | 177 |
| 4.1 – A utilização de Insumos na Agricultura e Sujeição da Renda..... | 178 |
| 4.2 – O Atravessador na mediação da subordinação da renda terra camponesa.. | 189 |
| 4.3 – A Finança Mundializada e Sujeição da Renda da Terra..... | 195 |
| 4.4 – As Relações de Trabalho e o Fetiche do Consumo no Interior da Unidade de Produção Camponesa..... | 203 |
| | |
| 5.0 – Mecanismos de resistência camponesa frente aos imperativos do capital.... | 210 |
| 5.1 – A Racionalidade da Produção Familiar Camponesa Frente aos Imperativos do Capital..... | 215 |
| | |
| Considerações Finais..... | 242 |
| Referências Bibliográficas..... | 261 |
| Anexos..... | 268 |

INTRODUÇÃO

O sistema de valorização e reprodução espacial do capital possui especificidades históricas que o distingue dos demais: é um sistema de controle sociometabólico sem sujeito, nas palavras de Meszáros (2002), como também é o primeiro a expandir-se de forma universal. Nenhum outro modo de produção adquiriu a dimensão espacial que o sistema do capital. O que não significa dizer que é a única forma existente no globo de relação social de produção – há variadas formas de satisfazer as necessidades humanas, onde a relação homem-natureza, mediada pelo trabalho, não se dá de forma alienada, sob o símbolo e o fetiche da mercadoria. Porém, o que se observa é que essas distintas relações sociais de produção veem-se imbricadas à rede de relações do sistema hegemônico e acabam, de uma forma ou de outra, contribuindo para a valorização do capital.

A essência do capital, sua razão de ser-existir, é a alienação do trabalho, o que só é alcançado com a separação do trabalhador, sua força de trabalho, dos meios de produção, por isto é o assalariamento a relação social de trabalho típica da sociedade do capital. Não possuindo os meios de trabalho que garantem a sua reprodução, o trabalho é condicionado a alienar-se, coisificar-se. Mercadoria que produz mais valor, o trabalho garante com o salário que recebe sua subsistência, a reprodução de sua classe e o trabalho excedente, a mais-valia.

Por sua essência própria, é necessidade intrínseca ao metabolismo da sociedade sob os imperativos do capital: a expansão, o romper fronteiras e obstáculos, objetivando a valorização e a acumulação do capital, do trabalho excedente. De acordo com Marx (2009): “qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir” (p. 661). O processo social de produção de uma mercadoria, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução. A produção no capitalismo é um produzir, para satisfazer o lucro e reinvesti-lo para obter mais lucro.

O capital produz e reproduz o espaço, na medida em que, incansável peregrino em busca de trabalho excedente vai submetendo territórios e suas populações aos objetivos de acumulação. Almejando a melhor taxa média de lucro – na exploração do

trabalho alienado, precarizado – o capital vive numa constante mobilidade. Realizando “ajustes espaciais”, como diz Harvey (2006), para obter melhores condições de acumulação e postergar sua decadência final, o capital constante adquire uma vertiginosa capacidade de movimentar-se pelo espaço. Esse processo ocorre especialmente na fase da mundialização do capital onde os mercados liberalizados e desregulamentados facilitam essa mobilidade (CHESNAIS, 1996). Nesse movimento, o capital constante, em sua capacidade de investir e (des)investir, leva consigo o capital variável, o exército de andarilhos errantes que sujeitam-se às condições degradantes de trabalho. Nas palavras de Alexandrina Luz Conceição, “o trabalho torna-se cada vez mais objetivado em detrimento da subjetivação constante do capital” (2007, p. 82). Ou ainda, de acordo com a referida autora, essa sujeição se estabelece diante da “desrealização do ser na condição de sujeitos assujeitados ao capital” (2007, p. 95).

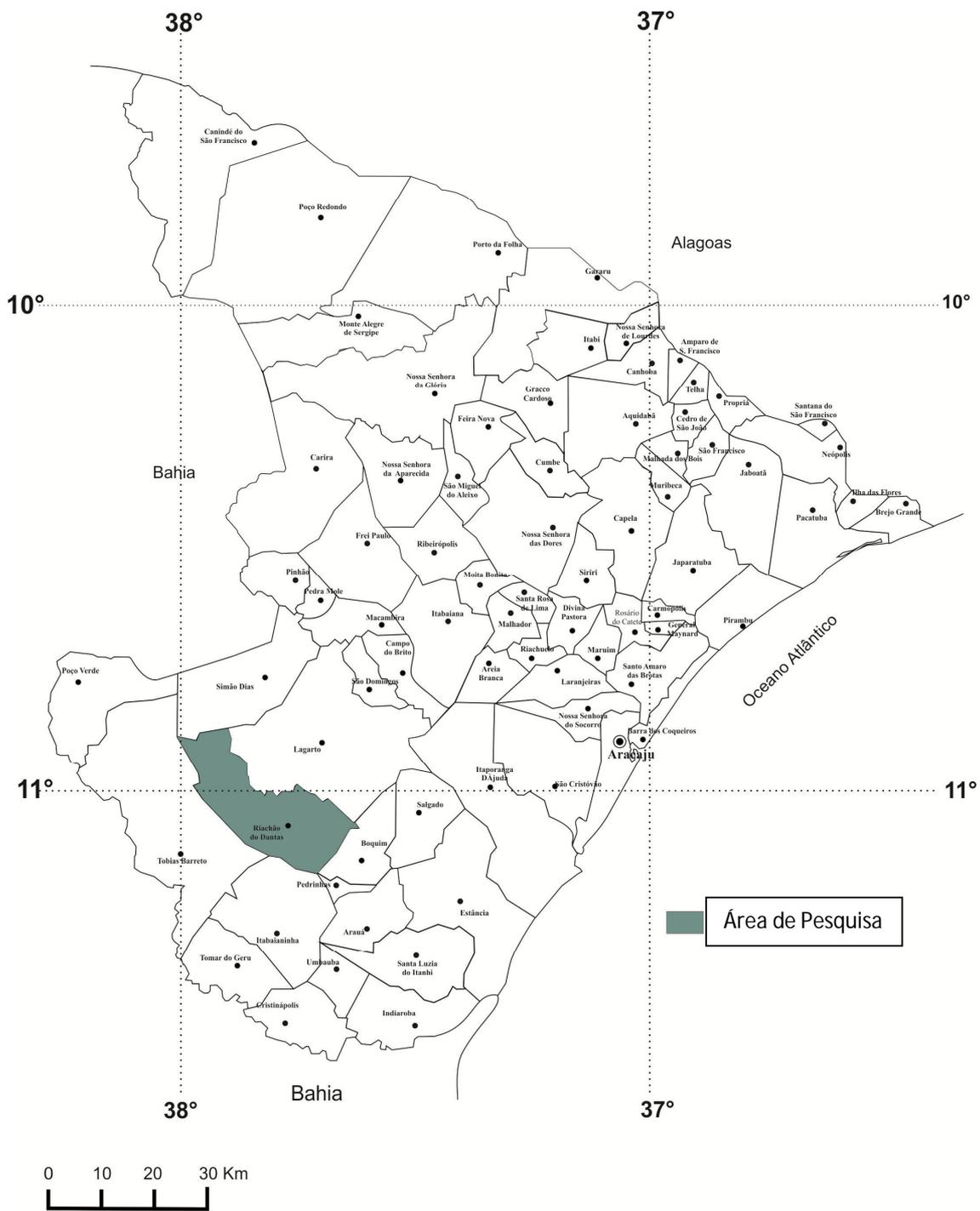
Espacializando-se em todos os recantos, tornando-se um sistema-mundo, o capital vai (re)produzindo espaços, “valoriza” e “desvaloriza”; envolve os sujeitos aí presentes na lógica de seu imperativo acumulativo para (des)envolver. Na dialética contraditória em que se fundamenta a sociedade do capital, observamos que a produção do espaço se dá de forma combinadamente desigual. O que pode ser constatado quando vemos: riqueza e miséria, realização e (des)realização, produção destrutiva e fome. Logo, sob a égide do lucro, “distribuição diferente de riquezas resulta em espaços desiguais. A leitura geográfica da miséria exige o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual” (CONCEIÇÃO, 2005 p. 169). É dessa maneira que o “rolo compressor” do capital, de esmagar e lançar multidões de trabalhadores às incertezas do desemprego ou no *lumpen-proletariado*, vai imprimindo suas marcas na paisagem – na medida em que busca a realização do lucro. Nesse processo, vão mergulhando esses espaços no emaranhado de contradições, ou seja, acumula e explora, mas levando em seu cerne as contradições que lhe são intrínsecas.

No campo, ocorre a intensificação da expansão da forma capitalista de produzir, via concentração/centralização de capitais através de investimento do capital industrial na agricultura. A junção entre agricultura e indústria parece superar a dicotomia (que é essencial ao sóciometabolismo do capital), campo e cidade. A agroindústria e agronegócio tornam-se as alternativas para o campo nesse momento; cultivar o que a indústria de alimentos necessita passou a representar a via de mão única

para a agricultura sob o discurso hegemônico comandado pelo Banco Mundial. Para tanto, o Estado viabilizará, a partir de então, políticas públicas de desenvolvimento do campo.

No processo de desenvolvimento das forças produtivas sob os imperativos do capital, criam-se novas formas de concepção para o campo, uma tentativa de mascaramento e homogeneização da realidade desse espaço. Para atender aos anseios da reprodução do capital, desconstrói-se ideologicamente o sujeito histórico camponês. O desenvolvimento do capitalismo não significou a destruição da organização produtiva familiar camponesa, porém o que se observa é que o capitalismo origina uma realidade marcada por progressos e permanências, pois é através de contradições combinadamente essenciais que esse sistema (re)produz. Assim, no campo, onde não expropria a terra dos camponeses, o capital busca sua valorização através da sujeição da renda da terra. Mesmo sem o assalariamento, ele consegue converter a riqueza em capital – através da monopolização do território, de acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005), subordinando ora a produção, ora a circulação; enredando os trabalhadores familiares do campo em sua lógica perversa, ocorre a apropriação da renda produzida sem a necessária expropriação de sua terra. Esse mecanismo de apropriação da riqueza sem alienar o trabalho é, de acordo com Martins (1986), a sujeição da renda da terra ao capital.

Desenvolvemos nossa pesquisa a partir da análise das formas que o tripé capital-Estado-trabalho, em sua relação tridialética, se auto-produzem e auto-desenvolvem produzindo espaços a partir de interesses antagônicos. Transformando esses espaços em “territórios em disputa” onde, de um lado, encontra-se “a classe daqueles que usam a terra para extrair a renda e lucro, e produzir dominação política; e do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver” (PAULINO & ALMEIDA, 2010 p. 58). Para compreender esse processo, foi fundamental a leitura sobre a unidade de produção camponesa, tendo como realidade o município de Riachão do Dantas, localizado no Território do Centro-Sul de Sergipe (VER FIGURAS 1 e 2).



Fonte:
 Digitalização: Hunaldo Lima

Figura 01:

Figura 1: Área de Pesquisa
 Digitalização: José Hunaldo Lima



Figura 2: Territórios Sergipanos
Elaboração: Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas – GIGEC/SUPES/SEPLAN, 2008.

A área de realização da pesquisa é marcada por grande relação de integração entre produtores familiares camponeses e grupos industriais que veem na monopolização do território uma forma de aumentar seus lucros através da sujeição da renda da terra camponesa aos seus interesses. Esse fato é relevante por engendrar uma série de relações entre o trabalho e o capital. Como exemplo desta vinculação, temos: a

produção de laranja e abacaxi, para atender a indústria de suco; a produção de pimenta e outros produtos industrializados pelo Maratá; e o fumo para atender as indústrias (Fumo Rocha e Maratá Fumo). A leitura da realidade permitiu verificar a relevância da unidade de produção familiar camponesa e sua resistência diante dos mecanismos de sujeição da renda da terra, particularmente a partir da expansão do modelo da modernização da agricultura e da mundialização financeira.

Neste sentido, as categorias de análise da Geografia – Espaço e Território – foram o nosso suporte de análise. Espaço entendido na concepção crítica, logo, compreendendo-o como “espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho” (CONCEIÇÃO, 2005 p. 169). Pois, é o que nos permitiu, em nossa análise, perceber a inserção dos sujeitos aí envolvidos nas relações mais amplas estabelecidas entre capital e trabalho, ou seja, a totalidade das relações que os envolvem na dinâmica sócio-espacial na área de cultivo do abacaxi, fumo e pimenta. Por sua vez, a categoria território é fundamental por permitir a apreensão de que a espacialização do capital está baseada sob antagonismos e contradições, já que “a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais” (CONCEIÇÃO, 2005 p. 169)

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, a definição do método foi fundamental. De acordo com Moraes (1999), o método de análise e interpretação diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência. Para o referido autor, o movimento de renovação da Geografia buscou contribuir ao desenvolvimento dessa ciência através de “estimular e contribuir para o desenvolvimento das preocupações teóricas dos geógrafos, orientando-as no sentido daquela elaboração que possibilita apreender o movimento da realidade” (p. 10), através da crítica às teorias ditas “tradicionais”, no que pese aos seus pressupostos teórico-metodológicos, aos resultados de suas pesquisas ou aos seus fundamentos sociais. O autor nos diz então:

“A opção de método aparece como o primeiro pressuposto no processo de construção de uma nova concepção de Geografia, pois fornece uma série de balizamentos iniciais para tal empresa... o método orienta de início a delimitação do que seria o “temário” da

Geografia. É ele também que dirige o equacionamento dos problemas próprios de tal temário”. (MORAES, 1999,p. 26)

Conforme o referido autor,

O método de interpretação refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista. O método é, nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada uma com a Filosofia. (MORAES, *op.cit.* p. 27)

O materialismo histórico e dialético foi o método de análise pelo qual desenvolvemos nossa pesquisa. Este método tem como pressuposto a análise crítica da realidade a partir da unidade das contradições e da leitura da totalidade das relações sócio-espaciais. Portanto, é a realidade conflituosa e contraditória da sociedade capitalista que merece ser lida e pensada. O materialismo histórico, de acordo com Bottomore (2001), designa o corpo central de doutrina da concepção materialista da história, núcleo científico e social da teoria marxista. Para Massimo Quaini (1979):

O materialismo histórico constitui-se, portanto, como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, que, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fisicalista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a *historicidade da natureza* nem a *naturalidade da história* (QUAINI, 1979, p. 43).

Portanto, a “produção das idéias, das representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX E ENGELS, 2002 p. 22) e, ao “mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento” (p. 23). Porém, apesar de serem os homens reais os produtores de suas idéias e representações, elas não dependem da sua vontade, pois se encontram condicionados por premissas materiais “limitadas” pelo desenvolvimento das forças produtivas em um determinado modo de produção. Para Marx, nossa consciência é determinada pelas condições históricas em que vivemos (prático-sensível), entretanto, as “idéias não representam a realidade tal como é e sim tal como aparece” (CHAUÍ, 2003, p. 390), onde o imaginário social é tomado por concepções ideológicas que turvam o

conhecimento/apreensão da realidade, pois, a divisão do trabalho em material e intelectual possibilita que a ideologia se constitua em realidade, apesar de falsa realidade, falsa apreensão do real.

De acordo com Chauí (2003), é “por afirmar que a consciência humana é determinada a pensar as ideias que pensa por causa das condições materiais instituídas pela sociedade que o pensamento de Marx e Engels é chamado de **materialismo histórico**” (CHAUÍ, 2003, p. 386). Materialista por ser as condições materiais e objetivas de um dado contexto, modo de produção, que determinam o que somos e pensamos. Logo, são os homens reais que, com o trabalho mediando o metabolismo social com a natureza, produzem “a moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia” (MARX E ENGELS, 2002 p. 23); portanto, são os homens que fazem a História, sendo assim, o materialismo é **histórico**. Como,

A história não é um progresso linear e contínuo, uma seqüência de causas e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas). A luta de classes exprime tais contradições e é o motor da história. Por afirmar que o processo histórico é movido por contradições sociais, o materialismo histórico é **dialético** (CHAUÍ, 2003, p. 386).

Podemos resumir a concepção materialista da história em:

A tese nuclear do materialismo histórico – embora rejeitada por alguns marxistas – é a de que as diferentes organizações socioeconômicas da produção que caracterizam a história humana surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou impedir a expansão da capacidade produtiva da sociedade. O crescimento das forças produtivas explica, assim, o curso geral da história humana. Mas as forças produtivas incluem não apenas os meios de produção (ferramentas, máquinas, fábricas, etc.) mas a força de trabalho – as habilidades, o conhecimento, a experiência e outras faculdades humanas usadas no trabalho. As forças produtivas representam as possibilidades que a sociedade tem à sua disposição para a produção material (BOTTOMORE, 2001, p. 260)¹.

No curso do desenvolvimento das forças sociais de produção, ocorre a não correspondência harmônica entre as relações de produção e as forças produtivas, o que representa limites à manutenção (re)produtiva do metabolismo social onde, o princípio

¹ Discussão retirada do *Dicionário do Pensamento Marxista* onde trata do materialismo histórico cuja redação é de responsabilidade de W.H.S. (William H. Shaw *Tennessee State University*).

do *Aufhebung* (superação) é a possibilidade da resolução das contradições. E, é a classe trabalhadora, diante dos conflitos acirrados pelas contradições do sistema do capital, que é a única força de enfretamento antagônica/contrária capaz de superar a lógica societal que os oprime. De acordo com Carcanholo e Baruco (2009), esta é a contradição fundamental do sistema do capital; “qualquer que seja a sua forma de manifestação histórica, e quaisquer que sejam as contradições adicionais que ele crie, continua sendo aquela expressa na própria fundação do capital, a distinta posição que existe na compra da força de trabalho” (p. 91), entre os que vivem do fruto do seu trabalho e aqueles que vivem da exploração do trabalho alheio. Neste sentido, o materialismo histórico dialético, considerado a filosofia do marxismo, é o que nos dá condição de analisar as contradições que surgem no desenvolvimento histórico – contradições estruturais e históricas entre: forças e relações de produção, a produção e o processo de valorização, o trabalho assalariado e o capital.

É tendo como base a concepção materialista do desenvolvimento histórico de que são as contradições engendradas por esse desenvolvimento, que são o motor da História, que desenvolvemos nossa pesquisa, já que, para analisar o avanço do capitalismo no campo, seja diante da territorialização do capital ou, o que é mais comumente encontrado na área de estudo, seja através da monopolização do território, uma série de contradições foram observadas. Uma são superadas (como a existente entre proprietários da terra e burguesia industrial, comum ao período de desenvolvimento da indústria), outras adquirem outra materialidade (como a permanência da renda da terra, agora não mais como contrária aos interesses da acumulação do capital), e outras permanecem (a presença da unidade familiar camponesa de produção no campo sem, no entanto, assalariar-se); então, para entender os processos do desenvolvimento histórico no capitalismo, o materialismo histórico e dialético é que nos permite vislumbrar o que permanece, o que é modificado e a possibilidade de superação do metabolismo social de contradições inconciliáveis, pois,

Trabalhando com a universalidade e a particularidade enquanto qualidades da realidade movente, a reflexão dialética vê possibilidade de explicar o real através de um jogo de mediações e determinações que a opõe radicalmente à idéia de domínios de conhecimentos autonomizados sob a forma absoluta. Daí, ser também estranha à dialética a busca de um objeto específico, explicável em si mesmo, como propunha a Geografia Tradicional (MORAES, 1984, p. 50).

Conforme Bernard Kayser (2006, p. 97), “a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma”. Para Kayser, a pesquisa de campo é essencial para desvelar as contradições e processos sociais, históricos econômicos e políticos que se confrontam na (re)produção do campo pesquisado, para além da análise descritiva de áreas.

O geógrafo Yves Lacoste (2006) tinha a preocupação com a pesquisa de campo e mostrava as dificuldades de sua realização: a má formação e iniciação em realizar a pesquisa, a falta de recursos financeiros públicos e a relação pesquisador-pesquisados. Portanto, a observação feita por Lacoste (2006) de que “é preciso também ser consciente da importância fundamental do trabalho de campo para os geógrafos” (p.87) é relevante e atual para os pesquisadores-geógrafos de hoje. O autor chama a atenção para a responsabilidade do pesquisador com o pesquisado (o território) pois, o fato de que os resultados das pesquisas podem ser apropriados pelo Estado e grupos empresariais privados para elaborar projetos e executá-los é uma possibilidade existente:

Mesmo pesquisas que apenas recaem sobre as características físicas de um território, não deixam, por isso, de dizer menos respeito à população que aí vive, na medida em que seus resultados tornam mais eficaz uma intervenção aí. Mesmo pesquisas completamente desinteressadas podem ter importantes consequências para a população estudada (LACOSTE, 2006, p. 77).

De acordo com Suertegaray (2005), a pesquisa de campo na Geografia, apesar de ser um tema relevante para esta ciência, apresenta escassa discussão. A autora considera a pesquisa como “um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo” (s/p). Com o intuito de ampliar as discussões acerca do tema e orientar os pesquisadores geógrafos iniciantes, busca pensar as formas de realização da pesquisa de campo (o campear-procurando-pesquisando). Desta maneira, através do entendimento de que a pesquisa de campo é procurar-pesquisando respostas, o ato de pesquisar constitui-se no responder às perguntas e questões que são levantadas no momento da elaboração do projeto de pesquisa. Indagações que nos instigam a buscar respostas e clarear as dúvidas que ocorrem sobre o mundo, o objeto de pesquisa.

Para a autora, “o processo de pesquisa/investigação é, também, um processo de auto-conhecimento, ou seja, o reconhecimento de nós no mundo” (SUERTEGARAY, 2005, s/p). Ou seja, em sua análise, sujeito e objeto fundem-se no processo de conhecer (conhecendo-se) o objeto. Longe da neutralidade/distanciamento científica exigido do pesquisador na análise positivista ou de qualquer idealismo que venha a surgir para responder às indagações suscitadas na análise do objeto, aqui o materialismo dialético (ou a dialética sujeito-objeto) é aceitável, pois “o sujeito constrói o objeto e o objeto reconstrói o sujeito” (s/p). Observamos que a questão do sujeito em relação ao objeto não é concebida da mesma forma “ela é expressão de diferentes métodos em diferentes momentos históricos”. No método materialista dialético, “o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito” (s/p). À mesma maneira que o homem transforma a natureza pelo trabalho e transforma a si próprio, o campo para o pesquisador é sua área de trabalho, resultado da interação dialética entre sujeito e objeto proporcionando a apreensão do real através da pesquisa. Para a autora:

Resulta da compreensão dialética o conceito de PRÁXIS e a concepção de que estamos no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir. Esta concepção metodológica informa que a consciência do mundo forjava-se/forja-se coletivamente e as transformações dar-se-iam ou dar-se-ão pela unificação das lutas (pelo coletivo dos trabalhadores). A pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação (SUERTEGARAY, 2005, s/p).

Depreende-se que método diferente necessita de diferentes recursos metodológicos para o encaminhamento da pesquisa de campo. O instrumental (a metodologia) necessário à análise do objeto será de acordo com o método (a concepção de mundo) do pesquisador, da mesma forma que o compromisso e divulgação dos resultados com as comunidades envolvidas na pesquisa de campo. Como nossa pesquisa foi desenvolvida fundamentada no materialismo histórico e dialético, é necessária a adequação das técnicas, recursos de pesquisa ao método, responder, os recursos metodológicos, aos anseios transformadores/revolucionários da sociedade do capital, enquanto pesquisador/sujeito histórico; ao desenvolvimento científico geográfico, enquanto pesquisador; e, à comunidade ou grupo que foi objeto de estudo, enquanto comprometimento/ética com os homens e mulheres trabalhadores envolvidos na pesquisa.

Foram realizadas durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa discussões em orientação individuais com a Orientadora, como também, orientações e discussões temáticas direcionadas aos membros do grupo de estudos e de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT/UFS/CNPq, sob coordenação da Professora/Orientadora Dr^a Alexandrina Luz Conceição (no L.E.A – Laboratório de Estudos Agrários do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe NPGEO/UFSe no grupo de pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial). Estas discussões foram de extrema relevância ao desenvolvimento da nossa pesquisa, no que se refere à contribuição de uma formação teórica sólida e coerente. Assim também foram de extrema relevância as discussões estabelecidas nas disciplinas da grade curricular do Mestrado do NPGEO/UFS e a participação em espaços de diálogos de encontros científicos que abordaram a temática em nível local, regional e nacional, como: os Fóruns de Discussão Permanente Estado, Capital-Trabalho; o encontro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CeGeT), em João Pessoa; e o XVI Encontro Nacional de Geógrafos, em Porto Alegre; e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária, na cidade de Belém.

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e aplicação de 152 questionários com os trabalhadores familiares camponeses, objetivando a identificação junto às comunidades em estudo dos meios utilizados pelas “personificações do capital” para a apropriação da renda da terra, assim como, verificar as condições de vida dos produtores a partir da reestruturação produtiva do capital, o que esta tem representado para unidade de produção familiar camponesa envolvida na dinâmica da produção para atender ao mercado. A partir das entrevistas, com os dados obtidos, realizamos a análise crítica para entender as contradições que o processo de monopolização do território acarreta às comunidades e aos trabalhadores, buscando compreender a realidade observada para além da externalidade superficial da forma.

A análise de dados quantitativos foi essencial para maior apreensão do objeto de estudo. Portanto, dados produzidos pelo NERA, por instituições e órgãos federais: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o INCRA, estaduais (SEPLAN, SEPLANTEC, DEAGRO) e municipais (Secretarias de Agricultura) foram de extrema relevância. A pesquisa no município de Riachão do Dantas – SE ocorreu não somente

através de visitas a estas instituições governamentais, como também nas Associações e Sindicatos. Com a coleta dos dados obtidos, realizamos a organização através da sistematização das informações em: gráficos, tabelas, quadros, cartogramas e mapas.

A leitura da realidade pesquisada foi sustentada em uma intensiva pesquisa bibliográfica. As leituras e discussões realizadas subsidiaram uma análise crítica reflexiva dos dados obtidos (qualitativos e quantitativos) que nos possibilitou a concretização dos objetivos a que nos propomos com a nossa pesquisa. Foram realizados levantamentos de fontes primárias e secundárias, levantamento em livros, teses, dissertações, monografias, periódicos e artigos objetivando, a reflexão teórica acerca da Questão Agrária no capitalismo. A pesquisa bibliográfica foi sendo realizada no âmbito local, regional e nacional com a finalidade de verificar o estado da arte que trata do objeto de pesquisa: na Geografia, Sociologia e na Economia Política.

Para o encaminhamento das discussões, fundamentamos nosso material bibliográfico no âmbito local, regional, e nacional, em estudiosos que veem no materialismo histórico e dialético a possibilidade de responder à Questão Agrária sob a égide do capital. Entre os quais destacamos Alexandrina Luz Conceição (1991, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2012); Ariovaldo Umbelino Oliveira (1990, 1999, 2005 e 2007); Eliane Tomiasi Paulino (2008 e 2010); José de Souza Martins (1986, 2002, 2003, 2004 e 2011); Thomaz Júnior (2003 e 2006). Tendo como sustentação teórica na análise político-econômica do processo de mundialização do capital e repercussões no espaço agrário e à classe trabalhadora os estudos de Karl Marx (2002, 2004, 2006, 2008 e 2011); Rosa Luxemburgo (1969 e 1985); István Mészáros (2002 e 2007); David Harvey (2006 e 2009); Neil Smith (1988); Ricardo Antunes (1999 e 2005) e François Chesnais (1996 e 2005).

Sendo estes autores a base de sustentação teórico-filosófica da nossa análise para observar como se estabelecem as contradições na reprodução do espaço no processo de acumulação capitalista, não numa linearidade sócio-histórica, mas com avanços e permanências, progressos e retrocessos e compreendendo como se processa a apropriação da renda da terra da unidade de produção familiar camponesa pela indústria, na esfera da produção e das finanças.

Os resultados da nossa pesquisa estão estruturados nesta dissertação e se apresentam organizados em cinco Capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo, **A Produção Social sob a Ordem Sociometabólica do Capital**, tem o objetivo de analisar o desenvolvimento das forças produtivas sob os imperativos do capital, que na busca de acumulação do valor (re)produz o espaço superando velhas e ocasionando novas contradições, pois para acumular a riqueza o capital produz o espaço de acordo com os seus interesses. Por ser um sistema que apresenta falhas metabólicas incorrigíveis, o sociometabolismo do capital em seu auto-desenvolvimento auto-expansivo ocasiona crises de acumulação. Neste sentido, Capital e Estado reordenam suas ações para a acumulação do mais-valor, explorando o Trabalho cada vez mais, acirrando as contradições da produção espacial.

O segundo capítulo discute a categoria renda da terra, que é uma das partes do valor produzido pelo trabalho. Intitulado **A Renda da Terra Capitalista**, o capítulo aborda, a partir de Marx, o que é a renda da terra capitalista em suas variadas formas de manifestação: de antagônica ao desenvolvimento do capitalismo a propriedade da terra torna-se meio de investimento do capital para extração da renda (valor). A discussão tem o objetivo de distinguir renda da terra e mais-valia para analisar a sujeição da renda da terra do camponês a partir da monopolização do território.

O avanço do capitalismo na agricultura para a extração da mais-valia e apropriação da renda da terra é discutido no terceiro capítulo: **A Agricultura Sob a Ordem Sistêmica Hegemônica**. A construção do texto tem como objetivo analisar como o capital apropria-se do valor a partir do processo de territorialização do capital e, mais especificamente, da monopolização do território inserindo e envolvendo a agricultura camponesa cada vez mais em sua lógica sociometabólica, particularmente no campo do município de Riachão do Dantas – SE.

O quarto capítulo, intitulado **Os Mecanismos de Apropriação da Renda da Terra Camponesa**, discute quais os variados meios que as personificações do capital apropriam-se da renda da terra camponesa a partir das relações que estabelecem com a unidade produtiva.

Os meios utilizados pelos camponeses para se manterem na propriedade da terra familiar diante dos inúmeros mecanismos de apropriação e sujeição da renda da

terra pelo capital são discutidos no quinto capítulo, **Mecanismos de resistência camponesa frente aos imperativos do capital**, a partir da realidade dos camponeses do município de Riachão do Dantas – SE, onde se verificou como a unidade indissociável Terra-Trabalho na produção familiar camponesa combina-se para resistir aos avanços do capital.



Os meeiros acenavam com a cabeça, nós sabemos, Deus sabe. Se ao menos pudessem fazer uma rotação de culturas, lhe devolveriam o sangue, à força.

Bem, agora é tarde, não adianta. E os representantes explicavam aos meeiros como eram fortes os monstros, os bancos e as companhias, muito mais fortes que eles. Uma pessoa podia continuar com as terras enquanto elas lhe davam de comer e permitiam pagar os impostos; assim, podia continuar com elas. Sim, podia continuar, até que as safras falhavam e tinha de se recorrer aos bancos para pedir empréstimos.

John Steinbeck, *As Vinhas da Ira*

1.0 – A Produção Social sob a Ordem Sociometabólica do Capital

Na sociedade da mercadoria, todo progresso e desenvolvimento das forças produtivas objetivam a extração do trabalho excedente; redução das horas de trabalho necessárias para ampliar a taxa e massa do valor. Foi este progresso que modificou a composição orgânica do capital, destinando maior parte dos investimentos na melhoria do capital constante e reduzindo a quantidade do capital variável. O aumento da produtividade do trabalho através das potencialidades da totalidade do trabalho é apropriado por uma minoria que concentra riqueza e poder (sem nada produzir) a partir da extração do trabalho excedente e suplementar dos produtores. Neste movimento, a propriedade privada acirra e complexifica a divisão social e territorial do trabalho na sociedade capitalista, impondo a necessidade a todos os produtores de produzir um valor-de-uso socialmente reconhecido, realizável.

A forma mercadoria adquirida pelo objeto/produto, valor-de-uso travestido em sua forma e conteúdo para a realização da troca, é condição necessária para a manutenção da propriedade privada. É esta forma adquirida pelo valor-de-uso que tem o poder de levar os produtores, possuidores dos meios de produção (como os camponeses), a realizar suas necessidades através do mercado, submetendo-os às leis da concorrência e competição capitalista; mergulhando numa divisão sócioterritorial do trabalho que os oprime e os explora, precarizando suas condições de existência.

No campo, seja através de relações capitalistas de produção, ou seja, através de relações não-capitalistas, as leis do mercado impõem-se expropriando o trabalho excedente e suplementar dos trabalhadores. Para os trabalhadores do campo já sem a posse dos meios de produção, o capital, pela sujeição real do trabalho às suas personificações, extrai a mais-valia relativa e/ou absoluta, deste processo, de acordo com Oliveira (2003, 2004), diz-se que o capital territorializa-se no campo, apropriando-se da mais-valia em sua forma reconhecida socialmente, sem máscara. Para o trabalhador familiar camponês, detentor dos meios de produção, o capital consegue, através da monopolização do território, extrair valor em sua forma travestida de renda que será capitalizada. O trabalho suplementar da família camponesa é apropriado pelas personificações do capital.

Nesta relação, não há sujeição real ou formal do trabalho, há sim, de acordo com Martins (1986), a sujeição da renda da terra ao capital. Sujeição que precariza também as condições de vida da família camponesa e que somente ocorre devido à existência da propriedade privada no âmbito da lógica sociometabólica do capital e suas contradições, que submete e aprisiona a unidade de produção familiar à lógica do mercado diante da necessidade de produzir cada vez mais um valor-de-uso realizável em um valor-de-troca, um produto socialmente reconhecido e necessário que será trocado no mercado. Desta forma, a obtenção do dinheiro torna-se uma necessidade constante na/para a unidade de produção familiar que, enquanto equivalente geral reconhecido entre todos os produtores na troca de seus produtos torna-se o fim da relação entre os homens e seu produto, entre o homem e a natureza (a terra).

O camponês, que não tem sua racionalidade regida pela lógica do lucro, mas da reprodução familiar pela produção do valor-de-uso, no entanto, para existir em sua sociabilidade diferenciada, deve manter relação com o modo de produção dominante. Ocorre que a maior parte da produção em sua terra tem de ser convertida em dinheiro, especialmente daqueles produtores que se integram à indústria. É esta integração pela monopolização do território que vulnerabiliza a unidade de produção aos interesses do capital e na qual transfere a cota-parte cada vez maior do produto para satisfazer as necessidades da família.

Com a reestruturação produtiva do capital, enquanto resposta à crise estrutural (ANTUNES, 1999), o estranhamento da terra camponesa com a monopolização do território pelo capital acirra-se diante da parceria entre o capital e o Estado. Políticas Públicas para o campo, comandadas pelo Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), viabilizam formas de apropriação do território pelo capital, seja com a territorialização ou a monopolização da terra. As políticas voltadas para o campo objetivam a expropriação-apropriação do trabalho excedente e suplementar. É a partir dos avanços e adoção dos pacotes reestruturantes que desembocaremos na fase mais agressiva sob os imperativos da mundialização do capital. De acordo com Chesnais (1996), é nesta fase que os Investimentos Externos Diretos (IED) intensificam seu movimento pelo mundo diante da desregulamentação e flexibilização dos mercados financeiros, aumentando o volume do capital financeiro especulativo e fictício emprestado para a obtenção de juros; é a partir deste momento

também que aumentará o volume de capital-dinheiro investido em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), investimento do capital em associação a centros de desenvolvimento de pesquisa e universidades para o desenvolvimento tecnológico.

A atual configuração específica do capitalismo contemporâneo caracteriza-se pela centralidade do “capital portador de juros” no controle das relações econômicas. São os grupos industriais transnacionais a forma de organização mais característica do capital, pois são eles que se responsabilizam por: controlar e organizar “a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados” (CHESNAIS, 2005, p. 35). É o capital financeiro que tem maior peso na atual fase no processo acumulativo.

Para Chesnais (2005), no atual contexto da mundialização do capital (ratifica seu posicionamento exposto e defendido já em 1996), as instituições financeiras bancárias e não-bancárias são mais relevantes no encabeçamento da economia mundial e dos mercados financeiros, “esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida” (CHESNAIS, 2005, p. 35). Porém, se assim fosse, realizar-se-ia o sonho do capitalista, pois à clássica fórmula de obtenção de mais-valia ($D - M - D'$) se sobreporia a fórmula ($D - D'$), já analisada por Marx, mas que se daria numa forma mais agressiva e contraditória diante da especulação e ficção da proveniência-existência deste dinheiro-capital. Sonho, porque desnecessário seria o trabalho, a centralidade do trabalho na condição de único criador de valor estaria desfeita. Para Chesnais, é o capital portador de juros ou capital financeiro que desempenha “um papel econômico e social de primeiro plano”. Ressurgimento do capital financeiro que se dá a partir de 1980 e papel obtido com/pelo aval dos Estados poderosos que liberalizaram o movimento dos capitais, desregulamentando e desbloqueando seus sistemas financeiros com políticas que “favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias” (2005, p. 35-36), que não contribuem com a capacidade produtiva a partir do investimento na empresa, mas com a especulação já que suas operações referem-se à compra e venda de títulos que garantem juros.

Fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão. A progressão da acumulação financeira foi estreitamente ligada à liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros – obrigações públicas e privadas, ações e produtos derivados (CHESNAIS, 2005, p. 36).

É inegável que há uma ampliação da ação e no volume das finanças no período atual, coincidindo este ressurgimento com a mudança do padrão de produção/acumulação taylorista-fordista para o padrão de produção/acumulação toyotista ou flexível, ou seja, com a reestruturação da produção, já que o padrão anterior não corresponde e satisfaz mais à realização da taxa de lucro que vigorou tão favorável ao capital no pós-guerra. Logo, a amplitude da escala de ação da finança mundializada corresponde à mais grave crise estrutural na manutenção do padrão de acumulação da sociedade do capital, que responde com a reestruturação produtiva flexibilizando o processo produtivo; quando não terceiriza, precarizando a condição de reprodução da classe trabalhadora por todo o mundo, desemprega milhares de trabalhadores, jogando-os à lata do lixo do lumpém-proletariado, que já não são mais parte do exército de reserva.

Diante da crise que se alastra por todo o globo e não se restringe mais à periferia do capitalismo, mas também ao centro do controle nervoso da sociedade capitalista: desde os Estados Unidos (em *Wall Street*) até o Japão agravando-se mais recentemente na União Europeia, mostra-se ao mundo quão frágeis são as nações do capital sem pátria e como se dá desigual e combinada a produção do espaço no capitalismo com a volatilidade oscilante do capital financeiro em sua capacidade de investir e (des)investir em qualquer parte do mundo, não importando as consequências sociais dos seus “ajustes espaciais” na busca pela realização do lucro.

Assim, as somas astronômicas de capital-dinheiro fictício e especulativo que transita na rede de comunicação assumem números astronômicos, sem, no entanto, ter um “pano de fundo” que lhe dê sustentação à base material da sua existência, pois deveria ser a esfera produtiva, onde o valor-trabalho é a riqueza da nação, a condição *sine qua non* da existência do capital-dinheiro. É no setor produtivo que se sustenta e suga o capital financeiro, enquanto o suporte material de existência real do valor produzido pelo trabalho (apesar da demonstração de irracionalidade e incontabilidade

auto-destrutiva adquirida pelo capital nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo com o dinheiro fictício, sem lastro, possibilitando o processo de acumulação, assumindo todos os riscos com a tendência de ruir toda a sociabilidade reprodutiva da ordem sistêmica do capital, diante desta pseudo-acumulação).

É no sentido do entendimento da “caracterização econômica do capital portador de juros” e da “natureza e os efeitos de sua interpenetração” com o capital industrial que se torna interessante apreender a financeirização da economia, pois é a partir da “interpenetração” entre finanças/setor produtivo que a finança mundializada apropria-se do trabalho suplementar da família camponesa, específica e conjuntamente a partir da reestruturação produtiva que o acirramento das contradições do capital engendrou e que, de acordo com Chesnais (2005), houve facilidade de adoção das políticas estruturantes e de seus pacotes tecnológicos, em países como o Brasil com a insolvência econômica desembocando na “década perdida de 80”, porque “a dívida tornou-se uma força formidável que permitiu que se impusessem políticas ditas de ajuste estrutural e se iniciassem processos de desindustrialização” nestes países. Como consequência, “a dívida levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia” (p.41).

Concomitantemente, em que este “mercado de obrigações públicas” é a espinha dorsal dos mercados de obrigações internacionais, ou seja, é a dívida pública que “alimenta continuamente a acumulação financeira por intermédio das finanças públicas” (p. 41) e que também possibilitou e facilitou, pela pressão fiscal surgida com as dívidas públicas, a implantação das políticas de privatização favorecendo os credores dos países periféricos. Então, a dívida foi de extrema relevância ao posterior suspiro que o sistema do capital conseguiu, não trouxe e possibilitou o alívio duradouro, mas repercutiu na relação entre o Estado e as políticas de governo para o setor produtivo, objetivando manter a rotatividade da dívida, ao pagar os juros ou “serviços da dívida” – o que evidencia a relevância do setor produtivo agropecuário ou industrial na manutenção do capital financeiro especulativo e fictício.

A necessidade de recorrer ao financiamento mediante empréstimos torna-se permanente por causa da desoneração do capital e das rendas elevadas, na qual foi ainda facilitada pela mundialização financeira, pela impunidade da evasão e pela multiplicação dos paraísos fiscais. Deu-se um duplo presente às rendas elevadas: beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas. *A riqueza*

transferida começa por assumir a forma de salários, de rendas agrícolas e de trabalho por conta própria, parcialmente a forma de lucros, antes de se transformar em impostos diretos e indiretos e outras “contribuições especiais” que são dirigidas ao setor financeiro mediante a parte do orçamento do Estado alocada para o serviço da dívida (CHESNAIS, 2005, p. 41 grifos nossos).

É necessária uma destinação para o volumoso capital-dinheiro (fictício) e o capital constante disponíveis, o primeiro conseguido através da ficção criada pelo capital financeiro e o segundo, com os investimentos em P&D. Para escoar este volumoso agrupamento de forças sociais de produção acumulado com a exploração de trabalho anterior, o modo de produção desenvolverá uma rede de relações que sujeita e subordina o trabalho (no campo ou na cidade) aos seus anseios acumulativos. No campo desenvolve, a partir de então, um aparato de linha de crédito que atinge os variados produtores cujo, limite para a obtenção de empréstimo é o tamanho da propriedade. Empréstimos/subsídios que servem para “viabilizar” o cultivo na propriedade e que vão dos irrisórios valores do Pronaf (para a agricultura familiar camponesa) até as elevadas somas direcionadas ao setor do agronegócio com suas *commodities* que captam dólares para assegurar o superávit-primário e saciam os desejos dos credores garantindo os serviços da dívida.

Faz-se necessário observar que o capital, por esse mecanismo, está se apropriando da renda da terra na esfera da finança e na esfera do consumo produtivo necessário ao desenvolvimento da agropecuária. Neste momento do desenvolvimento social, o capital reproduz em escala ampliada, contraditoriamente mantendo relações produtivas capitalistas e não-capitalistas. Para realizar a acumulação submetendo toda a sociedade, pois, de acordo com Mészáros (2002), devemos entender que o capital não é uma “entidade material”, assim como não é um “mecanismo” racionalmente controlável; mas é, “*em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*”. É o sistema, o primeiro na história que se constitui como “totalizador, irrecusável e irresistível” mesmo com suas consequências drásticas. Essa característica o torna o sistema mais dinâmico de controle sociometabólico, que todos os outros modos anteriores juntos.

[...] estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital

globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura [...] (MÉSZÁROS, 2002 p. 96).

É por esta força totalizadora/totalizante que produtores do campo destinam e submetem parte da terra, ou quando não toda a terra, da unidade de produção familiar aos imperativos do capital. Submetem-se para permanecer na terra de vida e trabalho, para isso são tragados pelos mecanismos do mercado e por toda a estrutura do Estado que leva à alienação da terra pelos interesses do capital.

A renda da terra aumenta, de acordo com Marx (2008b), com o desenvolvimento das forças sociais de produção e sob os imperativos acumulativos da mais-valia. Essas forças ampliaram-se de forma incomensurável aumentando significativamente a produtividade do trabalho. Todavia, o impressionante desenvolvimento e progresso das forças produtivas que deveria representar consequentemente o aumento do poder e melhorias do campo e seus sujeitos trabalhadores no interior da divisão social e territorial do trabalho, acirrada com o capitalismo entre campo e a cidade, não tem repercutido em melhorias aos trabalhadores do campo. Contraditoriamente à integração entre indústria e atividades agropecuárias (à primeira vista parece que supera a dicotomia campo-cidade), longe de trazer melhorias nas condições de vida dos trabalhadores do campo, tem significado o agravamento das condições; dos trabalhadores assalariados ou produtores familiares camponeses, pois as “peias” que o capital lançou sobre o campo e seus trabalhadores têm restringido o acesso dessas famílias à apropriação do resultado do trabalho que o aumento da produtividade possibilita.

Para o campo, a subordinação e a integração da produção familiar camponesa à indústria é uma das propostas e caminho à permanência na terra; seguir o modelo do agronegócio é a outra condição. É a apropriação da renda da terra o objetivo do capital no campo, ampliando a escala de reprodução, acumulando a riqueza socialmente produzida pela via da produção ou reprodução do capital, pois a renda e a propriedade da terra já não são mais empecilhos e contrária aos anseios acumulativos como o era no princípio da reprodução do capital.

Atualmente, diante do processo de concentração e centralização do capital (com a unificação do empresário industrial e proprietário de terras personificados num

só sujeito), a terra e a renda obtida com o trabalho/capital aplicado na terra satisfazem ao objetivo principal desta sociedade, a extração do sobre-trabalho. Vê-se que a unidade de produção familiar assujeita-se pela condição de ser representação da propriedade privada, portanto, vulnerável à sujeição da renda da terra pela força que a impulsiona a produzir mercadorias alienando-se da terra. Processo que conduz o camponês a ser o “arrendatário” de sua própria terra diante dos mecanismos que o leva a perder o direito de posse real para o banco, passando a ser somente o proprietário nominal. Se o trabalhador destituído dos meios de produção já não se reconhece enquanto um produtor de valor-de-uso, está alienado da corporificação e resultado de suas forças naturais materializada num objeto em sua relação com a natureza; o trabalhador camponês possuidor dos meios de produção, a terra sendo o seu principal, não é mais quem determina o que produzir em sua terra, mas o jogo do mercado que o engole e devora fazendo-o produzir um valor-de-uso alienável. Nesta condição, está, portanto, alienado de sua terra. Ao tomar empréstimos, aliena a renda da propriedade, que passa a ser de direito do credor. Se no sistema de arrendamento analisado por Marx a renda era apropriada pelo proprietário fundiário, atualmente, são todos os proprietários de terra que necessitam de crédito que se transformam em arrendatários diante dos consecutivos empréstimos que necessitam. São, desta forma, proprietários nominais que arrendam suas terras ao banco, que é o proprietário real da terra e “desempenham o mesmo papel que cabe ao proprietário fundiário dentro do sistema de arrendamento” (KAUTSKY, 1986, p. 129).

1.1 – A realização da mercadoria enquanto objetivo de uma ordem societal

De acordo com Marx (2011), o ponto de partida para iniciar qualquer análise sobre a sociedade, sob qualquer forma histórica de organização das forças produtivas, é *a produção material*; analisar os “indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada” (p. 39). Quando estamos falando em produção, “sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (p. 41). Cabe ressaltar que “todas as épocas da produção têm certas

características em comum, determinações em comum” (p. 41); assim como, toda produção contemporânea não é possível sem o trabalho anterior. As condições materiais de produção de um estágio do desenvolvimento da sociedade resulta do trabalho acumulado de uma sociedade anterior, portanto, há relação entre as determinações universais da produção com as particularidades de uma forma de produção específica de um estágio social. De acordo com Marx:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. (MARX, 2011, p. 58).

Naturalizando o homem e humanizando a natureza, para satisfazer suas necessidades, o homem produz o espaço dando distintas formas as paisagens. E, por forma diferenciada de paisagens compreendemos que cada grupo social (re)produz sua existência de acordo com as condições objetivas (materiais) que o seu meio físico-natural disponibiliza, assim como, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e meios de produção a que tem acesso, que são e estão disponíveis em determinado momento histórico sob determinada forma de organização produtiva. Portanto, apreendendo como os homens produzem, apreendemos as especificidades e singularidades da organização produtiva, de como as sociedades se organizam para sobreviver ou acumular riqueza. Como também, compreendemos o que há de novo e o que permanece no espaço, materializado em paisagens e relações sociais de produção que remontam a outro modo de produção que não o atual. Então, são as especificidades da produção sob condições sociais determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas que caracterizam uma sociedade, um modo de produção – “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo, etc.” (MARX, 2011 p. 43).

Para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido [...] Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a

universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica². (MARX, 2011, p. 43).

Entre as especificidades e particularidades da produção sob o modo de produção capitalista, está o trabalho abstrato, alienado, atividade vital do homem dirigido à produção de valor de troca. O trabalho, em sua universalidade, sob o capitalismo adquire características que o particulariza de outros modos de produção. O trabalho concreto, atividade humana dirigida a um *fim* objetivando a produção de um valor de uso, na mediação do intercâmbio entre o homem e a natureza, passa, com a sociedade do capital a adquirir a condição de *meio* pelo qual o produtor satisfaz suas necessidades – condição necessária à universalização do trabalho abstrato e do valor de troca. Na concepção do trabalho, enquanto trabalho concreto e realização humana e o conjunto de mediações de segunda ordem não estão interpostas entre a sociedade e a natureza, o trabalhador não se encontra estranhado da sua *essência*. Neste sentido, na dimensão concreta do trabalho o trabalhador é dono dos seus meios de produção e sua força de trabalho (o trabalhador em si) não é mercadoria.

De acordo com Mézáros (2002), a segunda ordem de mediações do sistema do capital constitui-se em: a família nuclear, os meios alienados de produção, o dinheiro, o fetiche da produção, o trabalho estruturalmente separado da possibilidade de controle, o Estado moderno e o incontrolável mercado mundial. Para o autor:

As mediações de segunda ordem do capital constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como “mediações”, em última análise destrutiva da “mediação primária”, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

Conforme o referido autor (MÉSZÁROS, 2007), a sobreposição de *mediações alienantes de segunda ordem* sobre as de *primeira ordem* cria um círculo vicioso eternizado – do qual não pode haver escapatória uma vez que se compartilha das perspectivas do capital, tornando-se um “problema sério e em princípio insuperável para o sistema do capital” (p. 40). Entretanto, para Mézáros (2006), somente com a superação da alienação capitalista, das mediações de segunda ordem desse sistema sociometabólico, ou seja, a transcendência da auto-alienação do trabalho (que é a causa

² Com base em Marx, não devemos ver estes momentos como partes autônomas e independentes, pois, “a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário” (2011, p. 46).

última da alienação) será possível objetivar formas "harmônicas" da relação homem-natureza. Como também, torna-se necessário compreender que "o potencial alienador inerente aos instrumentos e instituições da interação entre os homens pode ser controlado" (p. 227) para isso estes precisam ser "reconhecidos *como* instrumentos e conscientemente referidos a *finalidades humanas*".

Para Marx (2006a, Livro I, Vol. 1, p. 211), "quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma instintiva de trabalho". Esta revolução subversiva na condição do trabalhador e de sua força de trabalho de serem mercadorias só foi possível com o avanço nas forças sociais de produção e com as transformações nas relações de produção que se seguiram, especificamente como a forma hegemônica de relação de trabalho na sociedade do capital.

À dimensão qualitativa da efetivação do trabalho e dispêndio de força de trabalho no objeto útil sobrepõe-se a dimensão quantitativa da (des)efetivação do trabalhador na objetivação do trabalho estranhado do mundo da mercadoria. Para chegar à forma mercadoria, tão comumente aceita, longo processo histórico se deu; grandes transformações nas relações de produção foram necessárias. As forças naturais e organizativas do trabalho foram sendo apropriadas pelo capital: a cooperação e a divisão do trabalho são, a partir de então, forças contrárias ao trabalho, surgem como forças do capital. Com o acirramento da divisão social e territorial do trabalho e a expropriação dos meios de produção dos artesãos, o caminho para a consolidação da sociedade do capital e do fetiche da mercadoria está traçado. A partir deste momento, "a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias" (MARX, 2006a, Livro I, Vol. 1, p. 57).

É através da análise da forma adquirida pelo resultado do trabalho humano em mercadoria que Marx irá investigar a totalidade das relações sociais de produção que se desenvolve a partir da produção de mercadorias. Mas, cabe a ressalva de que a relação de produção assalariada não é dominante, particularmente na agricultura. No campo há a presença de produtores familiares que, como a posse dos meios de produção, não estão inscritos na formalidade jurídica da relação capitalista de produção.

De acordo com Marx (2006a, Livro I, Vol. 1), a mercadoria é “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (p. 57). Assim, o que passa a ser relevante à produção, de acordo com Luxemburgo (1985, p. 40), é “a forma de uso da produção total”, pois é o retorno do capital investido na produção acrescido de mais-valia a importância da produção; para isto, “é extremamente importante que seu produto total tenha uma forma determinada de uso” (p. 41) que lhe possibilite a renovação do processo de trabalho com a obtenção de meios de produção, meios de consumo pessoal para o trabalho e de melhor qualidade para o consumo de luxo do capitalista.

Observa-se que a objetivação do trabalho materializado na mercadoria traz em si um duplo caráter: o valor-de-uso e o valor-de-troca. O valor-de-uso nos mostra que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso” (MARX, 2006a, Livro I, Vol. 1, p. 58), mas na sociedade do trabalho estranhado não só a utilidade e necessidade das coisas é que determina a produção social, “as necessidades não se expressam de maneira vaga e geral, mas, ao contrário, são claramente determinadas e em termos quantitativos exatos” (LUXEMBURGO, 1985, p. 41), neste sentido é o valor-de-troca que impulsiona a produção social. Na sociedade capitalista o valor-de-uso (a utilidade e necessidade de um objeto) é condição *sine qua non* do valor-de-troca, condição na qual a propriedade privada faz com que os produtores independentes desenvolvam apetites consumistas de seus objetos – o que garantem a propriedade privada, pois o Estado e o Direito lhes asseguram a apropriação privada dos resultados do trabalho social.

Para Marx (2006a, Livro I, Vol. 1, p. 58), “O valor-de-uso só se realiza com a utilização e o consumo”, logo o consumo de produtos é condição essencial à existência dos seres humanos, portanto “os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”. Já o valor-de-troca “revela-se” na relação quantitativa que se estabelece entre os distintos (“espécies diferentes” de) valores-de-uso na proporção em que estes diferentes trabalhos, e resultados de trabalho, se trocam e se equivalem apesar de suas distinções para a realização da troca – “relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. Portanto, o objeto-mercadoria, diante do duplo caráter que possui, passa a ter também, duplicidade em sua propriedade material: “como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade

diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso” (p. 59). Processo no qual o produto do trabalho passou por uma “transmutação” que não representa somente desaparecimento do caráter útil das propriedades materiais e qualitativas do valor-de-uso, mas também “desaparece o caráter útil dos trabalhos nele corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto” (p. 60) empregados na produção do objeto, que já não apresentam distinção, apesar da forma diferente, todos distintos trabalhos e produtos são passíveis de troca com o estabelecimento do equivalente geral (o dinheiro), todos os trabalhos reduzem-se a trabalho humano abstrato. E, sob o domínio da mercadoria, o valor-de-uso só possui valor porque tem materializado/corporificado em suas propriedades úteis, trabalho humano abstrato.

De acordo com Debord (1997), a sociedade capitalista é uma sociedade marcada pelo poder de coisas que exercem domínio sobre os seus criadores, que exercem poder “sobrenatural” sobre seus criadores, ampliando sua escala de ação, despertando e criando desejos, subjugando o valor de uso ao valor de troca. O espetáculo como falseamento reificante, por ideologizado, domina as relações entre os homens. Debord (1997), sintetiza de forma excelente a mercadoria, o que aos nossos olhos é algo trivial, comumente aceitável, é resultado de longo processo de desenvolvimento histórico, onde a troca de mercadoria mediada pelo dinheiro – a coisificação da vida – é levada ao extremo, como ocorre na sociedade do capital. Assim,

Por esse movimento essencial do espetáculo, que consiste em retomar nele tudo o que existia na atividade humana *em estado fluido*, para possuí-lo em estado coagulado, como coisas que se tornaram o valor exclusivo em virtude da *formulação pelo avesso* do valor vivido, é que reconhecemos nossa velha inimiga, a qual sabe tão bem, à primeira vista, mostrar-se como algo trivial e fácil de compreender, mesmo sendo tão complexa e cheia de sutilezas metafísicas, *a mercadoria* (DEBORD, 1997, p. 27).

De acordo com o autor, “o mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido” (DEBORD, 1997, p. 28). A sociedade do capital, do poder do espetáculo que é a mercadoria desenvolvendo seu fetichismo sobre todos, é a sociedade no qual o extremo da coisificação do homem e da natureza foi levada a diante a nível de mundo, objetivando a acumulação do capital. A universalização do valor-de-troca representa a espetacularização de toda a sociedade, tudo nela desenvolvendo e perpassando com interesses de realização da mercadoria. A

produção do espaço é, nesta sociedade, a realização da mercadoria, do trabalho excedente que nela contém, para tanto o espaço é produzido e reproduzido incessantemente de forma alienada: “e o mundo da mercadoria é assim mostrado *como ele é*, pois seu movimento é o *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo que produzem” (p. 28). Um produzir-reproduzir que domina o vivido, o cotidiano afastando os homens de sua condição humana por (des)realizar na produção, por auto-alienar no processo produtivo. Neste sentido, “a forma-mercadoria é a igualdade confrontada consigo mesma, a categoria do quantitativo. Ela desenvolve o quantitativo e só pode se desenvolver nele” (p. 28).

Neste sentido, concordamos com Mészáros (2006, p. 133), quando nos diz que “os aspectos mais importantes desse modo de produção, diretamente relevantes para o nosso problema, são a ‘reificação’, o ‘trabalho abstrato’ e os ‘apetites imaginários’. Porque é a partir da supremacia da propriedade privada, do trabalho abstrato e da mercadoria como formas da produção socialmente aceitas e hegemônicas que ocorre a efetivação da reprodução ampliada, a tendência à universalização do modo de produção, apesar da diferenciação e contradições que surgem no processo de mundialização do capital.

É objetivando a realização da mercadoria, momento através do qual ocorre a realização da mais-valia, que o desenvolvimento sob a ordem do capital mobilizará sua estrutura e infra-estrutura. É com o intuito de acúmulo do valor que as personificações do capital, juntamente com o auxílio da estrutura do Estado, avançará sobre a agricultura. Para obter uma maior rentabilidade, através da apropriação da renda da terra, o desenvolvimento da sociedade capitalista amplia sua escala de ação para além da escala urbana e das atividades industriais. O campo e os seus sujeitos passam a ser alvo da ordem capitalista, pois são envolvidos na lógica da acumulação do valor: seja através da exploração do trabalho, com a territorialização do capital ou, seja através da sujeição da renda da terra camponesa, com a monopolização do território. Assim, as personificações do capital, de uma forma ou de outra, apropriam-se do valor produzido na agricultura. Dessa forma, os trabalhadores do campo envolvem-se em uma ordem sociometabólica que amplia e complexifica suas relações de troca e, conseqüentemente, a monetarização da unidade de produção familiar camponesa (U. P. F. C.). A troca e a necessidade de mercadorias tornam-se constantes entre camponeses, com isso a

mercadoria consegue transformar a organização produtiva de uma unidade familiar, agora mais sujeita aos movimentos do capital.

O espaço geográfico do capitalismo, enquanto base material para o desenvolvimento da sociedade, é o espaço da conflituosidade dos interesses antagônicos de classes antagônicas. A burguesia querendo expropriar a classe trabalhadora do campo e da cidade, acumulando riqueza, extraindo mais-valia ou sujeitando a renda da terra; enquanto o proletariado e camponeses almejam satisfazer suas necessidades que não seja sob o jugo do capital. É a partir dessa conflituosidade irreconciliável de classes – que o espaço geográfico configura-se num “território em disputa” (PAULINO, 2008). De acordo com Paulino: “o debate acerca do território nunca foi tão oportuno, dada a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, recursos e energia vital aos imperativos da acumulação” (PAULINO, 2008, p. 214). De acordo com a referida autora:

Considerando que não é o princípio da acumulação simples, mas o da acumulação ampliada a força motriz deste modo de produção, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (PAULINO, 2008, p. 214).

O Território, por esse viés, enquanto categoria de análise da ciência geográfica nos remete à luta de classes, à relação de poder que se estabelece a partir de interesses de classes antagônicas – “o Território reflete a materialidade da sociedade de classes” (SOUZA, 2008, p. 101). Luta que objetiva a permanência (para a burguesia e o Estado) ou a transformação radical (para a classe trabalhadora) da lógica societal do capital.

Na agricultura, a propriedade/posse da terra possui duas formas de realização do uso: o capitalista vê a possibilidade de extração e acumulação do lucro e da renda da terra sempre em escala ampliada; já para os camponeses proprietários ou sem-terra, a terra representa a possibilidade de garantia da reprodução da vida, da família. Aí se estabelece o acirramento de conflitos e contradições ao redor da apropriação privada da terra na sociedade capitalista – causa primeira do campo se tornar um “território em disputa”. Daí, conforme destaca Souza (2008), serem os interesses antagônicos das classes sociais que conformam diferentes territórios, “daí a importância da compreensão

dessa categoria analítica nos estudos geográficos, que tem por finalidade analisar as contradições no processo de produção espacial da existência” (p. 90). Assim, cabe ressaltar que é a desigualdade e acirramento de contradições, como observamos atualmente, que nos possibilita “encarar o espaço como ele é: o espaço da libertação e não da prisão. O espaço aprisionado pelo capital, através de suas firmas e instituições, especialmente o Estado”. (CONCEIÇÃO, 2009 p. 231).

1.2 – Estado-Capital-Trabalho: Contradições na/da Reprodução do Espaço do Capital

A partir dos anos 1990, torna-se hegemônico o discurso ideológico do desenvolvimento local, face às repercussões que a crise da dívida na década anterior ocasionou ao país, com graves consequências sociais e estagnação econômica. Assim, a substituição do discurso nacional-desenvolvimentista fazia-se necessário, no entanto, o desenvolvimento local tem como instituição à frente, para a implementação das mudanças estruturais o Banco Mundial. Dessa forma, os ajustes a serem implementados são “formas” de planejamento para facilitar a reprodução ampliada do capital, não importando suas consequências sociais e econômicas (LISBOA & CONCEIÇÃO, 2007)³.

Os ajustes implementados constituem-se, na verdade, em Políticas Públicas de “adaptação”, conforme Chesnais (1996) analisa. E, para tal, a dimensão local torna-se fundamental, pois, “engendrada pela mundialização do capital, a dimensão local traz o caráter dinâmico do território, sustentada na idéia da potencialidade dos lugares, que se tornam interessantes, atrativos e úteis ao movimento do capital” (LISBOA & CONCEIÇÃO, 2007 p. 116). Dessa forma, nesse momento,

O destaque é para o território enquanto ator do desenvolvimento. Entra em vigência um modelo que visa o uso do território em

³ Lisboa (2007, p. 90) destaca que “o desenvolvimento não é compatível com ações distributivas, seu ritmo não evita que se alastrem irracionalidades. Ele apenas alimenta grupos de interesses econômicos e políticos. A negação dessa dialética impede a apreensão dos desdobramentos sócio-espaciais da ideologia desenvolvimentista nos diferentes países. Explicar esse fenômeno exige que as abordagens levem em consideração as formas assumidas pelo processo de reprodução do capital a partir da apropriação de espaços para acumulação”.

decorrência de seus potenciais. Trata-se de entender as interconexões entre o local (a comunidade) e o global (o supranacional), trazendo para o centro dos interesses econômicos a valorização do potencial de cada território. Os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar a alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir as suas demandas, por sua vez, a descentralização transfere para a sociedade civil (contraditoriamente, retira dela) a responsabilidade pela eficácia desse território (LISBOA & CONCEIÇÃO, 2007 p. 122).

Sendo assim:

Pode-se ver como a reestruturação econômica impõe adaptações pondo em evidência a interação entre os âmbitos local e global, considerando que é o nível local que dispõe do ambiente propício à inovação. Nestes termos, os gestores públicos são convocados a estimular as iniciativas de desenvolvimento local com intervenções na reestruturação produtiva dos seus sistemas produtivos, de modo que esta orientação do desenvolvimento possa promover a revanche ao caos provocado pela globalização (LISBOA & CONCEIÇÃO, 2007 p. 125).

Esse processo se dará de forma desigual no tempo-espaço, obedecendo à lógica da divisão territorial do trabalho. No Brasil, só se manifestará a partir de 1980, mas atingindo amplitude e profundidade no início dos anos de 1990 (THOMAZ JÚNIOR, 2004 *apud* DIAS OLIVEIRA, 2009 p. 01). A difusão de técnicas, baseada nos intensos avanços em P&D – Pesquisa e Desenvolvimento –, que se dá nos centros de pesquisas universitários, será um dos meios para realização dos objetivos do capital. Para tanto, o Estado será fundamental viabilizando Políticas Públicas que contribuem à acumulação do capital⁴. Devemos compreender que:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de

⁴ A participação do Estado, mesmo o Estado Neoliberal, no controle da economia e de setores estratégicos da sociedade é fundamental para a manutenção da acumulação, mesmo que defendam o Estado “mínimo”. O que ocorre nesse período, conforme Mészáros, é a “hibridização” em evidência até nos países capitalistas mais avançados. Sua principal dimensão é o sempre crescente *envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital*. Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao “recuo das fronteiras do Estado”, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado. (MÉSZÁROS, 2007, p. 92-93 Grifos nossos).

que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2005 p. 193-194).

Portanto, é o Estado neoliberal que viabiliza a inserção de locais, com suas tradições comunitárias na lógica do lucro. Levando “progresso e desenvolvimento”, seja através do crédito financeiro (tipo Pronaf) ou na aquisição de insumos de alta tecnologia, pela parte “atrasada” do campo.

Harvey (2009b), tendo por base a análise de Marx sobre o modo de produção capitalista, refere-se a três características essenciais deste modo de produção, condições necessárias sempre com a tendência à reprodução em escala ampliada do capital que são inconsistentes e contraditórias desde o princípio e por isso o desenvolvimento sociometabólico da sociedade do capital é propenso a crises: primeiro, o capitalismo é orientado para o crescimento, portanto, uma taxa de crescimento equilibrada é essencial a “saúde” do sistema econômico capitalista, “visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada” (p. 166); segundo, o crescimento está apoiado na exploração do trabalho vivo na produção; terceiro, o “capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico” em decorrência em parte das “leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em busca de lucro” (p. 169). Com base nesta última característica, o referido autor diz:

Se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do *modo de regulamentação*, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a *ideologia* de que o “progresso” é tanto inevitável como bom. (HARVEY, 2009b, p. 169 grifos nossos).

Seguindo a análise de Harvey (2009b), torna-se fundamental compreender como o modo de produção capitalista, apesar das contradições que cria em seu desenvolvimento, consegue manter-se. De acordo com o autor, ocorreram grandes eventos desde a primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973 e, segundo Harvey, “são abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc.” (HARVEY, 2009b, p. 117). Estas transformações (eventos) pela qual passa

o modo de produção são, segundo o autor, “uma transição no *regime de acumulação* e no *modo de regulamentação social e política* a ele associado” (p. 117).

Tendo embasado sua análise em Aglietta (1979), Lipietz (1986) e Boyer (1986), Harvey resume o regime de acumulação da seguinte forma:

Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”. Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente”. (HARVEY, 2009b, p. 117).

Harvey observa que há um problema no desenvolvimento (ou estabelecimento) de um novo regime de acumulação e esse problema se refere a como “fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos [...] assumirem alguma modalidade de configuração” (p. 117), pois só assim o regime de acumulação manter-se-á. Ou seja, só satisfazendo os interesses individuais de capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas, etc., um regime de acumulação se estabelece (o que já se mostra enquanto tarefa impossível por longo tempo sob o modo de produção capitalista diante dos interesses antagônicos destes indivíduos). É objetivando uma “modalidade de configuração” entre os distintos interesses individuais que será necessário o modo de regulamentação social e político que, segundo Harvey:

Tem de haver, portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de *modo de regulamentação*”. (LIPIETZ, *apud*, HARVEY, 2009b, p. 117).

Podemos compreender como se estabelece um regime de acumulação, que nada mais é que uma reestruturação (reorganização) produtiva que tem ocorrido nos momentos de crise de acumulação. Assim ocorreu para o estabelecimento do regime de acumulação fordista, assim foi necessário para a consolidação do regime de acumulação flexível. Para a consolidação do regime de acumulação o Estado desempenha papel fundamental. De acordo com Harvey (2009b), no contexto do pós-guerra:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período do pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. (HARVEY, 2009b, p. 129)

Com a contribuição auxiliar do Estado, o regime de produção e acumulação fordista se estabelece; “é claro que o fordismo dependia da assunção pela nação-Estado – como Gramsci previra – de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social” (HARVEY, 2009b, p. 130). Assim também foi essencial sua (des)regulamentação para que o regime de produção flexível se estabelecesse com a crise.

A discussão sobre regime de acumulação e modo de regulamentação social e política torna-se fundamental, pois a partir dela podemos perceber que está implícita a necessidade de forte controle (disseminação) ideológico para que um regime de acumulação se estabeleça e o capital mantenha seu ciclo de acumulação. Para resolver, mesmo que temporariamente, as dificuldades (contradições) do sistema econômico capitalista o Estado, como mostrado anteriormente, é fundamental.

Harvey (2009b) afirma que a “mão invisível” do mercado smithiana “nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo”. Para o autor: “algum grau de ação coletiva – de modo geral a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado” e assim, “evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio de monopólio quando este não pode ser evitado” (HARVEY, 2009b, p. 118). Ainda de acordo com o referido autor:

Na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais), aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo. Essas pressões podem ser diretas (como a imposição de controles de salários e preços) ou indiretas (como a

propaganda sub-liminar que nos persuade a incorporar novos conceitos sobre as nossas necessidades e desejos básicos da vida), mas o efeito líquido é moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modos cuja compreensão vai além da análise das transações de mercado. (HARVEY, 2009b, p. 118).

Mesmo assim, na conflituosidade de interesses de classes que se manifesta entre o valor-de-uso e a negação pelo valor-de-troca, o espaço é produzido e reproduzido pelos interesses do capital; o território vai sendo apropriado e posto a serviço da acumulação da riqueza a partir da expropriação dos trabalhadores (adquirindo formas e feições que nos remetem às contradições do desenvolvimento desta sociedade de classes, desigualdade combinada e contradições que fazem parte da lógica de desenvolvimento sociometabólico auto-destrutiva da espacialização das relações capitalistas). Espacialização tutelada pelo Estado, que com suas políticas públicas cria meios pelo qual o capital apropria-se do trabalho (mais-valor). De acordo com Dutra Junior (2008, p. 15), “a reflexão sobre o Estado na condição sociometabólica do capital é de suma importância para desvelar as formas sutis” que o capital apropria-se do trabalho e da vida do trabalhador. Apropriação que se dá no âmbito da produção de mercadorias, do valor de troca.

Manter o controle e a gestão da massa produtora dos valores de troca, estar posto na perspectiva de viabilizar a produtividade permanente do sistema, desenvolver mecanismos de contratendência às quedas na taxa de lucro, eis algumas das “funções” essenciais do Estado no sistema do capital; que além do exposto detém o controle legal (monopólio da coerção institucionalizada), criando portanto, possibilidades de potencializar a extração do sobretrabalho (um mecanismo chave na ‘bomba de extração do trabalho excedente). (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 16).

Em uma sociedade fundamentada na extração do sobretrabalho, a partir da apropriação desigual/individual do resultado do trabalho social, a intensificação da exploração e, conseqüentemente, a miserabilidade da classe trabalhadora aumenta consideravelmente com o desenvolvimento da sociedade do capital (aumentaram também as contradições desenvolvidas por este modelo de sociedade). O que torna necessário a presença do Estado para controlar qualquer manifestação que venha ameaçar a seguridade do desenvolvimento capitalista, ou seja, que venha reduzir a taxa de lucro, como também, qualquer ameaça que questione a propriedade privada e a exploração dos trabalhadores. Para tanto, “o Estado é uma força no sentido da manutenção do *“status quo”*, estrutura que usa a força repressiva e ideológica de seus

aparelhos para dominar, controlar, cooptar, arrefecer manifestações da classe trabalhadora: “a lei, a tributação, a coação, a coerção consentida (construída no âmbito ideológico), a partir do cotidiano da luta política, apresentam-se como instrumentos de dominação de classe” (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 23).

Na condição sociometabólica do capital, o Estado é fundamental como arquiteto da construção/divulgação da *ideologia capitalista* e germinador da semente do capital (mecanismos de extrair sobretrabalho). Ele perpetua a produção da mais-valia oferecendo condicionantes infra-estruturais (financiamentos e obras diversas – apropriadas privadamente) e na dimensão jurídico-política e ideológica (o controle do poder político é imprescindível para qualquer empreitada relativa à reprodução das relações de produção). (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 23).

No espaço agrário, o Estado desenvolverá Políticas Públicas de desenvolvimento, inserindo no campo a lógica de acumulação capitalista. A adoção de pacotes tecnológicos para modernização do processo produtivo na agricultura, aumentando a produtividade do trabalho e o produto excedente – com o discurso do fim da fome –, viabilizando a implementação dos avanços científicos da revolução verde é por onde as abstrações teóricas da ideologia hegemônica conseguirão abrir o caminho para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. No primeiro momento, esta modernização tecnológica criará maior dependência-subordinação do campo à cidade; com a renda da terra sendo apropriada por setores do capital produtivo da indústria e do comércio – pela aquisição de insumos e máquinas. Estas são condições materiais objetivas da produção que não são de posse dos produtores e que o desenvolvimento social os levam a adquirir para produzirem de acordo com as condições médias de produção disponibilizadas para o setor agrícola sob as condições socialmente determinadas e aceitas.

A apropriação da renda (ou parte da renda) ocorre em amplitude maior, dificultando a manutenção do produtor na agricultura. Isso somado a uma conjuntura desfavorável à economia brasileira (no sentido de alcance da taxa média de lucro satisfatória ao capital industrial que não consegue satisfazer os índices de superávit primário com a finalidade de pagar os serviços da dívida), possibilitará o segundo momento para a apropriação da renda da terra da agricultura – agora também, com o capital financeiro encabeçando os processos de extração do mais-valor pelo mundo (CHESNAIS, 2005), onde as Políticas Públicas de financiamento da produção agrícola

dos grandes e pequenos proprietários fazem o papel de mediador entre o capital financeiro e o produtor. Neste sentido, ocorrerá a sujeição da renda da terra ao capital diante da maior dependência-subordinação do campo à cidade, que em sua dialética contraditória estabelecida no âmbito da divisão territorial do trabalho, o capital localizado na cidade apropria-se do valor produzido pelo trabalho na agricultura.

Se o cerne da produção capitalista é a ampliação da produção, mesmo com todas as contradições e conflitos que surgem a partir dessa necessidade de reprodução ampliada, faz-se necessária a tomada de ações de grande magnitude por parte de um dos elementos que constituem a tríade na qual se baseia a sociedade capitalista Estado-Capital-Trabalho. Cabe ao Estado controlar as potenciais rebeliões emancipatórias promovidas pela classe trabalhadora, pois, de acordo com Mészáros (2002), “com o aumento da escala das operações pela integração das unidades de produção, aumentam também as dificuldades de assegurar o domínio do capital sobre o trabalho por meio de uma estrutura de comando sem sujeito” (p.126). As dificuldades se põem porque a sociedade capitalista está baseada na alienação dos produtores, alienação que acarreta na degradação do trabalhador – o sujeito real da reprodução social – rebaixado à condição de “objetividade reificada” e “mero fator material de produção”.

Para desempenhar suas funções produtivas, com a consciência exigida pelo processo de produção como tal – sem o que deixaria de existir o próprio capital –, o trabalho é forçado a aceitar um outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade seja apenas um pseudo-sujeito. Para isto, o capital precisa de personificações que façam a mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos como ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real, potencialmente o mais recalcitrante, do processo de produção. (MÉSZÁROS, 2002, p. 126).

De acordo com a leitura de Mészáros (2002), compreende-se que quem irá oferecer a garantia de que a recalcitrância e as rebeliões potenciais da classe trabalhadora não irão fugir ao controle do capital é o Estado. O Estado terá papel fundamental e relevante em relação à contradição que se estabelece entre o capital e o trabalho. “O Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes. No entanto, a alienação do controle e os antagonismos por ela gerados são da própria natureza do capital” (p. 127). No entanto, nem todo o poder ideológico reificante da sociedade capitalista, que busca a difusão universal por toda a eternidade do valor de troca materializado nas mercadorias, consegue obter o

consenso e aceitação por parte da classe trabalhadora por todo o sempre; “nem a garantia dissuasória do Estado contra a potencial rebelião política podem eliminar completamente as aspirações emancipatórias (autocontrole) da força de trabalho. (p. 127). Então, a paz harmoniosa e perpétua entre o capital e o trabalho ou entre as partes individualizadas do capital não é possível por longo tempo, pois há uma grande contradição que “objetivamente se intensifica entre os imperativos materiais do capital e sua capacidade de manter seu controle sobre o que mais importa: *o próprio processo de produção*” (p. 127 grifos nosso) e, a base desta contradição, de acordo com o autor, “é a tendência a uma “crescente *socialização da produção* no terreno global da produção (p. 127).

De acordo com Dutra Junior:

A produção do espaço (das formas espaciais) age no sentido de conter, ou pelo menos dirimir, as crises do capital. O espaço enquanto mundialidade é a realização momentânea das soluções (efêmeras) de subconsumo e superacumulação. O vaivém entre espaços de uso e de troca aponta a vitalidade do território (enquanto espaço que se realiza na forma da propriedade privada) para a dinâmica da reprodução ampliada do capital. O modo de produção capitalista sobrevive eminentemente a partir da expansão geográfica, a produção para ser convertida em mais-valia precisa ‘completar e acelerar’ o circuito P – D – C – C. A partir do momento em que se caminha da subordinação formal à sujeição real todos os aspectos da vida material estão mercantilizados, guardadas as proporções particulares. (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 27-28).

Os limites da acumulação do capital com margens satisfatórias de taxas médias de lucro apresentam-se desde o século XIX. A concorrência capitalista levou à concentração e centralização do capital como também ao aperfeiçoamento da tecnologia utilizada nos processos de produção de mercadorias – o que elevou significativamente a produtividade do trabalho e a redução relativa do número de empregados no setor produtivo. A expressão destes processos pode ser observada nas crises de sobreacumulação ou nas crises de subconsumo, resultantes das contradições do modo de produção capitalista que tem ocorrido ao longo do desenvolvimento social regido pelo acúmulo do capital. Para resolver essas crises, com o intuito de acumular o mais-valor, a ação dos Estados imperialistas será uma alternativa encontrada pela ordem societária.

As dificuldades encontradas pelos clássicos da Economia (Smith, Quesnay e Marx) em explicar a reprodução ampliada está presente em toda a primeira seção do

livro *A Acumulação do Capital*, de Rosa Luxemburg (1985). A autora nos mostra os obstáculos com que se deparou Marx em justificar a acumulação em escala ampliada. A justificativa utilizada por Marx para explicar a acumulação é encontrada nas relações de troca que se estabelecem entre o departamento I (produtor dos meios de produção) e o departamento II (produtor dos meios de consumo). As respostas que Marx chegou em sua análise do desenvolvimento capitalista, de acordo com Luxemburg (1985), acabaram reduzindo-se à reprodução simples (onde toda mais-valia gerada no processo de produção é consumida pelo capitalista) e preso à indagação de onde viria o dinheiro para garantir a reprodução do capital em escala expandida. Para Luxemburg, a questão de onde vinha o meio de circulação (o dinheiro) era um problema dos menos relevantes a se resolver. A grande questão para se entender a reprodução ampliada, posta por Luxemburg está em como garantir o consumo de todo capital-mercadoria resultante da ampliação da produção com os constantes aportes de capital (mais-valia) originário de trabalhos anteriores. Inicialmente, a autora observa no desenvolvimento do comércio exterior a garantia de consumo da mercadoria em escala ampliada. Posteriormente, desenvolve a tese de que a acumulação não se dá somente através de reprodução do capital, mas a presença de setores não-capitalistas é fundamental para a acumulação do capital, assim como mostra como o capital financeiro, a ação de Estados imperialistas e as guerras desenvolvem-se a partir da concorrência capitalista, que concentra e centraliza o capital em monopólios que disputam o mundo como um mercado para a ação de suas empresas, processos que ocorrem a partir do desenvolvimento do capitalismo (também analisados por Lênin).

De acordo com Luxemburg (1985), o esquema marxiano de acumulação do capital estabelece as seguintes condições: o mais-valor destinado à capitalização assume desde o princípio a forma material do capital, ou seja, meios adicionais de produção e de subsistência; a produção ampliada desenvolve-se essencialmente utilizando meios próprios de produção e subsistência produzidos sob relações de produção capitalista; o volume da ampliação é determinado pelo volume da mais-valia a capitalizar, ou seja, antecipadamente já se sabe o volume da produção ampliada; e, por último, como resultado desta autonomia da produção capitalista, em sua produção auto-sustentável por consumir o próprio mais-produto, “não há nenhum limite para a acumulação capitalista” (p. 228), a acumulação prosseguiria ininterruptamente.

O esquema marxista da reprodução ampliada respeita essas condições. Nele a acumulação se processa sem que se perceba para quem, ou para que novos consumidores essa ampliação da produção se verifica. O esquema apresenta, mais ou menos, o seguinte andamento: amplia-se a indústria de carvão para ampliar a indústria de aço. Esta se amplia para que possa ampliar-se a indústria mecânica [...] Que o esquema de Marx considerado em si mesmo permite, de fato, tal interpretação, é comprovado pelo simples fato de Marx descrever o processo da acumulação do capital total ocorrendo em uma sociedade composta por nada mais que capitalistas e operários, conforme se conclui de suas repetidas afirmações expressas nesse sentido (LUXEMBURG, 1985, p. 228).

Conforme Luxemburg (1985), esse esquema não consegue explicar o processo de acumulação em escala expandida da forma como ele ocorre realmente e desenvolve-se historicamente, pois o esquema parte do pressuposto no qual a acumulação ocorreria a partir do consumo social exclusivo dos operários e capitalistas, onde o domínio das relações sociais de produção seria do modo de produção capitalista. O pressuposto do esquema de Marx não indica o destinatário para que realize o progressivo crescimento da produção. Assim sendo, pelas condições estabelecidas pelo esquema, não existe nenhuma outra classe social, somente capitalistas e trabalhadores: “sendo que todas as “terceiras pessoas” da sociedade capitalista (funcionários, profissionais liberais, clérigos, etc.) devem ser acrescentados, como consumidores, a essas duas classes, de preferência à dos capitalistas” (p. 239). Entretanto, Luxemburg comenta num pequeno trecho em referência ao esquema da reprodução ampliada de Marx que: “depois de examinado mais de perto, nos aponta em todos os sentidos, e transcendendo as próprias relações, para relações que se situam fora da produção capitalista e da acumulação” (p. 241).

A realização da mais-valia é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista. Prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores, não a consumidores. A realização da mais-valia não nos indica nada, previamente, sobre a forma material dessa mais-valia. O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam de modo capitalista. (LUXEMBURG, 1985, p. 241).

Essa realização da mais-valia pode ser explicada pela aquisição dos meios de consumo, fornecido em quantidade maior pela produção ampliada, por compradores de países não-capitalistas. Foi dessa forma que ocorreu a realização da mais-valia no

desenvolvimento do capitalismo, transferindo o mais-produto para países e populações não-capitalistas através do comércio exterior. A partir disso, Luxemburg (1985) deduz que a forma material da mais-valia “não tem nada a ver com as necessidades da produção capitalista em si mesma. Sua forma material corresponderá às necessidades daqueles círculos não-capitalistas, que auxiliam na realização desta” (p. 243). Assim, a realização da mais-valia não é o único elemento que importa na reprodução. Há a necessidade de encontrar em quantidade correspondente os elementos materiais necessários à reprodução ampliada – força de trabalho e meios de produção que, mais uma vez, Luxemburg mostra a relevância de camadas da população vivendo sob formas não-capitalistas para garantir as necessidades de ampliação da produção. População de países que vivem e trabalham sob outras relações sociais de produção que não a capitalista. Assim, o império inglês estabeleceu relação com o algodão da América escravocrata, com os produtos da China e da Índia. Assim, capitalizando o que não foi produzido de forma capitalista: nem os meios de produção utilizados por sua indústria, nem a força de trabalho que produziu esses meios de produção, o modo capitalista de produção desenvolve-se transformando em capital constante e variável o que não era para o ser. Conforme Luxemburg (1985), se o capital “dependesse, pois, exclusivamente dos elementos de produção disponíveis no âmbito determinado por limites tão estreitos, jamais teria alcançado o nível a que chegou e seu desenvolvimento teria sido impossível” (p. 245). Neste sentido, a “acumulação primitiva” é uma necessidade constante do capitalismo, não foi somente necessária no período inicial do desenvolvimento do modo de produção. O capital,

Mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas [...] Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas não-capitalistas. Essas formas constituem o meio histórico que assiste ao desenrolar desse processo. Verdade é que, por si só, a hipótese do domínio geral e exclusivo do capital não basta para que a acumulação do capital se configure como tal, uma vez que sem o meio não-capitalista ela se torna inconcebível sob todos os pontos de vista (LUXEMBURG, 1985, p. 250).

O modo de produção capitalista “vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não-capitalista” (LUXEMBURG, 1985, p. 253). O projeto civilizatório do capital para países com populações não-capitalistas, levado a cabo por potências imperialistas, tem como objetivo a destruição da organização social

desses povos – relações de produção e propriedade que não condizem com os imperativos do capital, que é a acumulação sempre em escala expandida do capital (um exemplo de relação que impossibilita os anseios do capital é a propriedade comunal). É particularmente relevante a seguinte observação:

Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. *Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz.* Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. As formas de produção da *economia natural* de nada servem, no entanto, ao capital para a realização de qualquer um desses fins (LUXEMBURG, 1985, p. 253).

Um exemplo foi o que ocorreu com a economia natural, que se caracterizava por ser uma economia baseada na auto-suficiência dos produtores, onde a produção era destinada a satisfazer as próprias necessidades, e a propriedade da terra era comunitária. Comprendemos que essa relação social na qual se desenvolvia a economia natural não condiz com as necessidades do capital, ela não necessitava de nenhuma ou quase nenhuma mercadoria exterior ao seu sistema de produção, como também, o excedente que essa organização econômica produzia (quando o produzia) não era levado ao mercado, mas estocado para eventualidades futuras. Neste sentido, a economia natural contraria aos anseios da acumulação, por que ela “cria dificuldades sérias às exigências do capital”. Por isso, a luta do capitalismo, para sua consolidação e pleno desenvolvimento, é contra qualquer relação de propriedade e produção que dificulte a acumulação; é “destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal” (LUXEMBURG, 1985, p. 254). Percebemos com isso que o campesinato contemporâneo, com sua propriedade privada familiar, não está em desacordo com os imperativos do capital.

O meio utilizado para destruir as formas de economia natural são: primeiro através da dissolução de relações não-capitalistas – de produção e de propriedade; eis o primeiro passo a caminho da transformação dos grupos não-capitalistas em capitalistas ou produtores familiares individuais. Uma segunda condição, objetivando a aquisição de meios de produção e a realização da mais-valia, após a destruição da organização social, é a inclusão dessas comunidades na economia e na circulação mercantis. De

acordo com (LUXEMBURG 1985, p. 265): “todas as camadas e sociedades não-capitalistas têm de se tornar consumidoras de mercadorias do capital e têm de vender-lhe seus produtos”. Dessa forma, ocorreu nas possessões dos impérios europeus. As potências imperialistas levavam forçosamente a abertura comercial de seus domínios: utilizando armas, provocando guerras, destruição e morte. Atualmente, as Políticas Públicas encabeçadas por governos subservientes ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao Banco Mundial realizam a função dos exércitos imperiais e inserem comunidades não-capitalistas na lógica do capital. Espacializando-se desigualmente o capital consegue obter taxas de lucro maiores por expor a força de trabalho a uma concorrência em escala mundial. Produzindo desigualmente o espaço, põe regiões inteiras do mundo em disputa, que oferecem vantagens para a alocação de indústrias em seus territórios, assim, mais uma vez, as personificações do capital obtêm taxa de lucro mais satisfatórias, pela exploração da força de trabalho e meios de produção no mundo. A expressão do desenvolvimento capitalista em escala ampliada é a desigualdade espacial, que tem proporcionado o acúmulo do capital, processo que não se desenvolve sem o acirramento de contradições.

1.3 – O Campo Sergipano no Contexto da Reprodução Ampliada do Capital

Lisboa (2007) destaca para as nações subdesenvolvidas e que objetivavam sair dessa condição como exemplo o Brasil (o Brasil “saiu” da condição de subdesenvolvido para a situação “em desenvolvimento”, apesar de acirrarem as contradições no país), devia merecer atenção qualquer proposta que representasse a “possibilidade de desobstruir os entraves para alçar o estágio novo ou de economia moderna” (p. 43). Conforme Lisboa, os discursos estavam fundamentados na Economia clássica e neoclássica, onde o contraste entre as estruturas tradicionais e as estruturas modernas encontradas nestes países deviam ser superados. Partindo deste objetivo, “o progresso representa a única possibilidade de transição do arcaico para o moderno e o pressuposto da remoção de obstáculos para alcançar o desenvolvimento é nuclear” (p. 43). Neste sentido, é no pensamento econômico clássico e neoclássico que reside o paradigma

dominante da ciência econômica do mundo capitalista objetivando a superação dos entraves ao desenvolvimento das nações subdesenvolvidas.

Marshall (1983), Keynes (1970), Shumpeter (1961) e Rostow (1961) apresentam enfoques programáticos aprofundados em análises funcionalistas do sistema. A lógica subjacente às suas teorias coloca que o obstáculo à transformação das nações é de ordem econômica e impõe a difusão, em todos os Estados, dos níveis e métodos de vida das regiões evoluídas. A tese central sustenta que na relação entre o atrasado e o setor moderno ou industrial reside uma dificuldade para assimilação da necessidade de rompimento da estrutura de atraso, colocada como estranguladora do crescimento, e que impede a generalização do processo de modernização. O avanço técnico é central na lógica do desenvolvimento. (LISBOA, 2007, p. 46-47)

Conforme Lisboa (2007), o que se pôde perceber das variadas concepções da Economia objetivando a superação do atraso nas nações subdesenvolvidas⁵:

É que se deduzem medidas de política econômica susceptíveis de melhorar o sistema econômico vigente, onde o Estado, ou não interfere, ou tem sua participação máxima, em estreita união com os monopólios, apoiando o setor privado e fundindo-se a ele ao fornecer-lhes fundos para fazer face às exigências de capital impostas pelo avanço da técnica. Estas proposições aparecem explicitamente nas propostas dos reformadores das políticas públicas para resolver as questões dos desajustes internos a cada país e influenciam economistas em diferentes países da América Latina e do mundo. (LISBOA, 2007, p. 51)

De acordo com Lisboa, entre as teorias mencionadas, é observado “um escamoteamento da origem do excedente econômico que se produz”, escamoteamento que nega a expropriação do valor excedente produzido pelo trabalho: mais-valia e renda da terra. Conforme Lisboa (2007), “o máximo que elas explicam é que o trabalho é a fonte do lucro, mas não se discute como se realiza a apropriação gratuita do trabalho alheio, ou seja, da própria fonte do que elas ratificam como desenvolvimento”. (p. 51). Neste sentido, estas teorias traçam um caminho evolucionista e etapista. Assim o planejamento estatal passa a ser uma estratégia utilizada para solucionar os desvios econômicos do país, receitando investimentos em modernização técnica, para que as nações ditas subdesenvolvidas seguissem em direção ao desenvolvimento – não

⁵ Lisboa (2007) destaca que para buscar a superação da condição de atraso foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), na qual seus intelectuais queriam mostrar a industrialização como o caminho seguro para alcançar o take-off de Rostow. Neste sentido, conforme Lisboa: “de acordo com o discurso cepalino a continuidade no modelo agroexportador tenderia a distanciar cada vez mais o poder econômico entre os países *periféricos* e os países *centrais*. Preconizava-se uma política de industrialização e modernização com protecionismo estatal” (LISBOA, 2007, p. 75)

analisando o desenvolvimento do modo capitalista de produção enquanto um desenvolvimento desigual, mas contraditoriamente combinado onde “o capitalismo vale-se das áreas pobres, pois, sem elas, ele não se formaria” (LISBOA, 2007, p. 52). Conforme Lisboa:

A propagação desigual do progresso técnico, colocado como central para alavancar o desenvolvimento econômico, expressa a maneira da divisão internacional do trabalho, que coloca de um lado o conjunto das economias industrializadas e, de outro, economias exportadoras de produtos primários, que não dispõem do comando do seu próprio crescimento. Estas diferentes/desiguais economias são consideradas como modelos antagônicos e não como unidade, onde a economia avançada se alimenta da economia tida como atrasada. (LISBOA, 2007, p. 52).

Esta leitura é condição para que muitos estudiosos simplifiquem suas explicações na análise das situações dos diferentes países. Isto porque:

O subdesenvolvimento passa a ser concebido ora como *condição de atraso*, pela sobrevivência de condições sociais e econômicas muito antigas, ou seja, são os *países atrasados*, ou *sociedades tradicionais*; ora como *países de crescimento retardatário* ou em *estado de estagnação* (incapazes de dar a arrancada para a auto-superação) em oposição às estruturas modernas. Mas também pode ser a realidade da chamada *economia periférica*, que alude a um outro conceito, o de *periferia*, para designar as nações com setores econômicos tradicionais, de baixa produtividade, que se desenvolvem na periferia dos setores desenvolvidos. A partir da ideia de subdesenvolvimento, discutem-se as relações entre os centros, enquanto áreas mais importantes, e as periferias, enquanto áreas que são secundárias e irrelevantes em relação às centrais. (LISBOA, 2007, p. 52-53).

Fundamentando-se nesta interpretação da realidade contraditória do capitalismo, o Estado (seus Organismos, Instituições e Intelectuais) projeta Políticas Públicas para superar o caráter dual da economia brasileira. Faz-se necessário superar os “*dois brasis*” que tanto caracteriza a subdesenvolvida nação brasileira: “a convivência entre o velho e o novo, numa estrutura que chama de dualista contrastante e defende que a passagem da estrutura arcaica para uma moderna se orienta pelo progresso da instrução”. Conforme Lisboa, “não discutiu a essência das relações de poder subsumidas na relação entre o capital e o trabalho⁶”. Assim, o receituário para retirar os empecilhos ao caminho do desenvolvimento seria a adoção de pacotes tecnológicos modernizantes, particularmente na agropecuária: “o campo passa a ser pensado pela

⁶ Josefa Bispo de Lisboa faz referência a Jackes Lambert no livro *Os Dois Brasis* (1972).

incorporação inevitável aos padrões da sociedade nacional de tipo urbano-industrial” (LISBOA, 2007, p. 54). A cidade se constituindo enquanto o Centro a partir de onde irradia a modernidade, já o campo é a Periferia receptora das técnicas modernas capazes de tirarem o campo e seus sujeitos da condição de atraso e miserabilidade em que vivem. Assim, as interpretações realizadas da realidade brasileira ratificam o subdesenvolvimento e o desenvolvimento enquanto “momentos diferentes de um mesmo continuum”, ou seja, não enfatiza a coexistência entre tradicional e moderno a partir das relações de dependência estabelecidas entre o Brasil e o capitalismo internacional, que subjuga o setor dito atrasado.

A lógica subjacente coloca que o obstáculo à transformação do país é de ordem econômica e impõe a difusão, em todos os Estados brasileiros, dos níveis e métodos de vida das regiões evoluídas. A tese central sustenta que na relação entre o rural e o setor urbano-industrial reside uma dificuldade para assimilação da necessidade de rompimento da estrutura de atraso. O campo é colocado como estrangulador do crescimento, impedindo a generalização do processo de modernização. (LISBOA, 2007, p. 55).

O atraso, a pobreza, o subdesenvolvimento dos países é uma fase pela qual os países devem passar até se consolidar enquanto uma nação desenvolvida, que ocorre a partir do desenvolvimento das forças produtivas (da utilização maior de técnicas modernas de produção), desta forma foi interpretado o desenvolvimento do capitalismo no mundo. Para tanto, a ideologia do desenvolvimento⁷ será a “responsável por alianças entre grupos antagônicos, garantindo a propagação do progresso técnico. Este foi sendo engendrado pelo atraso histórico das sociedades tidas como de desenvolvimento tardio” (LISBOA, 2007, p. 70). Utilizando discursos ideológicos relativamente consistentes, o capital consegue a coesão social entre as classes antagônicas (“a ideologia como um cimento social”), necessária à acumulação do capital.

⁷ De acordo com Lisboa (2007, p. 21): “a ideologia do desenvolvimento partia do entendimento de que o tradicionalismo se fazia pela resistência às inovações, e estas tinham causas naturais ou culturais. A resignação às formas modernas de produção era tida como responsável pela não passagem das nações pobres à fase do desenvolvimento. Compreendia-se que a nação, a região, ou o setor produtivo que conseguisse ‘adotar essa mudança entraria [...] em uma espiral de desenvolvimento, enquanto os outros ficariam a marcar passo, presos ainda ao círculo vicioso do subdesenvolvimento (ROSTOW, 1961, p. 72)’”.

Conforme destaca Lisboa, torna-se relevante a organização do espaço, articulado aos objetivos da acumulação ampliada do capital, que se colocam para diminuir os desequilíbrios regionais presentes no Brasil – a região se torna, neste momento, o pano de fundo das intervenções necessárias ao projeto do capital: “nesta visão a região Nordeste era vista como uma região marcada pelo reacionarismo rural ou por forças do atraso que acabariam por boicotar os alentos de saída da crise elevados pelos setores empresariais das áreas mais desenvolvidas do país (LISBOA, 2007, p. 89).

O pensamento que traduziu a elaboração de políticas sociais para a região Nordeste se construiu no corte metodológico que compreendia dois modelos não antagônicos. Considerava-se que as diferenças entre as regiões brasileiras se definiam pelo grau de desenvolvimento, traduzindo o pensamento positivista de linearidade dos processos desenvolvimentistas basilarados no evolucionismo das teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Não se refletia sobre a natureza do processo de desenvolvimento. Acreditava-se que o caminho para o mesmo era a superação do tradicionalismo e este só seria possível pela ampliação das relações capitalistas no espaço regional, obviamente pela introdução de inovações técnicas para o crescimento econômico via a industrialização (LISBOA, 2007, p. 92).

As Políticas Públicas são consideradas como uma forma essencial de ação sobre o espaço para superar o que dificultava o desenvolvimento harmônico, homogêneo, entre as distintas regiões, principalmente, aquelas consideradas atrasadas e tradicionais. Como discurso ideológico, essas políticas públicas adquirem status de legitimidade e aceitação por variados setores da sociedade – por buscar superar a condição de subdesenvolvimento. Ou seja, é o discurso do progresso, do desenvolvimento e da modernização, sinônimos de melhores condições de vida que se objetiva. Logo, ocorre a inserção desses territórios na lógica perversa sociometabólica do capital que, na simplicidade sábia de José de Souza Martins (2002), inclui para excluir.

É por esse viés de inclusão-excludente destes territórios (regiões atrasadas) à lógica do capital através das políticas públicas implementadas pelo Estado, que irão se instalar em Sergipe indústrias com a proposta modernizante e desenvolvimentista. Desta forma, novos processos produtivos com utilização mais intensiva de novas tecnologias, objetivando maior lucratividade farão parte do ideário das políticas públicas para lançar o país a patamares superiores do desenvolvimento e acumulação do capital, tão logo fossem superadas os fatores que causam o subdesenvolvimento. É diante deste discurso

que as políticas públicas modernizantes de inovação encontrarão pouca resistência. Isto impactando, de forma especial o campo. De acordo com Conceição:

Compreendendo a dinâmica das relações de produção, na inserção da mundialização do capital e conseqüentemente na reconfiguração da geopolítica mundial, as Políticas Públicas se inscrevem no campo mascarando os reordenamentos das configurações da divisão social e territorial do trabalho sob o discurso dos novos paradigmas da modernização tecnológica como reguladores do espaço através das relações de trabalho, tendo como propósito uma nova reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO, 2007 p. 78).

O campo passa a ser visto como o *locus* propulsor ao desenvolvimento, já que o objetivo das políticas públicas era amenizar a condição de pobreza e miséria, então, o campo como espaço da produção de alimentos era o território para a efetivação das políticas públicas. Era necessário modernizar a produção do campo, organizá-la de maneira racional. Leia-se racionalidade como a forma de uma organização produtiva capitalista objetivando maior lucratividade.

Lisboa (2007) destaca que o desenvolvimento econômico almejado pelas Políticas Públicas e seus discursos ideológicos longe de representar melhores condições de vida à população, representa a concentração da riqueza por uma minoria. Assim, conforme Lisboa, devemos trabalhar com “a hipótese de que o desenvolvimento, longe de ser uma questão da promoção do bem-estar social, trás um caráter ilusório, cumprindo uma importante função ideológica: a legitimação das relações de produção capitalistas que operam as contradições, ou, em outras palavras, que dirigem a produção da pobreza”(LISBOA, 2007, p. 19). Verifica-se que, na prática, o ideal de progresso, desenvolvimento e modernização que o discurso ideológico das políticas públicas traz é, na verdade, formas de subordinar os sujeitos do campo ou da cidade. Subordinação viabilizada pelo Estado que, ao produzir espaços sob os imperativos do capital, são em sua essência formas de extração do trabalho excedente, da mais-valia e da renda da terra. Conforme Conceição (2012):

Funcional ao capital, o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, a partir da lógica fetichista do mercado que se cristaliza na ideia da individualização. A estrutura institucional anuncia o espaço da possibilidade, como inerente ao mundo das ideias e das vontades humanas, independentes do sistema econômico, mas que dizem respeito à capacidade e ou incapacidade empreendedora do poder da vontade do indivíduo. Sob esta lógica, anuncia políticas de gestão que

devem ser regidas no âmbito local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Neste viés, o processo de “realização do capital” via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo, consumo e destruição são equivalentes funcionais (CONCEIÇÃO, 2012, p, 04)

No estado de Sergipe, de acordo com Rocha (2007), a inserção da agricultura à lógica do capital se dará a partir das políticas públicas que objetivavam a implantação da indústria de fertilizantes. Estas políticas são direcionadas ao desenvolvimento regional em nosso país e foram constituídas como mecanismo objetivando a superação da condição de atraso e miserabilidade dessas regiões. Como estão sustentadas numa concepção de desenvolvimento clássica e não-histórica assim como centradas na abordagem funcionalista, estas políticas acirram o desenvolvimento desigual. Logo, contraditoriamente, a almejada modernização do campo trouxe, diante do acentuado processo de monopolização do solo e territorialização do capital, o aumento da expulsão dos camponeses de sua unidade de produção diante da subsunção do trabalho ao capital.

O estado de Sergipe será inserido na lógica desenvolvimentista, via Políticas Públicas, através de projetos direcionados ao setor industrial. Estas políticas foram formuladas com o intuito da introdução da indústria de fertilizantes na região do Baixo Cotinguiba, onde a dependência à indústria de fertilizantes foi condição à expansão capitalista no estado de Sergipe a partir da década de 1970 em função da criação do PNFC (Plano Nacional de Fertilizantes Calcáreo). É a partir desse momento que se dá, de forma intensiva, dentro da racionalidade modernizante capitalista, a inserção do estado na lógica da reprodução ampliada do capital – com a produção de fertilizantes potássicos e nitrogenados para a consolidação do Complexo Industrial Integrado de Base em Sergipe, que com seu discurso de governo almeja a inserção do estado na Política de Integração Nacional, o caminho para dar “o salto para o desenvolvimento”. No entanto, seguindo esse discurso desenvolvimentista, desenvolvimento enquanto organicidade do capital que se traduz na produção de espaços integrados a serviço do capital, contraditoriamente, a inserção do estado de Sergipe na lógica da reprodução ampliada do capital representou a precarização das condições de existência dos trabalhadores, em especial do campo. Portanto, “desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho” (CONCEIÇÃO, 2007 p.79).

Indústria e tecnologia são vistos, pela sua instalação e utilização num dado lugar, como a condição de superação do subdesenvolvimento, do atraso. Assim, indústria e tecnologia não são vistos enquanto meio de extração da mais-valia, do sobretrabalho ou da renda da terra diferencial. São vistos numa perspectiva oposta aos resultados e consequências que efetivamente provocam sob as condições de produção capitalista, que objetiva a extração do trabalho excedente. Nessa mistificação, subdesenvolvimento é uma etapa na evolução progressista linear rumo ao desenvolvimento, e basta seguir o receituário dos países desenvolvidos – onde a indústria e o uso intensivo de tecnologia proporcionaram melhores condições à população – que sairíamos de nossa condição subdesenvolvida. De acordo com Conceição (2005),

A leitura geográfica indicava espaços desiguais possíveis de serem corrigidos frente ao reordenamento espacial, através de políticas públicas condizentes ao discurso de mudanças, via o desenvolvimento regional, local. A leitura geográfica se circunscrevia na perspectiva da Teoria dos Pólos de Crescimento e Desenvolvimento, na aplicabilidade da reordenação territorial, via a divisão social e territorial do trabalho. A meta era a garantia da inserção da região no circuito capitalista da economia mundial (CONCEIÇÃO, 2005 p. 166).

Os teóricos da dependência, da modernização, do centro-periferia e dos pólos de desenvolvimento, defendem que a indústria, sua presença num dado local, e o avanço tecnológico seriam os responsáveis pela superação das condições que levam à precarização da vida da população. O desenvolvimento não é visto como desigual e combinado como mostrou Trotsky (2007). Em sua leitura, ao analisar o desenvolvimento da Rússia, observou que mesmo ocorrendo saltos qualitativos impressionantes para o desenvolvimento da indústria urbana o campo permanecia com relações de produção arcaicas (feudais e semi-feudais). De acordo com o autor, a “lei do *desenvolvimento desigual*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas” (p. 21), é melhor evidenciada nos países atrasados porque “açoiados pelo chicote das necessidades materiais os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos”. Esse desenvolvimento histórico é um desenvolvimento ilusório que traz consigo as duas faces de uma mesma moeda – inclui excluindo e explorando; produz acúmulo de riqueza e concentração de pobreza diante de relações de produção e poder desiguais entre as nações do mundo, entre o campo e a cidade, estabelecida dentro de uma divisão

social e territorial do trabalho que reproduz a expropriação nos diversos níveis escalares da organização do processo produtivo. De acordo com Rocha (2007):

As teorias centro-periferia, a teoria das ondas longas, a teoria dos pólos de desenvolvimento destacam o papel da indústria para a busca do desenvolvimento das nações. Essas teorias confundem a idéia de crescimento econômico com a ideia de desenvolvimento, elas em seus argumentos expressam que desenvolver é crescer, o que na realidade crescer não significa desenvolver. Essas teorias enfocaram sempre a necessidade de superação do subdesenvolvimento, neste sentido as nações periféricas precisariam alcançar a condição de centros através de ondas longas de inovações, que por sua vez condicionaria ao “desenvolvimento”. (ROCHA, 2007 p. 7).

É sem ver a dialética, a unidade dos contrários, entre o setor moderno (a indústria urbana) e o setor atrasado (a agropecuária é considerada atrasada) que irão se pautar os discursos desenvolvimentistas e modernizantes. Neste sentido, não analisando a condição de pobreza e miséria enquanto resultante do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, busca-se desenvolver social e economicamente as regiões a partir da difusão do uso da tecnologia. Desenvolvimento desigual que ocorre objetivando a realização da mais-valia e a universalização do trabalho abstrato, que com a mundialização do capital ocorre nas mais diversas dimensões escalares: urbana, do Estado-nação e global acarretando o acirramento das contradições que se confirmam nas tendências da igualização e da diferenciação espacial. (SMITH, N. 1988).

Em resumo, o impulso em direção à universalidade, sob o capitalismo, traz somente uma limitada igualização dos níveis das condições de desenvolvimento. O capital produz escalas espaciais distintas (espaços absolutos) dentro dos quais o impulso para igualização está concentrado. Mas só pode ser realizado por aguda diferenciação do espaço relativo, tanto entre as escalas quanto dentro delas. As escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem (aumentando suas angústias e problemas correlatos) dentro do desenvolvimento do próprio capital. E não são impermeáveis; as escalas urbanas e nacionais são produtos do capital internacional e continuam a ser moldadas por ele. Mas a necessidade de escalas separadas e de sua diferenciação interna é fixa. (SMITH, N. 1988, p. 211)

De acordo com Lisboa (2007, p. 58), “a maneira contraditória do desenvolvimento do/no capitalismo se expressa na exacerbação da interdependência das economias que apresentam forças produtivas em processos diferenciados de evolução”. O desenvolvimento desigual e combinado é a lógica do desenvolvimento sob o capitalismo, que encontra na desigualdade combinada meios de apropriar o mais-valor e

postergar a superação radical de suas contradições (criando e ampliando mais contradições).

Levando-se em consideração que a lógica do desenvolvimento desigual e combinado se realiza pela co-existência de formações econômicas atrasadas, com combinação de características de tempos históricos distintos, o resultado é uma relação de trocas desigual, responsável por acentuar o caráter profundamente desigual do desenvolvimento. (LISBOA, 2007, p. 58)

O capital encontra na desigualdade os meios para apropriar o valor. Os setores ditos modernos realizam trocas com os setores ditos atrasados, trocas que se estabelecem entre produtores que se diferenciam na composição orgânica do capital: os setores modernos possuindo maiores investimentos em capital constante enquanto os setores atrasados possuindo maiores os custos de produção com o capital variável. Assim, a apropriação do valor ocorre de forma desigual e nas relações de troca entre os setores ditos modernos e atrasados. Por suas diferenciações, as relações de troca são prejudiciais aos setores atrasados e se, se deseja manter a terminologia: “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado” (OLIVEIRA, 2003), é o que ocorre com as unidades de produção camponesa, subjugadas, têm a renda da terra apropriada pelo capital – o “moderno”.

O entendimento é de que o desenvolvimento está vinculado aos resultados do crescimento econômico, portanto, não a transformações qualitativas na condição do trabalho, mas no que se refere a seu caráter quantitativo, aumento da produtividade do trabalho, sob a exploração cada vez maior do trabalho pelo capital. A desigualdade é inerente à lógica sociometabólica do capital, movida pelo acúmulo da riqueza produzida socialmente e que é apropriada privadamente cuja base está numa divisão de classes onde uns aliena sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. A indústria e a tecnologia são meios de extração da mais-valia, portanto, são as políticas públicas que viabilizam formas de exploração do trabalho pelo capital. Não há desenvolvimento que não seja desigual onde os imperativos do capital seja a lógica societal dominante.

Segundo Rocha (2007), a modernização é marcada pela permuta de um modo de produção arcaico para um moderno. Para isso, deve haver a combinação no uso entre insumos e serviços industriais com a terra e o trabalho. É o que possibilitará o

surgimento da agroindústria, dos complexos comerciais e da indústria de insumos e máquinas agrícolas. Foi este desenvolvimento da técnica que levou à reestruturação do campo. Porém, isso repercutiu de maneira diferenciada no campo, ou seja, não houve homogeneidade na transformação do espaço agrário. Em nosso país, tal quadro se configurou a partir da chamada “Revolução Verde”, em 1960, quando se dará de forma efetiva o processo de modernização da agricultura com o uso das novas tecnologias. Com isso, ocorreu que o campo, o mundo rural, é tomado (ao menos os setores que fizeram a adoção pelo uso das novas tecnologias) pela lógica urbano-industrial de produção.

A incorporação de inovações com avanços tecnológicos se deu no pós-guerra, porém o termo “Revolução Verde” surgiu na década de 1970. É válido ressaltar que no pós-guerra, ou melhor, no início dos anos de 1950, é que vai haver o firmamento do planejamento no Brasil, através da intervenção do Estado, observa-se que a proposta de desenvolvimento, através das políticas públicas era visto como uma forma eficaz de solução do atraso do país. Essa proposta postulada na idéia de desenvolvimentos que se modelava nos anos 50, permeando ao longo do tempo atendia aos interesses de desenvolvimento formulados pela recém criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Postulava-se que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento e que a agricultura ficaria encarregada de fornecer matérias-primas para as indústrias nacionais nascentes e alimentar a crescente população urbana. (ROCHA, 2007 p. 17-18)

Até o início de 1960 a agricultura era vista como setor passivo e dependente dos estímulos provenientes do setor urbano-industrial, pouco contribuindo ao desenvolvimento da nação. O que era prejudicial à continuidade e manutenção do desenvolvimento deste setor, consequência dos desvios de investimentos feitos para o campo. Considerava-se, portanto, o desenvolvimento agrícola dependente do crescimento urbano-industrial. A partir da década de 1970 e 1980 defendia-se um equilíbrio entre estes dois setores. Enfatizando a influência da agricultura sobre o restante da economia, passando esta, a exercer um papel ativo no desenvolvimento, contrário ao que defendia o modelo do impacto urbano-industrial sugeria. Assim, passou-se a estimular e destacar o papel da agricultura no processo de desenvolvimento.

Essa nova abordagem afirmava que existiria uma correlação positiva entre o crescimento agrícola e o crescimento dos demais setores. Reconhecia que à medida que a economia passava a ser cada vez mais industrializada havia uma interdependência entre as atividades rurais e industriais, reforçando as funções da agricultura no desenvolvimento. Esses vínculos de interdependência eram considerados como positivos

à proporção que a agricultura se tornava absorvedora do progresso técnico industrial e a partir do momento que a indústria se adaptava às necessidades da agricultura fornecendo-lhes insumos e adquirindo seus produtos (ROCHA, 2007 p. 21-22).

Era necessário “revolucionar” a organização produtiva do campo brasileiro “atrasado” para garantir a demanda crescente por alimentos de uma população urbano-industrial, também crescente assim como, matérias-primas agrícolas utilizadas pela indústria. Está fundamentado assim todo o discurso necessário à modernização do campo para o avanço do capitalismo. Contraditoriamente, como para a garantia desse processo, que viabiliza a incorporação de pacotes tecnológicos com grande utilização de máquinas, insumos químicos de alta tecnologia; significa a crescente dependência, pela aquisição desses pacotes, da agricultura e dos sujeitos trabalhadores do campo dada a relevância da quimificação na agricultura, com o setor da indústria de defensivos agrícolas e fertilizantes determinando e impondo parâmetros tecnológicos à agricultura.

A partir deste momento, a agricultura dependente de insumos industriais é setor estratégico para impulsionar a indústria urbana. O que marca a integração da indústria com a agricultura no período de 1960 até meados de 1980. “A agricultura agora não é mais considerada atrasada, como um entrave ao desenvolvimento, mais é vista como o próprio desenvolvimento. Aí se concretiza um novo discurso voltado ao desenvolvimento a partir da agricultura moderna” (ROCHA, 2007 p. 23). Assim, é que na “década perdida” (1980), que observaremos um novo discurso para a agropecuária, para o campo: “visto como um setor propício à retomada do crescimento econômico, rumo ao desenvolvimento, e neste contexto, entra o mercado de fertilizantes como uma das soluções para a produtividade agroindustrial” (p. 24).

Todo o discurso na época mostrava que a exploração dessas riquezas minerais traria ótimos benefícios ao estado de Sergipe, e ao Estado caberia o papel de intervir no sentido de promover o desenvolvimento. A tese era de que a intervenção do Estado era condição ao desenvolvimento. O intervencionismo era uma ideologia que funcionava como complemento do industrialismo, tinha como objetivo a determinação dos meios através dos quais se deveriam promover a industrialização. Dentro desse contexto, o CONDESE – Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe, órgão de planejamento do Governo estadual, executou uma política empreendendo pesquisas para o levantamento das potencialidades do estado viabilizando a exploração desses recursos. (ROCHA, 2007 p. 38)

O estado de Sergipe recebeu, dentro dos objetivos do Plano de Integração Nacional, o encargo de ampliar a oferta interna de nitrogenados através da implantação de um Complexo Industrial Integrado de Base (CIIB) que instalou unidades industriais de fertilizantes, fábricas de cimento, amônia, ureia e potássio. Essa constituição se daria pela necessidade de existência de um pólo de desenvolvimento onde a indústria era a base. Assim, entre outras justificativas, a produção de fertilizantes constituía a base da defesa a atender a demanda dos produtos agrícolas, através do aumento da produtividade agrícola, que deveria atender a demanda da população, solucionando a questão da fome, diante de uma demanda crescente por alimentos que, numa visão neomalthusiana, era responsabilidade do aumento populacional e dos problemas sociais observados.

Os projetos implementados pelas políticas do governo trariam uma auto-suficiência ao país em fertilizantes conduzindo Sergipe a um desenvolvimento, vencendo o atraso e provocando uma melhoria da qualidade de vida da população. Assim considerava que o bom começo era dar prioridade a agricultura, pois ela representava uma solução. Através do setor de fertilizante, haveria um desenvolvimento da agroindústria, ao mesmo tempo que solucionaria o quadro de miséria que enfrentava a população sergipana (ROCHA, 2007 p. 44)

É a partir desse discurso de solução da miséria da população, através do uso de insumos agrícolas modernos para aumentar a produtividade do trabalho no campo que se abrirão “as porteiras” para o avanço da exploração do campo sergipano – pela territorialização do capital ou pela monopolização do território pelo capital. Isto porque, nessa época a agricultura passou a ser vista como uma prioridade nacional. Segundo Rocha (2007), a auto-suficiência em produzir fertilizantes adquire papel de destaque em todo discurso desenvolvimentista. O setor da agropecuária e o de fertilizantes são vistos como setores relevantes para a solução dos principais problemas do país, já que, a política agrícola passa a subsidiar a produção de insumos e implementos agrícolas na perspectiva de atenuar os déficits internos.

Os fisiocratas estão ainda certos ao afirmarem que na realidade toda produção de mais-valia e por conseguinte todo desenvolvimento do capital têm por base natural a produtividade do trabalho agrícola. Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, se o dispêndio diário da força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades individuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia. Produtividade do trabalho agrícola excedendo as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda sociedade e sobretudo da produção capitalista, que libera da produção dos meios imediatos de subsistência parte cada vez maior da sociedade, convertendo-a, conforme diz Stuart, em “braços livres”, tornando-a disponível para ser explorada noutros ramos.

2.0 – A Renda da Terra Capitalista

No processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, vão interpondo-se entre o homem e a natureza, além do trabalho, um conjunto de mediações de segunda ordem, que tem como consequência a alienação do trabalhador de qualquer forma de relação social de produção, dos resultados de seu trabalho e nas formas de intercâmbio com a natureza. Processos que são levados ao extremo da coisificação na sociedade capitalista. A dimensão abstrata do trabalho passa a ser a forma de produção socialmente aceita; o trabalhador e o resultado do seu trabalho já são também mercadoria.

O processo de trabalho e coisificação do trabalhador, ocorrendo enquanto consumo da força de trabalho por quem a compra no mercado (como mercadoria qualquer), caracteriza-se pelo controle do capitalista sobre o trabalhador, a quem pertence seu trabalho e o resultado deste trabalho; e pelo controle racional do processo produtivo objetivando produzir sem desperdício e uso apropriado/adequado dos meios de produção. Nesta dimensão estranhada e abstrata do trabalho, “o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2006a, Livro I, Vol. 1, p. 219). No processo de coisificação do homem-mercadoria, o homem-trabalhador é rebaixado à condição pior que o animal, pois é destituído do seu corpo inorgânico:

Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. (MARX, 2004, p. 85).

Expropriado dos meios de produção, a partir da interposição da segunda ordem de mediações do sistema do capital, o trabalhador já não se reconhece enquanto sujeito da produção, trabalhador produtor de um valor-de-uso, pois, um poder o faz submeter-se a esta lógica que ele mesmo produziu para o subjugar. Alienado e estranhado do valor que produziu, “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (MARX, 2004, p.

80). Valoriza o mundo das coisas aumentando a desvalorização do mundo dos homens na proporção e medida que aumenta o poder que criou. A efetivação do trabalho sendo sua objetivação surge com as mediações de segunda ordem, enquanto desefetivação do trabalhador “a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento (Entfremdung)*, como *alienação (Entäusserung)*”. (MARX, 2004 p. 80).

A apropriação do valor-de-uso que produziu o trabalhador aparece enquanto estranhamento, razão para que quanto mais produza tanto menos possui e tanto mais é dominado por sua obra, que passa a ser do capital. Ao encerrar sua vida no objeto que não mais lhe pertence, é riqueza apropriada pelo capital, sua própria vida também já não lhe pertence, mas ao objeto “quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador” (MARX, 2004 p. 81). Alheio à riqueza que produziu mais pobre se torna seu mundo interior e “menos pertence a si próprio” o trabalhador, sua vida e o objeto que produziu. Nas palavras de Mészáros (2006, p. 133), o “trabalhador como “capital vivo” é uma forma especial de mercadoria que tem a infelicidade de ser um capital “**carente**” e por isso sente e percebe a condição em que se encontra. Para Marx (2004, p. 81):

A exteriorização (Entäusserung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (äussern), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (ausser ihm), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

É nesta direção que devemos analisar a produção material da sociedade sob os imperativos do capital, caminhando o progresso e o desenvolvimento das forças produtivas no sentido da alienação do trabalhador: para os trabalhadores da indústria o estranhamento do resultado de seu trabalho; para os produtores camponeses o estranhamento da terra. Para os primeiros, o trabalho já não é vida, mas é o meio pelo qual através da venda da força de trabalho consegue um salário para garantir a sobrevivência, portanto, o trabalho é desrealização; para os segundos a terra de trabalho só é condição de vida através da produção não para garantir as necessidades diretas do produtor, mas para atender o mercado que determina “o quê” e “o quanto” vale o trabalho da família, portanto, deixa de ser a terra condição de vida e liberdade a partir

do estranhamento (alienação) da terra, pois que já não é o produtor quem determina o que cultivar, mas o mercado.

O que é vitalmente importante, sob esse aspecto, é o fato de que a “idéia básica de todo o sistema de Marx” – “o conceito das relações sociais de produção” – é precisamente seu conceito de alienação, da “auto-alienação humana”, da “relação praticamente alienada entre o homem e sua essência objetiva” (MÉSZÁROS, 2006, p. 133).

Conforme Mézszáros (2006), podemos observar que o que torna necessário o desenvolvimento do trabalho como trabalho alienado, a partir da forma de desenvolvimento do capital (propriedade privada) em seu curso caracterizado pela contradição entre a propriedade do solo e a propriedade móvel (capital industrial), com o triunfo desta última forma de propriedade, é que “toda a produção de mais-valia tem como sua *base natural* o caráter produtivo do *trabalho agrícola*” (p.129). Para o autor, nenhuma sociedade por menos complexa que seja pode surgir sem a produção do excedente agrícola, sem a produção básica de alimentos que exceda o consumo do grupo dos trabalhadores individuais. Mas a existência do excedente agrícola não foi a condição para termos chegado às relações de produção capitalistas, pois, o excedente agrícola “não encerra em si nenhuma determinação *econômica* quanto à sua maneira de apropriação” (MÉSZÁROS, 2006, p. 129), já que este excedente pode tanto ser apropriado de forma restrita como pode ser distribuído igualmente entre os membros da comunidade. Para Mézszáros, “a questão é que as exigências mais elementares do modo capitalista de produção (concorrência, crescimento, acumulação, etc.) prescrevem, por necessidade *econômica*, uma relação *fixa* entre produção e apropriação (isto é, a propriedade privada).” (p. 129).

Na concepção marxiana, com camponês, em sua unidade de produção familiar, portanto, possuidor dos meios de produção não ocorre alienação. Não ocorre enquanto alienação do/no processo produtivo já que o trabalhador não se submete a uma divisão técnica e hierárquica do trabalho permitindo o controle do processo produtivo em sua totalidade, sendo o produtor direto que se apropria ao final do produto que produziu. Todavia, como “a propriedade da terra é a base do domínio da propriedade privada” (MÉSZÁROS, 2006, p. 129), entendemos que aí reside o sentido da submissão da agricultura à indústria; do campo à cidade, pois, de acordo com o referido autor já “a propriedade agrária feudal é considerada como uma manifestação particular da alienação” (p. 125) porque representa a posse da terra por parte de uns poucos

possuidores, que já possibilita a apropriação da renda da terra na forma não-capitalista. Significando que “o solo foi estranhado do homem em geral e se opõe a ele como um poder alheio” (p. 125).

Uma vez que a terra foi monopolizada, a grande questão, do ponto de vista da indústria em desenvolvimento, é então evidentemente a da alienabilidade da terra. Porém, no sentido amplo no qual é a primeira condição da existência do homem, a terra é absolutamente *inalienável do homem* (MÉSZÁROS, 2006, p. 125)

Neste sentido, a agricultura definida enquanto atividade concreta e forma específica da produção social é “reconhecida como fonte de valor” (MÉSZÁROS, 2006, p. 124), mas “a atividade humana é considerada como fonte da riqueza, pois admite-se não ter a terra valor em si mesma, mas apenas em conexão com o trabalho humano” (p. 123). Desta forma, faz-se necessário compreender que “a *agricultura*, como forma particular, tivesse de estar incluída na forma universal: a *indústria* (isto é, a atividade produtiva em geral), e sua manifestação ampla na fase histórica dada, o *trabalho assalariado*” (p. 124). De acordo Souza (2008):

A terra sempre produz mais alimento que o necessário à subsistência do trabalhador empregado, o que é o suficiente para repor com o ganho do capital que põe este trabalho em movimento; por isso, sempre fica um algo a mais – isto é, renda – a conceder ao proprietário fundiário (SOUZA, 2008, p. 164)

Verifica-se assim que a inclusão da agricultura à forma universal (indústria) se deve à condição daquela poder gerar um mais-produto, que se transforma em renda. Portanto, a possibilidade de alienação da terra foi conseguida de forma específica com o modo de produção capitalista, particularmente com os investimentos de capital na terra objetivando renda da terra, e com a associação entre a atividade industrial urbana e atividade agropecuária do campo.

2.1 – A Fórmula Trinitária: (Des)Mascarando a Origem do Valor

De acordo com Mézáros (2002), o capital estava fatalmente implicado em alguns “pecados mortais”, por isso deveria ser banido como “herege” pelas autoridades religiosas na época. Para tornar-se força dominante do processo sociometabólico, teria de eliminar a proibição da prática de “usura” e derrotar a luta da “alienabilidade da

terra” (tema de proibição absoluta e religiosamente santificada no sistema feudal). Sendo assim, seria necessário ao capital superar essas condenações ideológicas da religião para que fosse possível a emergência da agricultura capitalista – “condição essencial para o triunfo do sistema do capital de modo geral” (p. 101). Para o autor, as unidades básicas de controle sociometabólico das formas antigas de organização social caracterizavam-se por um altíssimo grau de “*auto-suficiência*” na relação entre a produção e seu controle, ou seja, não era tão desenvolvida a divisão social hierárquica do trabalho (que se sobrepôs à divisão do trabalho técnica).

Observamos que era preciso acabar com a auto-suficiência, tão característica do feudo e das unidades de produção familiar camponesas, para a consolidação do sistema do capital. Destruir a produção simples para consolidar a produção capitalista de mercadorias: “quando esta auto-suficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também a difusão universal da alienação e da reificação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 101). De acordo com o referido autor, as unidades econômicas do sistema do capital “*não necessitam nem são capazes de auto-suficiência*”, fazendo-se necessário se livrar das restrições da auto-suficiência para a continuidade e expansão do capital e, este modo de produção se transformar no “mais dinâmico e mais competente *extrator de trabalho excedente* em toda a história” (p. 102). Todavia, vencidas as restrições limitantes à consolidação do capitalismo, seja de ordem política, adornos religiosos, ética ou moral, compreende-se que o assalariamento não é a única forma de relação social de produção observada no campo favorável à acumulação do capital, pois persistem no campo formas de organização produtiva distinta da relação capitalista de produção: o camponês.

Com relação ao campesinato é preciso que se considere que essa classe, conforme já destacado por Marx, não é uma classe tipicamente criada pelo modo capitalista de produção, mais que possui sua existência no tempo e no espaço, a partir de outras formações sociais, e que consegue se reproduzir nas contradições do capitalismo (SOUZA, 2008, p. 76)

Com isso, constatamos que todos, por uma ou outra das mediações de segunda ordem, proletários e camponeses, estão contribuindo para a manutenção da ordem hegemônica vigente e são tomados por valores familiares ou pecuniários, religiosos, morais ou éticos, que reproduzem a sociedade capitalista. Partindo da análise dos

camponeses, em suas particularidades e singularidades que a sociedade capitalista faz desenvolver nesta forma de organização produtiva e relação social de produção, que lhes dão especificidades distintas dos camponeses tradicionais, podemos observar uma gama de mediações que se interpõem entre eles (seu trabalho) e a terra. Por esta direção, vencidos e superados os obstáculos que limitavam o desenvolvimento capitalista na agricultura, as possibilidades e condições para a extração do mais-valor na produção agrícola estão dadas. Na agricultura, o mais-valor traveste-se em uma das suas formas – a renda da terra, quando da monopolização do território. Podendo ainda travestir-se na forma mais-valia, quando da territorialização do capital.

De acordo com Marx (2008b, Liv.3, Vol. 6), todos os mistérios que envolvem o processo social de produção encerram-se em uma trindade econômica que pretende ser a fonte de toda a riqueza produzida. A fonte da riqueza social, que as máscaras da ideologia pretendem encobrir, a verdadeira fonte da riqueza, encerra-se na fórmula trinitária:

Capital – Lucro (lucro do empresário + juro);

Terra – Renda Fundiária;

Trabalho – Salário.

Mascara-se a origem de toda a fonte da riqueza: o valor-trabalho, naturalizando as relações sociais de propriedade e produção que se interpõem entre o homem e sua atividade vital, fazendo com que o poder da criatura volte-se contra o seu criador por estar alienado do/no seu trabalho. Neste sentido, a fórmula trinitária possibilita o mascaramento da apreensão de que toda fonte de riqueza não está no tempo de trabalho corporificado e materializado em mercadorias, no valor que é acrescido à natureza transformada em objetos pelo trabalho humano. Portanto, a fórmula possibilita autonomia e existência própria ao lucro, a renda da terra e ao salário; sendo necessário, para obter uma parte da riqueza social produzida (dinheiro), ter capital, terra ou ser trabalhador. Portanto, segundo a trindade econômica a fonte da origem da riqueza está no capital, na terra e no trabalhador (força de trabalho), assim sendo, possuir uma das três partes em que se divide a trindade dá o direito ao proprietário de apropriar-se da riqueza social produzida – não importando a quantidade que cabe a cada uma das partes,

as relações de propriedade, produção e a apropriação da produção desigual. De acordo com (MARX, 2008b, Liv.3, Vol. 6, p. 1077), “examinando mais de perto essa trindade econômica, verificamos: antes de mais nada, as pretensas fontes de riqueza anualmente disponível pertencem a esferas totalmente díspares e não têm a menor analogia entre si”.

De acordo com Marx, compreendemos que **o capital** não é uma coisa, não é somente certa soma (quantidade) de dinheiro sob a posse de um indivíduo ou grupo de indivíduos ou família. Assim como não o são a soma dos meios de produção sob a posse de um indivíduo ou grupo de indivíduos ou família. O capital é “determinada relação social de produção, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade” (MARX, 2008b, Liv.3, Vol. 6, p. 1077). Por esta relação social se configurar numa coisa, dando caráter específico à sociedade que vive sob a hegemonia desta relação social de produção, é que a denominamos de sociedade capitalista. Sua especificidade está na extração do capital – a mais-valia no tempo de trabalho expropriado do trabalhador. Então, o capital é relação social em que o dinheiro, no estágio de desenvolvimento social, já tornado equivalente universal de troca, possibilita a compra de meios de produção e força de trabalho que, postos em união, materializa-se num objeto útil proporcionando, com a venda, a obtenção de um valor maior que aquele que foi investido no início do processo produtivo.

É a força de trabalho a fonte única de valor, só o trabalho possui a capacidade de transferir um valor maior à natureza que está em estado bruto, na forma matéria-prima, ao transformá-la em objeto útil (mercadoria). Entre as particularidades da sociedade capitalista está a produção e o seu resultado não se destina ao produtor direto para satisfazer as necessidades, mas à apropriação privada por aqueles que compraram os elementos necessários à produção; porque a produção capitalista objetiva a extração do mais-valor no processo produtivo e se realiza com o consumo. Neste sentido, dinheiro é capital quando adquire força de trabalho e meios de produção objetivando a exploração do trabalho – a acumulação do capital é o sentido da produção.

Entendendo que quem produz valor é o trabalho (a força de trabalho empregada na produção de um objeto socialmente aceito por ser necessário) e que o capital – mais-valia é nada mais que a transmutação do tempo de trabalho excedente que se materializa em mercadorias, é particularmente significativa a conceituação do capital realizada por Marx:

São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e condições de atividade da força de trabalho os quais se tornam autônomos em oposição à força de trabalho viva e, em virtude dessa oposição, se personificam no capital. O capital são os produtos gerados pelos trabalhadores e convertidos em potências autônomas dominando e comprando os produtores, e mais ainda são as forças sociais e a forma de trabalho com elas conexas, as quais fazem frente aos trabalhadores como se fossem propriedades do produto deles. Temos aí portanto determinada forma social, envolvida numa névoa mística, de um dos fatores de um processo social de produção fabricado pela história (MARX, 2008b, Liv.3, Vol. 6, p. 1078).

Já a terra, “natureza inorgânica em si”, não produz valor, pois “essa massa bruta e caótica em sua originalidade primitiva” (MARX, 2008b, Liv.3, Vol. 6, p. 1078) não tem auto-suficiência e autodeterminação na produção de valor. Assim como o “ouro e a prata tampouco são moedas” precisaram do desenvolvimento da sociedade e de certas relações sociais para adquirir esta função social, a terra não tem ou produz valor (renda) em si. Sabemos que há diferentes tipos de solo, com fertilidade natural distintas, mas essa potencialidade natural por si só não é condição para que a terra seja vista enquanto capital e fonte de riqueza. É necessário imenso distanciamento histórico das condições naturais que dominavam para que a terra venha a possuir valor – preço sem nenhum tempo de trabalho empregado na sua produção, pois a terra não é produto do trabalho, não tem tempo excedente materializado nas suas propriedades físicas-naturais. Sabendo que é o tempo de trabalho empregado na produção o que determina o valor – preço de uma mercadoria, é assim que a sociedade capitalista chega ao estágio que chegou, espetacularizando toda a sociedade por equiparar as distintas formas de mercadorias e trabalhos sob o símbolo do tempo de trabalho como medida universal do valor. Essa ordem sociometabólica demonstra toda sua potência alienante ao atribuir valor a terra e ao trabalho que não foram produzidos por nenhum trabalho, ou seja, não tem (ou não deveria ter) como ser medido o valor pela forma socialmente aceita na sociedade capitalista – o tempo de trabalho empregado na produção de uma mercadoria. Todavia terra e força de trabalho adquirem o status de mercadoria. De acordo com Marx:

Fertilidade absoluta da terra significa apenas que certa quantidade de trabalho dá certo produto, condicionado pela fertilidade natural da terra. A diferença na fertilidade faz que as mesmas quantidade de trabalho e capital, mesmo valor portanto, se expressem em quantidades diversas de produtos agrícolas; que esses produtos

possuam, por isso, valores individuais distintos (MARX, 2008b, Liv.3, Vol. 6, p. 1078).

Mas, com a sociedade capitalista, as potencialidades da natureza, que resultam em quantidades e qualidades dos produtos da agricultura, tornam-se fonte de enriquecimento por parte daquele que possui o monopólio da propriedade da terra.

O último componente da trindade – **o trabalho** – é o único que possui a capacidade de originar a riqueza, é a fonte real criadora do valor. É o resultado da força de trabalho empregada, no intercâmbio material com a Natureza, que gera riqueza pelo valor-trabalho. Sem o trabalho, nada seria acrescentado de valor. A terra, os meios de produção e a maquinaria da indústria não têm a capacidade de transferir ou produzir valor, por si só. O tempo de trabalho socialmente necessário é a medida de valor e o que determina o preço das mercadorias na sociedade do capital. Portanto, no fim de tudo, a trindade em que se divide toda a riqueza produzida na sociedade (lucro, renda da terra e salário) é proveniente de uma única fonte – o trabalho na sua condição alienada – abstrata que se divide em trabalho necessário e o trabalho excedente. Onde o tempo de trabalho necessário paga o salário, e o tempo de trabalho excedente se divide entre lucro e renda da terra que se destina aos capitalistas e proprietários de terra, mas expropriado dos trabalhadores no processo produtivo. De acordo com Marx (2008b), “o lucro (lucro do empresário + juro) e renda não passam de formas específicas assumidas por frações particularizadas da mais-valia das mercadorias” (p. 1099).

Quando a fórmula capital – lucro, o melhor capital – juro, terra – renda fundiária, trabalho – salário, essa trindade econômica, passa a configurar a conexão entre as partes componentes do valor, da riqueza em geral e as respectivas fontes, completa-se a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais, a confusão direta das condições materiais de produção com a determinação histórico-social dessas condições; é o mundo enfeitado, desumano e invertido, onde os manípulos, o senhor Capital e a senhora Terra, protagonistas sociais e ao mesmo tempo coisas, fazem suas assombrações. O grande mérito da economia clássica é ter dissolvido essa aparência, esse embuste, essa emancipação e ossificação dos diversos elementos sociais da riqueza, essa personificação das coisas e reificação das relações de produção, essa religião do cotidiano, reduzindo o juro a parte do lucro, e a renda a excedente sobre o lucro, de modo a se identificarem ambos com a mais-valia... (MARX, 2008b, Liv.3, Vol. 6, p. 1094).

Assim, a renda fundiária constitui-se em fração da mais-valia, pois “a senhora terra” em si não tem condição de transferir ou criar valor, a sua condição de ser

mercadoria e possibilidade de monopólio por uma classe social – diante das particularidades do desenvolvimento histórico sob o capitalismo – é o que garante ao proprietário de terra obter renda. Neste sentido, ao analisarmos a totalidade do circuito do capital, suas constantes e ininterruptas transformações do capital-dinheiro ao capital-mercadoria na totalidade do ciclo produtivo P (produção) – D (distribuição) – C (circulação) – C (consumo), veremos que a renda que se destina ao proprietário da terra é parte-alíquota da massa de mais-valia paga por toda a sociedade ao consumir produtos da agropecuária.

2.2 – A Análise Marxiana Sobre a Renda da Terra nos Manuscritos de Paris

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004), conhecidos também por *Manuscritos de Paris*, observamos o desenvolvimento da análise de Marx sobre a renda da terra. Análise fundamentada na Economia clássica, especificamente em autores como: Adam Smith e Jean-Baptiste Say. Marx parte da Economia clássica (especificamente em Adam Smith) para a construção da teoria da renda da terra, mas dá um salto qualitativo em sua análise ao refutar a construção teórica da economia por não conseguirem compreender as particularidades que o modo capitalista de produção engendrou nas relações sociais envoltas na propriedade privada da terra e na renda proporcionada pelas atividades agrícolas.

Marx (2004) utiliza-se em vários momentos dos manuscritos de passagens de obras de Adam Smith. Utiliza justamente para desmistificar a análise da renda da terra de Smith, pois para este autor podemos imaginar que “a renda da terra é apenas o ganho do capital que o proprietário utilizou para a melhoria do solo” (ADAM SMITH *apud* MARX, 2004, p. 61). Análise que é refutada por Marx, que nos mostra que a renda da terra supera o ganho do capital investido, constituindo-se em lucro suplementar. Entretanto, Adam Smith considera que há renda em terra não melhorada. Nestas terras a incorporação de melhoramentos técnicos constitui-se em adição à “renda primitiva”. O autor considera também que os proprietários exigem renda por qualidades naturais do solo, produto natural da terra que não tem trabalho humano incorporado.

Pode-se considerar a renda da terra como o produto do *poder da natureza*, cujo uso o proprietário empresta ao arrendatário. Esse produto é maior ou menor conforme a extensão desse poder ou, em outras palavras, segundo a extensão da fertilidade natural ou artificial da terra. É a obra da natureza que fica após a dedução ou a compensação de tudo o que se pode considerar como obra do homem (SMITH *apud* MARX, 2004, p. 62).

Observamos assim que Adam Smith se prende às características naturais e físicas do solo para a existência da renda. Smith acaba naturalizando relações históricas que a sociedade desenvolve em torno da propriedade da terra e prendendo-se a uma forma de existência da renda, a renda diferencial I que leva em consideração as qualidades naturais do solo e sua distância em relação ao mercado, mas que é a base e pressuposto para a renda diferencial II que considera os investimentos de capital na terra⁸.

De acordo com Marx (2004), verificamos que Adam Smith desenvolve sua análise teórica da renda da terra enquanto uma crítica aos proprietários fundiários, classe que àquele momento representava um empecilho ao desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista e da classe burguesa (classe da qual Adam Smith e J. B. Say eram representantes). Portanto, a análise da renda da terra realizada por estes economistas deve ser vista enquanto uma crítica aos proprietários fundiários, onde segundo eles: “O *direito dos proprietários fundiários* tem sua origem no roubo” (SAY *apud* MARX, 2004, p. 61) e mais ainda, “os proprietários fundiários gostam, como todos os homens, de colher onde não semearam e exigem renda inclusive pelo produto natural da terra” (ADAM SMITH *apud* MARX, 2004, p. 61).

A análise da renda realizada por esses autores é de extrema significância ao desenvolvimento posterior da análise de Marx. São bastante estreitos esses pontos de análise, por exemplo: “a *renda da terra*, considerada como o preço pago pelo uso da terra, é naturalmente, portanto, um *preço de monopólio*” (ADAM SMITH *apud* MARX, 2004, p. 63). A renda da terra é analisada por Marx (2008b), enquanto o preço pago ao proprietário da terra pelo monopólio que possui a propriedade da terra. Marx mostra as diferenças qualitativas e quantitativas que adquire a renda com o modo capitalista de produção, assim como nos mostra que a renda é paga pelo arrendatário (um capitalista), mas que é a mais-valia apropriada por este em trabalhos anteriores e posteriores que

⁸ As distintas formas de renda da terra foram analisadas por Marx em *O Capital* (2008b).

paga a renda ao proprietário da terra, ou seja, a renda da terra é mais-valia fruto do trabalho excedente não pago. Análise, que por si só, já demonstra o salto qualitativo da análise marxiana da renda da terra.

Enquanto a Economia Política clássica enfatiza sua análise na crítica aos proprietários fundiários, que possuem o monopólio da propriedade da terra e que são uma classe “cujo rendimento (*Revenu*) não lhe custa nem trabalho nem cuidado” (ADAM SMITH *apud* MARX, 2004, p. 63) cobrando um tributo daqueles que desejam terra para aplicar seu capital (mais-valor), Marx desmascara todas as relações que estão na lógica dos interesses de classes que cercam a propriedade da terra. Neste sentido, enquanto a Economia Política clássica despreza e menospreza o significado e sentido da propriedade privada da terra – a razão de ser da renda da terra, prendendo-se à natureza física da terra para explicar a existência da renda por suas qualidades férteis ou pela localização; Marx considera que a fertilidade e localização são componentes (partes constitutivas) da renda da terra, mas não é a renda da terra em si, particularmente com o modo de produção capitalista que se liberta, com os avanços das forças produtivas, dos limites representados pela localização e das qualidades naturais.

Para Adam Smith, a renda do terreno (ou seu produto) de mesma fertilidade está relacionada à “extensão do capital” investido no cultivo deste terreno, assim como, pela maneira eficiente e eficaz destes investimentos. Já se forem aplicados capitais em proporções iguais “o produto será proporcional à fertilidade natural dos terrenos” (*apud* MARX, 2004, p. 63). Mais uma vez, aqui podemos observar a proximidade que há nas análises de Adam Smith e Karl Marx sobre a renda da terra. De acordo com Marx:

Estas proposições de Smith são importantes, porque, dados os mesmos custos de produção e o mesmo volume, reduzem a renda da terra à maior ou menor fertilidade do solo; demonstram, assim, com toda a clareza, a inversão dos conceitos da *economia nacional*, que transforma a fertilidade da terra num atributo do possuidor fundiário (MARX, 2004, p. 64 grifos nossos)

Assim, verifica-se a relevância da análise da renda fundiária smithiana para o próprio Marx, que representa já um salto qualitativo em relação à análise feita pela economia nacional. Marx acaba superando tanto a economia nacional quanto a economia política de Adam Smith e Ricardo em análise posterior. Marx (2004), ao fundamentar-se em Adam Smith, vai mostrando como se deu construção de sua análise,

pois para Adam Smith a renda é ainda o mais-produto (uma forma de existência da renda pré-capitalista):

A terra produz, em quase todas as situações possíveis, mais alimento do que o necessário para a subsistência de todo o trabalho que contribui para levar esse alimento ao mercado. O a mais (*Mehr*) desse alimento é sempre mais do que suficiente para repor com o ganho o capital que põe em movimento esse trabalho. Portanto, sempre fica algo para conceder uma renda ao proprietário fundiário (ADAM SMITH *apud* MARX, 2004, p. 67).

Dessa forma, Marx nos mostra que a análise de Adam Smith prende-se às relações que se estabelecem entre proprietários e arrendatários, o que aluga a terra e aquele que paga para utilizar a terra. A totalidade das relações que estão envoltas nessa tributação não são apreendidas por Adam Smith, logo não compreende que a renda da terra, categoria econômica é trabalho excedente. Preso à superfície dos fatos, não permitiu que Adam Smith apreende-se em profundidade as relações sociais historicamente determinadas que se davam em torno da propriedade da terra capitalista. O fato de ser o arrendatário o que pagava ao proprietário diretamente, que tirava do bolso o dinheiro para pagar a renda da terra, o impossibilitou de ver de onde provinha a fonte real pagadora da renda – a exploração da classe trabalhadora. Mesmo mascarando as relações sociais e a real essência da renda da terra, Adam Smith contribui para mostrar que a renda da terra é sempre algo a mais, depois de satisfeitas as necessidades do produtor, que é o trabalho aplicado na terra a fonte da renda.

Marx apreende as especificidades da renda da terra no âmbito das particularidades históricas do modo de produção capitalista. Assim, para aqueles que não levaram em consideração as condições materiais da produção e reprodução social, em suas relações dialéticas e contraditórias movidas pela luta de classes, não apreenderam que são as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas sob os imperativos dessa ordem sociometabólica que dá um significado distinto à renda da terra no capitalismo. Renda da terra que não é somente produto, trabalho ou dinheiro, mas é mais-valia.

De acordo com Marx (2004, p. 64), a renda é estabelecida por uma “luta entre arrendatário e proprietário”, ou seja, uma luta de classes antagônicas que se delineava àquela época do desenvolvimento do capitalismo, uma luta que precisava ser superada para a consolidação da ordem capitalista, já que o tributo cobrado pelo proprietário para

arrendar a sua terra é um empecilho à consolidação do capitalismo, pois é mais-valia a menos para o arrendatário (capitalista) apropriar-se. Então, a renda da terra paga representa para o arrendatário uma redução do seu capital, capital que seria reinvestido para gerar mais capital, aumentar a parte da massa de mais-valia que cabe a este explorador de trabalho alheio. Percebemos que o conflito existente entre os proprietários e os arrendatários se dá a partir dos interesses divergentes de quem apropriará mais de parte da massa de mais-valia, quem terá maior aumento do lucro ou da renda. É este entrave que a sociedade do capital precisa superar. Esta luta é hoje de toda a sociedade, pois o capitalismo uniu (no geral) o proprietário de terra e o empresário capitalista em um único sujeito.

O controle da propriedade fundiária, nas mãos de poucos produtores faz com que esses exerçam influência nos preços de mercado, já que controlando a terra só permitem que os produtos sejam comercializados mediante a extração do lucro e da renda. Por conta destes mecanismos é que se pode entender o caráter rentista da terra no Brasil e as estratégias dos grandes proprietários latifundiários de barganhar, e mesmo definir, os preços de mercado. Assim, o controle da terra não possui fins meramente especulativos, mas permite ao proprietário atuar nos mecanismos que facilitam a extração de maior renda. (SOUZA, 2008, p. 168-169)

Sabendo que, de acordo com Marx (2004, p. 67), “o *alimento* pertence aos *produtos* que sempre trazem uma *renda da terra*”, ou seja, todos consomem produtos da agricultura, esta é uma luta de toda a classe trabalhadora que tem seu tempo de trabalho repartido entre o tempo que lhes é necessário à sobrevivência e o tempo de trabalho que lhes é excedente, que transforma-se em mais-valia destinada aos cofres dos proprietários de terra, mais-valor que valoriza o mundo das personificações que os oprimem. Neste sentido, é relevante a seguinte passagem dos manuscritos:

Uma vez que o proprietário fundiário pode exigir do arrendatário tanto mais renda quanto menos salário o arrendatário paga, e posto que o arrendatário rebaixa tanto mais o salário quanto mais o proprietário fundiário exige renda da terra, então o interesse do proprietário fundiário está tão hostilmente ligado ao interesse do criado da lavoura quanto o [interesse] do dono da manufatura está ligado ao [interesse] dos seus trabalhadores. Do mesmo modo ele rebaixa os salários a um mínimo (MARX, 2004 p. 71).

Detendo-se nas proposições próprias da economia nacional, Marx (2004) mostrará que não só os interesses dos proprietários fundiários não se identificam com os interesses dos arrendatários, mas é hostil a toda a sociedade: aos criados da lavoura, aos

trabalhadores da indústria e aos capitalistas. Ou seja, a relação social que se estabelece com o capitalismo em torno da propriedade da terra, e as especificidades que a renda da terra adquire no capitalismo, apresentam conotações e poder qualitativamente distintos cuja força é sentida não só pelos que se inserem nas atividades agropecuárias, mas toda a sociedade – urbana ou rural – envolve-se nas teias que a renda da terra capitalista montou que já não é uma relação social, o pagamento da renda, permeada por relações pessoais (como entre os servos e o senhor feudal), mas relações sociais que mascaram a real apreensão da renda enquanto trabalho excedente pago por toda a sociedade.

De acordo com Marx (2004), a concorrência entre proprietários de terra também provocaria a concentração da terra pois, de forma geral, “grande propriedade fundiária e pequena se relacionam da mesma forma que grande e pequeno capital” (p. 71). Neste sentido, o referido autor mostra como as leis da livre concorrência levam incondicionalmente à acumulação da propriedade da terra em grandes latifúndios devido à “engolição da pequena por parte daquela” (p. 71). A quantidade da massa de mais-valia a qual tem direito um proprietário de terra se estabelece na relação com o tamanho da propriedade. Enquanto o grande proprietário acumula para si os juros do capital investido pelos arrendatários, que enquanto durou o contrato de arrendamento realizou investimentos que melhoraram as condições produtivas da terra e da propriedade e que ficam para o proprietário ao fim do contrato; por outro lado e em condições contrárias, a pequena propriedade tem de “aplicar o seu próprio capital. Para ela todo este lucro (*Profit*) fica suprimida⁹” (p. 72).

Neste sentido, de acordo com Marx (2004), o desenvolvimento das forças sociais de produção, que impõe e exige dos produtores que produzam sob condições médias de produção é prejudicial à pequena propriedade. Por não se adequarem às necessidades impostas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, que intensifica o uso dos meios de produção com elevado grau tecnológico, a pequena propriedade acabaria sucumbindo diante das possibilidades e condições mais favoráveis que os grandes proprietários encontram pela acumulação da renda-capital-mais-valor que não investem, mas os arrendatários: "enquanto, cada melhoria social é útil à grande propriedade fundiária, ela prejudica a pequena, porque faz com que a mesma necessite cada vez mais de dinheiro vivo (*bares Geld*)” (MARX, 2004 p. 72).

⁹ A supressão do lucro (renda) ao qual se refere Marx é nas pequenas propriedades e aqui estabelecemos relação com a unidade de produção familiar.

Outra consideração (lei) realizada por Marx (2004) é a que mostra como se dá a concentração da terra diante das especificidades da renda capitalista da terra e da concorrência, é que para agravar ainda mais a situação da pequena propriedade, a renda da terra é regulada, na sua maioria, pelos terrenos que são cultivados como meios de alimento para o homem. Esta é uma lei importante, segundo o referido autor, porque um terreno com pastagens para a criação de gado, que “somente a grande posse fundiária [os] pode produzir nos final das contas” (p. 72), é quem regula a renda da terra dos demais terrenos. Podendo rebaixar a renda a um mínimo. Como a necessidade de aplicação dos instrumentos de trabalho é maior na pequena propriedade, onde a terra é usada intensivamente para garantir a sobrevivência dos membros da família, a grande propriedade (pecuaristas e monocultores, por exemplo) reduz ao máximo os gastos para a utilização de instrumentos de elevada tecnologia provocando, assim, o rebaixamento da renda da terra para os pequenos proprietários e, ao mesmo tempo, aumenta a renda para os grandes proprietários que pouco ou nada investiram em melhorias no solo, pois a renda da terra é uma média socialmente determinada entre os distintos tipos de solo e condições objetivas de produção, não é determinada por cada produtor individual. Assim, os pequenos produtores que cumprem a função social que se espera de sua atividade agropecuária valorizam a propriedade da terra de quem nada produz; ao contrário, as terras improdutivas reduzem a renda a que teriam direito os pequenos produtores, mas aumenta o valor-preço da sua própria terra, mesmo improdutiva, pela irracionalidade da renda da terra absoluta.

O pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão (*Handwerker*) que possui um instrumento *próprio*, para com o dono da fábrica. A pequena posse fundiária tornou-se mero instrumento de trabalho. A renda da terra desaparece totalmente para o pequeno possuidor fundiário; permanece-lhe, no máximo, o juro do seu capital e seu salário; pois a renda da terra pode ser impulsionada pela concorrência a se tornar apenas e tão-somente o juro do capital não aplicado pelo mesmo (MARX, 2004 p. 72).

De acordo com a análise marxiana, apreende-se que as possibilidades que o desenvolvimento capitalista proporcionaria aos grandes estabelecimentos, diante da superioridade técnica que possuíam ou tinham disponíveis, possibilidades acirradas pela concorrência, levaria à concentração da terra. E o desenvolvimento capitalista, em sua forma e particularidades adquiridas no Brasil, nos mostra como, em nossa sociedade

rentista, a terra está concentrada. A acumulação da propriedade da terra, unindo em um só sujeito o proprietário fundiário e o capitalista, liberta a sociedade capitalista da classe que representava seu obstáculo rumo à consolidação da ordem capitalista – os proprietários fundiários, ao mesmo tempo, que cria mecanismos que acirram as relações econômicas e o controle da classe dos camponeses. Mesmo em uma sociedade que necessita cada vez mais de terra e de seus produtos, os produtores camponeses têm e veem suas possibilidades na melhoria das condições de vida ser apropriadas por aqueles que nenhum suor derramou para a produção. Então, é a renda proporcionada pela terra, seja ela produtiva ou não, que a transforma em uma mercadoria atraente e torne-se propriedade monopolizada por uma classe. A terra valoriza-se com o desenvolvimento da sociedade, valoriza-se de maneira mais atrativa e interessante que o juro do dinheiro investido na produção industrial: o que faz aumentar sua procura. De acordo com o autor:

A divisão da posse fundiária nega o grande monopólio da grande propriedade fundiária, o supra-sume, mas apenas porque universaliza esse monopólio. Não supra-sume o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Ela ataca a existência, mas não a essência do monopólio. A consequência disso é que ela cai vítima das leis da propriedade privada. A divisão da posse fundiária corresponde precisamente ao movimento da concorrência na esfera industrial (MARX, 2004 p. 75).

Observamos, a partir da colocação acima, como nos mostra Martins (2003) nos exemplos de falhas e contradições que ocorrem no modelo de reforma agrária realizada no Brasil, que a divisão de terras não é o suficiente para o desenvolvimento social em condições menos desiguais, pois as leis da livre concorrência, que a propriedade privada desperta entre os produtores individuais, leva novamente à concentração da propriedade. Marx (2004) tinha clareza quanto aos resultados que a concorrência provocaria – a concentração da terra e a junção dos sujeitos (capitalistas e proprietários de terra) em um só; assim como, a destruição das pequenas propriedades. Mas, para o referido autor, as formas adquiridas pela propriedade da terra – da feudal à capitalista – é essencial para superar a condição alienada da terra-mercadoria na sociedade capitalista.

É necessário que esta aparência seja supra-sumida (*aufgehoben*), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda coloração política; que a relação entre proprietário

e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material *coisal*; que no lugar de casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor de regateio (MARX, 2004 p. 75).

Ainda de acordo com o autor:

É necessário que aquilo que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na sua cínica figura. É necessário que o monopólio inerte se transmute em monopólio em movimento e inquieto – a concorrência; [que] a fruição ociosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multi-ativo com os mesmo. Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval: *nenhuma terra sem senhor (nulle terre sans seigneur)*, o provérbio moderno: *o dinheiro não tem dono (l'argent n'a pas de maître)*, no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre os homens (MARX, 2004 p. 75).

Os imperativos do capital, a concorrência na qual são regidos os princípios econômicos da produção, atuam de forma inexorável sobre as classes sociais. A tendência à monopolização da propriedade, da terra ou da indústria, já não garante privilégios a toda a classe dos proprietários, pois a concentração e centralização do capital, com a conseqüente destruição de um proprietário particular pelo seu concorrente, é uma realidade que ronda o imaginário dos proprietários. Assim, a concorrência se impõe para os proprietários, em seu cotidiano, na possibilidade de dormir proprietário e acordar de seu sonho sem propriedade alguma, e passou a fazer parte da massa de capital controlada pelo monopólio concorrente. É essa a incerteza que o “monopólio em movimento” traz ao imaginário dos proprietários, onde as leis da livre concorrência (que tanto defendem os proprietários) levam à concentração ainda mais do capital.

Os proprietários, para fugir aos imperativos contraditórios da ordem sociometabólica do capital, buscam expropriar ao máximo a classe trabalhadora: investindo em capital constante e reduzindo relativamente o capital variável assim, aumentando a produtividade do trabalho; aumentando a parte da jornada diária de trabalho que é trabalho excedente e reduzindo a parte que corresponde ao trabalho necessário, que garante a sobrevivência da classe trabalhadora; enfim, aumentando os

mecanismos de coação da luta de classes, para extrair o mais-valor em sua forma relativa ou absoluta por todo o planeta.

A economia de mercado, ao invadir a cotidianidade de tempos e relações regidos pelo valor-de-uso, como o é nas comunidades camponesas, provoca transformações significativas neste mundo marcado pela pessoalidade nas relações entre os sujeitos da comunidade. A impessoalidade do mundo espetacularizado do capital vai imprimindo suas marcas nas paisagens e nas relações sociais destas comunidades, provocando diferenciação entre as famílias camponesas. Diferenciação quanto às possibilidades de manutenção da família na terra que garante a reprodução familiar. Neste sentido, a propriedade móvel, diante dos mecanismos de livre concorrência tem caminhado no sentido da acumulação sob o controle de uma minoria da população. Para o campesinato, tem significado, a diferenciação (assim como Lênin (1982) observou no caso particular da Rússia). Mas, mais comum tem sido a apropriação da renda da terra da família camponesa, levando-os a sobreviver com condições mínimas.

O movimento da História, sob os imperativos do capital, tem causado na unidade de produção familiar não somente o seu desaparecimento, desintegração mas também, diante da luta pela conquista da terra, a garantia pela reprodução da classe, que os mecanismos de mercado ao enveredá-los na sua lógica pode provocar, a diferenciação entre os produtores, uns apresentando melhores e maiores condições materiais de produção; pode os proletarizar, expulsos de suas terras ou sem condições de reproduzir-se na terra buscam a “luz” da cidade como fuga à negação de sua condição de vida no campo; e, para aqueles que ficam na terra, precariza as suas condições de existência pelos distintos mecanismos de apropriação da renda familiar pelas personificações do capital. Vivem neste ciclo contribuindo à acumulação do capital em sua forma não-capitalista de produzir e existir. Processos que se desenvolvem a partir da propriedade privada da terra feudal e acirram-se com a sociedade capitalista. De acordo com Marx:

A propriedade fundiária tinha de desenvolver-se de cada uma dessas duas formas, para em ambas experimentar o seu necessário declínio, assim como a indústria tinha de se arruinar na forma de monopólio e na forma da concorrência para aprender a acreditar no ser humano (MARX, 2004 p. 77).

A concorrência capitalista já não é garantia da manutenção eterna e hereditária do direito de propriedade. A livre concorrência expõe todos os proprietários às incertezas desta garantia lançando todos ao mar da certeza da propriedade efêmera. Mais voraz e inexorável com os pequenos proprietários, a concorrência e competição que o capitalismo desenvolve caminha rumo à concentração do capital em poucos monopólios mundiais. Acirra as contradições do modo de produção, desencadeando conflitos na luta pela sobrevivência entre as classes sociais, entre o trabalho e capital e seus interesses antagônicos: “isto conduz, necessariamente à revolução” (MARX, 2004 p. 77).

2.3 – A Terra, Renda da Terra e Sujeição ao Capital

Com base em Marx, compreendemos que os elementos componentes do processo de trabalho são: *Trabalho* (a atividade adequada a um fim); *Objeto de Trabalho* (a matéria a qual se aplica o trabalho); e, o *Instrumental de trabalho* (que são os meios de trabalho). Buscamos, desta maneira, o entendimento do que representa a terra dentre estes componentes. De acordo com o referido autor:

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem *objetos de trabalho*, fornecidos pela natureza (MARX, 2006a, Liv. 1, Vol. 1, p. 212 grifos nossos)

Observamos com a passagem acima que a terra se constitui em um objeto de trabalho universal distinto de outros objetos de trabalho, justamente porque não é portadora de trabalho humano anterior, não precisou do mínimo dispêndio de força humana de trabalho para sua confecção e foi encontrada pronta e acabada. Por isso, cabe uma ressalva: se o desenvolvimento histórico não fosse marcado pela alienação (singularmente alienação do homem em relação a natureza) e contradições estruturais, a terra não teria valor e nem deveria ter preço, assim como não teria valor a força de trabalho, porém, com a ordem subversiva e alienante do capital o trabalho possui um valor-preço: o salário que garante ao trabalhador a sua subsistência lhe dando o direito

de reproduzir-se como trabalhador. Da mesma forma, ocorre com a terra, que tem um preço, ela que não é fruto do trabalho humano, logo, não pode ser vista como uma matéria-prima já que,

Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através de *trabalho anterior*, chamamo-lo de *matéria-prima*. Por exemplo, o minério depois de ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho. (MARX, 2006a, Liv. 1, Vol. 1, p. 212, grifos nossos)

De acordo com Marx, não há dúvida no que representa a terra para o homem: um *meio de trabalho* dos mais relevantes, seu celeiro primitivo e meio universal de trabalho, que ao longo da História provê o homem com diversos meios de trabalho: da pedra utilizada como utensílio doméstico, arma às sementes; que fornece o local de trabalho. Nas palavras do autor:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto [...] a coisa que o trabalhador se apossa imediatamente [...] não é o objeto de trabalho, mas meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural [...] A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho (MARX, 2006a, Liv. 1, Vol. 1, p. 213 grifos nossos)

Cabe ressaltar que a agricultura moderna necessita de várias matérias-primas, ou seja, depende cada vez mais de trabalhos anteriores, materializados em máquinas, defensivos, adubos. Mesmo as sementes utilizadas na agricultura, que nos parece um meio de trabalho proveniente de uma primeira natureza, é fruto de trabalhos anteriores em safras passadas. A terra continua sendo o meio de trabalho “natural”, não produzida pelo trabalho humano. Apesar da intensificação de usos de adubos, corretivos e agrotóxicos, a agricultura se desenvolve hoje tendo como suporte uma gama de objetos de trabalho e matérias-primas transformadas pelo trabalho humano, o que representa um altíssimo desenvolvimento das forças sociais de produção. Neste sentido, a terra, enquanto objeto-meio de trabalho universal, não foi separada de sua conexão com o meio natural por trabalho anterior, entretanto com o desenvolvimento das forças produtivas foram adicionadas substâncias químicas e orgânicas e forças mecânicas,

utilizadas objetivando a melhoria da produtividade agrícola – o aumento da renda da terra. Com o capitalismo os adornos religiosos e naturais que permeiam a agricultura e as relações sociais de produção são substituídos pela racionalidade moderna de extração da mais-valia e a renda da terra.

De acordo com Marx (2008b), o desenvolvimento das forças sociais de produção sob os imperativos do capital acarretou (com as conseqüentes transformações nas relações sociais engendradas por esta ordem sociometabólica) em novo significado em torno da propriedade da terra. O que atribui particularidades à propriedade da terra com o modo de produção capitalista. Assim, o autor, observa na análise da propriedade fundiária capitalista, uma das diversas formas históricas de propriedade da terra, a especificidade que esta forma possui: em que uma parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados será transferida ao proprietário da terra sob a forma de renda da terra. Este é o significado particular que a propriedade da terra adquire no capitalismo. De acordo com o autor, podemos perceber que o modo capitalista de produção desenvolvia-se subordinando o campo às atividades da agricultura, objetivando a extração de uma renda monetária. Portanto, à época de Marx, momento em que iniciava o avanço do capitalismo na agricultura, não só a atividade fabril era fonte para o acúmulo do mais-valor, como também a agricultura. O que àquela época era um processo analisado e teorizado por Marx em seu início, é hoje, uma realidade do campo sob o domínio do capital. O campo da agroindústria e do agronegócio; do camponês integrado ao circuito da (re)produção do capital pela sujeição da renda da terra de trabalho. De acordo com o autor, o processo de desenvolvimento do capitalismo da agricultura deve-se:

À suposição de o modo capitalista de produção se ter apoderado da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, e que portanto existem em toda a plenitude as condições do sistema, tais como livre concorrência dos capitais, possibilidade de transferi-los de um ramo de produção para outro, taxa igual de lucro médio etc. (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 823).

Para Marx, o desenvolvimento do modo capitalista transformou a propriedade fundiária feudal e também a pequena economia de subsistência. Na forma em que se inscreve a propriedade da terra sob o domínio da forma histórica específica capitalista, Marx compreendia a desapropriação do trabalhador das condições de produção, não só

na indústria urbana, mas também na agricultura, como uma condição essencial para a (re)produção do capital. Para Marx, o modo de produção capitalista supõe que o produtor direto se liberte da condição de mero acessório da terra e que a massa fique despojada da propriedade do solo, é este despojo, o pressuposto histórico e base à reprodução do capital, pois, só assim, a massa dos trabalhadores estará apta a vender sua força de trabalho, contribuindo também para formar o exército de reserva. Para o autor:

Não nos atinge a objeção de que existiram ou existem ainda outras formas de propriedade fundiária e de agricultura. É uma carapuça que cabe aos economistas que tratam o modo capitalista de produção na agricultura e a correspondente forma de propriedade fundiária não como categorias históricas e sim eternas. (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 824)

De acordo com o autor, a forma assumida pela propriedade fundiária e agricultura, especificamente na sociedade do capital, deve ser vista em sua efemeridade na qual a História (o tempo) constitui-se num fardo para essas formas particulares de relação social de produção e propriedade. A transitoriedade histórica das relações sociais de produção sob modo de produção particular deve ser levada em consideração na análise materialista histórica e dialética, transitoriedade que se dá pelo agravamento das contradições do próprio sistema. As contingências históricas emergindo e fazendo a luta de classes acirrar, desencadeando uma práxis radical objetivando superar a incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Assim:

Para nós é mister estudar a moderna forma de propriedade fundiária, por ser nosso propósito sobretudo examinar as relações específicas de produção e de circulação, oriundas da aplicação do capital na agricultura. Sem isso seria incompleta a análise do capital. Assim, limitamo-nos apenas ao emprego de capital na agricultura propriamente dita, isto é, na lavoura do produto vegetal básico de que vive uma população (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 824).

É a moderna forma de propriedade que possibilita a radicalidade da luta de classes, pois a agricultura moderna não é apenas atividade destinada à produção de alimentos que se destinam ao consumo humano, satisfazendo a necessidade básica que é a alimentação. A agricultura capitalista é atividade que se destina especificamente à extração da mais-valia, que é renda da terra capitalizada ao entrar no circuito do capital. Assim, a renda empregada para produzir os produtos agrícolas será determinada pela

renda fundiária obtida pelo capital investido na produção do principal meio de alimentação – no contexto em que viveu Marx era o trigo que desempenhava a função de determinante, logo a agricultura capitalista estabelece uma equivalência entre os distintos produtos e trabalhos empregados na agricultura, estabelecendo uma média para a renda da terra a ser paga. Assim, mascara-se a relação de poder envolta da extração da renda da terra que ocorre de forma desigual, pois o valor (o tempo de trabalho empregado) de uma agricultura camponesa e uma agricultura capitalista são distintos na produção agrícola. De acordo com Marx:

A relação entre o preço de produção e o valor de uma mercadoria é determinada exclusivamente pela relação entre a parte variável e a constante do capital com que é produzida, ou seja, pela composição orgânica desse capital. Se num ramo de produção a composição do capital é inferior à do capital social médio, isto é, se a parte variável, empregada em salários, comparada com a constante, empregada nas condições materiais de trabalho, constitui proporção maior que a encontrada no capital social médio, então o valor do produto desse ramo estará necessariamente acima do preço de produção. Vale dizer, por empregar mais trabalho vivo, esse capital, para igual exploração do trabalho, produz quantidade maior de mais-valia, portanto mais lucro que parte alíquota da mesma grandeza do capital social médio (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 1006).

A situação acima se refere à análise de unidades de produção regidas pela lógica capitalista. No entanto, diante das condições materiais de produção das unidades camponesas, onde a força de trabalho familiar empregada constitui-se na parte mais relevante para a manutenção da produção, podemos dizer que (por empregar mais trabalho vivo) os camponeses transferem parte significativa do valor que produzem nas relações de troca. O valor do produto de uma unidade de produção (camponesa) ultrapassa o preço de produção dos demais produtores, que empregam mais capital constante. Desta forma, as relações de troca no capitalismo, entre produtores que se diferenciam na composição orgânica do capital social médio empregado no setor da produção, é prejudicial para aqueles produtores que produzem utilizando mais trabalho vivo, como são exemplo os camponeses.

A relação de interesse estabelecida entre capital e propriedade da terra tem como objetivo do capital assegurar mais-valor através do domínio da agricultura e da propriedade da terra. Portanto, a livre propriedade privada da terra, “um produto dos tempos modernos”, como nos diz Marx, é uma relação social objetivando acúmulo do capital pela exploração de toda a sociedade:

A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades. Isto posto, trata-se de esclarecer o valor econômico, isto é, a valorização desse monopólio na base da produção capitalista (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 824-825).

O modo de produção capitalista encontra, no início, uma forma de propriedade fundiária que lhe é contrária; que impede e dificulta o pleno desenvolvimento rumo à reprodução ampliada do capital. Neste sentido, é necessário transformar a forma anterior de propriedade, mudança no conteúdo da forma de propriedade que, qualitativamente, representou a subordinação da agricultura ao capital, do campo à cidade.

Através dos imperativos auto-expansivos do capital, as formas de propriedade da terra existentes anteriormente convertem-se em uma forma “adequada a esse modo de produção, não importando quão diversa sejam suas formas jurídicas” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 826). É com o capital desenvolvendo mecanismos para obter renda da terra na agricultura que:

A propriedade fundiária adquire assim, sua forma puramente econômica, despiendo-se de todos os ornamentos e vínculos políticos e sociais, em suma, de todos aqueles tradicionais ingredientes, denunciados pelos próprios capitalistas industriais e por seus porta-vozes teóricos, na ardorosa luta que travaram contra a propriedade fundiária, como excrescência inútil e absurda. [...] São grandes méritos do modo capitalista de produção o ter racionalizado a agricultura, capacitando-a pela primeira vez para ser explorada em escala social, e o ter posto o absurdo da propriedade fundiária. Comprou esse progresso histórico ao preço de todos os demais: de início reduzindo ao empobrecimento completo os produtores imediatos (MARX, 2008b p. 827).

Não esqueçamos que a classe dominante/conservadora atual já teve seu momento revolucionário, contrária e negando as relações de propriedade e de produção que dificultavam sua consolidação. Portanto, naquele momento do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas faz-se necessário observar que “temos aí reunidas e em confronto as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário” (Marx, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 828). Atualmente, diante da centralização e concentração do capital, os dois últimos sujeitos, na maioria das vezes, personificam-se num único

sujeito capitalista, grupo empresarial ou conglomerado controlado por um *holding*. Podemos observar com a citação anterior de Marx que, o desenvolvimento histórico deve ser visto através da dialética e, conseqüentemente, é um desenvolvimento em que a contradição é a energia propulsora da História. Isto porque, para o autor, o modo capitalista ao avançar na agricultura acarreta, ao mesmo tempo, o rompimento dos vínculos tradicionais que reveste a propriedade da terra, a partir do desenvolvimento das forças produtivas sob os imperativos do capital; mas também leva à espoliação dos trabalhadores do campo.

Para Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6), o conflito de interesses antagônicos entre o capitalista industrial – arrendatário – e o proprietário da terra “é um dos maiores obstáculos à racionalização da agricultura” (p. 829). Obstáculo porque, devido ao direito que o monopólio da posse da terra, garante ao seu proprietário cobrar um tributo do arrendatário ou de toda a sociedade, faz com que o arrendatário evite realizar investimentos, que proporcionariam maior produtividade da agricultura, já que estes investimentos ficam para o proprietário ao fim do contrato de arrendamento, como um “acidente inseparável da substância, o solo” (p. 829). Um conflito de interesses antagônicos de classe que é prejudicial ao desenvolvimento da agricultura e que toda a sociedade acaba pagando de uma forma ou de outra ao consumir os produtos do trabalho da terra. Assim sendo, Marx compreende que a renda da terra é um lucro suplementar (extraordinário) que está além do lucro médio. Ao obter o lucro médio, o capitalista que arrendou a terra já realizou e garantiu a recuperação do capital que investiu na terra (já retornou para seu bolso o capital-dinheiro investido acrescido da renda da terra). A disputa entre o capitalista e o proprietário fundiário, neste momento, é pela apropriação do lucro extraordinário – a renda da terra.

Ao fazer novo contrato de arrendamento, o proprietário acrescenta à renda fundiária propriamente dita o juro pelo capital incorporado à terra, alugue-a ao arrendatário que fez as melhorias ou a outro. Assim, cresce sua renda, ou o valor da terra fica aumentado no caso de querer vendê-la, [...] Vende, além da terra, o solo melhorado, o capital incorporado à terra e que nada lhe custou. Aí está um dos segredos – se abstraímos do movimento da renda fundiária propriamente dita – do enriquecimento ascendente dos proprietários das terras, do aumento contínuo de suas rendas e do valor monetário crescente de suas propriedades com o progresso do desenvolvimento econômico (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 829).

Esse é um entrave que deve ser superado para a efetiva racionalidade da agricultura; para a efetiva reprodução ampliada do capital com o avanço sobre a agricultura. O entrave se coloca porque, ao aumentar a aplicação de capital na terra arrendada, aumentará a produtividade do trabalho – a renda da terra –, pois se obtém maior produto com a aplicação de capital (e Marx nos mostra como a renda aumenta independente do tipo de solo e sua fertilidade na proporção dos investimentos de capital), mas ao aumentar a renda do solo o proprietário aumenta o valor do contrato de arrendamento ao final e, mesmo se não aumentar a produtividade do trabalho com o capital aplicado, todo o investimento, toda melhoria fica ao final do contrato para o proprietário. Neste sentido, é preciso superar e acabar com as condições que dão direito aos proprietários de terra de obter renda sem nada ter investido, que somente pelo monopólio da propriedade privada da terra tem este direito garantido.

Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6) chama a atenção da necessidade de analisar cientificamente a renda fundiária, em sua forma adquirida sob o sistema capitalista de produção. “importa observá-la pura, despojada de todos os adornos que a falseiam e dissimulam” (p. 834). Também chama a atenção para a compreensão dos efeitos práticos da propriedade fundiária e penetrar numa série de fatos que contradizem a idéia e a natureza da renda fundiária, “importa também conhecer os elementos que concorrem para turvar a teoria” (p. 829). Isto porque há, além das demais confusões, também confusão entre trabalho excedente e, por conseguinte, produto excedente em geral com a renda fundiária. Assim como, tornou-se comum considerarmos a renda fundiária *todo* o tributo que é pago ao proprietário pela permissão de explorar a sua terra; como também, costumamos considerá-la o determinante no preço da terra, entretanto, de acordo com o referido autor, estes são todos “elementos estranhos embutidos na renda fundiária” (p. 835).

Todo esse emaranhado de relações sociais de produção que ocorre e se estabelece com a propriedade da terra serve para mascarar o entendimento do real. O que acaba fazendo com que naturalizemos categorias que não deveriam existir – como o preço da terra ou preço do trabalho. Estas categorias devem ser vistas unicamente pelo viés de que no capitalismo tudo é suscetível de ser mercadoria, é um modo de produção de coisificação de tudo e todos. Assim, de acordo com Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 845), “uma coisa, para ser vendida, basta que seja suscetível de monopólio e alienável”.

Esse foi o destino do trabalho e da terra, sob o modo de produção capitalista, ambos são meios de acúmulo do capital, de exploração do trabalho alheio.

Na busca da apreensão do real, Marx faz a distinção entre a renda fundiária e o juro do capital fixo incorporado ao solo, o que de uma forma acaba contribuindo para o aumento da renda fundiária diante de todos os investimentos que são aplicados e incorporados à propriedade por quem a utiliza. Assim, esses investimentos ficam para o dono da terra, melhorias que lhe garantirão uma quantia extra, um juro relativo ao capital alheio que não lhe custou nada. Ao investir em uma terra realizando melhorias, seja o capitalista, o arrendatário ou o produtor camponês, ele obterá algo a mais em produtividade ou no preço da terra quando for vendê-la. Marx mostra que, esse algo a mais, não é a renda da terra em si, mas contribui para aumentar a renda. Para os pequenos proprietários que trabalham na terra de sua unidade de produção, para atender às indústrias de alimentos, essas melhorias são apropriadas pela indústria seja de alimentos ou de implementos e defensivos agrícolas, ou ainda pelo setor financeiro.

Na interpretação marxiana da renda fundiária e do juro do capital, deve-se entender que a renda da terra existe de uma forma pura, independente dos investimentos realizados por seu proprietário, “sem qualquer acréscimo de juro pelo capital incorporado ao solo” (p. 832). A renda é a quantia que o proprietário recebe pelo “arrendamento de um pedaço do globo”. Ao adquirir a forma dinheiro, o equivalente geral de troca da sociedade capitalista, a renda pode ser capitalizada (considerada o juro de um capital imaginário). De acordo com Marx:

A renda fundiária assim capitalizada, constituindo o preço de compra ou valor do solo, é uma categoria que à primeira vista se revela irracional, como o preço do trabalho, pois, a terra não é produto do trabalho, não tendo portanto valor algum. Mas atrás dessa forma irracional oculta-se uma relação real de produção. [...] Essa capitalização da renda, porém, supõe a renda, enquanto reciprocamente a renda não pode ser derivada da própria capitalização nem por ela explicada. A existência da renda, independente da venda, e que é o pressuposto donde partiremos (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 832-833).

Neste sentido, Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6) nos indica três erros que turvam a análise quando se estuda a renda fundiária: **o primeiro equívoco** refere-se à confusão que fazem entre as variadas formas de renda fundiária, que correspondem aos diversos estágios do desenvolvimento do processo social de produção. Rendas pré-capitalistas:

como a renda em produto, a renda em trabalho e renda em dinheiro; e as formas de renda da terra capitalista: renda diferencial I, renda diferencial II, renda absoluta e de monopólio, não queremos inferir que não encontramos na prática formas de renda pré-capitalista na fase de reprodução ampliada do capital, pois estas distintas formas de renda coexistem sem representar conflituosidade e riscos à totalidade do capital¹⁰. De acordo com o autor:

Qualquer que seja a forma específica da renda fundiária, todos os seus tipos têm de comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 845).

Isto sendo válido para qualquer forma de relação social de produção estabelecida com o solo, seja para pequenos proprietários camponeses baseados em relações não-capitalistas de produção, seja para grupos industriais que atuam no campo baseados na relação tipicamente capitalista de produção, explorando trabalho de outros para extração da mais-valia. O mero título de propriedade privada da terra lhes garante esse direito. No entanto, Marx faz uma ressalva de que “esse *caráter comum* das diferentes formas da renda fundiária” (2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 845), a qual seja – a de ser ela a realização econômica da propriedade fundiária – faz com que esqueçamos as diferenças.

A renda da terra é uma categoria de análise econômica que tem por base fundamental a propriedade privada da terra, pois ela é o direito de cobrar de toda a sociedade um tributo, pelo monopólio que uma classe social tem pela propriedade da terra. Com o desenvolvimento histórico, mudaram-se as formas de pagamento da renda da terra ao longo dos diferentes modos de produção, todavia não podemos analisar pelo mesmo viés a renda conseguida por camponeses, produtores diretos que são (e que se apropriam do que produzem), com a renda da especulação fundiária ou da exploração dos trabalhadores do campo. No entanto, a essência de sua existência continuou – a propriedade privada da terra.

¹⁰ De acordo com Souza (2008, p. 176), a análise da renda da terra pré-capitalista se reveste de grande importância tendo em vista que não se tratam de formas que desapareceram, mas que ocorrem sob o capitalismo “adquirindo formas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo” (OLIVEIRA, 1986, p. 86).

A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada [...] Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavrada, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas, etc. [...] Assim, a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 827-828).

Sendo assim, devemos analisar a justificação da propriedade privada da terra como todas as demais formas de propriedade sob um determinado modo de produção. O que implica em ver que a propriedade da terra, assim como o modo de produção com suas relações de produção e troca específicas, “ser uma necessidade histórica transitória” (p. 832).

O **segundo equívoco** cometido e que turva a análise da renda da terra é que devemos entender toda a renda fundiária enquanto mais-valia, produto do trabalho excedente. Se, em sua forma menos desenvolvida, ou seja, na sua forma de renda natural era diretamente produto excedente, com o modo capitalista de produção a renda fundiária é “sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente)” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 846). Desta forma, para o capitalista investir seu capital na agricultura, ele tem o objetivo único de obter um lucro extraordinário, através da exploração do trabalho alheio. Quando da territorialização do capital na agricultura, o lucro extraordinário (mais-valia) é conseguido através da exploração do trabalhador, mas quando da monopolização do território, a apropriação da renda ocorre através das relações de troca que a unidade de produção familiar estabelece com as personificações do capital. Assim, o trabalho agrícola tem de possuir rendimento bastante para que a totalidade do tempo de trabalho disponível não seja absorvida na produção da subsistência da força de trabalho logo, possibilitando trabalho excedente agrícola; conseqüentemente, gerando um produto excedente no campo, pois a renda da terra é lucro suplementar: depois de satisfeitas as necessidades do produtor camponês ou do capitalista arrendatário; aqueles necessitam reproduzir-se enquanto homem trabalhador que possui necessidades físicas naturais, este necessita que o capital que investiu retorne com uma quantia a mais, a taxa de lucro média.

A mesma lógica que rege a distribuição do tempo na fábrica – a do tempo necessário e do tempo excedente de trabalho, para a produção da mais-valia – passa a reger o trabalho do campo; no caso do campesinato é o produto excedente que faz as vezes do tempo de trabalho excedente. Produto total da unidade de produção que será separado/dividido em produto necessário e produto excedente que, enquanto uma mercadoria, será vendida e transformada em dinheiro garantindo a reprodução dos membros da unidade familiar e a parte revertida às personificações do capital como juros ou gastos com adubos, por exemplo. Portanto, resguardadas as devidas distinções entre camponeses e proletários, concordamos com Martins (2002) quando diz que, enquanto o operário se situa no mundo através do seu *trabalho*, do seu trabalho excedente; o camponês se situa no mundo através do seu *produto*, do seu produto excedente. Se o trabalho dos primeiros não se oculta no que produz, pois é vendido especificamente como trabalho; o trabalho do segundo se oculta no seu produto, é o ter ou não a posse dos meios de produção que determina a forma de se inserir na sociedade da mercadoria. “Se a existência do operário se define pelo *trabalho excedente*, a do camponês se define pelo *produto excedente* em relação aos meios de vida produzidos diretamente por eles” (MARTINS, 2002, p. 67). Será por esta mesma lógica que a produção de alimentos, condição essencial da vida e da produção agrícola e não-agrícola, pode ser substituída por outros cultivos. Isto acarreta, além de uma divisão do trabalho entre agricultura e indústria, em uma maior especialização da divisão do trabalho no campo: entre produtores de alimentos e de matérias-primas para a indústria. Se assim não analisarmos a renda, de acordo com Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6), erramos quando procuramos explicá-la, uma componente particular e específica da mais-valia, recorrendo às condições gerais da mais-valia e do lucro. De acordo com Marx, essas condições são:

Os produtores imediatos devem trabalhar além do tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho e a si mesmos. Devem executar trabalho excedente. Esta é a condição subjetiva. A condição objetiva é que *possam* executar trabalho excedente, que os recursos naturais sejam tais que *parte* do tempo de trabalho disponível baste para a própria reprodução e manutenção como produtores, e que a produção dos meios de subsistência necessários não consuma toda a força de trabalho (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 846)

Para este processo, a fertilidade da natureza se constitui em limite, ponto de partida e base para a renda diferencial I que, com os avanços das forças de produção

social, é também base para a renda diferencial II. Já o desenvolvimento da produtividade social do trabalho é fator fundamental. Com isso, a transferência de renda da terra (por exemplo, de camponeses que produzem para atender a indústria), diante do uso intenso de tecnologia, do campo para a cidade aumentou com o avanço das forças produtivas.

O **terceiro** e último **equivoco** alertado por Marx é que a renda fundiária (e com ela o valor da terra) aumenta no curso do desenvolvimento social. Isto acontecendo não como uma peculiaridade determinada pela intervenção do beneficiário (o proprietário da terra), mas como resultado da totalidade do trabalho social. Portanto, a valorização econômica da propriedade fundiária, no desenvolvimento da renda fundiária, adquire independência dos interesses e intervenções feitas pelos indivíduos, que são donos da terra, agora é o trabalho social que valoriza a terra. Marx nos mostra como a renda diferencial II (que é a forma de renda que pressupõe a agricultura sob domínio do capital) aumenta com a aplicação de capital no solo, em todas as situações: seja com o preço de produção e custo de produção constante, crescente e até decrescente, a renda do solo aumenta com o progresso das forças produtivas, aumento da população e necessidade de terras. Pode não aumentar com as mesmas taxas de renda para cada situação de mercado favorável ou desfavorável, mas o essencial é que em todas as situações a renda da terra aumenta. Aumenta ao ponto de o pior solo, aquele que é regulador dos preços e que não dá renda, somente satisfazendo a taxa média de lucro, a partir de certas condições sociais e econômicas passam também a possuir lucro suplementar, a renda da terra.

Assim, crescem o mercado e a procura de produtos da terra, e imediatamente a procura de terra, ou seja, da condição de produção que todos os ramos, inclusive não-agrícolas, porfiam por obter. A renda fundiária e com ela o valor do solo, para nos cingirmos à derivada da agricultura, desenvolve-se com o mercado dos produtos agrícolas e por conseguinte à medida que cresce a população não rural, que aumenta suas necessidades e sua procura de alimentos e de matérias-primas (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 848).

Verificamos que o que deveria representar melhorias de condição de vida para os trabalhadores do campo, por aumentar a procura pelo que produzem, contraditoriamente, sob o julgo do capital, representa a maior exploração de seu trabalho. É a riqueza produzida pelos pequenos produtores do campo indo parar nas mãos de quem não a produziu. É uma relação não-capitalista sendo sugada pelas

personificações do capital – da indústria, do mercado de insumos agrícolas e do setor financeiro.

Como no sistema capitalista os produtos da agricultura são mercadorias, valor-de-uso que possuem valor-de-troca realizável, ocorre a necessidade constante e intensa de produzir mercadorias para serem convertidas em dinheiro, na medida em que outras mercadorias constituem equivalentes para elas, ou seja, se constituem numa necessidade social, são trocadas. Não há, sob os imperativos do capital, um processo social de produção ou ramo da produção que não esteja sob os desígnios que objetivam a valorização do capital, portanto, a forma de extração da mais-valia na indústria urbana corresponde, no campo, à sujeição da renda da terra pelo capital ou outras relações sociais de produção que exploram o trabalho. Sendo assim, as unidades de produção familiar camponesa ao produzir – produtos que não fazem parte da base alimentar, mas são produzidos diretamente e objetivando a venda da produção ao mercado – o camponês está inscrito numa divisão social do trabalho que lhe é prejudicial e põe em risco a unidade de produção familiar. Isto porque:

A renda fundiária só pode desenvolver-se como renda monetária no sistema de produção de mercadorias, mais precisamente na produção capitalista, e se desenvolve na mesma medida em que a produção agrícola se torna produção de mercadorias; portanto, na mesma medida em que a produção não agrícola possui em relação à agrícola desenvolvimento autônomo, pois é na medida desse desenvolvimento que o produto agrícola se torna mercadoria, valor-de-troca e valor (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 849).

Apesar de ser um risco à manutenção da unidade de produção familiar camponesa, produzir mercadorias para o mercado vai se constituindo na principal garantia de continuar na terra, o que ao mesmo tempo e contraditoriamente, representa o risco de perder a propriedade. No entanto, esta é a forma de realização da renda fundiária no capitalismo. De acordo com Marx, podemos entender esse movimento contraditório e dialético que vai tomando o campo, a agricultura, da seguinte forma:

A produção de mais-valia e de produto excedente aumenta na medida em que, com a produção capitalista, a produção de mercadorias acresce e por conseguinte a produção de valor. E na mesma medida em que aquela aumenta, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária de apoderar-se – em virtude do monopólio sobre a terra – de parte crescente da mais-valia, e de elevar por isso o valor de sua renda e o próprio preço do solo (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 849).

Apesar das distinções, especificidades e objetivos que há entre a agricultura camponesa e a agricultura tipicamente capitalista, ambas estão, de uma maneira direta ou indireta, contribuindo à valorização do capital. O capital tornou-se um modo universal de extração da riqueza – por vias capitalistas de produção e, quando não, por vias não-capitalistas. É o financiamento adquirido junto às instituições financeiras para a safra seguinte; é a compra de adubos, pesticidas, inseticidas, maquinários ou a simples enxada; é a produção entregue ao atravessador ou diretamente na fábrica, todos esses exemplos são mecanismos vampirescos de exploração dos sujeitos do campo, mecanismos sugadores da riqueza produzida por esses sujeitos.

Se à época¹¹ de Marx coexistiam classes sociais com interesses antagônicos – capitalistas industriais, operários fabris, proprietários de terra, os arrendatários e camponeses – onde, os arrendatários retiravam dos trabalhadores do campo (jornaleiros agrícolas) uma fração do salário que transferia ao proprietário da terra sob a forma de renda da terra, quando este aumentava o preço do arrendamento; hoje, são os empresários que ditam o valor (preço) que o fruto do trabalho da família camponesa tem. São eles que ficam com a maior parte da renda resultante do trabalho no campo. Isso nos evidencia a tendência de no capitalismo aumentar a expropriação do campo pelo capital. A sua época Marx escreveu: “A renda fundiária alta se identifica aí diretamente com salário baixo. E na medida em que esta circunstância aumentando a renda influi sobre o nível do preço da terra, acréscimo do valor da terra significa desvalorização do trabalho, alta do preço da terra, baixa do preço do trabalho” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 839). Lembrando que há uma relação entre a renda da terra e o preço da terra, apesar de não serem sinônimos, como foi dito anteriormente. O preço da terra não desvaloriza com o capitalismo a tendência e regra é a desvalorização do trabalho do campo ou da cidade.

Neste estágio sociometabólico do capital, diante dos avanços do capital no campo (que desponta como mais um espaço de realização de seus anseios metabólicos – o lucro), subvertem-se antigas relações de produção. Agora, em sua relação com o solo, os camponeses, que são os produtores diretos, não se apropriam do que produzem em sua terra. O resultado do trabalho familiar é transferido a quem não o produziu. Esse é um meio de garantir a sobrevivência da família e permanência da unidade de produção

¹¹ O contexto tomado como exemplo por Marx para a análise da agricultura sob o capitalismo é o inglês.

familiar. A integração à indústria da unidade de produção familiar acarreta em incertezas e maior exploração para manter-se na terra. A variação do cultivo – volatilização dos usos da terra – é uma busca por melhores rendas. O plantar para atender a indústria ou para o consumo direto da família é uma constante na vida destes trabalhadores.

Os movimentos de “vai e vem ou oscilatório do capital”, na busca de maior taxa média de lucro, do qual nos fala Neil Smith (1988) funciona de forma prejudicial à pequena propriedade camponesa. Aqui as leis de mercado da oferta e da procura são inexoráveis com a unidade de produção familiar. Aqui elas realmente funcionam e, à volatilidade dos tipos cultivados, corresponde contrariamente a menor renda na próxima colheita, porque há uma corrida na safra seguinte para se cultivar o mesmo produto que obteve uma renda (preço) melhor e proporcionou melhorias ao compadre ou ao vizinho. Isto afeta o imaginário do camponês – pois a responsabilidade da queda no preço é do outro, “todos plantaram o mesmo” produto. O capital monopolizado, ou suas personificações, se mantém ileso em seu pedestal, acumulando riqueza à custa da precariedade da condição de vida de milhares de trabalhadores, neste sentido, ocorre para a pequena propriedade familiar camponesa um processo diferente do que deveríamos esperar:

Não constitui característica peculiar da renda fundiária a circunstância de os produtos agrícolas se tornarem valores e se desenvolverem como tais, e a de os produtos não-agrícolas os confrontarem como mercadorias, ou a de eles se desenvolverem como expressões particulares do trabalho social. A característica peculiar consiste em que, com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições em que se realizam esses valores, *desenvolve-se o poder do proprietário fundiário de apropriar-se de porção crescente da mais-valia se transforma em renda fundiária* (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 851 grifos nossos).

Esse movimento processual do campo produzir mercadorias cada vez mais, assim como o de aumentar o poder dos proprietários de terra de apoderar-se de uma parte maior da mais-valia, independe da interferência do produtor individual. É o desenvolvimento histórico e a totalidade do trabalho social, o desenvolvimento das forças sociais de produção, que permitirão essa apropriação cada vez maior de uma parte da riqueza produzida socialmente. É o capitalismo que põe em movimento essas forças. É o capitalismo que reforça a divisão territorial do trabalho entre o campo e a

cidade estabelecendo, por seus interesses reprodutivos, a desvalorização do trabalho no campo, assim podemos compreender que ao contrário do que deveria acontecer com os trabalhadores na agricultura, onde deveriam receber uma parcela maior da riqueza produzida, ocorre a expropriação pelo capital da renda que os camponeses teriam direito.

Observando as especificidades da produção camponesa, veremos que esta unidade produtiva familiar distingue-se de uma organização produtiva cuja lógica é regida pela exploração do trabalho alheio. A especificidade apresenta-se ao observarmos a divisão e o controle do processo de trabalho, assim como a divisão dos resultados do trabalho entre os membros da família. Um processo de produção onde não há divisão hierárquica entre os membros da família, estabelecendo relações de poder entre os que controlam e os que executam a produção. Um processo de produção onde seus resultados estão voltados à satisfação das necessidades dos produtores imediatos, garantindo a reprodução da família a partir do valor-de-uso que possui a produção. A terra constituindo-se, para esta organização produtiva, condição de vida, essencial à garantia da reprodução familiar.

Por suas especificidades, a unidade de produção familiar representa uma contradição no seio da reprodução capitalista, pois “é a lógica desta classe, cuja existência é mediada por uma condição *sui generis*” (PAULINO, 2004, p. 07), é o que particulariza a unidade de produção camponesa dentro do modo capitalista de produção. Particulariza pelas condições materiais de produção: “dada pelo controle simultâneo dos meios de produção e da força de trabalho, que confere significado à propriedade camponesa da terra” (PAULINO, 2004, p. 07). Esta distinção contraria a lógica da acumulação do capital, que tem base na exploração do trabalho alheio fundamentada na divisão da sociedade entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho na relação social de produção característica da sociedade capitalista – a assalariada. Segundo José de Souza Martins, o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como “recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais” (MARTINS, 2004 p. 21).

Por isso, é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra nesse último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da *reprodução* capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada. (MARTINS, 1986, p. 170-171)

De acordo com Martins (1986):

Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade de relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade. Claro está que as tensões que o capital cria no sítio de um pequeno lavrador ou na oficina de um artesão são distintas da tensão que permeia suas relações com o trabalhador da grande indústria. A concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era a de desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas. (MARTINS, 1986, p. 14)

Para Martins (2004), é através do monopólio da posse da terra por uma classe que se dá a sujeição do trabalho ao capital. Destacando a relevância do Estado nesse processo, pois este possibilitou a criação do excedente de força de trabalho (como exemplo no Brasil). Porém, isso não significou a transformação capitalista das relações de trabalho. O capital transforma em renda territorial capitalizada a renda proporcionada pela posse da terra.

No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do trabalhador e substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho (MARTINS, 2004, p. 32).

Nesse processo, “o trabalho libertado da condição de renda capitalizada, deixa de ser componente do capital para contrapor-se objetivamente ao capital. Nesse processo, ao libertar o trabalhador, o capital liberta a si mesmo” (MARTINS, 2004 p. 33). Sendo assim, através da sujeição da renda da terra ao capital, “a forma essencial de capital que subordinava a produção agrícola”, no período de colonato, “era o capital

comercial, na estrita racionalidade do capital que operava fundamentalmente na movimentação da safra agrícola” (p.77). A igualdade formal entre o colono e o fazendeiro, mediante a troca de dinheiro pelo produto do trabalho, entre compradores e vendedores, era o que garantia o mascaramento da desigualdade na apropriação da riqueza, “acobertava a relação desigual no processo de trabalho” (p. 80). Concordamos com Martins (2004) quando mostra que o capital nutre-se de formas pré-capitalistas (tendo como base Marx e Rosa Luxemburg), transformando-a em renda capitalizada. Isso é o que ocorre na relação entre indústria e campesinato com a renda da terra.

Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista – transforma-a, incorporando-a em renda capitalizada. (MARTINS, 2004, p. 3)

De acordo com o referido autor:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês. (MARTINS, 1986, p. 175).

Esse é o segredo de não ser necessário ou um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura a presença do camponês. Pois, ele é integrado à dinâmica da valorização do capital. Mesmo sem assalariar-se, mesmo sem sujeitar-se, realmente ou formalmente, o seu trabalho e o de sua família. Mesmo permanecendo detentor dos meios de produção, de sua existência. E, “por trás da aparente autonomia camponesa, escamoteia-se uma profunda exploração do trabalho” (DIAS OLIVEIRA, 2009 p. 04).

A apropriação da renda ocorre quando das relações comerciais e financeiras estabelecidas pela unidade de produção familiar com as personificações do capital. No âmbito do consumo produtivo voltado à produção comercial para atender a indústria ou supermercados, que se tornam cada vez mais necessário à produção, inclusive nas

unidades de produção camponesas que, ao contrário, não estão excluídas do processo de modernização da agricultura, a incorporação de tecnologia. Por pressupor a utilização de máquinas e insumos, as unidades camponesas que se dedicam à realização de uma produção comercial, têm sugada parte do valor produzido. Valor materializado em produtos, realizado na forma de renda da terra, que se transfere em escala maior diante do monopólio dos preços estabelecidos pela empresas de insumos agrícolas. De acordo com Paulino (2004, p. 14), “isso nos indica que o ônus da produção e reprodução ampliada do capital continua recaindo sobre os trabalhadores, entre os quais os camponeses, diretamente afetados pelo custo crescente para produzir e pela apropriação decrescente da renda”. E este ônus aumenta com o desenvolvimento das forças produtivas sob os imperativos do capital. Aumenta e diversificam-se as formas de apropriação do mais-valor, agentes financeiros, industriais e comerciais apropriam-se de parte da massa de renda, pois esta relação de exploração é condição necessária à existência do capital.

Com as diversas formas de relação que a unidade de produção mantém com a economia capitalista, as distintas formas de uso da terra, subordinadas a cultivos prioritariamente destinados ao mercado ou à indústria, a “máscara da renda fundiária” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 837) não tem a forma de um pagamento direto, em espécie, pelo uso da terra de outrem. Entretanto, tem sim, a máscara da exploração do fruto do trabalho familiar que é transferido ao mercado (aqui se inclui indústria, rede de supermercados ou atravessadores) sempre num preço reduzido, apesar dos investimentos aplicados à terra. Assim, os pequenos produtores são forçados a se contentarem com um “lucro inferior à média e a ceder parte dele na forma de renda” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 836); isto ocorrendo não porque tenha que pagar ao proprietário da terra, pelo uso da terra arrendada. Pressupomos que são camponeses proprietários reais ou nominais da propriedade que veem-se nesta condição. Diante da monopolização da sua terra pelo capital, vê o resultado do trabalho familiar reduzido a um mínimo que garante a subsistência, a sujeição da renda da terra ao capital, é o que lhe resta. Desta forma, são as personificações do capital que são os grandes beneficiados pela exploração da unidade de produção familiar camponesa.

Torna-se relevante, de acordo com Paulino (2004, p. 07), “analisar os interstícios da sujeição da renda da renda camponesa na esfera do consumo produtivo,

ou seja, naquela do tributo pago por essa classe para produzir”, pois é analisando as relações que a unidade de produção camponesa estabelece com o mercado, para desenvolver as atividades produtivas, que verificar-se-á os meios e mecanismos utilizados para a apropriação da renda. O camponês, mesmo apresentando uma condição *sui generis*, insere-se em uma lógica reprodutiva que se tornou universal – a lógica capitalista. Lógica que domina a produção social, independentemente de que organização da produção ocorra por relação capitalista ou não-capitalista de trabalho. Sob o modo de produção do capital a totalidade da produção perpassa pela realização e acumulação do mais-valor. Como a produção constitui-se, nesta ordem societal, em produção de mercadorias – que possui o duplo caráter de valor-de-uso e valor-de-troca, a unidade de produção não-capitalista tem o valor que produz apropriado pelo caráter duplo das mercadorias que usam no consumo produtivo de sua unidade de produção. Ao comprar uma mercadoria o objetivo da unidade familiar camponesa é o uso, a satisfação da família, mas nesta relação realiza a mais-valia materializada no objeto útil. Troca um valor-de-uso que produziu objetivando a reprodução da família com a aquisição de outro valor-de-uso, realizando o valor-de-troca deste. Para a unidade de produção familiar camponesa a transformação do seu produto (um valor-de-uso) em outro valor-de-uso, que garante a manutenção da unidade familiar, não há nada de misterioso escondido nesta relação de troca. A observação desta transformação dos objetos (valores-de-uso) nos mostra que em sua totalidade o processo ocorre entre trabalhos distintos, sob organização de trabalho distinta; o que é uma simples troca constitui-se na realização da mais-valia e na sujeição da renda da terra.

Este é o mecanismo essencial para que produtores não-capitalistas tenham como condição de existência e sobrevivência a mediação com o modo de produção capitalista. É o que ocorre com a unidade de produção camponesa: não realizando suas necessidades em si mesmo, ou seja, não sendo auto-suficiente essa unidade produtiva, mas tendo que estabelecer relações de troca com o mercado capitalista, o campesinato penetra numa lógica onde a reprodução dos membros da unidade de produção ocorre pela apropriação do trabalho (valor) que produzem.

2.4 – As Formas Distintas de Manifestação da Renda da Terra Capitalista

A renda da terra constitui-se em lucro suplementar, ou seja, economicamente constitui-se em uma produtividade para além do lucro médio. De acordo com Marx, o lucro suplementar de um produtor que não utiliza qualquer força da natureza, que:

Não resulta casualmente de transações efetuadas no processo de circulação, de oscilações fortuitas dos preços de mercado. Esse lucro suplementar é igual à diferença entre o preço individual de produção desses produtos favorecidos e o preço geral, social de produção, regulador do mercado de todo o ramo de produção. Essa diferença é igual ao que sobra, subtraindo-se do preço geral de produção da mercadoria o preço individual de produção. Os dois limites dentro dos quais se situa esse excedente são de um lado o preço individual de custo e mais precisamente o preço individual de produção, e do outro o preço geral de produção (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 856-857).

O lucro médio é o valor que o produtor objetiva ao investir seu capital-dinheiro no processo de produção capitalista; realizados os custos de produção com a compra de meios de produção e força de trabalho resta-lhe o lucro (o trabalho excedente não pago aos trabalhadores materializado em mercadorias). De acordo com Souza (2008):

A renda da terra no modo de produção capitalista pode ser entendida como o que sobra acima do valor das mercadorias – um lucro extraordinário e permanente, onde o proprietário da terra extrai a renda e o capitalista extrai o lucro. Tal diferença é possível devido à diferença existente entre o preço individual de produção (cujas vantagens recaem sobre aqueles solos com melhores condições de produzir, natural ou artificialmente) e o preço médio de produção, onde um capitalista que detenha uma condição favorável (uma queda d'água, por exemplo, que lhe permita a utilização da força hidráulica – poupando força de trabalho necessária ao trabalho – o que implica numa redução dos custos de produção e, tão logo, um sobrelucro para os proprietários). Logo, todo sobrelucro normal (que não seja provocado por operações fortuitas de venda ou oscilações do preço) é determinado por esta diferença entre o preço individual e o preço geral de mercado. (SOUZA, 2008, p. 166)

A concorrência no modo de produção capitalista tem como consequência o equilíbrio na taxa de lucro dos produtores individuais de um setor da produção. Ao tempo que um produtor busca desenvolver técnicas que aumentam a produtividade do trabalho, proporcionando um lucro superior ao conseguido por seus concorrentes, estes

produtores, por sua vez, também buscarão desenvolver e aperfeiçoar a produção, equilibrando o lucro no setor da produção que atuam, pois buscam produzir sob as mesmas condições sociais média de produção. Estabelece assim uma taxa de lucro média, socialmente determinada pela livre concorrência. Se nas formas anteriores de existência a renda da terra possuía o caráter de produto ou horas de trabalho que eram dedicadas por posseiros e servos em terras do proprietário, com o modo capitalista de produção a renda da terra é mais-valia, ou “componente particular e específico da mais-valia¹²”, trabalho excedente que, na condição de superar a parte trabalho que é necessário à garantia de reprodução do trabalhador, é apropriado por quem não teve o mínimo de dispêndio de força humana de trabalho para a produção de um valor-de-uso. De acordo com Oliveira (2007):

A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. (OLIVEIRA, 2007, p.43)

De acordo com Souza (2008, p. 167), “a propriedade fundiária, no entanto, permite ao proprietário se apoderar da diferença entre lucro individual e lucro médio”. A renda da terra é extremamente interessante aos investimentos capitalistas porque, além de representar um valor maior que o lucro médio, por isso lucro suplementar e extraordinário, na agricultura a taxa de renda não reduz, não equilibra em uma taxa média. A taxa de renda da terra a que um proprietário tem direito só aumenta com o desenvolvimento da sociedade urbana porque aumentam as necessidades e procura por terra e por produtos da agropecuária. Neste sentido, a forma adquirida pela renda no modo capitalista é a de um excedente acima do lucro, acima do valor das mercadorias. Portanto, é necessário entender a renda da terra para compreender a territorialização do capital na agricultura, a questão agrária.

¹² No contexto histórico que Marx analisou o avanço do capitalismo na agricultura a renda da terra constituía-se em mais-valia porque eram os capitalistas, necessitando terras, que pagavam aos proprietários de terra para usar a terra. Esse pagamento é feito a partir da subtração da mais-valia entesourada pelo capitalista: por isso o antagonismo entre os capitalistas e os proprietários de terras. Atualmente o modo de produção capitalista possui dupla possibilidade de extrair valor na agricultura: pela via da territorialização do capital extraíndo mais-valia; pela via da monopolização do território sujeitando a renda da terra.

No desenvolvimento histórico da sociedade, a renda da terra realizou-se de formas distintas. Cada forma de realização da renda é correspondente ao estágio do desenvolvimento das forças produtivas sob o modo particular de organização da produção. Assim, as formas em que a renda realizou-se nos modos de produção anteriores ao capitalismo diferem quantitativamente e qualitativamente da forma adquirida com o modo de produção capitalista. Podemos portanto, agrupar as formas de realização da renda em: rendas pré-capitalistas: como a renda em produto, a renda em trabalho e renda em dinheiro; e as formas de renda da terra capitalista: renda diferencial I, renda diferencial II, renda absoluta e de monopólio. Resumem-se as formas de renda pré-capitalista da seguinte maneira:

A primeira, a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro (OLIVEIRA, 2007 p. 44)

De acordo com Souza (2008), no estabelecimento da renda em trabalho – e da renda em produto, pois esta não altera a essência da renda em trabalho – a relação de propriedade representa uma relação direta de dominação e servidão: dos proprietários da terra para com os produtores diretos, já que o produtor não é livre.

A renda em dinheiro – se origina da metamorfose da renda em produto, assim como esta, representa uma metamorfose da renda em trabalho. Com isso, o produtor direto em vez de pagar em produtos, tem que pagar o preço dele em dinheiro ao proprietário de terra. Assim, um excedente de produtos (forma natural) já não basta, é necessária sua conversão em forma-dinheiro, ou seja, parte do seu produto precisa servir como meio de reprodução (para o proprietário) e parte como meio de subsistência (para o produtor direto). (SOUZA, 2008, p. 178)

A renda da terra é trabalho não-pago que as personificações do capital usurpam de toda a sociedade. De acordo com Oliveira (2007, p. 43): “a renda da terra sob o modo capitalista de produção é, na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial**; e é, na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**”.

Além destas duas formas de realização da renda da terra no capitalismo, ainda há a renda em monopólio que “é também lucro suplementar oriundo, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotado de qualidades especiais” (OLIVEIRA, 2007, p. 44). Portanto, uma área que produza uma uva e vinho de qualidades singulares terá o direito de realizar o preço da sua produção acima do preço de mercado dos demais produtores de vinho. São as características singulares do produto que proporcionam um preço extraordinário àquele que é comumente aplicado pelos demais produtores. Este preço extraordinário, além do preço de mercado, é a renda em monopólio. Monopólio garantido ao proprietário que produz um produto com características únicas.

Oliveira (2007), referindo-se às outras duas formas de renda capitalista da terra: a renda diferencial e a renda absoluta, nos diz que:

Embora, na prática, seja difícil distinguirem-se as duas partes da renda da terra, cabe esclarecer a essência dessas duas espécies de renda. A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas. (p. 43-44)

2.4.1 – A Renda da Terra Diferencial I

De acordo com Marx (2008, Liv. 3, Vol. 6), a quantidade de mais-valia que paga a renda fundiária, na forma dinheiro, é obtida com a venda dos produtos da agropecuária e esses produtos têm seus preços determinados pelos custos de produção. Como todas as demais mercadorias, que têm seu preço de produção determinado não pelos custos de produção de um produtor individual, com os produtos da agropecuária também, os preços dos produtos são determinados por uma média socialmente determinada diante das condições médias de produção oferecidas no ramo particular de atuação do produtor. É a média do tempo de trabalho socialmente necessário sob as condições do desenvolvimento social das forças produtivas que nos diz o valor e o preço das mercadorias.

Todo lucro suplementar normal, isto é, que não deriva de negócios causais ou de oscilações do preço de mercado, é determinado pela diferença entre o preço individual de produção das mercadorias desse capital particular e o preço geral de produção que no final de contas regula os preços de mercado das mercadorias do capital desse ramo de produção, ou seja, os preços de mercado das mercadorias da totalidade do capital empregado no ramo (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 858)

Observamos com isso que; como a terra é uma mercadoria os produtores que investem na produção agrícola na propriedade que possuem, obtendo uma renda para manter a família, estão diretamente valorizando a sua propriedade e indiretamente valorizando a terra do proprietário que nada investiu. A terra improdutiva tem o preço aumentado sem o menor investimento por parte do seu proprietário no capitalismo, pois por ser uma mercadoria tem seu preço determinado pela média socialmente determinada.

A renda diferencial I deriva da maior produção obtida por um produtor particular entre os produtores de um mesmo produto agrícola. Produção resultante das características naturais do solo. Há no solo de uma propriedade elementos naturais que possibilitam uma renda além da costumeira no ramo da produção no qual está inserido este proprietário particular, onde, “constitui monopólio do respectivo proprietário dispor dessa força natural” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 861). Forças naturais que não se separam do solo que proporciona e é condição de maior produtividade do capital (trabalho) aplicado na terra. Forças da natureza que o capital não pode criar sem aumentar os custos de produção – o que reduziria a renda da terra pelo acréscimo de trabalho empregado na melhoria dessas condições naturais. Portanto, essa força natural não é comum às condições gerais de um ramo da produção agrícola ou a toda propriedade de terra. Ela é um direito garantido pelo monopólio para aqueles que possuem a terra com as condições naturais mais favoráveis, que se transforma em maior renda fundiária. Esta maior renda não decorre do próprio capital, é separável do investimento realizado pelos proprietários, é fruto de uma disposição natural restrita a poucos, monopolizável, utilizada pelo capital – ou proprietário da terra que possui essas forças naturais monopolizada.

A produtividade acrescida do trabalho que emprega não deriva do capital nem do trabalho, nem da simples aplicação de uma força natural, diversa do capital e do trabalho, mas incorporada ao capital. O trabalho aí é naturalmente mais produtivo por estar ligado ao emprego de uma força natural, mas não de uma força natural que esteja à

disposição de todo capital no mesmo ramo de produção, como por exemplo a elasticidade do vapor, e que tenha sua aplicação subentendida, sempre que se empregue capital no ramo. Trata-se, ao contrário, de força natural monopolizável, que, como a queda d'água, só pode ser utilizada por aqueles que dispõem de parcelas especiais do globo terrestre com seus acessórios (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 861).

De acordo com Marx (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6), esse é um tipo de renda, renda diferencial¹³. Uma diferença de renda obtida entre o preço individual de produção de um produtor particular, proprietário de uma condição natural de produção mais favorável sob seu monopólio, e o preço geral de produção do capital que é empregado no mesmo ramo em seu conjunto. Assim, a renda diferencial I é proveniente da diferença entre a condição particular de um produtor e a condição geral dos demais produtores do mesmo produto. Uma diferença de renda possibilitada por uma condição da natureza (fecundidade) mais favorável ao seu proprietário. O que Marx denomina de renda diferencial, portanto, não está relacionado ao “acréscimo absoluto da produtividade do capital aplicado, ou do trabalho de que ele se apropria” (p. 862). É a diferença entre os produtos que se consegue em uma área de igual tamanho a partir do emprego da mesma quantidade de trabalho e capital, que proporciona resultado desigual.

De acordo com o referido autor: “a força natural não é a fonte do lucro suplementar, mas base natural dele, por ser a base natural da produtividade excepcionalmente acrescida do trabalho. Do mesmo modo, o valor-de-uso não é a causa, mas o suporte do valor-de-troca” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 862). Observamos que todas as formas de existência da renda da terra, sejam capitalista ou pré-capitalista, existem e têm sua condição de existência na propriedade privada da terra, assim como a propriedade privada dos meios de produção é a base sobre a qual ocorre a apropriação da mais-valia: “a produtividade acrescida do trabalho não se converteria em mais-valia se o capital não se apropriasse da produtividade, natural e social, do trabalho que aplica, como se fosse dele mesmo” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 862). A propriedade da terra capacita o proprietário a receber o resultado da diferença entre o lucro individual e o lucro médio: “o lucro, assim extraído, renova-se

¹³ Conforme Souza (2008, p. 165), “ao definir a **renda da terra diferencial I**, Marx retoma a análise de Ricardo (apesar de todas as discordâncias teóricas e ideológicas com este autor”.

todo ano, pode ser capitalizado e desse modo assume o aspecto de preço da própria força natural” (p. 863). Neste sentido:

Lucro suplementar, se normal, se não é oriundo de ocorrências fortuitas do processo de circulação, sempre se revela diferença entre produtos de duas quantidades iguais de capital e trabalho, e esse lucro suplementar se converte em renda fundiária, quando duas quantidades iguais de capital e trabalho se aplicam em extensões de terra iguais, com resultados desiguais. De mais, não é indispensável que esse lucro suplementar decorra dos resultados desiguais de capitais aplicados em quantidades iguais (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 867).

No entanto, há fatores (além dos fatores gerais: fertilidade e localização) que exercem na renda diferencial a redução ou o aumento da mesma. São fatores que diminuem a desigualdade entre o produto de um novo solo (que por nunca ter sido utilizado possui elevada fertilidade natural) ou em um solo que já foi utilizado. De acordo com Marx, estes fatores são: primeiro, a distribuição dos impostos, pois a incidência dos mesmos recai sobre a terra e não sobre a renda; ou ainda pode recair de forma uniforme entre os proprietários, o que repercute de maneira diferente sobre os distintos proprietários – grandes e pequenos. Segundo, as desigualdades provenientes do desenvolvimento desigual da agricultura nos diferentes tipos de cultivo ou áreas produtivas de um país, “em virtude do apego à tradição, se nivela mais dificilmente que a produção fabril” (2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 868). E, o terceiro fator, a desigualdade na divisão do capital entre os arrendatários. Por isso, conforme o referido autor, as desigualdades na agricultura são maiores que em qualquer outro ramo industrial.

Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6) enfatiza a localização e a fertilidade do solo na determinação da renda diferencial, causas gerais que independem do capital para a ocorrência de resultados desiguais no produto de áreas de igual tamanho. Destaca também que quantidade igual de capital investido no processo produtivo em terras de qualidades naturais distintas resulta em quantidade de produto diferente. Portanto, quando não ocorrer que em áreas de dimensão desigual os resultados estiverem relacionados à superfície iguais, é a determinação da fertilidade ou localização favorável ou desfavorável ao proprietário.

De acordo com Marx, compreendemos que os dois condicionantes da renda diferencial podem atuar em sentidos contrários: um terreno pode ser bem localizado, porém apresentar baixa fertilidade natural. E, o contrário também é possível: um solo

ser excelente em seus aspectos naturais e localizar-se distante do mercado consumidor. Assim, um fator tende a reduzir a renda proporcionada por um tipo de solo de qualidade natural ou localização vantajosa. Conforme Marx o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, como atualmente observamos no avanço dos meios de transporte, atua em direção a anulação da localização como causa da renda diferencial, além de criar mercados locais. Por outro lado, o mesmo progresso da produção social “acentua as diferenças na localização das terras, ao separar a agricultura da manufatura, ao formar grandes centros de produção, ao mesmo tempo abandonando relativamente o campo” (p. 869). Com a fertilidade o progresso da produção sob o capitalismo, “a marcha histórica do cultivo das terras”, possibilita cultivar desde os solos mais férteis ao menos férteis, assim como pode ocorrer o contrário. Para Marx, a fertilidade natural do solo consiste em:

Se abstraímos dos elementos climáticos etc., a fertilidade natural varia com a composição química da terra arável, isto é, com o teor que ela tem de elementos nutritivos das plantas. Entretanto, supondo-se para dois terrenos de igual teor químico e sob esse aspecto a mesma fertilidade natural, a fertilidade real, efetiva, dependerá de os elementos nutritivos serem mais ou menos assimiláveis, diretamente utilizáveis pela alimentação das plantas. Para terras com a mesma fertilidade natural, a proporção em que se pode obter acesso a essa fertilidade igual é função do desenvolvimento químico e mecânico. Assim, a fertilidade, embora propriedade objetiva do solo, sempre implica relação econômica, relação com dado nível de desenvolvimento químico e mecânico da agricultura, e em consequência varia com esse nível. (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 869)

Caminhamos com o progresso social da produção capitalista, no sentido da intensificação no uso de produtos químicos (adubos, corretivos, defensivos) e da mecanização da produção agrícola (tratores, arados, plantadeiras, colheitadeiras e irrigação). A produção agrícola, diante de tamanha modernização, libertando-se relativamente das condições naturais, cultivando onde antes era impensável e improvável por acrescentar ao solo os nutrientes retirados ou inexistentes nos distintos tipos de solo:

Isto é mais uma indicação de que, na marcha histórica do cultivo das terras, tanto se pode ir do solo mais fértil para o menos fértil, quanto ao revés. Os mesmos resultados podem decorrer da melhoria artificial da composição do solo ou da modificação dos métodos agrícolas (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 869-870)

De acordo com Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6), é o custo de produção no pior solo que determina a renda e a taxa de renda dos demais solos: “o preço de produção do pior solo, que não dá renda, é sempre o preço regulador de mercado, embora este,...., só permaneça estacionário porque se cultivam sempre solos melhores” (p. 877). Pode acontecer de o solo de melhor qualidade passar a ser o regulador dos preços de mercado, dependendo para isto de que a quantidade produzida no solo melhor seja o suficiente para suprir, além da procura, as necessidades sociais. Isso determina se solos de pior qualidade serão ou não o regulador do preço. Se solos de melhor fertilidade suprirem, além da procura de um produto, o preço de produção do solo de pior fertilidade deixará de ser o regulador. Entretanto, “no tocante à renda diferencial cabe observar que o valor de mercado está sempre acima do preço global de produção da quantidade produzida” (p. 879). Então, independente do custo de produção nos diferentes tipos de solo e, seguindo a lógica de que é o preço de produção do pior solo que determina o preço de mercado, haverá sempre um valor suplementar, renda diferencial para o proprietário que cultivou o solo de melhor fertilidade. Mesmo que reduza a taxa global entre os distintos tipos de solo, sempre haverá sobra. É aonde chegamos, de acordo com Marx, à elevação da taxa de renda, mesmo que os preços não subam ou nem aumentem as diferenças na fertilidade relativa dos diferentes tipos de solo com os preços em baixa (p. 880).

É a determinação pelo valor de mercado, tal como se impõe no sistema de produção capitalista por meio da concorrência, que gera falso valor social. O fenômeno decorre da lei do valor de mercado, à qual estão sujeitos os produtos do solo. A determinação do valor de mercado dos produtos, inclusive dos produtos do solo portanto, é um ato social, embora sua realização social não seja consciente nem intencional e se funda necessariamente sobre o valor-de-troca, não sobre o solo e sobre as diferenças de sua fertilidade (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 879-880).

Portanto, é a particularidade da lógica capitalista, em que o tempo de trabalho excedente é apropriado pelo proprietário dos meios de produção (aumentando o poder destes que se converte em força contrária aos produtores), que propicia a determinação do preço segundo uma lógica contraditória e irracional se levarmos em consideração o homem e suas necessidades inalienáveis. Mas, em uma lógica que se caracteriza pela produção social e a apropriação privada dos produtos elaborados, a força da alienação do/no processo produtivo possibilita toda forma de mascaramento das relações sociais envoltas nesta racionalidade moderna. Assim,

A identidade do preço de mercado de mercadorias da mesma espécie é a maneira como se impõe o caráter social do valor na base da produção capitalista e, em geral, da produção fundada na troca de mercadorias entre *indivíduos*. O que a sociedade, no papel de consumidora, paga demais pelos produtos agrícolas, o que para ela representa quantidade negativa na realização de seu tempo de trabalho na produção agrícola, constitui o excedente de parte da sociedade: os proprietários das terras (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 880).

O excedente agrícola proporcionado por condições naturais favoráveis converte-se em capital, através da capitalização da renda, com isso, passa a fazer parte do montante do capital de um empresário ou proprietário fundiário. Montante que amplia com o desenvolvimento da sociedade capitalista. O empresário investirá no processo produtivo com a finalidade de acumular ainda mais, aumentar ainda mais o seu capital individual e o seu poder de extração de trabalho excedente. Na agricultura, sob os imperativos do capital, não será tão somente as diferenças de fertilidade do solo o que proporciona a obtenção de renda pelos proprietários de terra. Sob a ordem hegemônica capitalista a renda da terra passa a ser mais um atributo dos investimentos de capital com produtividade diversa que um atributo da natureza apropriada por alguns indivíduos. Neste sentido,

A renda diferencial decorre da diferença existente, em cada etapa determinada do desenvolvimento da agricultura, na fertilidade natural das terras (continuamos abstraindo da localização); por conseguinte, da quantidade limitada das melhores terras e da circunstância de capitais iguais terem de ser aplicados em solos desiguais, isto é, que proporcionam rendimento desigual para o mesmo emprego de capital (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 877)

2.4.2 – A Renda da Terra Diferencial II

Pudemos ver que a renda diferencial I é proveniente da produtividade desigual de aplicações iguais de capital em terrenos de área também igual, mas de fertilidade desigual, “de modo que a renda diferencial era determinada pela diferença entre o rendimento do capital empregado na pior terra, desprovida de renda, e o do capital empregado em terra melhor” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 895). De acordo com o referido autor, para o estudo da renda diferencial II é necessário destacar que a base e o ponto de partida é a renda diferencial I: “é claro que a renda diferencial II é apenas outra

expressão da renda diferencial I, coincidindo com esta em substância” (p. 899), a renda diferencial I é o fundamento histórico a partir de onde ocorre a possibilidade da renda diferencial II. Se a base e ponto de partida para a renda diferencial I são as condições naturais: localização e fertilidade, a renda diferencial II tem base nas melhorias realizadas nos solos, pela utilização de mais trabalho proporcionando mais-produto. Conforme Souza (2008), o aumento da concorrência no capitalismo, a necessidade de alimentos nas cidades e o desenvolvimento científico e tecnológico provocam o aumento do capital investido na agricultura (e nos piores solos), o que acarreta no aumento da produtividade do trabalho proporcionando a renda diferencial II, ou seja, aumento do valor apropriado pelo capital investido. Desta forma, a renda diferencial II passa a ter sua condição de existência no desenvolvimento das forças sociais de produção. De acordo com Kautsky:

Para finalizar, existe ainda a possibilidade de uma terceira forma de renda fundiária, forma que vem se tornando a mais importante em países de cultura mais antiga. Pode-se aumentar a produção de alimentos não apenas pela inclusão de terras virgens, mas igualmente pela melhoria do solo já em uso, utilizando mais trabalho, adiantando um capital maior (em despesas referentes a pagamento de salários, à aquisição e uso de animais, à aquisição de adubos, ferramentas etc.). Quando esse capital adicional se aplica a um solo melhor e assim este produz um resultado melhor que o alcançado pelo cultivo das piores terras (que, do contrário, teriam de ser utilizadas para o plantio), o mais-produto produz um novo lucro extraordinário, uma nova renda fundiária. (KAUTSKY, 1998 p. 113)

De acordo com Marx (2008b), “na renda diferencial II, à diferença na fertilidade crescem as desigualdades na maneira como se reparte entre os arrendatários o capital (e a capacidade de crédito)” (p. 898). O lucro extraordinário (renda da terra) está relacionado à magnitude do capital investido. Mas, o investimento de capital abaixo da média não possibilita ao seu proprietário nem o lucro médio. No modo de produção capitalista, terra e trabalho utilizados sob os imperativos do capital são a condição para a renda diferencial. A renda diferencial II tem sua existência ligada à racionalidade capitalista que avança na agricultura. De acordo com Oliveira (2007):

Em essência, como já colocado, a renda da terra é a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais. Esta colocação é fundamental, pois que a **renda da terra diferencial** é produto do caráter capitalista da produção. Numa palavra, resulta da concorrência entre os produtores capitalistas. Isto significa dizer, que

ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

A renda diferencial é produto do caráter capitalista da agricultura, mas a renda diferencial II indica o maior avanço da lógica sociometabólica do capital na agricultura. Com a renda diferencial I é a terra apresentando fertilidade diversa para aplicação igual de capital que proporciona produtos desiguais, já com a renda diferencial II os resultados desiguais na quantidade de produtos é fruto de investimentos de capital em distintas parcelas em um mesmo terreno.

O capital aplicado na mesma quantidade por várias vezes sucessivas no mesmo terreno proporciona resultados produtivos diferentes. A renda da terra é determinada a partir da safra do terreno de menor produção. Como na renda diferencial I é o pior solo o determinante da renda para os demais solos, na renda diferencial II é a pior safra conseguida com igual aplicação de capital a que determina o preço de produção e assim, a renda da terra dos demais solos. A aplicação de capital no primeiro momento não proporcionaria renda diferencial, mas as demais aplicações consecutivas de capital proporcionarão um lucro suplementar.

De acordo com Marx (2008b), o proprietário aplica o capital sem obter renda, mas obtendo o lucro médio. Ou seja, nesta condição de produção, não haverá lucro suplementar para ser convertido em renda. Há apenas a realização do lucro médio¹⁴. De acordo com Marx (2008b, p. 900), “mais uma vez evidencia-se que a renda diferencial II supõe a renda diferencial I”. Isso porque é a fertilidade decrescente do solo o que explica a diferença de resultados na produção com a aplicação de capitais sucessivos. Todavia, destaca que a renda aumenta por área apesar da taxa decrescente de lucros suplementares diante das aplicações sucessivas de capital. É relevante observar que a redução é na fecundidade do solo com os capitais aplicados, na renda diferencial II; na renda diferencial I essa redução é decorrente da característica natural do solo. Logo, “por aí se vê a que complexas combinações leva a renda diferencial, sobretudo quando se unem as formas II e I” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 901). De acordo com o referido autor:

¹⁴ De acordo com Kautsky (1998), “quando um capitalista não vê a possibilidade de obter seu lucro social, ele desiste do negócio e o dono da terra fica sem rendeiro” (p. 114). Assim, compreendemos que o capitalista não ficará por muito tempo em uma atividade que não possibilita o lucro extraordinário. Tornando-se urgente a supressão do direito dos proprietários fundiários – a obtenção de renda para o capitalista utilizar a sua terra.

Queda do preço regulador de mercado e ao mesmo tempo aumento da renda nas terras férteis, acrescentando tanto o produto absoluto quanto o produto suplementar absoluto (na renda diferencial I em sequência decrescente pode aumentar o produto suplementar relativo e por conseguinte a renda por acre, embora permaneça constante ou até decresça o produto suplementar absoluto por acre). Ao mesmo tempo diminui a fecundidade dos investimentos sucessivos de capital no mesmo terreno, embora grande parte deles se faça nas terras mais férteis. Quanto ao produto e os preços de produção, sobe a produtividade do trabalho. Sob outro aspecto, ela diminui, pois reduzem-se a taxa do lucro suplementar e o produto suplementar por acre para as diferentes aplicações de capital no mesmo solo (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 901).

A aplicação de capital em melhores solos eleva a produtividade do trabalho a ponto de não ser necessário cultivar os solos de pior rendimento, que determina o preço de produção e a taxa de renda, o que resulta na queda do preço de produção regulador, mas proporciona maior lucro suplementar, mais renda diferencial. De acordo com Marx:

Por aí se vê que, invariáveis o preço de produção, a taxa de lucro e as diferenças (e por conseguinte a taxa de lucro suplementar ou de renda, medida pelo capital), pode subir o montante da renda em produto e em dinheiro por acre e portanto o preço da terra (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 906).

Das variadas possibilidades de realização da renda diferencial analisadas por Marx (2008), pode ocorrer do capital aplicado nos melhores solos só proporcionar produto igual aos piores solos, não proporcionando lucro suplementar, mas tão-somente o lucro médio. Entretanto, esta situação não repercute na redução da renda, porque produz ao custo de produção do pior terreno, o regulador de preço.

Os capitais adicionais dão em cada tipo de solo produtos adicionais, proporcionais à respectiva magnitude; isto é, o volume da produção aumenta, de acordo com a fertilidade específica de cada tipo de solo, proporcionalmente à magnitude do capital adicional (MARXb, 2008, Liv. 3, Vol. 6, p. 911).

Assim, pode manter-se constante o preço de produção de acordo com as sucessivas aplicação de capital, o que geraria uma renda e taxa de lucro suplementar também constante e proporcional à aplicação do capital investido. De acordo com Marx:

Não é necessário que a aplicação de capital duplique em todos os tipos de terrenos. A lei continua a valer, desde que se empregue capital adicional em um ou mais terrenos que proporcionem renda, qualquer que seja a proporção dele. Basta que em cada tipo de terreno a produção aumente na mesma proporção do capital. A renda então

aumenta em virtude apenas de acrescer o capital empregado no solo, e na proporção desse acréscimo (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 912).

Mas pode ocorrer que os capitais adicionais originem quantidade de produtos e lucros suplementares adicionais, não na mesma proporção do acréscimo do capital investido. Nesta “lei” a renda aumenta de maneira absoluta nos diferentes tipos de terrenos sem, no entanto, corresponder à magnitude proporcional do capital suplementar investido: “considerando-se o capital adicional e a totalidade do capital empregado no terreno, a taxa de lucro suplementar decresce, enquanto acresce a grandeza absoluta do lucro suplementar” (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 914-915).

Pode ocorrer a situação em que as aplicações adicionais de capital em terrenos de melhor qualidade resultem em uma produção crescente em relação às aplicações primitivas de capital. Neste caso, a renda aumenta em proporção maior que o capital adicional investido. O aumento da renda nesta situação se deve aos investimentos em melhorias na terra que podem ocorrer com a adição de menor capital, na segunda safra por exemplo. A maior produtividade nesta situação se deve à eficácia da aplicação adicional do capital, ser também eficiente a utilização adicional do capital.

Estamos aqui supondo que o lucro está ligado ao acréscimo proporcional do produto. Mas a diferença é que num caso é mister duplicar o capital, enquanto no outro o resultado dobra com capital igual ao anterior. Não é a mesma coisa conseguir (1) o mesmo produto anterior, com metade do trabalho vivo e do materializado, (2) o dobro do produto anterior, com o mesmo trabalho, ou (3) o quádruplo do trabalho anterior com o dobro do trabalho. No primeiro caso, trabalho – vivo ou materializado – torna-se disponível, podendo ser aplicado de outro modo; crescem as disponibilidades de trabalho e capital (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 915).

De acordo com Marx (2008b, Liv. 3, Vol. 6), o preço de produção pode cair mesmo quando se realizam aplicações adicionais de capital e mesmo quando a taxa de produtividade permanece constante, crescente ou decrescente. Isto se deve à retirada de aplicações de capital em solos de pior qualidade (que por não dar renda regula o preço do produto e elevando o preço diante dos custos de produção neste solo de qualidade inferior). Como os preços passam a ser regulados pelos custos de produção em solos de melhor qualidade, a tendência é o preço regulador cair permanecendo constantes as condições e diferenças entre os tipos de solo, pois o produto suplementar aumenta na proporção do capital adicional. Como a taxa de lucro suplementar inexistente nos piores solos, retira-se o capital investido neste tipo de solo. Estes solos menos fecundos saindo

da concorrência ficam os produtores de solos de melhor qualidade como regulador do preço de mercado. Dessa forma, com a garantia de satisfação da demanda de um produto pelos produtores de melhores solos, dispensando os piores solos, ocorre a queda no preço de produção, pois os custos para produzir no solo regulador de preço (solo de melhor qualidade) reduziu e o produto suplementar provenientes das aplicações adicionais de capital neste tipo de solo satisfaz as necessidades da procura. Isso diminui a quantidade de produto que se converte em renda, assim como a quantidade de dinheiro obtida com a produção em melhores solos. No entanto, essas reduções correspondem à baixa dos custos de produção e, conseqüentemente, do preço dos produtos, pois somente os melhores solos são utilizados (formando nova renda diferencial I) e passando a regular o custo de produção e o preço de mercado de determinado produto agrícola.

Investir em melhoramentos no solo que regulam os custos e preço de produção (os solos de pior qualidade e que não dar renda), por esse fundamento da economia capitalista, onde o preço de um produto é estabelecido por uma média socialmente estabelecida para cada setor da produção, torna-se desinteressante na economia capitalista desenvolvida. De acordo com a lógica irracional capitalista é mais interessante deixar o solo sem cultivar e sem correr os riscos de investir o capital na produção agrícola, mas valorizando diante do desenvolvimento da sociedade. Dessa forma eleva a parte da produção que se constitui em produto suplementar e que se converte em renda, pois o pior solo é o regulador e aumenta o preço do produto, já que o custo de produção neste solo é maior. Por esta lógica a terra improdutiva ou aquela em que se realiza pouco investimento aumenta o custo de produção (considerando a produção do setor produtivo em sua totalidade), proporcionando uma forma de renda – a renda absoluta: “essa renda fundiária absoluta nasce da propriedade particular da terra. Nasce do conflito que existe entre os interesses do dono da terra e os da população total” (KAUTSKY, 1998 p. 120)¹⁵.

Como os custos com a produção e o preço do produto é estabelecido por uma média entre todos os produtores de um produto, com suas respectivas condições de produção, o peso dessa irracionalidade recai sobre os produtores que mais investem

¹⁵ Conforme Kautsky (1998), “a estatização das terras ofereceria a possibilidade de acabar com essa renda e de reduzir os preços dos produtos agrícolas em proporção correspondente”.

trabalho na propriedade. Por esse mecanismo o proprietário de terra que pouco capital investe (constituindo sua propriedade o grupo daquelas que não proporcionam renda), eleva a parte que é produto suplementar e será renda diferencial II que, no entanto, o jogo de mercado capitalista procura usurpar dos produtores esta renda suplementar com a monopolização do território pelo capital.

A propriedade da terra é valorizada com desenvolvimento social, que necessita de terras e dos seus produtos sempre em escala crescente. A propriedade improdutiva é valorizada pelos produtores que trabalham em suas terras produtivas: “trabalhador e o capitalista dividem entre si o prejuízo sofrido em função da renda fundiária absoluta” (KAUTSKY, 1998 p. 120). No entanto, como a concentração e centralização do capital intensificam-se e as personificações do capital ampliam e diversificam as formas de extração do mais-valor, quando já houve a supressão dos proprietários fundiários que viviam exclusivamente da renda da terra, é mecanismo interessante aos proprietários de terras que desejam a acumulação, concentrar terras e deixá-las improdutivas, valorizando-as. Enquanto pequenos e médios proprietários investem trabalho (materializado em meios de produção) para produzir em suas terras, os grandes proprietários têm sua propriedade valorizada sem nada ou pouco investir.

De todas as possibilidades e casos analisados por Marx, apreende-se da renda diferencial II a seguinte característica:

O produto suplementar e o correspondente lucro suplementar por acre aumentam e em consequência pode aumentar a renda em trigo e em dinheiro, em todas estas circunstâncias, e por conseguinte tanto faz que o lucro suplementar trazido por essas aplicações adicionais seja proporcional ou mais ou menos que proporcional à magnitude delas, ou que a taxa de lucro suplementar do capital, ao crescer este, fique invariável, suba ou caia. *O aumento calculado por acre, da simples massa de lucro suplementar, de renda fundiária*, isto é, a massa crescente por unidade constante, considerada portanto em relação a qualquer medida agrária, acre ou hectare, *expressa proporção ascendente* (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 918 grifos nossos).

Conforme Marx:

Nessas condições, o montante da renda, calculado por acre, aumenta apenas em virtude do acréscimo do capital aplicado no solo. Esse acréscimo se dá com preços de produção constantes, não importando então que a produtividade do capital adicional fique a mesma, decresça ou aumente. *As duas últimas circunstâncias alteram a dimensão do acréscimo da renda por acre, mas não o fato desse*

acréscimo. Este é um fenômeno peculiar à renda diferencial II, distinguindo-a da renda diferencial I (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 918 grifos nossos).

Para Marx (2008), a condição privilegiada de alguns produtores que possuem o controle sobre a propriedade da terra e força de trabalho, como é o caso de unidades de produção familiar camponesa, seria superada pelo capitalismo e, conseqüentemente, convertendo-os em trabalhadores assalariados com a concentração dos meios de produção e a transformação deles em capital.

Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. *Esse preço mais baixo portanto resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho* (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. 6, p. 1063 grifos nossos).

Apropriando-se primeiro da pecuária, posteriormente da produção de alimentos vegetais, o campo vai sendo dominado pela lógica capitalista. A racionalidade da pequena propriedade familiar não condiz com a lógica da acumulação do capital. Entretanto, contraditoriamente, a classe dos produtores familiares camponeses continua existindo nos interstícios e contradições do capital vivendo sob condições precárias de trabalho e vida diante do jogo do Capital-Estado-Mercado, que encontram os meios de apropriar o produto excedente da unidade produtiva camponesa.

Conforme Lisboa (2007), os postulados dos clássicos da Economia advogam o mercado como o mais sensato mecanismo para coordenar a multiplicidade de interesses, decisões e ações dos indivíduos. Seria o mercado o possibilitador de tornar o homem um ser supremo, a partir das relações de troca entre os sujeitos: “o mercado é necessário para que o homem encontre alternativas que melhorem a sua condição social, já que a troca se constitui a única maneira de alcançar o que deseja através da liberdade de agir” (LISBOA, 2007 p.46). Entretanto, verificamos que o mercado age de forma perversa com a unidade de produção camponesa, pois nas relações de troca que estabelece com as unidades produtivas os representantes sempre encontram um meio de retirar parte do valor produzido pelos camponeses. Podemos verificar que o mercado

não estabelece uma relação simétrica¹⁶ com os camponeses, sempre assimétrica e sempre retirando renda dos camponeses.

¹⁶ Lisboa (2007) destaca que “as relações assimétricas eram responsáveis pela dependência do Brasil, enquanto exportador de matérias-primas para os centros industrializados, pois a condição fundamental do sistema determina padrões de dominação/subordinação que agudizam a marginalização das economias exportadoras de produtos primários como um todo”. (p. 87). A assimetria nas relações de troca é verificada entre o campesinato e as personificações do capital, causando prejuízos aos produtores familiares, que perdem renda nestas relações de troca.

O homem ficava sentado no seu assento, de ferro e sentia-se orgulhoso das linhas retas que ele não traçara, do trator que não lhe pertencia e que não amava, do poder que não podia controlar. E quando a safra progredia e a colheita terminava, nenhum homem pegava num punhado de terra quente e a deixava escorrer entre os dedos. Nenhum homem tinha tocado as sementes ou sentido alegria quando amadureciam. Os homens comiam aquilo que não tinham plantado; não tinham nenhum vínculo com o pão que comiam. A terra produzira pelo efeito do ferro, e sob os efeitos do ferro morria gradualmente; não era amada nem odiada; nem adorada nem amaldiçoada.

John Steinbeck, *As Vinhas da Ira*

3.0 – A Agricultura Sob a Ordem Sistêmica Hegemônica

O desenvolvimento do capitalismo envolve toda a produção social ao julgo dos imperativos do capital, ocorrendo inexoravelmente quando encontra possibilidades de extração do mais-valor ou criando meandros para apropriar-se do trabalho excedente. Utilizando mecanismos e estratégias variadas, o modo de produção cria meios à acumulação da riqueza: sujeição formal ou real do trabalho ao capital, através da mais-valia absoluta ou relativa; territorialização do capital ou monopolização da terra com a sujeição da renda da terra. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo estabeleceu inúmeros meios de apropriação do mais-valor no campo e na cidade.

A expansão do capitalismo no campo objetiva a acumulação da renda da terra através da superação das contradições que emperram o seu desenvolvimento: os proprietários fundiários rentistas e um campesinato auto-suficiente produtor simples de mercadorias. Foi preciso subverter a irracionalidade da propriedade da terra e a renda da terra pré-capitalista e retirar o campesinato de sua autonomia. Para isso, unificou proprietários fundiários e capitalistas em um único sujeito, transformando as formas de renda pré-capitalistas em renda capitalista da terra (fração da mais-valia) e, inseriu o campesinato na lógica do mercado através do consumo. Envolveu o camponês na lógica sociometabólica da reprodução ampliada sem, contudo, destruir a totalidade dos produtores camponeses. Neste sentido, podemos constatar com a realização da pesquisa que o camponês produz para atender ao mercado e para satisfazer as suas necessidades diretas. A especialização da unidade produtiva em produzir para si e para o mercado tornou-se a realidade para o campesinato, porque a reprodução camponesa ocorre, cada vez mais, através da mediação do mercado. (VER GRÁFICO 1).

Constatamos que a maioria dos produtores entrevistados (93%) produzem para o mercado e para atender as necessidades mais urgentes da família – o alimento. Durante as entrevistas, verificamos que, mesmo não garantindo o sustento da família por todo o ano, o cultivo do milho, do feijão e da mandioca (entre outros cultivos alimentícios) é uma regra entre os produtores. Esses cultivos (particularmente o milho, o feijão e a fava) ocupam uma parte da área da unidade de produção familiar e garantem o sustento da família durante alguns meses do ano (uma média de três meses)

sem a necessidade de ir ao mercado para comprar esses alimentos. Dessa forma, diminui a necessidade de dinheiro e reduz os riscos de destruição da unidade produtiva.

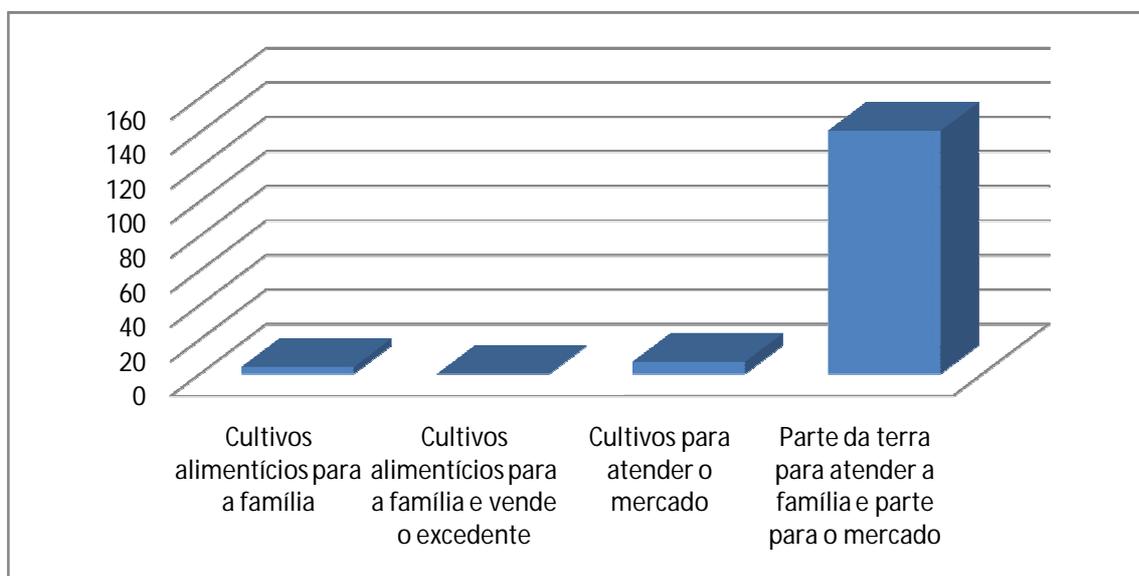


Gráfico 1: Destino da Produção

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Sobre as condições particulares do solo, os entrevistados informaram que não são favoráveis ao cultivo do milho e do feijão. Por isso entre os cultivos destinados a atender a indústria destacam-se.

“Aqui planta mais abacaxi, fumo, laranja e mandioca porque a terra não é muito boa. Terra boa de plantar feijão e milho é lá no sertão. O milho, feijão e fava que a gente tem por aqui é só pro consumo da família. A gente planta milho e feijão no tempo da chuva e só dá pra comer durante uns meses do ano, uns três a quatro meses a gente tem o milho e o feijão de nossa terra”. (Camponesa M. S. S, 30 anos)

De acordo com Oliveira (2007), com a crise na agricultura europeia, a concorrência dos produtos das colônias americanas trouxe como consequência ao campesinato uma maior dependência em relação ao mercado. Conforme Oliveira (2007, p. 21), sob o capitalismo a agricultura se desenvolveu em duas direções: em uma direção, a agricultura especificamente capitalista, ou seja, tendo base a relação de trabalho assalariado e nos arrendamentos; na outra, ocorre a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Segundo o referido autor, neste caso:

Com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também a manutenção das próprias relações feudais pelos *junkers* prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como com outras formas comunitárias de produção na Ásia, África e América (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Para o autor:

No processo de dominação colonial, o capitalismo não destruiu integralmente as comunidades nativas. Após a sua dominação pela força, utilizava as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformava os produtos das mesmas em mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial.

Foi assim que o capitalismo submeteu os povos da Ásia, da América e da África aos seus interesses comerciais, transformando-os em colônias dos impérios capitalistas, extraindo, assim, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Conforme o autor:

Já no final do século XIX e início do século XX o capital monopolista começava estruturar-se. Ampliava e redefinia o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Estabelecia as bases para a transformação desta em renda capitalizada, tornando-se seu proprietário, sem, contudo expropriar a terra do camponês. Foi nesse processo dialético que o próprio capital se incumbiu de estabelecer novamente a supressão do divórcio entre a agricultura e a indústria, divórcio esse que ele teve que estabelecer para se apropriar de ambas (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

De acordo com Oliveira (2007), a agricultura, sob o domínio dos monopólios, ao mesmo tempo em que engendra relações capitalistas de produção, também possibilita, contraditoriamente, a produção camponesa. Criando e recriando as condições de reprodução da família pela sujeição da renda da terra.

É em função dessa estratégia do capital monopolista com relação à agricultura que grandes monopólios industriais em geral nunca produziram sob relações especificamente capitalistas no campo. Optaram por submeter os camponeses e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo. Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de

buscar a sua regularidade. Um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar para os monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita. (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

De acordo com Conceição (2007), o Estado brasileiro assumiu, desde 1930, a condição de facilitador da expansão do capital monopolista através de políticas públicas que são estruturadas objetivando a ampliação e consolidação de uma política econômica de extração do trabalho excedente, através do reordenamento da divisão social e territorial do trabalho na relação campo-cidade onde se dá esta apropriação. Desta forma, a expansão capitalista no campo representa a garantia da acumulação pelo capital monopolista encabeçada pelo Banco Mundial. A partir de então, as políticas e programas direcionados para o desenvolvimento do campo, para as áreas rurais, objetivam a instalação expansiva da agroindústria. De acordo com Conceição:

Compreendendo a dinâmica das relações de produção no Brasil, na inserção da mundialização do capital e conseqüentemente na reconfiguração da geopolítica mundial, as Políticas Públicas se inscrevem no campo mascarando os reordenamentos das configurações da divisão social e territorial do trabalho sob o discurso dos novos paradigmas da modernização tecnológica como reguladores do espaço através das relações de trabalho, tendo como propósito uma nova reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78).

Esta concepção é reforçada quando, tendo base em Oliveira (2004), nos diz que a análise da agricultura, no caso específico da agricultura brasileira, deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista a nível mundial – compreendido este desenvolvimento sempre como sendo contraditório e combinado. Isto porque o desenvolvimento da agricultura, via industrialização, nos mostra que o capital está contraditoriamente unificando, o que ele dicotomizou, a agricultura e a indústria; por ter se tornado, o capitalista, um proprietário de terras (eliminando uma classe que lhe era antagônica além do trabalhador. Como também, avança, ao mesmo tempo, reproduzindo relações capitalistas assalariadas no campo assim como, sob relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como por exemplo, a camponesa). Observamos que o campo é marcado por contradições, marcado:

Pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/proprietários de terra para a

apropriação da renda capitalista da terra, quer na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

Todavia, ainda de acordo com Oliveira (2004, p. 41), o campo é marcado, contraditoriamente,

Pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa.

Para Oliveira (1990), a agricultura, sob a ação do capital monopolista, “foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços vis” (p. 52). É o que observamos quando da integração da produção camponesa à indústria, pois, a agroindústria exige um padrão de qualidade que, para satisfazer, o camponês utiliza insumos e maquinaria necessária, aumentando a dependência da unidade de produção ao capital. Dessa forma, “temos o *monopólio da produção*, ou seja, a *circulação está dominada pela produção*, aliás dentro do mecanismo lógico do capitalismo na indústria”. No entanto, “como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu [...] *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação*” (p. 53). Assim, sujeitando a renda da terra, o capital contraditoriamente (re)cria as condições para a manutenção de uma agricultura sob a organização da unidade familiar – camponesa. Esse é o caminho para entendermos como podemos encontrar o camponês no campo do século XXI, como fruto do desenvolvimento auto-expansivo e contraditório do capital.

Para o autor, estas formas de expansão do capitalismo que ocasionam transformações territoriais no campo “estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica” (1990, p. 43). No primeiro caso, na *territorialização do capital monopolista* na agricultura ocorre a expropriação dos camponeses de sua terra, seu principal meio de trabalho. Ou seja, ocorre a expulsão dos trabalhadores do campo que, para sobreviver se sujeitarão realmente ao capital na cidade ou no campo em troca de um salário. A territorialização do capital é marcada por uma intensa mobilidade do

trabalho. No segundo exemplo de expansão do capitalismo na agricultura, ocorre a *monopolização do território pelo capital monopolista*. Neste caso, o capital monopoliza o território sem se territorializar o que dá a possibilidade de criação, recriação e redefinição de relações não-capitalistas de produção – camponesa. “Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social” (p. 42). Portanto, se na territorialização do capital a lógica especificamente capitalista se instala na agricultura, ou seja, a reprodução ampliada do capital, na monopolização do território, não.

O próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo [...] Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. (OLIVEIRA, 2004 p. 42).

Na lógica de expansão do modo de produção na agricultura, observamos a modernização da organização produtiva camponesa, como também a industrialização da agricultura capitalista. É neste sentido que Marx vê o caráter revolucionário da indústria moderna ao desenvolver-se na agricultura. Revolucionaria destruindo “o baluarte da velha sociedade, o camponês”, pois só assim os “métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência” (MARX, 2006a, Vol. I Liv. 1 p.570), neste sentido, para Marx, só o capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico e por sua própria essência em direção à reprodução ampliada tem condição de romper com todas as relações sociais de produção, valores e simbolismos tradicionais que permanecem para a efetivação máxima da extração do trabalho excedente e suplementar, com o desenvolvimento de uma agricultura e propriedade da terra em consonância aos interesses da acumulação, seja através da produção ou reprodução ampliada do capital.

Entretanto, o que podemos verificar é que ocorre forte relação entre a indústria e a agricultura, como o assalariamento, mas a relação tipicamente capitalista de trabalho não é a única a existir no campo. Coexistem juntamente a essa forma de produção relações não-capitalistas. Se a relação de trabalho tipicamente capitalista é dominante em alguns setores da produção agrícola e unidades da federação, observamos que ela não é a única a existir no campo, pois na área de realização da nossa pesquisa o trabalho

familiar do campesinato é dominante, coexistem juntamente a relação assalariada de produção e relações não-capitalistas. Por isso, torna-se necessário destacar que o desenvolvimento da sociedade do capital não tem transformado a totalidade das relações sociais de produção em formas de produção ditada pela lógica do lucro. Ao contrário disto, o desenvolvimento do capitalismo tem ocorrido contraditoriamente de forma desigual e combinada. Segundo Martins:

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. É um fato claro que toda a renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola. (MARTINS, 1986 p. 176)

Por isso, torna-se relevante a compreensão do processo de produção e reprodução do capital, isto porque os meios de apropriação da riqueza se dão de forma diferenciada. Fundamentando-se na análise de Oliveira (2004, p. 42), compreendemos que o que ocorre na produção integrada entre a unidade de produção familiar e a indústria na área de realização da nossa pesquisa é o processo de monopolização do território. Neste, o desenvolvimento capitalista no campo “se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria”. Configurando-se assim, o processo de monopolização do território pelo capital monopolista onde, diferente da territorialização do capital monopolista na agricultura, não ocorre a expulsão da terra de trabalho (restando ao trabalhador e sua família transferirem-se para as cidades ou assalariar-se no campo o que acarreta na forma de desenvolvimento tipicamente capitalista na agricultura), na monopolização:

O capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e redefine relações de produção camponesas e familiar. Assim, ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, a população pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar simultaneamente a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo. [...] Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica,

realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2005 p. 478).

Se o objetivo do capital era separar os meios de produção do trabalho para que assim se desse a subsunção real do trabalho ao capital, a permanência, criação e recriação, pelo próprio capital, do camponês é uma das contradições iminentes dessa lógica societal. É dessa forma que a sujeição da renda da terra converte-se em capital, através de uma relação não-capitalista. Então, ao “integrar-se” à indústria o camponês está contribuindo para o processo de valorização do capital. “Esse processo nada mais é, pois, do que o processo de produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas” (OLIVEIRA, 2005 p. 479). Sendo assim, devemos entender que:

O capital, portanto, não expande de forma absoluta o trabalho assalariado (sua relação de trabalho típica) por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele cria e recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e estabelecimentos (OLIVEIRA, 2005 p. 480).

No contexto da expansão do capital no campo, através dos interesses acumulativos do capital financeiro a partir da reestruturação produtiva do capital ocorrem, de acordo com Conceição (2005), após o Consenso de Washington (1972) grandes transformações na agricultura. Esse foi o momento de solidificação da financeirização da economia mundial, efetivando-se esta, após o rompimento com o Tratado Internacional de *Bretton Woods* (1944), pelos Estados Unidos. Esse rompimento unilateral acarretou na desvinculação do dólar e o ouro, “desvalorizando a moeda que passa a centralizar um não sistema de moedas sem lastros, e câmbios flutuantes, mas vinculados aos juros” (p. 167). Diante deste contexto, o Estado deixa de ser o agente direto do crescimento, e passa a ser o “catalisador e impulsionador da sociedade civil e da empresa privada no combate à pobreza”. Contraditoriamente, segundo a autora, o que pode ser observado a partir de então foi “a manutenção de uma política de favorecimento aos monopólios na indústria, na agricultura, no comércio, com especificidade para a indústria de informação” (p. 168). Desta forma, no campo, estas políticas públicas

Antes de representar a desconcentração das terras, a modernização da agricultura, a política de valorização e acesso à terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e em uma intensa mobilidade do trabalho do campo para a cidade, intensificando o processo de metropolização e reproduzindo as desigualdades sociais, em níveis locais e sub-regionais (CONCEIÇÃO, 2005 p. 168).

De acordo com Conceição (2007), a partir da década de 1990, o Estado assume o papel de gestor e promotor. A partir deste momento implementará políticas agrícolas que estão agora, inscritas nas novas formas de acumulação e expansão do capital, ou seja, no apogeu da financeirização da economia – com o capital financeiro fictício à frente do processo expansivo – via o compromisso da dívida. Assim, entre 1990 e 2004, o Banco Mundial e o FMI “assumiram uma política de controle para a America Latina e conseqüentemente no Brasil implementando políticas em acordo com o Estado-nação” (p. 80). Estas tinham o objetivo de garantir a liberalização das economias nacionais, o que aprofundou a mercantilização da vida social. De acordo com a autora, o objetivo do Banco Mundial e FMI para o campo era:

- a- Liberalizar os mercados fundiários eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras;
- b- Dar resposta aos conflitos agrários (e às ações de movimentos sociais pró-reforma agrária);
- c- Criar programas sociais compensatórios;
- d- Hegemonizar a mercantilização de modo a consolidar o capitalismo financeiro. (CONCEIÇÃO, 2007 p. 80)

Observemos que essas políticas são partes de programas de ajuste estrutural que objetivam garantir a segurança do capital e sanar as contradições próprias do metabolismo social do capital. Desta forma, a organização produtiva “ineficiente” será suplantada, diante da concorrência do mercado, pelas unidades de produção consideradas “eficientes” pela ótica do capital agroindustrial. “O objetivo é de aumentar o grau de mercantilização da terra via titulação privada” (CONCEIÇÃO, 2007 p. 80). Conforme Oliveira (2003), isso levou, cada vez mais, diante do agravamento da dívida externa e interna, o país a entrar e “dançar” a ciranda financeira da mundialização do capital. Fazendo com que o Brasil, pelo Consenso, aceitasse as propostas do neoliberalismo. Assim, o agronegócio se tornou o destino irremediável a que o campo é lançado, como subterfúgio para sair da “ciranda financeira”. Processo que, ao contrário, aumenta a dependência mesmo com maiores amortizações anual da dívida e seus juros.

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo.

A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a esta lógica mundial. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial (OLIVEIRA, 2003 p. 120).

Entretanto, o campo moderno, de domínio do trabalho assalariado e de utilização do capital constante de forma intensiva, não é a realidade para todo o país, nem para todos os produtores. No cultivo do fumo, pimenta e laranja, por exemplo, especificamente no município onde foi realizada a nossa pesquisa (Riachão do Dantas - SE), verificamos o predomínio de unidades de produção familiares camponesas realizando estes cultivos para atender a indústria de alimentos. Por ser grande a necessidade de força de trabalho nestes cultivos, o capital variável é utilizado de forma intensiva, pois exige muito dispêndio de trabalho.

“O fumo é uma lavra que dá mais ligeiro, plantando agora (julho) em dezembro já tá colhendo. É mais trabalho, mas é mais rápido. A mandioca pra tá boa de fazer farinha demora de 1 (um) a 1 ½ (um ano e meio) e o abacaxi também é 1 (um) ano pra tá bom. A gente planta fumo porque faz sociedade. Todos se ajudam. No dia de fazer o fumo se ajunta todo mundo.

Quando é o dia da minha vem meus parentes e os amigos. Quando é o dia dos outros eu vou ajudar. Se não fosse assim não dava não, porque tinha que gastar muito com tanta gente. É trabalhoso demais lidar com o fumo e às vezes o dinheiro que você vende não dá pras despesas. Você tem que tá todo dia na roça. Fica até difícil trabalhar por dia na roça dos outros, porque você tem que tá todo dia cuidando do fumo. Se pagasse R\$ 10,00 no quilo do fumo ainda era pouco pelo trabalho que dá”. (Camponesa. M. L. C., 49 anos)

Verificamos que a indústria “transfere” a produção para os produtores familiares obtendo maiores vantagens no sentido da acumulação do mais-valor, sob a forma de renda. Por ser mais interessante aos anseios da acumulação do capital, transferir às unidades de produção familiar camponesa a responsabilidade pela produção destes cultivos (o abacaxi, o fumo e a pimenta, por exemplo) que necessitam de uso de força de trabalho intensivamente, o que representaria a necessidade de contratação de grande número de força de trabalho, ou seja, elevação dos custos de produção com os

gastos com capital variável e, conseqüentemente, redução da massa de renda apropriada pelo capital investido na agricultura.

Estes cultivos necessitam de grande dedicação de tempo de trabalho no trato e reparo da plantação e só se realizam, diante da baixa remuneração, através da super-exploração do trabalho, na unidade de produção familiar camponesa explorada pela indústria. O cultivo do fumo, por exemplo, requer um cuidado quase que individualizado para cada pé plantado (o que ficou nítido nas entrevistas foi o abandono do cultivo do fumo por parte de alguns produtores devido ao desgaste que os cuidados com esse cultivo exigem):

O trabalho no fumo é um trabalho desgramado. É trabalho pra muita gente. Por isso não planto mais. Paramos de plantar porque é muito cansativo e não dá resultado. Precisa de muita gente. É trabalhoso pra danar. (Camponês. S. C., 36 anos)

Identificamos que a monopolização do território pelo capital sujeitando a renda da terra camponesa é o mecanismo de desenvolvimento capitalista na agricultura mais condizente aos anseios da acumulação, no caso específico da área de realização de nossa pesquisa. Territorializar-se em cultivos que necessitam de grande dispêndio de força de trabalho não condiz com a lógica da acumulação do capital.

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Um processo engendra o outro. Como conseqüência desse movimento contraditório, temos ora o monopólio do capital na produção, ora esse monopólio, sobretudo, instaura-se na circulação. No atual estágio de desenvolvimento capitalista no Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura (OLIVEIRA, 2005 p. 474).

3.1 – Desenvolvimento Desigual Combinado Para Apropriação do Mais-valor

A contradição é a força propulsora que impulsiona a “roda” da História: “todas as soluções da História têm, pois, segundo a nossa concepção, a sua origem na

contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (ENGELS e MARX, 2002, p. 80). De acordo com Rosa Luxemburgo (1969, p. 280): “a contradição na vida da sociedade resolve-se sempre em evolução, em novos progressos da civilização”. Ao desnudar (expor) o direito, negado, de realização das necessidades de uma classe em detrimento de outra classe, a contradição impulsiona à transformação: “a contradição é o que faz avançar” (HEGEL *apud* LUXEMBURGO, 1969, p. 280). A sociedade humana se envolve continuamente em contradições, o que não representa o caminho em direção ao fim mas, ao contrário, é o que faz avançar o desenvolvimento da sociedade. Quando o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção entram em conflito, as contradições do modo de produção afloram inexoravelmente no seio da sociedade, direcionando à superação das contradições: “este movimento por contradições é o verdadeiro modo como a história humana evolui”, diz Rosa Luxemburgo (1969, p. 280).

Na sociedade capitalista, a contradição elementar (básica) está assentada nos interesses antagônicos e conflitantes no âmbito da relação capital-trabalho. O antagonismo dos interesses de classe se põe na negação da realização da humanidade do homem pelo trabalho alienado e na apropriação do mais-valor pela classe detentora dos meios de produção. Resulta desta forma particular de organização da produção que se torna mais pobre na proporção em que riqueza produz. O trabalhador desvaloriza o mundo dos homens na medida em que aumenta o poder e valorização do mundo das coisas.

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho (MARX, 2004, p. 80-81).

A separação dos meios de produção da força de trabalho é a particularidade que distingue o capitalismo dos demais modos de produção anteriormente existentes. Essa separação é também a condição para a (re)produção do modo de produção capitalista em sua necessidade de expropriar mais-valor da classe trabalhadora. Neste sentido, separar os sujeitos da sociedade entre os que possuem os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho, é a razão de ocorrer relações sociais de produção, condição de realização do capital, da sociedade do capital. A existência de

um (o capital) se dá, e ocorre na produção da existência (negada, por alienada) do outro – o trabalho alienado.

O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interna*, ativa, do homem, se torna *exterior* ao trabalhador devido à alienação capitalista (“o trabalhador é **externo** ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser [...] O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho”). Não “atividade de vida”, na qual o homem “se afirma”, mas mero “meio de **vida individual**”, autonegação que “mortifica sua *physis* e arruína seu espírito”. A Alienação transforma a atividade espontânea no “trabalho forçado”, uma atividade que é um simples meio de obter fins essencialmente animais (comer, beber, procriar), e com isso “o animal se torna humano, e o humano, animal” (MÉSZÁROS, 2006, p. 146).

Alienado a partir de sua reprodução, na produção autoalienada, o trabalho é a única força antagônica capaz de buscar a superação da negação de sua reprodução diante do acirramento das contradições que permeiam a relação capital-trabalho. Relação que: “para piorar, mesmo essa forma alienada de atividade – necessária que é à mera sobrevivência – é com frequência negada ao trabalhador” (MÉSZÁROS, 2006, p. 146). Assim, a lógica capitalista expõe sua irracionalidade quando busca destruir sua própria condição de existência e, contraditoriamente, negação de existência: a classe trabalhadora. Fundamentada na contradição capital-trabalho, a sociedade capitalista vai ao limite da irracionalidade de suas falhas metabólicas ao buscar o controle do trabalho pela destruição das vagas de emprego, substituindo emprego de força humana de trabalho pelo uso de máquinas. Negando, desta forma, até mesmo a possibilidade da reprodução alienada da classe-que-vive-do-trabalho.

Conforme Oliveira (2007, p. 20), “o desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições”.

Dessa forma, esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas, como afirma Martins. Para ele, o capital, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolve, numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão. Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente

onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 20)

À primeira vista, a leitura da Unidade de Produção Familiar Camponesa (U.P.F.C.), no âmbito da lógica societal que universalizou o trabalho abstrato, é uma contradição. Por manter a unidade entre a força de trabalho e os meios de produção – condições básicas e essenciais à (re)produção. Manter unificados o trabalho e os meios de produção, sob o domínio de produtores diretos, é a negação da essência da realização da sociedade capitalista – a acumulação do capital, que está fundamentada justamente na divisão da sociedade entre trabalhadores e donos dos meios de produção. Divisão que possibilita a venda da força de trabalho e a alienação do trabalhador. Neste sentido, nas palavras de (PAULINO, 2008), o camponês é uma classe que possui uma condição “sui generis” por possuir a posse e a propriedade dos meios de produção e a reprodução da vida, da família. Em sua condição, à primeira vista privilegiada, a força de trabalho da unidade de produção familiar camponesa na reprodução da vida realiza-se em sua completude e concretude, já que sua produção não consiste e resulta na auto-alienação do trabalhador, como ocorre no trabalho abstrato mediado pelo capital.

Na nossa área de pesquisa, observa-se que, entre as unidades de produção familiar a condição do produtor é significativamente dominante; os proprietários de terra são legalmente reconhecidos com o título de propriedade. Ou seja, são unidades de produção que têm seu direito de propriedade garantido e assegurado pelas leis do Estado do capital. Esse reconhecimento é uma evidência de que o campesinato está completamente inserido na lógica capitalista, pois se assim não fosse, os aparelhos do Estado atuariam no sentido da destruição dessa forma de organização produtiva. A contribuição anual do Imposto Territorial Rural (I.T.R.), é a evidência legalmente reconhecida de que o camponês está enredado na lógica do capital. (VER GRÁFICO 2).

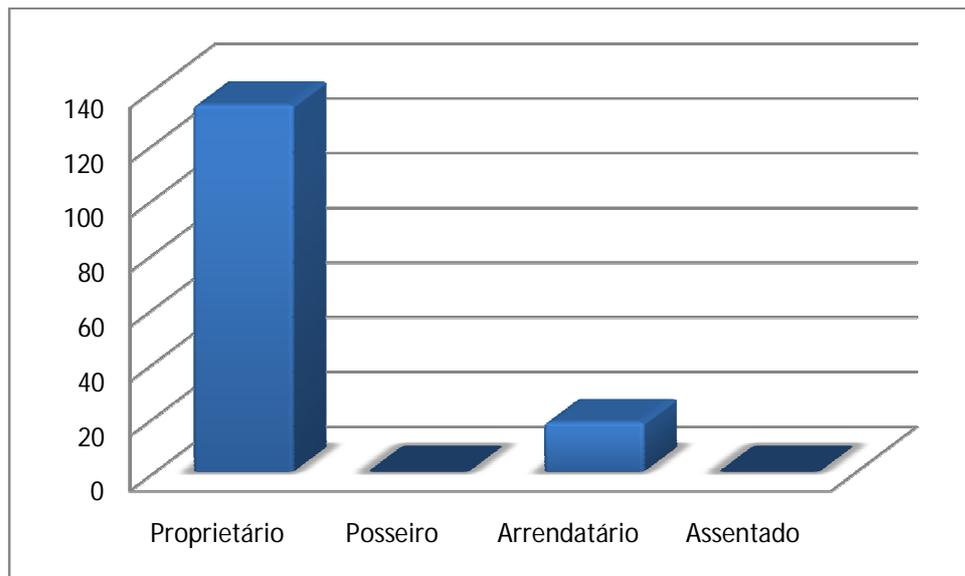


Gráfico 2: Condição do Produtor

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Essa condição de proprietário de terra, de proprietário privado do meio de produção (terra), se é uma contradição no âmbito da sociedade capitalista, é, também, a impossibilidade de estabelecer uma sociedade que esteja assentada na negação do direito de propriedade privada. Assim, a propriedade comunal da terra tem sido a busca por parte de alguns assentamentos, mas que tem provocado reações contrárias à sua realização por parte dos membros (FABRINI e MARCOS, 2010). Assim sendo, a propriedade privada da terra é fator estruturalmente limitante da atuação revolucionária dos camponeses. Só a possibilidade de perder a terra põe a classe camponesa na luta contra o capital, luta personalizada contra aqueles que ameaçam a reprodução familiar, mas a garantia de manutenção da propriedade faz com que atue de forma conservadora, fato mostrado por Marx em *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*.

Observamos que a apropriação em escala maior da renda, que a propriedade familiar teria direito, pelas personificações do capital, não é desencadeadora de manifestações. Enquanto a propriedade privada da família não está em risco não há necessidade de enfrentamento contra aqueles que apropriam-se do trabalho suplementar da família. Sem o risco de perder a propriedade da terra, a unidade de produção sujeita-se às personificações do capital que impõe preços insignificantes à produção da unidade familiar. Assim, as fábricas de fumo, molho de pimenta e os atravessadores ditam os preços da produção, sempre abaixo do preço encontrado nos mercados e feiras (o preço

pago pela unidade de abacaxi, por exemplo, à unidade de produção é de R\$ 0,25 Centavos de Real quando destinado as fábricas de suco e, varia de R\$ 0,80 centavos a R\$ 1,00 real, quando destinado às feiras. Sabendo que a unidade do abacaxi pode ser encontrada por até R\$ 2,00 na feira local podemos observar que o preço pago aos produtores é abaixo dos 50% do preço de mercado)¹⁷.

Podemos observar que a condição “*sui generis*” não significa e representa autonomia e liberdade aos membros da U.P.F.C. A propriedade da terra e da força de trabalho na unidade de produção familiar não tem possibilitado melhorias nas condições da reprodução familiar (VER GRÁFICO: 3). Isto porque a reprodução da vida camponesa perpassa pelo estabelecimento de relações com o mercado. Relações que se acirram e complexificam-se com a sociedade do capital. A sociedade do trabalho abstrato, a partir da intensa relação com as unidades de produção familiar, apropria-se do trabalho concreto, do valor-de-uso.

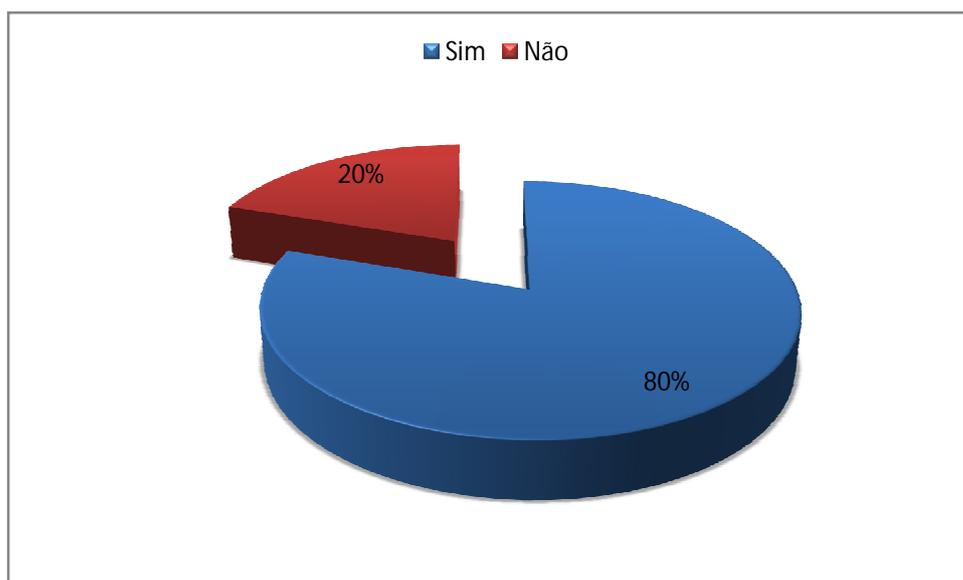


Gráfico 3: Necessidade de Complementação da Renda
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Identificamos que 80% das unidades de produção familiar pesquisadas precisam complementar a renda, e 20% informaram que o trabalho na terra era suficiente para a manutenção da família. É interessante observar que mesmo entre este último grupo, para o qual o trabalho na terra é garantia do sustento da família, 85%

¹⁷ Os valores são referentes à data de realização da entrevista no dia 27/08/2011 no Povoado Alto do Cheiro, município de Riachão do Dantas/SE.

informaram que outras fontes de renda são necessárias para garantir o sustento da família (apenas 15% dos entrevistados desse último grupo, ou seja, seis unidades de produção, correspondendo a 4% dos entrevistados, afirmaram não ser necessário complementar a renda com outras atividades e fontes de renda) (VER GRÁFICO 4).

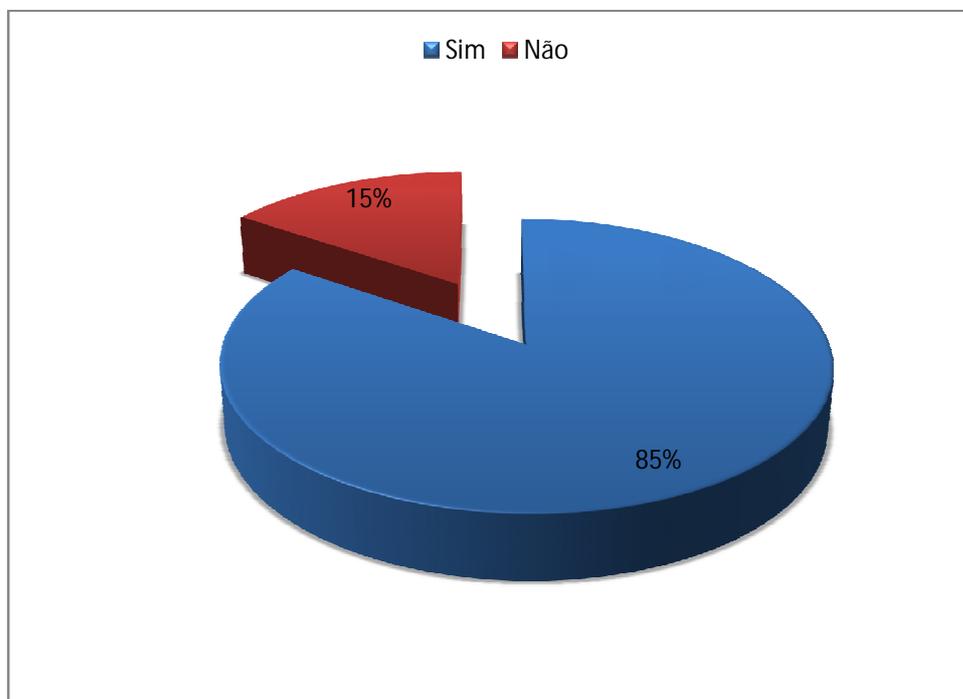


Gráfico 4: U.P.F. que necessitam de outras fontes de renda mesmo informando ser suficiente a renda obtida

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A aposentadoria (própria ou de outros membros da família), a renda proveniente do programa Bolsa Família e a venda da força de trabalho (trabalho exercido em outras unidades de produção familiar agrícolas ou para setor da economia urbana) constituem-se nas principais fonte de rendimento que foram citadas pelos entrevistados. (VER GRÁFICO 5)

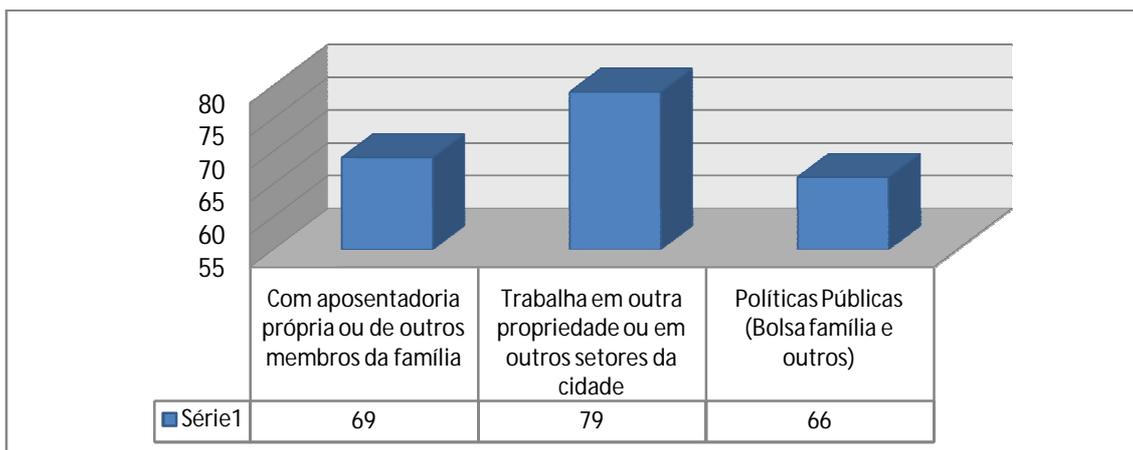


Gráfico 5: Atividades Complementares.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Bolsa Família (PBF) “é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos”. Conforme a Secretaria Municipal da Assistência e Trabalho do município de Riachão do Dantas – SE existem 2.010 famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 0,00 e R\$ 70,00, o que o coloca entre aqueles com elevado índice de incidência de pobreza. Essas famílias estão sendo catalogadas pelos funcionários da secretaria para serem cadastradas no programa. Atualmente o número de famílias beneficiadas no município pelo programa Bolsa Família é 3.896, desse número 320 famílias começaram a receber o benefício em maio de 2012. O número total de beneficiários é um número significativo levando em consideração que o município possui uma população de menos de 20.000 habitantes. Outra consideração a ser feita é que entre o número total de beneficiários do Bolsa Família, apenas 700 famílias estão na sede do município. O restante são 3.196 famílias que recebem o auxílio do programa vivem na/da agricultura. O número de beneficiados pelo programa no campo mostra que a sujeição da renda da terra (a partir da produção para atender prioritariamente ao mercado) precariza as condições de vida da família camponesa ao ponto desta necessitar da transferência de renda feita por um programa do Governo Federal.

Verificamos que essas fontes externas de renda são o que garantem a manutenção da unidade de produção camponesa. No entanto, não significa que as

atividades agrícolas e a terra representam condição secundária e de menor relevância à reprodução da unidade familiar. A complementação de renda é, ao contrário, mais um exemplo que ratifica a exploração da unidade familiar pelas personificações do capital, que se apropriando da renda da terra, pela via da monopolização da terra camponesa, inviabiliza a reprodução da família, através das atividades agropecuárias. A fala do camponês referindo-se à aposentadoria é relevante:

“A aposentadoria é um complemento, mas a garantia a vida toda veio da terra. O aposento veio agora e é um pouco a mais para o sustento da família, mas quem nos deu a vida toda foi a terra. Foi a gente trabalhando na terra que sustentou: eu e os filhos. A aposentadoria veio agora e se ela faltar quem é que vai sustentar a gente? A terra”.
(Camponês G. O., 65 anos)

Assim, a necessidade de complementar a renda objetivando manter a unidade familiar faz com que membros da família vendam sua força de trabalho. O que é diferente do trabalhador urbano, onde a manutenção de sua existência individual ou familiar ocorre obrigatoriamente pela venda da força de trabalho, já o camponês a venda da sua força de trabalho só ocorre quando há risco e impossibilidade da reprodução de todos os membros da família através do trabalho na propriedade familiar.

De acordo com Fabrini e Marcos (2010), podemos estabelecer uma relação das dificuldades encontradas na reprodução das unidades camponesas, àquelas observadas na reprodução e expansão das CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) nos assentamentos do MST. Conforme os referidos autores, as dificuldades estão relacionadas a problemas internos e externos às Cooperativas e são os fatores externos que podem ser relacionados aos problemas enfrentados pelo campesinato, pois os fatores externos são, em nossa análise, a causa de problemas para qualquer setor da produção agropecuário já que representa os protagonistas no cenário mundial da apropriação da renda da terra em escala mundial, por serem os símbolos da modernização da agropecuária. Assim, de acordo com os autores:

Externamente, as condições macroestruturais de valorização de uma agricultura de negócio (agronegócio) têm colocado obstáculos para as iniciativas dos camponeses. A força, sobretudo política, da agricultura de negócio desdobra-se em dificuldades de acesso às terras de reforma agrária, à infraestrutura, financiamento, assistência técnica etc. O monopólio de grandes corporações financeiras e industriais, como a Syngenta, Monsanto, Bunge, Cargill, Pioneer, Mitsui, Sadia e Serrana, dentre outras, subordina o trabalho e a renda camponesa. O monopólio

do território e a dependência gerada pelos grupos econômicos privados e cooperativos constituem um obstáculo para o avanço de iniciativas alternativas dos camponeses, sobretudo aquelas coletivas (FABRINI, *et all*, 2010, p. 112)

Apesar das distinções, especificidades e objetivos que há entre a agricultura camponesa e a agricultura tipicamente capitalista, ambas estão, de uma maneira direta ou indireta, contribuindo à valorização do capital. Mas o peso dessa contribuição recai objetiva e subjetivamente sob a unidade de produção familiar de forma mais degradante. Objetivamente podemos perceber que o tempo de trabalho sofre alteração: a concepção de um camponês que dedica uma menor parte aos trabalhos nas lavouras e tendo a maior parte do dia livre não é a regra. Camponeses que estão no trabalho a manhã inteira e logo após o almoço, que é comum o descanso, verificamos constantemente. É um maior tempo de trabalho dedicado aos cultivos que representa maior produtividade, maior quantidade de produto. Nesse sentido, o cálculo chayanoviano do balanço (equilíbrio) entre garantia do consumo e nível de estafa no trabalho camponês sofre alterações significativas com a maior integração do campesinato ao mercado.

A fala do Sr. F.O.S.¹⁸, camponês representante dos trabalhadores da agricultura, quando perguntado porque os produtores camponeses do Município de Riachão do Dantas se dedicam mais aos cultivos que atendem a indústria e pouco ao cultivo de alimentos, é reveladora da luta pela sobrevivência dos produtores camponeses na sociedade do capital:

“Na Agricultura Familiar de Riachão e que começa lá dos Altos até a Baixa do Frio até aqui no Alto do Cheiro é o abacaxi ou o plantio do fumo a única coisa que o Agricultor Familiar se veste mais fácil.”

“O nosso Agricultor Familiar veste uma roupa mais fácil é quando cultiva o plantio do abacaxi ou, aquele que tá sendo extinto, o plantio do fumo. As outras coisa veste, mas é mais cansado.” (Camponês F. O. S., 64 anos)

Todavia, isso não retira dele (um sujeito que representa literalmente uma classe e que ele fazia questão de reforçar – Agricultor Familiar, não camponês) o conhecimento dos riscos que cultivar para a indústria de fumo ou de sucos representa à manutenção da unidade de produção camponesa:

“É um risco tremendo que a Agricultura familiar corre de se manter.”

¹⁸ Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Riachão do Dantas.

“De qualquer sorte a gente que vive da Agricultura Familiar vive de aventuras. Um ano tem, outro não tem. Há anos aí que nosso produtor, a maioria deles, de algumas culturas, ele paga pra produzir porque ele gasta mais pra produzir do que o preço que é praticado no comércio.”

“E a gente, no caso do abacaxi, não tem forma nenhuma a não ser a indústria consumir o plantio. Porque se não fosse a demanda que tem ninguém plantava não! O plantio de abacaxi se expandiu no nosso município porque no nosso povoado é o plantio que enche três caminhão de abacaxi por semana. Vendido para São Paulo ou indústria de Estância. A CEASA não consome a demanda não! Nem nas feiras! Se não fosse a indústria não plantava não!” (Camponês F. O. S., 64 anos)

Objetivamente, ainda temos a saída de força de trabalho da unidade de produção familiar (VER GRÁFICO 6). A apropriação da renda através da sujeição da terra camponesa repercute na unidade de produção em maior tempo de trabalho dedicado aos cultivos e em maior mobilidade do trabalho para outras cidades e setores da produção econômica.

“Precisa trabalhar bem para ter renda e torcer para chover bem. Esse ano eu não tive feijão e o milho tô vendo se vai dá alguma coisa. Mesmo assim vivo aqui. Trabalhar na terra, na lavoura é a única coisa que sei para sobreviver. Pra quem não sabe ler, nunca estudei, a terra é o único meio de viver. Estudar meu pai não incentivou. Foi isso aí (apontando para a plantação ao redor). Foi essa coisa braba onde me criei. Aqui nessas terras é minha profissão. Tem ano que não dá, outro dá uma renda e assim vamos vivendo”.

“Por isso 5 (cinco) dos meus filhos estão fora. Tem em Aracaju, em São Paulo, em Umbaúba. Saíram daqui porque não tava dando. A gente caça de um jeito, caça de outro e é a mesma coisa! Não muda nada! A mandioca eu to vendendo a tonelada, porque a farinha não compensa. Você gasta o que não tem e quando termina não dá quase nada! (Camponês G. O., 65 anos).

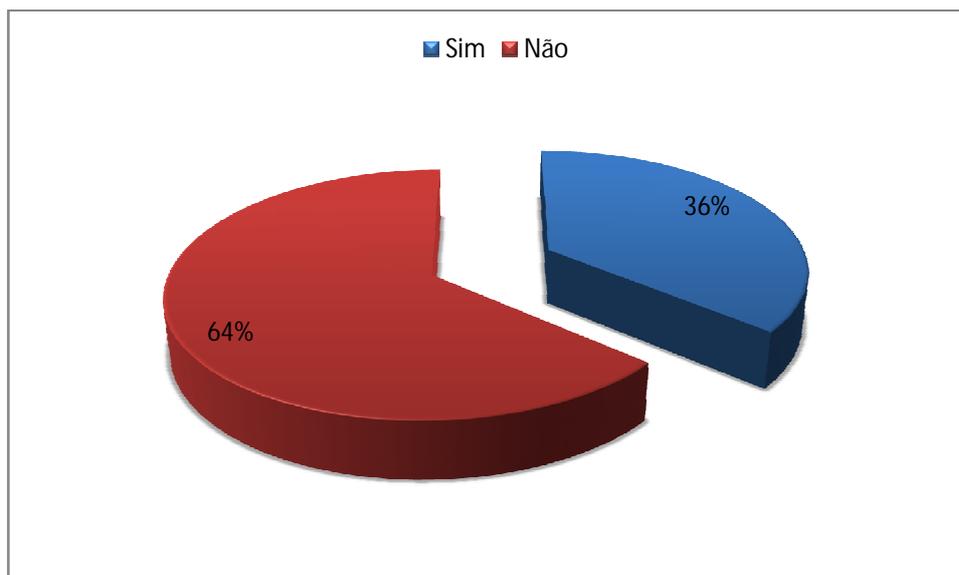


Gráfico 6: Força de Trabalho Ausente da Unidade de Produção Familiar

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Observamos que, entre as Unidades de Produção Familiar Camponesa entrevistadas, 36% possuem filhos trabalhando em outros municípios brasileiros, o que reforça o que foi mostrado por Conceição (2007) na análise da mobilidade trabalho dos jovens nas unidades de produção familiar. De acordo com a referida autora, a unidade tridialética Capital, Estado e Mercado “antes de garantir a fixação do jovem na terra, acentua a sua expulsão da unidade de produção familiar” (p. 77). Força de trabalho que se torna móvel diante da impossibilidade de reprodução no âmbito da unidade produtiva da família, contraditoriamente contribuindo para a manutenção da família na agricultura com a ajuda que enviam aos pais que ficaram na terra. Conforme Conceição (2007), a partir de 1970 e 1980 o Estado brasileiro foi o agente principal das transformações que objetivavam atender as exigências do novo modelo de desenvolvimento, pautado no discurso da modernização (civilidade) ideologicamente defendidos pelo discurso urbano-industrial. Neste sentido:

O espaço da pobreza e da miséria está destinado aos migrantes vindos do campo para se “modernizarem”. A expansão capitalista no campo significou a garantia da acumulação capitalista monopolista mundial sob o controle do Banco Mundial. A implementação de políticas e programas direcionados para o desenvolvimento regional voltados para as áreas rurais tinha como objetivo a instalação e expansão da agroindústria (CONCEIÇÃO, 2007 p. 79).

No entanto, contrariamente ao que está posto em seu discurso, a modernidade na prática constitui-se num mecanismo de apropriação da renda camponesa e, com isso, implica na expulsão do campo, ao invés do fortalecimento das unidades produtivas que não se “adaptam” à inserção na lógica de valorização do capital. De acordo com Conceição (2007):

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

Assim, subjetivamente, a possibilidade de perder a propriedade familiar ronda o imaginário dos membros da unidade produtiva. Na luta para permanecer na terra, resistem à sujeição da renda da terra, sujeitando o tempo para a fruição da e para a vida ao trabalho nas lavouras. Na área de realização da nossa pesquisa, as pequenas propriedades camponesas são dominantes, contrariando a tese da desintegração do campesinato a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Entretanto, a dominação da produção camponesa se dá com a exploração do trabalho familiar. Como afirmava Marx:

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2006a, Vol. I Liv. 1 p. 570-571).

3.2 – A Agricultura Familiar Camponesa no Município de Riachão do Dantas

A análise dos dados do censo agropecuário de 2006 mostra a relevância da agricultura camponesa no Município de Riachão do Dantas, localizado no Centro-Sul Sergipano. Apesar dos dados do censo 2006 não mostrar mais o número de

estabelecimentos por grupo de área, podemos ratificar a importância da pequena propriedade camponesa no município identificando que entre os 3.689 estabelecimentos agropecuários do município um total de 1.105 unidades cultivam a mandioca e 665 unidades cultivam milho¹⁹. Embora haja contradições nos dados apresentados pelo Censo²⁰, o cultivo desses dois gêneros alimentícios é uma evidência da presença de unidades de produção camponesa. O que mostra o peso da pequena produção familiar seria observar o número de estabelecimentos por área, mas o censo mais recente não disponibilizou esses dados. Sendo assim, é o cultivo de gêneros alimentícios nas unidades produtivas que denota a produção camponesa, assim como o é o abacaxi e o fumo (cultivos que ocorrem em pequenas propriedades familiares).

De acordo com o censo de 2006, pode ser constatado que poucos são os produtores que trabalham em terra alheia, do número total (3.689) estabelecimentos são proprietários: 2.940 (desse número 2.372 estabelecimentos são de responsabilidade do sexo masculino). Verificamos que poucos são os que pagam renda aos proprietários da terra: apenas 163 unidades são de arrendatários; 13 são parceiros e 561 unidades produtivas são de ocupantes. Portanto, o número de proprietários legalmente reconhecidos é o mais expressivo entre os estabelecimentos do município. São, na maioria, pequenos produtores que trabalham na propriedade da família. Produtores de abacaxi, fumo, laranja, mandioca e pimenta. (VER QUADROS)

¹⁹ Os números apresentados estão disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na seção da Produção Agropecuária Municipal. Disponível em: www.ibge.gov.br.

²⁰ Ariovaldo Umbelino de Oliveira realizou uma crítica aos dados do Censo de 2006. De acordo com Oliveira, apesar de toda a tecnologia empregada no último Censo, ocorreram falhas na divulgação e análise dos dados, isso para dificultar a apreensão da realidade do campo brasileiro. Conforme Ariovaldo: “os técnicos do IBGE trataram de esconder ao máximo possível os dados da estrutura fundiária, particularmente as variáveis por estratos de área total”. Entre outras questões mascaradas no Censo estão a “divulgação da produção de vários produtos agrícolas por estrato de área total” e “o volume especial sobre a denominada “agricultura familiar”. Disponível em: www.correiodadania.com.br.

| Ano de Referência | Quantidade Produzida (mil frutos) | Área Plantada (hectares) |
|--------------------------|--|-------------------------------------|
| 2010 | 2.090 | 110 |
| 2009 | 1.900 | 100 |
| 2008 | 1.140 | 60 |
| 2007 | 760 | 40 |
| 2006 | 760 | 80 |
| 2005 | 684 | 36 |
| 2004 | 570 | 30 |

Quadro 01: Produção de Abacaxi em Riachão do Dantas 2004 a 2010

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Através dos dados da Produção Agrícola Municipal de Riachão do Dantas – SE, podemos constatar que de 2004 a 2010 houve um aumento da área plantada anualmente, assim como da quantidade produzida de abacaxi. Verificamos que a produtividade no cultivo do abacaxi aumentou significativamente. A partir da quantidade produzida por área plantada, vemos que de 2006 para 2007 a área plantada foi reduzida em 50%, mas a quantidade produzida continuou a mesma. A comparação dos números referente à produção nos anos 2006 e 2010 nos mostra que o aumento da área em apenas 30 hectares proporcionou um aumento na quantidade produzida de quase 300%. Dessa forma, vemos como a incorporação de insumos agrícolas como o adubo e os pesticidas, tão difundidos entre os produtores, aumentam a produtividade do trabalho agrícola, mas, no entanto, acarreta a maior dependência do produtor ao mercado desses insumos.

| Ano de Referência | Quantidade Produzida (toneladas) | Área Plantada (hectares) |
|--------------------------|---|-------------------------------------|
| 2010 | 624 | 480 |
| 2009 | 559 | 430 |
| 2008 | 650 | 500 |
| 2007 | 663 | 510 |
| 2006 | 702 | 520 |
| 2005 | 675 | 500 |
| 2004 | 405 | 300 |

Quadro 02: Produção de Fumo em Riachão do Dantas 2004 a 2010

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Podemos perceber que a área plantada de fumo não possui uma trajetória ascendente ao longo do período de 2004 a 2010. A área plantada e a quantidade produzida no período analisado aumentaram, mas de uma maneira inexpressiva – o que é uma resposta das unidades de produção camponesa à sujeição da renda que ocorre no cultivo do fumo: um cultivo que exige muito esforço dos trabalhadores e, que diante do domínio do mercado pela indústria, recebem um preço pouco atrativo para satisfazer as necessidades da família. Como dissemos anteriormente, o cultivo do fumo, conforme os produtores entrevistados, exige dedicação no trato da área plantada. As exigências de dedicação que requer o cultivo de fumo estão entre as causas que explicam porque muitos produtores deixam de cultivar o fumo.

É melhor plantar abacaxi, que dá mais dinheiro. O fumo já foi bom, mas dá muito trabalho e só tem pra vender a Zé Augusto do Maratá e Zezé Rocha, eles pagam pouco pelo quilo do fumo. (Camponês C. A., 33 anos)

Através das entrevistas constatamos que o nível de exploração, a que são submetidos os camponeses diante da monopolização do território pelo capital,

personificados em “Zé Augusto” (do Maratá Fumo), “Zezé Rocha²¹” (do Fumo Rocha) e os atravessadores, é desumano. Além do cansaço no trato com a plantação de fumo, a existência de apenas dois compradores da produção (entre os quais se destaca como o principal comprador: a fábrica de Fumo Rocha, que determina o preço pago por quilo de fumo), estão entre a causa do abandono do cultivo de fumo no município de Riachão do Dantas-SE. Por isso, produtores de fumo têm deixado esse cultivo para se dedicar ao cultivo de abacaxi ou mandioca.

| Ano de Referência | Quantidade Produzida (toneladas) | Área Plantada (hectares) |
|-------------------|----------------------------------|--------------------------|
| 2010 | 14.040 | 780 |
| 2009 | 14.400 | 800 |
| 2008 | 14.760 | 820 |
| 2007 | 14.400 | 800 |
| 2006 | 16.200 | 1.700 |
| 2005 | 14.450 | 850 |
| 2004 | 17.000 | 1.000 |

Quadro 03: Produção de Mandioca em Riachão do Dantas 2004 a 2010

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Observando os números da produção de mandioca e laranja, que junto com o fumo e o abacaxi são os principais cultivos das pequenas propriedades camponesas do município de Riachão do Dantas, vemos que se manteve praticamente estável a área plantada de laranja, com uma redução de quase 25% da área plantada de mandioca entre

²¹ José Augusto Vieira (ou Zé Augusto) é empresário e latifundiário do município de Lagarto-SE, possuidor de terras no estado de Sergipe e Maranhão; fundador do Grupo Maratá, ou Grupo José Augusto Vieira e da Fundação José Augusto Vieira, portanto tem atuado no setor de indústrias no setor de serviços (educação) com a Faculdade – FJAV e o Colégio de Ensino Médio e Fundamental CJAV. José Rodrigues dos Santos (ou Zezé Rocha), é empresário e latifundiário também do município de Lagarto-SE, possuidor de terras no estado de Sergipe e Maranhão; além de empresário é acumulador de cargos públicos foi prefeito de Lagarto por três vezes.

o ano de 2004 e 2010. Podemos ver que os cultivos destinados a atender a indústria foram aqueles que apresentaram ampliação da área plantada, enquanto a área plantada de mandioca apresentou uma significativa redução. De acordo com o produtor camponês J.E.:

É bom plantar fumo porque é seis meses e já tem dinheiro. Abacaxi demora mais, mais é bom. A mandioca é mais fraca. A gente planta fumo e abacaxi porque precisamos de dinheiro e é certo ter quem compre o abacaxi e o fumo. O abacaxi dá dinheiro e o feijão e a farinha a gente come. (Camponês J. E., 33 anos)

| Ano de Referência | Quantidade Produzida (toneladas) | Área Plantada (hectares) |
|--------------------------|---|---------------------------------|
| 2010 | 51.450 | 3.430 |
| 2009 | 51.450 | 3.430 |
| 2008 | 46.480 | 3.320 |
| 2007 | 45.500 | 3.500 |
| 2006 | 45.500 | 3.835 |

Quadro 04: Produção de Laranja em Riachão do Dantas 2006 a 2010

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A unidade de produção camponesa se constitui numa pequena propriedade provada de poucas tarefas, no entanto, encontramos exemplos de outras relações sociais com a propriedade da terra: parceiros e arrendatários (como os produtores de fumo que mantêm uma relação de parceria com os produtores de laranja onde, para plantar o fumo entre as laranjeiras, os produtores têm que manter limpo os laranjais – uma forma renda da terra em trabalho). Assim, inúmeras possibilidades de relação com a terra são observadas: arrendamento, cessão por tempo indeterminado, meia, parceria.

Com estas formas de uso da terra, subordinada a cultivos prioritariamente destinados ao mercado ou à indústria, a “máscara da renda fundiária” não tem a forma de um pagamento direto, em espécie, pelo uso da terra de outrem. Entretanto, tem sim, a máscara da exploração do fruto do trabalho familiar que é transferido ao mercado (aqui se inclui indústria, supermercados ou atravessador) sempre num preço reduzido, apesar dos investimentos aplicados à terra. Aqui, os pequenos produtores são forçados a se contentarem com um “lucro inferior à média e a ceder parte dele na forma de renda” (MARX, 2008b, p. 836); isto ocorrendo não porque tenha que pagar ao proprietário da terra, mas diante da monopolização da sua terra pelo capital, vê o resultado do trabalho familiar reduzido a um mínimo que garante a subsistência, pois, diante da sujeição da renda da terra ao capital, é o que lhe resta. Desta forma, são os empresários da indústria que são os grandes beneficiados.

No processo de integração com o mercado (não uma integração esporádica ou de transferência apenas do produto excedente), a unidade de produção vê-se dominada pelo mercado. Variados mecanismos de exploração da economia familiar são utilizados pela lógica do mercado capitalista: um mercado dominado por monopólios e monopsônios ditando preços de compra e de venda.

A indústria transfere a produção agrícola aos camponeses, trabalho realizado por toda a família sem garantia trabalhista alguma. Contraditoriamente, isso possibilita a permanência da unidade de produção familiar camponesa, todavia, sobre a intensificação e degradação das condições de vida destas famílias. Apesar de verificarmos um crescente uso de utensílios eletro-eletrônicos nas residências, o que mascara a precarização da condição de existência e exploração do trabalho pelo fetiche que estes produtos representam, constata-se a exploração quando vemos os preços pagos pela unidade do abacaxi, pelo quilo do fumo ou da pimenta – uma clara desvalorização real do trabalho. Ou então, quando vemos a intensificação e aumento de horas de trabalho dedicadas aos cultivos para atender a indústria. Assim é o que se observa nos cultivos na área de realização da pesquisa (fumo, abacaxi ou pimenta), os ganhos de produtividade não têm repercutido em melhorias na condição de existência do produtor e da família trabalhadora, pois parte da renda que teriam direito é apropriada por outros sujeitos com quem mantêm relações comerciais.

Com a transferência da produção camponesa à indústria, transfere-se o valor-de-uso, fruto do trabalho familiar, que será corporificado pela indústria numa mercadoria, num valor-de-troca. Completado o ciclo do capital, vende-se a mercadoria – troca-se pelo equivalente geral (dinheiro) – que se transfigura em capital (é a capitalização da renda da terra produzida através de relação não-capitalista de produção na unidade familiar). Desta forma, através da exploração do trabalho alheio na agricultura tipicamente capitalista ou camponesa os anseios da apropriação da riqueza são atingidos pela sujeição da renda da terra diante da territorialização ou monopolização da terra pelo capital (OLIVEIRA, 2005). É pela monopolização da terra que os pequenos produtores se inserem no mercado, inserção que põem em risco a manutenção da unidade de produção e sua autonomia.

O município de Riachão do Dantas está inserido na área de domínio da produção de laranja²² em Sergipe. É uma região onde a monopolização da terra pelo capital para fins de atender a indústria de sucos cítricos ocorre há algumas décadas. Nas palavras de Conceição (2007), “a citricultura corresponde ao interesse da inserção do capital mundial no Brasil, via processo de modernização do campo, com a introdução da tecnologia, ou melhor, com a subordinação da pequena produção à indústria de insumos” (p. 90). O capital se expande no campo, monopolizando e territorializando a produção e a terra via citricultura.

O centro-sul do Estado concentra a cadeia produtora de laranja estando toda a produção concentrada nas áreas de pequenas propriedades. 80% estão sob a responsabilidade de propriedades com área inferior a 10 hectares. O que significa a subordinação da unidade de produção familiar voltada para a monocultura da laranja, que constitui a segunda maior produção agrícola do estado de Sergipe. A pequena produção familiar está subordinada ao monopólio da produção de laranja pelo capital, sob o controle dos grandes proprietários desde a década de 1970. A monopolização da produção da laranja tem transformado os pequenos produtores funcionais ao interesse da produção extensiva, transformando o campo sergipano em áreas de produção para o capital, a unidade de produção de alimentos cede lugar à produção de exportação, para o favorecimento da monocultura. A monopolização desse cultivo tem servido apenas para ampliar a esfera de domínio das grandes empresas do agronegócio, donos de indústrias de suco concentrado que também são produtores de laranja, eucalipto e gado (CONCEIÇÃO, 2012, p. 06-07)

²² Ver Figura 3.

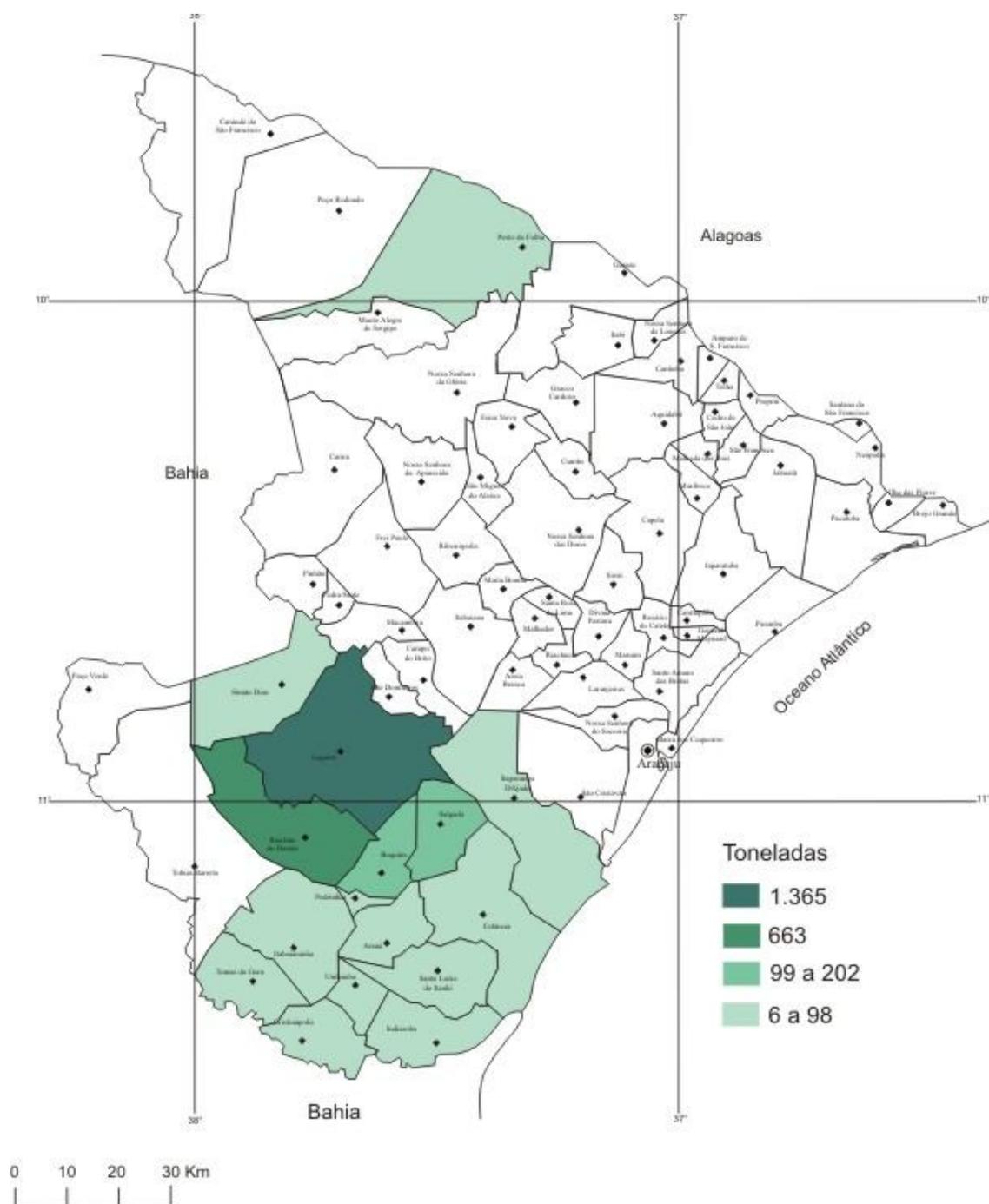


**Figura 3: Cultivo de Laranja em Riachão do Dantas – SE, Povoado Vivaldo.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.**

Essa área é também a região de atuação do Grupo Maratá, localizado no município de Lagarto, “que tem absorvido o maior percentual da força de trabalho dos desapropriados da terra que, sem condições de retirada da renda da terra para a sobrevivência, são absorvidos como assalariados” (CONCEIÇÃO, 2007 p. 92-93). A presença desse grupo é relevante por ser ele (o de maior destaque e influência) quem desencadeará a subordinação da unidade de produção familiar aos seus interesses, principalmente a partir de 2005, quando o grupo diversificará a produção de suas indústrias, por exemplo, sucos, molho de pimenta e achocolatado. Constatamos que o trabalho nas fábricas do Grupo Maratá tem sido uma saída para os jovens do município, especificamente jovens do campo, que não tem condição de permanecer na terra. O Grupo Maratá, com a ampliação e diversificação de suas atividades, amplia a escala de apropriação do valor na forma de renda da terra e mais-valia.

O cultivo do fumo na região centro-sul existe há algumas décadas, como nos mostram os Decretos nº 55 e 68 de 1937. Nestes, observamos a regulamentação da produção nessa área: os tipos de mudas mais propícias para a região, as características do solo, o tipo mais correto de técnicas agrícolas. O Cultivo do fumo tradicional (corda) é a forma mais comum no espaço agrário sergipano, caracterizando-se como uma atividade que exige muito trabalho, ou seja, é uma produção que necessita de trabalho

intensivo mais que capital intensivo. No estado de Sergipe, o município de Lagarto é o maior produtor (com 1.365 t), seguido do município de Riachão do Dantas (com 663 t), segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na PAM – Produção Agrícola Municipal para o ano de 2010²³.



Fonte: Pesquisas Contínuas Agropecuárias PAM - Produção agrícola Municipal IBGE (em fase de elaboração)
 Digitalização: Hunaído Lima

Figura 01: Produção de Fumo no Estado de Sergipe

²³ Ver Figura 4: Produção de Fumo em Sergipe e Tabela 5.

| Município | Área Plantada | Área Colhida | Quantidade | Rend. Médio | Preço Médio | Valor da Produção (Mil Reais) |
|--------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|----------------------------------|
| Araúa | 40 | 40 | 47 | 1.175 | 2.500,00 | 117,50 |
| Boquim | 155 | 155 | 202 | 1.303 | 2.000,00 | 404,00 |
| Cristinápolis | 52 | 52 | 61 | 1.173 | 3.000,00 | 183,00 |
| Estância | 5 | 5 | 6 | 1.200 | 2.800,00 | 16,80 |
| Indiaroba | 6 | 6 | 7 | 1.167 | 3.000,00 | 21,00 |
| Itabaianinha | 18 | 18 | 21 | 1.167 | 3.000,00 | 63,00 |
| Itaporanga D'Ajuda | 20 | 20 | 23 | 1.150 | 3.000,00 | 69,00 |
| Lagarto | 1.050 | 1.050 | 1.365 | 1.300 | 2.000,00 | 2.730,00 |
| Pedrinhas | 12 | 12 | 16 | 1.333 | 2.000,00 | 32,00 |
| Porto da Folha | 5 | 5 | 7 | 1.400 | 2.000,00 | 14,00 |
| Riachão do Dantas | 510 | 510 | 663 | 1.300 | 2.000,00 | 1.326,00 |
| Salgado | 126 | 126 | 164 | 1.302 | 2.000,00 | 328,00 |
| Santa Luzia do Itanhy | 22 | 22 | 26 | 1.182 | 2.600,00 | 67,60 |
| Simão Dias | 25 | 25 | 32 | 1.280 | 2.000,00 | 64,00 |
| Tomar do Geru | 8 | 8 | 9 | 1.125 | 2.800,00 | 25,20 |
| Umbaúba | 70 | 70 | 82 | 1.171 | 3.000,00 | 246,00 |

Quadro 05: Cultivo de Fumo em Sergipe por Município (2010)

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Até o ano de 2011, podíamos encontrar duas formas de produção de fumo no campo sergipano: a produção e venda de fumo em folha, mais recente e destinada para a indústria de cigarros finos Souza Cruz, e a produção e venda de fumo em corda, atividade tradicional destinada para atender a indústria Maratá Fumo e Fumo Rocha. A comercialização do fumo em corda é também realizada pelos produtores diretos, nas feiras semanais que ocorrem nos municípios mais próximos: Tobias Barreto, Lagarto, Pedrinhas e Boquim. Neste caso o produtor tem controle de todas as etapas: desde o processo produtivo à comercialização/circulação do produto. Como controla todo o processo, da produção à comercialização, garante maior apropriação da renda pela unidade de produção familiar, pois figuras como a do atravessador ou a indústria desaparecem quando é o produtor direto quem comercializa a produção.

A partir de 2001 ocorre uma transformação no espaço agrário dos municípios produtores de fumo em Sergipe. Além do processo produtivo tradicional de cultivo – produção e comercialização (circulação) – do fumo ocorrerá a introdução no estado de Sergipe de uma forma de cultivo diferente da que os camponeses estavam acostumados. A partir de então, “ocorre a produção de fumo em estufas sob o controle da empresa produtora de cigarros Souza Cruz”. A transformação ocorre porque “o fumo tradicional é direcionado para a produção de fumo em saquinhos, e o da Souza Cruz tem como objetivo o fumo em carteira” (DIAS OLIVEIRA, 2009 p. 04), implicando em uma outra relação estabelecida entre o capital e o trabalho; entre a unidade de produção e a terra, com o agravamento da exploração da força de trabalho e do endividamento da unidade de produção familiar, dívidas contraídas junto às instituições financeiras para instalação do instrumental necessário para atender o padrão exigido pela indústria de cigarros. Com isso, as estufas da indústria de cigarros finos Souza Cruz foram retiradas do município de Riachão do Dantas em 2011. De acordo com o Secretário Municipal de Agricultura, “a Souza Cruz acabou desistindo do Projeto que tinha no Município de Riachão do Dantas e estado de Sergipe” (projeto que viabilizava a integração com produtores de fumo). Isto porque esta empresa encontrou resistência para expandir-se no campo sergipano de forma mais intensa. Três fatores podem ser a explicativa para a retirada da Souza Cruz diante da não aceitação pelos pequenos produtores de integrar-se: a dívida contraída pelo produtor para a instalação da estufa onde eram acomodada a produção para secar (28,000,00 mil reais); o aumento da exploração do trabalho exigido no tipo de fumo que a empresa quer; e, pelo “poder” de influência que exerce nessa área o Maratá Fumo e o Fumo Rocha, que há décadas estão atuando no espaço agrário dos municípios da região do Centro-Sul Sergipano beneficiando/industrializando o fumo produzido nas unidades de produção familiar.

Desta forma, observamos que a forma tradicional de produção de fumo tem resistido à integração à indústria de cigarros Souza Cruz, pois, identificamos que para o trabalhador familiar, é aí o nível de dependência muito maior; dependência financeira principalmente, para adquirir os insumos necessários à manutenção da estrutura organizacional produtiva que a indústria exige. Então, preferem integrar-se à indústria de uma forma “mascarada”, como aquela observada entre as empresas Maratá Fumo e Fumo Rocha. Assim, o sentido de autonomia da unidade de produção não é posto em risco, não desaparece. Desta forma, compreendemos que:

A autonomia e liberdade do camponês, contraditoriamente, se inscrevem na lógica do capital, já que vive cotidianamente a transferência de riqueza que a sujeição da renda da terra impõe. Porém, essa permanência camponesa não se deve a uma pura e simples determinação do capital, pois é também sua negação. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra um filão de produção de capital (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 54).



Figura 5: Fumo em Corda, Riachão do Dantas – SE, Povoado Barro Preto.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A dependência financeira para manter a produção do fumo é elevada. A necessidade de consumir adubos e agrotóxicos (o que torna esse cultivo altamente prejudicial à saúde do trabalhador) tornou-se constante na produção do fumo. Insumos produzidos por transnacionais como: a Monsanto, Syngenta, BASF e Bayer são cada vez mais adquiridos pelos produtores, para atingir o padrão de qualidade exigido pelas indústrias e aumentar a produtividade do trabalho.

Portanto, a necessidade não forçada de insumos com elevado grau de desenvolvimento científico – tecnológico incorporados em seu preço é fator determinante nos caminhos trilhados pela unidade de produção familiar camponesa na produção de fumo, pois, eles representam a necessidade constante de empréstimos junto às instituições financeiras – o que simboliza subjetiva e objetivamente ao camponês risco à manutenção da unidade de produção. Verifica-se assim que a resistência do camponês em produzir de uma forma ou de outra (em folha ou em corda) deve-se aos riscos que a produção em folha (para a Souza Cruz) representa. Significa o aumento da exploração do trabalho familiar e dívidas, a perda objetiva da autonomia. Assim,

A (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital via monopolização do território, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de vida e trabalho. (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 58)

O cultivo do abacaxi no município de Riachão do Dantas ocorre há algumas décadas. É também produzido em pequenas propriedades familiares destinado a atender a indústria de sucos, ou então, a redes de supermercados do estado, o CEASA em Aracaju e para o estado da Paraíba. Seu cultivo atravessou uma grave crise no final da década de 1980. Até meados dos anos de 1990 a produção de abacaxi no município foi reduzida por conta da ocorrência de pragas, a broca, que se instala no fruto e não possibilita o desenvolvimento deste. Com isso, a quantidade e qualidade dos frutos tiveram queda significativa. A ocorrência da praga tornou inviabilizada a produção, o que levou à redução da área plantada no município, no entanto, nos últimos anos a área plantada de abacaxi aumentou consideravelmente.

O cultivo de abacaxi tem, assim como fumo e laranja, grande relevância para a economia do município, sendo ele a única fonte de renda de muitas unidades de produção familiar. O cultivo de abacaxi possui relevância para o município. Tamaña relevância que, até a ocorrência da praga, para comemorar a colheita era realizada a Festa do Abacaxi (1989). Festa promovida pela prefeitura municipal, Secretaria Municipal de Agricultura, junto com a EMATER-SE, atualmente o órgão do estado DEAGRO e com o apoio do Banco do Brasil. Com a redução da área plantada devido à praga da broca, a festa do abacaxi deixou de ser realizada.

Nesta festa ocorriam palestras que buscavam meios de viabilizar formas de melhorar as condições de vida dos produtores através do beneficiamento do fruto. Constituíam-se em palestras que objetivavam meios de combater as pragas. Representantes de associações comunitárias, produtores familiares, do poder executivo e legislativo municipal, funcionários da agência bancária e da secretaria estadual de agropecuária eram os principais envolvidos e participantes nas discussões que ocorriam durante os nove dias da festa do abacaxi. Além das palestras, ocorriam também cursos que eram ofertados pela EMATER-SE e seus técnicos que objetivavam formas de inserir as famílias produtoras no mercado pela transformação do abacaxi em um produto com valor agregado: licores, doces e sucos. (VER FIGURA 6)



Figura 6: Plantação de Abacaxi, Riachão do Dantas – SE, Povoado Alto do Cheiro.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A comunidade do Alto do Cheiro no município de Riachão do Dantas é a maior produtora de abacaxi. Com base nos dados da Produção Agrícola Municipal – PAM 2010, observamos que o município está entre os maiores produtores de abacaxi do estado de Sergipe. Todavia, superada a crise provocada pela praga da broca, restou a maior dependência e integração dos produtores: à indústria alimentícia (de sucos

Tropfruit, localizada no município de Estância); à indústria de agrotóxicos (essenciais no combate às pragas e para fazer a “queima”) ou, entregam ao setor do comércio (supermercados) a produção. Antes os produtores vendiam diretamente a produção em feiras, atualmente o atravessador (“tonho da veia”) é o principal nome que, entre os produtores, é citado como o maior comprador da produção de abacaxi do município.

Verificamos que a “queima” do abacaxi se constitui em um mecanismo utilizado pelos produtores de abacaxi onde eles aplicam um produto químico (ao preço de R\$100,00 o litro) no fruto. Isto provoca a aceleração do amadurecimento do fruto, consequentemente a antecipação da colheita do abacaxi. Conforme as entrevistas que realizamos com os produtores, constatamos que recorrem a esta prática porque o tempo de colheita do abacaxi é longo, em média 1 ½ ano. Como precisam de dinheiro o quanto antes, realizam a “queima”. Esta técnica reduz o tamanho do fruto, consequentemente, o preço conseguido com a venda do produto. Eles só fazem a “queima” quando vendem para a indústria, que não exige qualidade do produto e reduz os custos, pois pagam 0,25 centavos por unidade, ou 0,50 por Kg. Quando tem condição de esperar o tempo correto de maturação, com o fruto obtendo qualidade e tamanho maior, vendem aos supermercados ou em feiras. Neste último caso vendem a unidade por 0,80 centavos ou R\$1,00²⁴.

Em diferentes situações, podemos constatar que a opção melhor é destinar a produção a indústria²⁵. Os produtores optam por entregar a produção de abacaxi à fábrica de sucos Tropfruit, por ser esta menos exigente na qualidade dos frutos, pois a queima reduz muito o tamanho do fruto. Então, quando a qualidade dos frutos é prejudicada os produtores levam os frutos para a indústria. Por se perder as diferenças qualitativas no processo de fabricação do suco concentrado. De acordo com os produtores, o Grupo Maratá (que possui também fábrica de sucos) é muito exigente na escolha dos frutos, o que repercute, ainda mais, no preço pago aos produtores. Como a renda conseguida na terra será reduzida ainda mais preferem a fábrica de sucos estanciana. Vemos, assim, um mecanismo utilizado pelos produtores para fugir a uma maior exploração da unidade de produção.

²⁴ Os valores citados foram nos passado pelos próprios produtores em pesquisa de campo realizada em maio de 2011.

²⁵ Ver Figura 7. Mostra pequenos produtores carregando uma caminhonete com a produção de abacaxi para ser levada a fábrica no município de Estância.



**Figura 7: Transporte de Abacaxi para a Indústria de Sucos, Riachão do Dantas – SE, Povoado Alto do Cheiro.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.**

Podemos constatar que é como um mecanismo utilizado pela unidade de produção camponesa para resistir aos avanços do capital que se explica a força com que se ocorre a penetração do cultivo da pimenta no campo do município de Riachão do Dantas. O cultivo da pimenta é muito recente neste município. Surge a pouco menos de cinco anos a partir da instalação de mais uma das fábricas do Grupo Maratá – de molho de pimenta – localizada no distrito industrial de Lagarto. Por ser um cultivo tão recente, os números da produção municipal não aparecem nas pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como no Censo Agropecuário 2006, por exemplo; como também, observamos na pesquisa de campo realizada em 2010 e 2011 que não consta nos arquivos da DEAGRO do município de Riachão do Dantas. No entanto podemos observar que aumentou a área e o número de produtores de pimenta. (VER FIGURA 8)

Plantar pimenta dá muito trabalho. Mais trabalho ainda quando é pra colher a pimenta. Aí a gente precisa pagar gente pra trabalhar. É uma dificuldade arrancar um quilo (1,00 Kg) de pimenta. Ainda mais que a pimenta tem um óleo que onde pega começa a arder. As mãos parece que ta pegando fogo quando a gente colhe pimenta. Mas plantar pimenta é bom.

O preço do quilo ta R\$ 7,00²⁶, não é muito não, mas você colhe pimenta três a quatro vezes no ano. E o preço agora ta bom, já teve de R\$ 4,00 o quilo. Pra quem paga pra colher R\$ 2,00 ou R\$ 2,50 por quilo não ficava com quase nada com a pimenta de R\$ 4,00. Mas agora ta de R\$ 7,00, melhorou. Tem pimenta pra colher o ano todo. Então tem dinheiro sempre. Por isso esse ano resolvi deixar de plantar manaíba (mandioca) para plantar pimenta. (Camponês A. S., 30 anos)



Figura 8: Plantação de Pimenta, Riachão do Dantas – SE, Povoado Alto do Cheiro.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A pimenta é também mais um cultivo destinado a atender a indústria, os produtores têm visto como mais uma fonte de obtenção de renda e seu atrativo está na rapidez, natural, entre as colheitas. Compreendendo que o campesinato, hoje, não pode ser visto enquanto uma economia natural “que serve para satisfazer as necessidades das famílias ou grupos trabalhadores” (CHAYANOV, 1981, p. 136)²⁷, ou seja, enquanto

²⁶ Preço pago por quilo de pimenta em Agosto de 2012.

²⁷ Conforme Chayanov: “numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em grande medida *qualitativo*: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto *in natura* qualitativamente correspondente” (CHAYANOV, 1981, p. 136). Com o desenvolvimento da troca, do mercado, não é possível compreender camponeses como apenas aqueles produtores e consumidores diretos que vão ao mercado esporadicamente trocar e vender os produtos para comprar o que não produzem. Diante da ampliação e desenvolvimento do mercado sob o domínio da lógica do lucro torna-se difícil visualizar esse sujeito

produtores e consumidores diretos do que é produzido, mas uma unidade de produção que, apesar de suas especificidades e distinções de uma unidade capitalista de produção, é tomada pela necessidade do dinheiro para poder permanecer na terra; vincula-se cada vez mais ao mercado para poder existir. Apesar das distinções concordamos com Chayanov (1981) quando diz, onde a teoria econômica burguesa não apreende as especificidades, que:

Agora, o interesse pela mera quantidade ocupa o primeiro plano, é a preocupação por *obter a máxima quantidade*, que pode adquirir uma forma qualitativa qualquer, através da troca. À medida que se desenvolve a troca e a circulação de dinheiro (natureza mercantil da economia), a quantidade vai se tornando cada vez mais independente da qualidade. Começa a adquirir o valor abstrato de ser independente da qualidade e de sua significação específica para as necessidades. A categoria preço adquire importância e, juntamente com outras categorias, se estiverem presentes, compõe o sistema econômico que é o único levado em consideração pela ciência econômica (CHAYANOV, 1981, p. 137)

Esta transformação da qualidade em quantidade que absorve toda unidade de produção com o desenvolvimento de uma economia da troca e monetária subverte também a relação mantida entre trabalho e terra na unidade de produção familiar camponesa. A terra de trabalho e liberdade, condição essencial ao metabolismo homem-natureza mediada pelo trabalho, com o desenvolvimento da troca, adquire qualidades diferentes que perpassam pela produção maior e mais rápida de produtos (um valor-de-troca) para ser levado ao mercado, pois numa economia dominada pela troca devemos atentar para o fato de que todo trabalho deve ser utilizado (aplicado) na produção de um bem necessário, de um valor-de-uso, para ser reconhecido socialmente como trabalho necessário. Isso é válido para os trabalhadores do campo e da cidade, camponeses ou proletários. O que permite afirmar que os pequenos produtores familiares fazem parte de uma divisão social e territorial do trabalho que exige destes trabalhadores a produção de um valor-de-uso realizável. Contraditoriamente, em uma economia mercantil desenvolvida, é condição necessária à manutenção da unidade de produção familiar a intensa relação com o mercado, apesar dos riscos que este representa.

É o que constatamos na produção de pimenta, já que o cultivo da pimenta tem conseguido maior número de produtores por ser um cultivo de colheita bastante curta

quase-feudal. Mas concordamos que o que move a unidade de produção camponesa é satisfazer a necessidade da família, mesmo diante das péssimas condições a que são submetidos quando sujeitam a terra aos interesses alheios.

(em média é de 3 meses o intervalo entre as colheitas). Verificou-se que produtores de fumo, abacaxi ou laranja (estes têm um intervalo de tempo mais longo para a colheita) tem recorrido ao cultivo da pimenta. Como a necessidade de dinheiro é constante para a manutenção da família e da unidade de produção, o cultivo da pimenta tem se constituído em mais um produto que tem ampliado a área de cultivo por sua rapidez entre as colheitas, no entanto, além da garantia de mais uma fonte de renda para os produtores têm como a consequência da maior subordinação da terra de trabalho da família à agroindústria, ou seja, da unidade de produção familiar, aos anseios do capital²⁸.



Figura 9: Produtor Transportando a Produção de Pimenta, Riachão do Dantas – SE, Povoado Cutia.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

²⁸ Figura 9 Mostra o Sr. J. P. que transporta a produção de pimenta de sua propriedade para entregá-la ao compadre que irá levar até a fábrica em Lagarto, pois não é cadastrado na fábrica.

Desta forma, inseridos na lógica da acumulação e valorização do capital sem, no entanto, assalariar-se e perder o controle e posse dos meios de produção (a terra), a unidade de produção familiar tem a possibilidade de (re)criar-se, reproduzir-se pela mesma força impulsionadora da lógica societal que os leva a desaparecer ou perecer – a lógica do capital. A monopolização do território dá estas possibilidades por não desapropriar (expulsar) comunidades camponesas da terra, o que levaria inexoravelmente ao assalariamento, quando conseguisse vender a força de trabalho, senão restaria o desemprego, engordando o exército do *lumpen-proletariado*. No entendimento de PAULINO & ALMEIDA (2010, p. 65): “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista para a sua existência, sendo uma expressão da capacidade própria de articular, enquanto classe, mecanismos de resistência”.

O sistema do capital, apropria-se da lógica própria de funcionamento da unidade de produção camponesa, que a torna rentável aos olhos dos que objetivam a apropriação da renda da terra, para submetê-la aos interesses acumulativos. Ocorrendo isso especificamente em cultivos como o abacaxi, fumo e a pimenta, pois são cultivos que necessitam do emprego de capital variável, ou seja, de elevado número de trabalhadores. Territorializar-se nas áreas dos cultivos anteriormente citados reduz a taxa média de lucro diante do elevado gasto com força de trabalho, o que é desinteressante para uma unidade econômica capitalista aplicar seu capital. Transferir a produção desses cultivos à unidade de produção camponesa torna-se mais atraente aos interesses do capital industrial já que, os riscos e prejuízos são todos assumidos pelo produtor familiar. Desta forma, a “licença capitalista”, deve ser lida pelo viés da lógica de um modo de produção auto-expansivo que objetiva a qualquer custo, social ou ao meio físico natural, acumular riqueza.



É uma coisa bastante uniforme a espécie humana. Boa parte dela passa seus dias trabalhando para viver, e o pouquinho de tempo livre que lhe resta pesa-lhe tanto que busca todos os meios possíveis para livrar-se dele. Oh, destino dos homens!

Goethe, *Os Sofrimentos do Jovem Werther*.

4.0 – Os Mecanismos de Apropriação da Renda da Terra Camponesa

O desenvolvimento das forças produtivas sob os imperativos do capital leva aos extremos a exploração da classe trabalhadora e da natureza. Objetivando o acúmulo do mais-valor a sociedade capitalista, coisifica tudo aquilo que é passível de valorização, atribui valor àquilo que não houve dispêndio de força de trabalho humana (e o tempo de trabalho empregado é a medida socialmente aceita por esta sociedade para atribuição do valor, do preço). A corrida pela acumulação da riqueza leva os produtores a aperfeiçoar as condições em que produzem, aperfeiçoamentos que passam a ser utilizados pelos demais produtores do setor produtivo. Dessa forma, a conquista por um produtor individual em sua técnica de produção, proporciona maior produtividade e maior acúmulo de mais-valor; e em curto tempo passa a ser utilizada pelos demais produtores que são seus concorrentes – o que acarreta na perda do mais-valor diferencial que o produtor precursor do desenvolvimento técnico obtinha.

A concorrência entre os capitalistas leva ao estabelecimento de uma taxa média de acúmulo do mais-valor, pois as conquistas tecnológicas de um produtor individual em um setor da produção passam, em curto tempo, a ser conquistas utilizadas por todos os produtores do setor da economia. Cabe, então, explorar ainda mais a classe trabalhadora com a finalidade de obtenção de uma maior massa de mais-valia, seja pelos mecanismos que proporcionam a mais-valia absoluta, seja a mais-valia relativa. Quando o acesso aos avanços tecnológicos torna-se facilitado aos produtores capitalistas, particularmente àqueles monopólios, estabelecendo rapidamente o equilíbrio médio na taxa de lucro, resta a exploração do trabalhador aos níveis mais desumanos, para obter massa de mais-valia diferencial.

O avanço do desenvolvimento do capitalismo na agricultura encontra inúmeras possibilidades para realização do lucro (através da capitalização da renda da terra) em proporções diferenciais: seja pela fertilidade natural do solo, pela localização das terras em relação ao mercado consumidor dos produtos do solo, ou seja, pelo capital investido na agricultura. As possibilidades de obtenção de uma taxa diferencial de renda na agricultura são maiores diante dos variados fatores que proporcionam a renda diferencial, absoluta ou de monopólio. De acordo com Marx:

Supomos assim que o modo capitalista de produção domina, além da atividade fabril, a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem dos demais capitalistas pelo setor em que aplicam o capital e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital. Para nós, o arrendatário produz trigo, etc., como o fabricante produz fios e máquinas. A suposição de o modo capitalista de produção se ter apoderado da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, e que portanto, existem em toda a plenitude as condições do sistema, tais como a livre concorrência dos capitais, possibilidades de transferi-los de um ramo de produção para outro, taxa igual de lucro médio etc. (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. VI, p. 823)

O desenvolvimento combinadamente desigual e contraditório do modo de produção do capital refuta a suposição marxiana de domínio do trabalho assalariado na agricultura, mas ratifica a hegemonia dos imperativos do capital objetivando a acumulação da riqueza, pois a lógica de valorização e acumulação do capital envolvem produtores capitalistas e não-capitalistas. Observa-se assim que as condições do sistema estão postas, dominando a produção ou circulação para acumular a riqueza seja em sua forma de mais-valia ou de renda da terra, seja explorando o trabalho assalariado ou relações não-capitalistas de produção.

O imperativo sociometabólico do capital provoca a concentração e centralização do mais-valor, concentra a riqueza em proporções que possibilita a um capitalista individual destinar parte do seu capital à aquisição de parcelas de terra e nada produzirem nesta propriedade; obtendo renda absoluta em terra improdutiva, valorizando sua propriedade sem nada investir na terra. Neste sentido eleva o preço dos produtos da terra diante do aumento das necessidades desses produtos por parte de uma sociedade concentrada em centros urbanos, o que provoca o aumento e valorização do preço da terra e da renda.

4.1 – A utilização de Insumos na Agricultura e Sujeição da Renda

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura expõe interesses antagônicos dos proprietários de terras e a sociedade em sua totalidade, pois ao tempo que nada produzem na terra aumentam os gastos com alimentos e reduz o consumo de mercadorias industrializadas. Mas tal desenvolvimento mostra também os interesses antagônicos dos proprietários de terras: aqueles que se apropriam da renda absoluta,

aqueles que são capitalistas proprietários de terras produtivas e que estão em concorrência e disputa pela acumulação maior de massa de renda e, no lado oposto, encontram-se os proprietários camponeses, que no intuito de reprodução da vida através do trabalho na terra da família enveredam-se em uma rede de relações no modo de produção hegemônico pelo qual tem de sujeitar a renda da terra. Diz-se assim, que a lógica do capital, os imperativos da acumulação da riqueza, desnudam os interesses conflitantes dos distintos produtores que perfazem a totalidade da produção social: proprietários rentistas *versus* sociedade; proprietários rentistas *versus* empresários da indústria; grandes proprietários *versus* proprietários camponeses. Entre a produção para a acumulação (valor-de-troca) e a produção para a vida (valor-de-uso), estabelecem-se interesses irreconciliáveis e as forças do trabalho e da natureza são degradadas pelos imperativos da acumulação em detrimento da vida. De acordo com Marx (2008b, Liv. 3, Vol. VI, p. 1070):

A pequena propriedade supõe que a imensa maioria da população é rural e que predomina o trabalho isolado e não o social. Implica portanto que não existam as condições materiais e espirituais da riqueza e do desenvolvimento da reprodução, e, em consequência, tampouco as condições de uma agricultura racional. Por outro lado, a grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo contínuo, opondo-lhe uma população industrial que aumenta sem cessar, concentrada em grandes cidades. Produz assim as condições que provocam a ruptura insanável na coesão do metabolismo social estabelecido pelas leis naturais da vida. Em consequência, dissipam-se os recursos da terra, e o comércio leva esse desperdício muito além das fronteiras do próprio país (Liebig).

Para Marx, a produção camponesa (“a pequena propriedade”) exerce o trabalho de maneira isolada e não social, todavia compreendemos que o desenvolvimento do capitalismo tira a unidade de produção camponesa de seu isolamento e auto-suficiência inserindo a unidade produtiva no âmbito do modo de regulação e produção hegemônico através do consumo de mercadorias. O capitalismo desenvolve envolvendo também produtores camponeses criando entre esses uma necessidade intensa e regular de consumo de produtos industrializados, valorizando as mercadorias industrializadas e desvalorizando os produtos da agricultura. A inserção da unidade produtiva camponesa em um consumo regular aumenta a necessidade de produzir sempre mais para obter mais dinheiro e realizar o consumo necessário à produção e à reprodução da família.

Ao tempo que concentra a terra entre poucos grandes proprietários reduz, a propriedade dos pequenos proprietários estabelecendo a transformação na forma de produzir dos camponeses. A necessidade por consumir produtos industrializados (levando à monetarização da unidade de produção familiar camponesa) associada à área reduzida de terra sob posse da família acarreta no uso de técnicas mais intensivas de produção.

Por a terra em pousio ou descanso, como ocorria entre os camponeses medievais, não é uma possibilidade para a agricultura camponesa atualmente. Com o uso intensivo as forças naturais do solo são exauridas e a reposição dessas riquezas naturais torna-se fator de produção (entrando nos custos de produção) para qualquer produtor da agricultura. (VER FIGURA 10)



Figura 10: Adubo aplicado na plantação de fumo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Entre os entrevistados, 86% necessitam utilizar algum adubo para que a planta e o fruto obtenham tamanho e qualidades que satisfaçam o mercado. Em variados momentos das entrevistas, podemos observar a relevância da utilização dos adubos químicos para o desenvolvimento da agricultura.

Antes a gente plantava muito abacaxi e não usava adubo. Porque plantava em terra queimada. Era derrubando a mata e plantando. Derrubava a mata e coivarava. Era muitas plantação e não precisava botar adubo. O adubo que botava era o esterco do gado. Mesmo assim só botava depois de muito plantar. Terra boa! Se não botar adubo hoje não dá não. Hoje sem o adubo químico, a uréia e a mamona não dá nada! Se não for no adubo não sai nada não. (Camponês, J. B. S, 80 anos)

Constatamos que, sem o uso do adubo a produtividade é reduzida, com isso a renda da unidade de produção cai significativamente. No cultivo do abacaxi, por exemplo, a produção é destinada para a indústria de sucos somente quando os frutos não possuem o tamanho e características aceitas. Entretanto, a indústria de suco repassa ao produtor camponês a quantia de R\$ 0,25 centavos de real por unidade do fruto. Preço que chega a R\$ 1,00 quando o fruto adquire as proporções viáveis às feiras e supermercados.

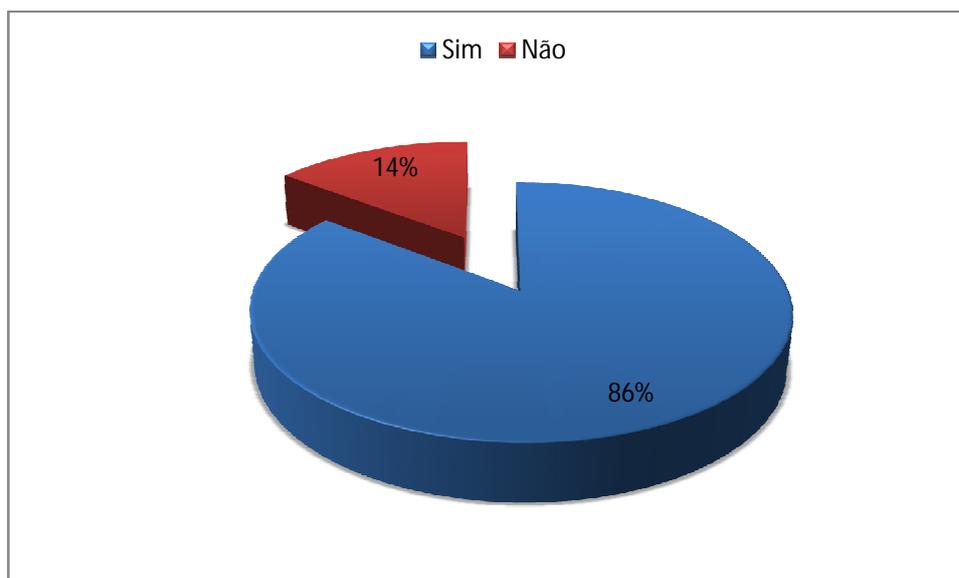


Gráfico 7: Utilização de Adubos na U. P. F.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

O capitalismo, e esta foi uma preocupação de Marx, rompe com a coesão do metabolismo social em sua mediação com a natureza (e as leis da natureza) criando a falha metabólica. Com a concentração da população em grandes cidades, os nutrientes do solo são levados para lugares distantes, distância que aumenta com o desenvolvimento dos meios de transportes e o desenvolvimento do comércio em escala mundial. Se, com a população vivendo no campo, esses nutrientes retornavam ao solo a partir das necessidades fisiológicas dos homens, com a população vivendo nas cidades

esses nutrientes perdem-se. De acordo com a análise de Marx, isso representa a necessidade da utilização de adubos para suprir o solo com os nutrientes levados para outras partes do globo.

A pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina a crueza das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados. A grande propriedade fundiária deteriora a força de trabalho no último refúgio onde se abriga uma energia natural e onde ela se acumula como fundo de reserva para renovar a força vital das nações: no próprio campo. A grande indústria e a grande agricultura industrialmente empreendida atuam em conjunto. Se na origem se distinguem porque a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho, a força natural do homem, e a segunda, mais diretamente, a força natural do solo, mais tarde, em seu desenvolvimento, dão-se as mãos: o sistema industrial no campo passa a debilitar também os trabalhadores, e a indústria e o comércio, a proporcionar à agricultura os meios de esgotar a terra (MARX, 2008b, Liv. 3, Vol. VI, p. 1070).

A pequena propriedade camponesa distingue-se em seus objetivos produtivos (e reprodutivos) da grande propriedade fundiária agrícola, mas ao ser retirado de sua auto-suficiência o campesinato transforma-se qualitativamente por uma necessidade quantitativa. As mediações de segunda ordem que se interpõem entre a força de trabalho camponesa e a natureza (terra) intensifica as transformações qualitativas na unidade de produção familiar. Neste sentido, “a força *galvano-química* (*galvanochemische*) da sociedade” (MARX, 2004, p. 159), o dinheiro, “o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem” (MARX, 2004, p. 157), é a mediação de segunda ordem que potencializa as transformações qualitativas na unidade de produção camponesa “na medida em que possui o *atributo* de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos” (MARX, 2004, p. 157). O caráter quantitativo da produção domina o caráter qualitativo na unidade de produção camponesa. Sobrepondo-se às qualidades da produção camponesa, em seus objetivos produtivos para a reprodução da vida e família, a força e a necessidade do caráter quantitativo (necessidade por aumentar a produção para garantir a satisfação das necessidades) transforma qualitativamente a unidade de produção camponesa. Neste sentido, a falta de controle do ciclo da produção e circulação, ou seja, das condições materiais da produção para garantir a reprodução da unidade de produção camponesa é o que faz sujeitar a renda da terra.

E, o capitalismo, em seu desenvolvimento contraditório e combinado, tem conseguido absorver o trabalho suplementar do campesinato com a monopolização do território através do qual permite a reprodução da classe sem criar uma linha de resistência radical à exploração capitalista. Mantém uma classe de pequenos proprietários que é necessária ao desenvolvimento do capital que produz alimentos ou matéria-prima para a indústria que são retirados da unidade produtiva com preços abaixo do valor de mercado.

Não investir na utilização de adubos ou agrotóxicos reduz os custos de produção nos cultivos da agricultura, o que reduz a necessidade de ter dinheiro para a aquisição destes produtos, conseqüentemente, amenizando os riscos que uma maior dependência ao mercado acarreta à unidade produtiva camponesa. Todavia, isso implica também na redução da massa de renda adquirida pela família camponesa – com a redução da quantidade e qualidade produzida sem o uso do adubo e do agrotóxico. O padrão de qualidade socialmente determinado leva o produtor individual, inserido na lógica do mercado, a se enveredar cada vez mais no caminho da sujeição da renda, tornando-se dependente do adubo e do agrotóxico químico (e das empresas monopolistas produtoras destes insumos) para realizar sua produção. A condição dos pequenos produtores, quanto ao uso de insumos para atender o padrão de qualidade, é similar ao encontrado por Conceição (2012) e,

As medidas para solucionarem os problemas críticos no que se refere à perda de produtividade se esbarram em contradições. A alternativa da expansão de um mercado interno para a venda direta doméstica, por exemplo, está associada a uma política que fortalece os médios e grandes produtores na medida em que a exigência da qualidade do produto para o mercado interno exige uma qualidade de cultivo que o pequeno produtor não tem tecnologia para atender as exigências de qualidade (CONCEIÇÃO, 2012, p. 08).

À mesma maneira que o adubo, parte significativa dos produtores entrevistados (67%) utilizam o agrotóxico químico em seus cultivos (particularmente entre os produtores de abacaxi e fumo – VER FIGURA 11). Dessa maneira, seja para combater as pragas que prejudicam o cultivo, ou seja, buscando melhor quantidade e qualidade na produção, a utilização dos adubos e dos agrotóxicos é uma prática disseminada entre os produtores camponeses entrevistados.

Todo mundo aqui usa um veneno. Usa pra matar as formigas e pro mato. Se não botar veneno o mato toma de conta e as pragas também.

A gente usa a fornicida e o “randap”. Se proteger a gente se protege como pode. É só não borrifar contra o vento. Joga o veneno na direção do vento e tudo bem. Teve um amigo que tava botando o veneno a favor do vento e caiu no olho. Ta com risco de cegar. É um perigo, mas tem que usar. No abacaxi e no fumo principalmente. Pra o abacaxi amadurecer mais ligeiro é com veneno. (Camponês, C.A., 32 anos)

De acordo com Conceição (2012), na análise do agronegócio da citricultura:

A Embrapa, a Monsanto do Brasil e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (EMDAGRO), firmaram uma parceria com o objetivo de testar e validar um manejo de superfície do solo para a redução de custos, melhoria da estrutura do solo, incorporação de resíduos orgânicos em profundidade (raízes) e na superfície do solo (parte aérea). Em parceria com o Governo do Estado a Monsanto promete investir no uso do Round-Up para diminuir as pragas e aumentar a produtividade do citro no campo sergipano. Em 2010, a empresa faturou mais de dois bilhões de reais só no Brasil com a produção e comercialização da linha Round-Up, sementes convencionais e geneticamente modificadas. É importante lembrar que, em junho do ano de 2011 a Monsanto foi condenada pela utilização do Round-Up veneno de altíssimo grau de contágio maléfico (CONCEIÇÃO, 2012, p. 08).

Verificamos que o uso do “randap” (Round-Up) está difundido na nossa área de pesquisa, mas não somente entre produtores de laranja, pois seu uso ocorre entre produtores de fumo e abacaxi.



Gráfico 8: Utilização de Agrotóxico na U. P. F.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 11: Camponês aplicando agrotóxico na plantação de abacaxi

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

O desenvolvimento da agricultura no capitalismo torna o consumo dos produtos químicos uma constante na produção agrícola. Na unidade de produção camponesa, o uso desses insumos drena parte do trabalho camponês através da rede emaranhada de relações comerciais com os monopólios. Como a reprodução do campesinato perpassa pela sujeição da renda, o mercado vai impondo e ditando a produção e a reprodução, apropriando-se do valor-de-uso sem transformar estruturalmente a unidade produtiva camponesa, que mantém a unidade entre trabalho e terra.

A “modernização” das práticas agrícolas é constantemente observada entre os produtores camponeses, o que refuta a leitura na qual vê o campesinato enquanto um símbolo do atraso e do tradicional no uso de suas práticas agrícolas. Além do uso dos agrotóxicos e adubos químicos, uma outra evidência de que o camponês utiliza o que há de moderno na produção agropecuária é a disseminação do uso do trator (VER GRÁFICO 9).

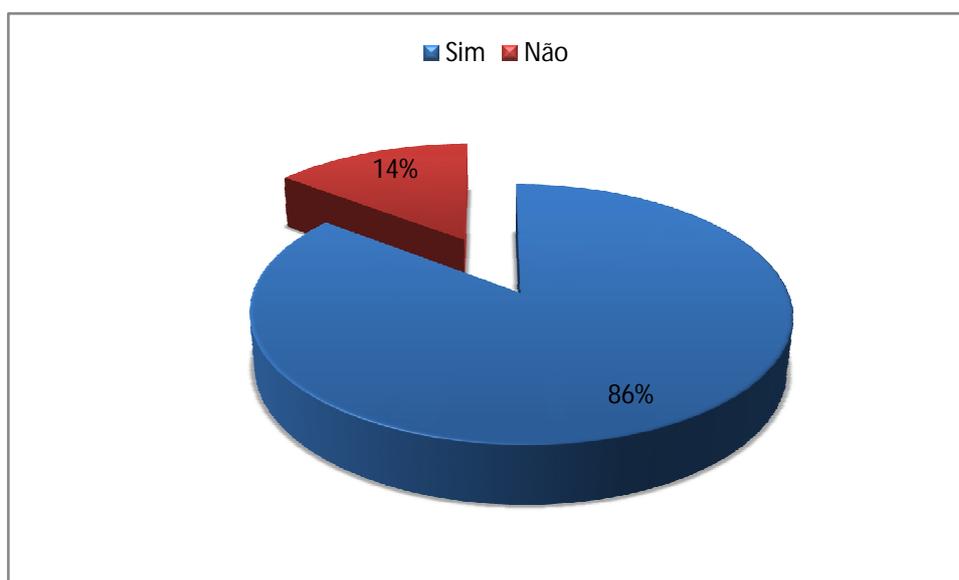


Gráfico 9: Uso de máquinas na produção - Trator

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Verificamos que o uso do trator é disseminado entre os produtores camponeses entrevistados, pois 86% deles utilizam o trator para arar a terra antes do plantio. Apressadamente poderíamos concluir que a situação desse camponês é extremamente favorável, por ter a propriedade de uma máquina tão moderna quanto o trator. Entretanto, entre as unidades de produção que utilizam o trator, apenas 2% têm a

propriedade e 10% usam o da associação comunitária, os demais, 88% utilizam máquinas alugadas. De acordo com os produtores:

É melhor alugar dos outros que alugar o da associação. Além da gente ter de pagar a filiação na associação tem que pagar tão caro a hora do trator da associação. O preço que a gente paga do trator da associação é R\$ 10,00 menos que o trator particular, mas tem o que a gente paga da filiação. Quem é filiado na associação só tem R\$ 10,00 a menos. Então é melhor não pagar filiação na associação. A gente se associa pra trazer melhorias pra nós, mas o presidente da associação tá ganhando com isso. A gente foi na justiça pra ver se resolvia o preço do aluguel do trator e outras coisas erradas aqui, mas a justiça disse que o presidente da associação tá certo. Por isso muitos aqui não usam o trator da associação (Camponês, E. M. S., 46 anos).

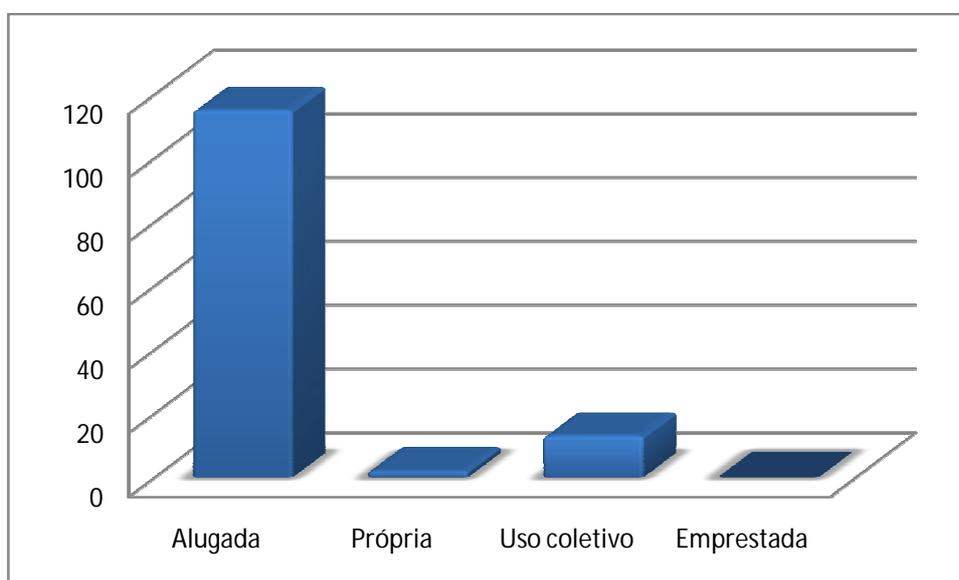


Gráfico 10: Propriedade da Máquina Utilizada - Trator
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A modernização das práticas agrícolas, muito exaltadas por teóricos e disseminadas entre os produtores camponeses entrevistados, é uma forma de apropriação da renda da terra. O uso do trator, do adubo e do agrotóxico ao tornar-se comum na unidade de produção camponesa permite que o produtor destine parte da produção (o valor-de-uso materializado em um produto) para a aquisição dos insumos que, ao mesmo tempo, em que assegura uma maior produtividade do trabalho aumenta a necessidade do dinheiro por parte dos membros da unidade produtiva. O dinheiro penetra no cotidiano da unidade produtiva através das porteiras abertas pelo uso dos insumos agrícolas modernos.

O poder do dinheiro vai, aos poucos e imperceptivelmente, transformando qualitativamente o cotidiano dos sujeitos do campo, dos membros da unidade de produção familiar a partir do momento em que a reprodução da vida perpassa, e é mediada, pelo mercado. Por realizar o valor-de-uso que seu trabalho produz no/pelo mercado, por reproduzir sua existência através da troca com o mercado, abrem-se as portas para a sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Em uma relação desigual de troca, de valorização do trabalho da indústria e desvalorização do alimento, parte do valor produzido pelo trabalho familiar camponês é apropriada por sujeitos exteriores à unidade familiar produtiva.

De acordo com Marx (2006a, Liv. I, Vol. 1, p. 464): “o número dos trabalhadores ocupados depende da proporção existente entre capital variável e capital constante”, o montante do capital constante (materializado em máquinas) empregado na produção determina o número de trabalhadores (o capital variável) empregados na produção. Logo, o uso do trator, do adubo e do agrotóxico aumenta a produtividade do trabalho, mas aumenta reduzindo a força de trabalho empregada na agricultura. Estabelece-se uma relação entre força de trabalho empregada e técnicas agrícolas modernas (capital variável – capital constante), na contradição entre trabalho necessário e trabalho excedente a modernização da agricultura permite a mobilidade do trabalho ao tornar “supérfluo” um membro da família. Ou seja, o tornar supérfluo entre os camponeses é não permitir que todos os membros da família reproduzam-se na/pelo trabalho/terra.

A modernização da produção, sob os imperativos do capital, constitui-se em mecanismos de extração do mais-valor. Ao intensificar o tempo da jornada de trabalho, o uso de máquinas e técnicas modernas provoca transformações da parte necessária e excedente da jornada de trabalho. Desta forma, aumenta a taxa de mais-valia sob a intensificação da exploração do trabalhador. Na agricultura a modernização da produção aumenta a produtividade do trabalho, libera força de trabalho do campo para os setores produtivos da cidade. Ao invés de trazer maior liberdade e autonomia aos produtores camponeses, a utilização do moderno na agricultura camponesa, cria as amarras do campesinato às personificações do capital. A maior produtividade do trabalho camponês (materializado em frutas, verduras, cereais) não possibilita melhor condição de vida ao produtor, porque ela constitui-se em trabalho suplementar (renda) que perdem os

camponeses na relação de forças entre os seus produtos e os produtos industrializados que consomem.

O preço pago de R\$ 60,00, em média, por um único saco de adubo nas lojas de produtos agrícolas ou o preço de R\$ 60,00 a R\$ 80,00 por uma única hora de uso do trator para arar a terra representam parte significativa do trabalho de uma unidade de produção camponesa diante de suas condições materiais de produção. Se para o grande produtor essas quantias são irrisórias, para os produtores camponeses os gastos para a modernização da produção objetivando a reprodução da família constituem parte importante da produção que deve ser revertida em dinheiro para a aquisição desses insumos. Dessa forma, diante da “dificuldade de acesso a créditos bancários, como também aos programas de incentivo ao pequeno produtor” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 07), tem sido difícil a permanência do pequeno produtor na terra. Assim, os gastos com a modernização pesam relativamente mais sobre os produtores camponeses. Mesmo o trator de uso coletivo, ou seja, o trator da Associação Comunitária dos Produtores do Povoado Cutia, que deveria ser simbólico o preço cobrado pelo uso, mas o presidente da associação além de receber R\$ 10,00 pela taxa de associação dos produtores cobra o preço de R\$ 60,00 para os sócios e R\$ 80,00 para aqueles produtores que não são sócios por uma hora de uso do trator.

4.2 – O Atravessador na mediação da subordinação da renda terra camponesa

A utilização dos insumos modernos é o principal meio para a apropriação da renda da terra camponesa. Mas não é o único. Uma parte significativa da renda camponesa é apropriada pelo atravessador, ou seja, no momento da comercialização da produção. O mediador entre a unidade produtiva e o mercado é a figura mais presente e importante à comercialização da produção dos camponeses. Entre os entrevistados 92% informaram que entregam a produção ao atravessador para comercialização e apenas 8% dos entrevistados levam a produção diretamente às feiras para vender.

Podemos constatar através dos diálogos com os camponeses que o atravessador constitui um elo importante no circuito da produção-circulação-distribuição para o

campesinato. Diante da ampliação da área no qual se encontra o mercado consumidor dos produtos agrícolas, o produtor camponês encontra dificuldades para levar a produção ao mercado, mesmo aquele realizado na feira local.

Quando a gente bota na ponta do lápis o gasto com o frete até as feiras. O trabalho de ta pra cima e pra baixo até vender a produção. Se a gente botar na ponta do lápis é melhor mesmo entregar a produção aqui na roça. Na mandioca vem os caminhão aqui de Campo do Brito, Lagarto, Itabaiana e leva as toneladas. Arranca tudo e leva!

A mesma coisa é com o fumo e o abacaxi. O fumo a gente entrega a gente daqui mesmo e eles levam pra Lagarto. Mas quem paga a gente não é a fábrica de fumo, quem paga a gente são os compradores daqui mesmo. O abacaxi vem os caminhão pegar. Pegam o abacaxi e levam pra vender nas feiras. Levam pra Itabaiana, pro CEASA em Aracaju e leva pra Paraíba.

A gente sabe que o preço que paga na roça não é o mesmo que eles vendem lá! A cabeça do abacaxi ta de real (R\$ 1,00), mas na feira e supermercado é mais caro. Do mesmo jeito é com o fumo e com a mandioca. O preço do quilo do fumo que eles repassam pra Zezé Rocha não é o mesmo que compra a nós. A gente sabe, mas quando bota na conta do lápis o gasto pra levar a produção é melhor vender aqui na roça. (Camponês, J. S. S. 40 anos).

Identificamos que dois fatores pesam neste momento de comercialização da produção com o atravessador: os custos com o transporte da produção junto com os riscos de não vendê-la e não ter a propriedade do meio de transporte das mercadorias foi os fatores que verificamos. De acordo com Conceição (2012), na comercialização da laranja:

A preferência pelo atravessador de acordo com os pequenos produtores relaciona-se primeiramente a dificuldade de distribuição, seguido da falta de opção, pois como a produção de laranja é pequena fica mais viável via atravessador que não apenas contrata pessoas para a laranja, mas também têm os fornecedores certos; outros alegam que na falta de transporte para o transporte da laranja eles são obrigados a pagarem fretes altos.

Sendo submetidos aos interesses dos atravessadores, da indústria e do próprio comércio, que monopolizam os preços da laranja e na impossibilidade de competir com os preços do mercado tornam-se subordinados aos interesses dos atravessadores. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 09)

Verificamos que o atravessador possui significado importante à reprodução camponesa, entretanto ao intermediar a comercialização, possuindo o monopólio na compra da produção familiar reduzindo o preço do produto, o atravessador reforça a

subordinação da unidade familiar. Diante das poucas condições materiais para completar o circuito da produção-circulação-distribuição os camponeses entregam a sua produção ao atravessador. Neste sentido, na comercialização da produção camponesa, o atravessador representa função e é a parte mais importante da comercialização, mas sem o atravessador a comercialização da produção camponesa é dificultada, pela falta de condições para transportar a produção, dialeticamente o atravessador acarreta a subordinação do produtor, que tem sua renda apropriada. A partir da relação de troca que estabelece com os camponeses, o atravessador contribui à sujeição da renda da terra: pelo preço pago ao produtor, às vezes menor que 50% daquele praticado no mercado, na intermediação da comercialização os atravessadores explora e provoca a ruína dos produtores camponeses constituindo-se em uma forma perversa de mediação para a sujeição da renda camponesa. (VER GRÁFICO 11).

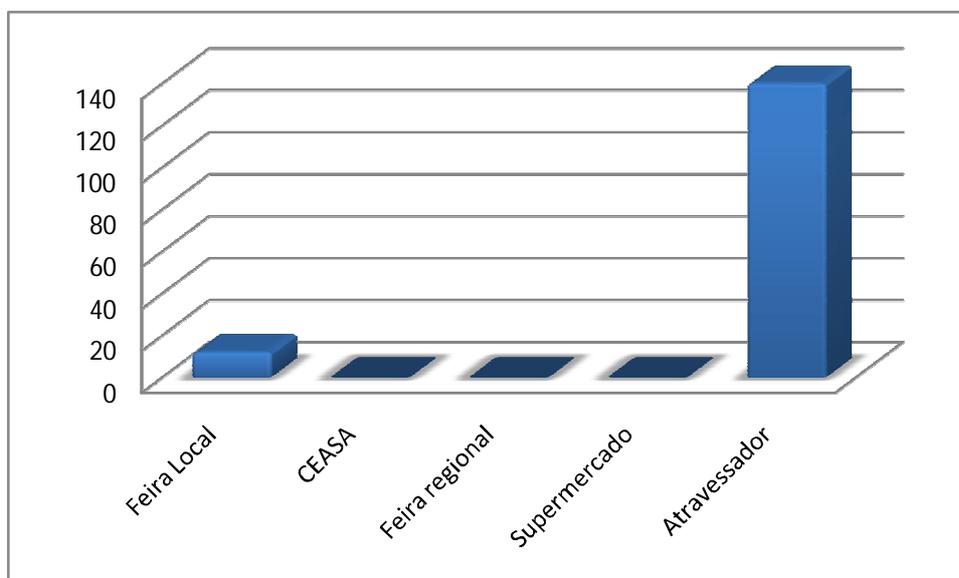


Gráfico 11: Comercialização da Produção

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Constatamos que o atravessador não se constitui enquanto um sujeito que é capitalista e que explora o trabalho abstrato. Enquanto capitalista não pode ser classificado, pois não explora o trabalho assalariado (que é o que determina uma relação capitalista de produção) para a apropriação da mais-valia. Generalizar sua figura enquanto um comerciante especializado que explora o camponês também não é possível. Há distinção entre as condições de origem do atravessador que impossibilita tal generalização. Por exemplo: o principal atravessador que faz o intermédio da

comercialização da produção de abacaxi na nossa área de pesquisa é um comerciante especializado; já os atravessadores que fazem o intermédio entre a unidade produtiva e a indústria de fumo não podem assim ser classificados. Neste caso particular trata-se também de produtores de fumo, que conseguiram entesourar certa quantia em dinheiro que possibilitou a aquisição de um meio de transporte no qual leva a produção para a indústria em Lagarto. E, a partir de anos de apropriação da renda camponesa na intermediação da comercialização, esses atravessadores possuem bens que os destacam na comunidade em que vivem. No caso do atravessador do fumo, há vínculos sociais mais estreitos com os pequenos produtores. Durante as entrevistas, verificamos que produtor e atravessador (de fumo) possuem vínculos que se refletem em adiantamentos financeiros no caso de doença ou outra necessidade.

Quando a coisa aperta aqui em casa vou lá na casa de Laelson e ele me adianta um dinheiro. Minha mulher ficou doente e precisou ir pro hospital e gastamos muito com o médico e remédio. Quem adiantou o dinheiro foi Laelson. Ele adianta o dinheiro e a gente desconta quando vende o fumo. Ele ajuda muitos aqui. Ele adianta o dinheiro e a gente só paga a ele quando entregamos os rolos de fumo. (Camponês, J. M. S., 36 anos)

Estreitando laços e relações pessoais de compadrio, os atravessadores adquirem *status* dentro da comunidade, conseguindo o respeito e a subserviência dos produtores camponeses. Estabelecendo vínculos mais íntimos, a partir da “ajuda adiantada nas horas difíceis”, o atravessador mantém uma rede de produtores que comercializarão a produção somente com ele, garantindo sua margem de renda apropriada das unidades de produção camponesa.

Verificamos que os produtores sabem que nessa relação de intermediação “tomam prejuízo”, pois sabem que o preço pago por sua produção não é igual àquele repassado para a indústria e dos praticados no mercado. Assim, há uma cadeia de apropriação desigual do valor do trabalho camponês: o atravessador fica com uma parte, mas há a indústria e os comerciantes que ficam com parte maior que os primeiros. Essa cadeia de apropriação do valor aumenta o preço do produto até chegar o consumidor e esse aumento não vai parar no bolso do produtor camponês, mas constitui-se em um aumento que sai do bolso de todos os consumidores para os bolsos dos comerciantes e empresários.

Na produção de farinha, constatamos outro agravante, que favorece a venda da mandioca bruta aos atravessadores. Verificamos que a falta de casas de farinha comunitária, onde o princípio de segurança à produção camponesa e se cobre o mínimo em renda pelo uso das dependências, faz com que os camponeses vendam a mandioca sem transformar em farinha. Casas de farinha comunitária existem, entretanto cobram em renda em produto o mesmo que as unidades particulares de transformação e beneficiamento da mandioca. (VER FIGURAS 12 e 13).

A dependência de unidades de transformação comunitárias e particulares para produzir a farinha faz com que o atravessador ganhe destaque na intermediação da produção camponesa. Ao cobrar renda em produto ou dinheiro na mesma magnitude que as unidades particulares, as Associações fazem com que os camponeses vendam a mandioca para ser produzida a farinha em outros municípios. Essa transferência, como verificamos, é mais comum entre os produtores familiares que possuem pouca força de trabalho. Os gastos com energia ou madeira, força de trabalho e o aluguel das dependências da casa de farinha fazem com que o produtor opte por vender a produção *in natura*.



Figura 12: Unidade de Transformação e Beneficiamento da Mandioca Comunitária.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 13: Unidade de Transformação e Beneficiamento da Mandioca Particular.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Nesta situação, o camponês reduz os gastos com a transformação da mandioca em farinha e fécula, o que coloca em risco a reprodução familiar. Há nitidamente uma determinação do desgaste (cansaço) da força de trabalho e os benefícios que trará a produção de farinha. Constatamos que em todas as situações os produtores perdem parte significativa do valor que produzem. Transferindo a mandioca ou o produto elaborado (farinha), os intermediários entre a unidade produtiva e a comercialização da produção absorve renda da unidade camponesa. Constatamos que na relação entre o atravessador e o produtor camponês na qual a tonelada da mandioca é comprada do camponês por R\$ 100,00 e, essa mesma tonelada, sem passar por qualquer processo de transformação, ser vendida por R\$ 220,00 a R\$ 240,00 nos municípios de Campo do Brito, Lagarto e São Domingos. A retirada da produção da propriedade familiar camponesa para outro município já possibilita ao atravessador duas vezes a renda que foi paga ao produtor camponês.

Não é do interesse do governo municipal um projeto que tenha como objetivo o fortalecimento da produção de alimentos em unidades camponesas, neste caso específico, voltado para a produção de farinha. Como também, constatamos que esta não é a prioridade do PRONAF, pois não há concessão de financiamentos para a produção de mandioca, tão somente para o abacaxi, o fumo, a pimenta e a laranja.

Dependentes de unidades de beneficiamento da mandioca particular ou comunitárias, que exigem renda em produto em torno de 20% a 25%, os produtores de mandioca se veem forçados a vender a produção por preços abaixo daqueles praticados no mercado. O camponês, diante da falta de uma política que objetive o fortalecimento da produção camponesa, que não seja pelo viés do mercado e provocando maior dependência em relação ao mercado, tem a renda apropriada pelo atravessador, mesmo quando produz alimento que não vá atender a indústria. O campesinato torna-se alvo de mecanismos que tiram renda da unidade de produção familiar. A falta de condições materiais para controlar todo o ciclo, da produção até o consumo, faz do campesinato um setor da produção agrícola sujeito aos imperativos da acumulação do capital.

4.3 – A Finança Mundializada e Sujeição da Renda da Terra

Camara e Salama (2005) mostram o quanto é difundida e aceita a ideia de que uma integração mais acentuada da economia dos países ditos em desenvolvimento à economia mundial seria o responsável pela recuperação do atraso e impulsionando o crescimento destes países. De acordo com os autores, este processo seria encabeçado pelo ingresso de capitais privados.

A suposta ligação positiva entre capitais estrangeiros e crescimento econômico apoiou-se, até 1997, na experiência de uma dezena de países do Sudeste Asiático. Os sucessos registrados por esses países, especialmente em matéria de industrialização e de aquisição de tecnologias, em boa parte foram atribuídos aos efeitos dos capitais estrangeiros, sobretudo sobre a forma de investimentos diretos estrangeiros. O retorno do crescimento em alguns países emergentes da América Latina na década de 1990, depois do ingresso maciço de capitais, reforçou igualmente a ideia de uma relação positiva entre participação crescente de um país (ou de uma região) no processo de globalização financeira e a aceleração de seu desenvolvimento econômico. (CAMARA & SALAMA, 2005, p. 199)

Todavia, conforme os autores, “o processo de mundialização financeira é uma dinâmica da qual a maioria dos países em desenvolvimento foi excluída” (p. 199), portanto, o ingresso de capitais estrangeiros traz a acentuação da restrição externa ocasionando novos fatores de instabilidade ao crescimento econômico. Assim, os

autores refutam a tese defendida pelas instituições internacionais multilaterais e economistas quanto aos benefícios trazidos pelos investimentos.

Conforme Camara e Salama (2005), nos últimos trinta anos se sobressaem dois subperíodos para a análise da inserção financeira dos países em desenvolvimento: 1970-1981 e 1990-2000. O primeiro subperíodo da inserção financeira ocorre:

Nos anos 70, o contexto de controle de câmbio e de fortes flutuações das principais divisas favoreceu os financiamentos externos sob a forma de empréstimos bancários, de maneira que estes representaram mais de dois terços do total. É o período de reciclagem dos petrodólares pelos grandes bancos. O setor público foi o principal beneficiário dessa forma de financiamento, especialmente nos países que seguiram estratégias de industrialização voltadas, na época, para satisfação do mercado interno. Foi o caso da América Latina. A elevação das taxas de juros e a alta do dólar no início dos anos 80 desencadeiam a crise da dívida. (CAMARA & SALAMA, 2005, p. 202)

O segundo momento da inserção dos países em desenvolvimento na lógica contraditória da finança foi consequência do endividamento anterior desses países. Devido ao peso da dívida e das obrigações para a adoção de políticas de ajustes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para a maior parte dos chamados países em desenvolvimento os anos de 1980 ficou adjetivada de a “década perdida”.

No segundo subperíodo, 1990-2000, o financiamento será, de novo, essencialmente dos fluxos privados sob a forma de investimentos diretos e investimentos em carteira. Num contexto de integração comercial sustentada e de liberalização financeira, a elevação dos fluxos de IDE e de investimento em carteira de origem privada, em relação aos fluxos de dívidas, é percebida como fator de aceleração da integração dos PED na economia mundial. Segundo os dados do Banco Mundial, esses fluxos líquidos de capitais em direção aos PED, que eram de US\$ 20 bilhões em 1986, atingiram US\$ 240 bilhões no auge (1993-1996) e se estabilizaram em torno de uma média anual de US\$ 130 bilhões entre 1998 e 2002 (CAMARA & SALAMA, 2005, p. 202).

Foi a crise da dívida na década de 1980 que inseriu a América Latina, particularmente o Brasil, na finança mundializada, tornando a região, de acordo com Camara e Salama (2005), a região mais endividada. Nos países da América Latina, “constataremos que o novo regime de inserção financeira não representa um fator de estabilidade do crescimento (apesar do crescimento dos fluxos de longo prazo) nem uma oportunidade que lhe permita afrouxar a restrição externa” (CAMARA & SALAMA,

2005, p. 212). Mais recente, a desregulamentação e flexibilização dos mercados financeiros permitem variadas formas de investidores institucionais (atores dos mercados financeiros) a buscarem a extração do mais-valor. De acordo com Sauviat (2005), os fundos de pensão e os fundos mútuos (*mutual funds*) constituem os componentes mais importantes e dinâmicos da totalidade dos investidores: “isso se justifica, em primeiro lugar, pelo tamanho e pela força financeira de ataque considerável que eles adquiriram centralizando a poupança coletiva e individual, transformando-a em capital-dinheiro concentrado, que se valoriza nos mercados” (SAUVIAT, 2005, p. 109). É esse emaranhado de fluxos de capital financeiro especulativo, buscando parte do valor através dos investimentos nos setores da produção, que proporcionará a ampliação e complexificação de capital disponível que chega até o produtor camponês para o financiamento dos custos de produção.

A partir da década de 1990 com o avanço da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas agrícolas inscrevendo novas formas de expansão capitalista. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento (CONCEIÇÃO, 2012, p. 03)

Com a realização da pesquisa, constatou-se que se somam às tradicionais formas de apropriação da renda camponesa a forma mais contemporânea de extração do mais-valor no capitalismo: através do sistema financeiro e sua lógica de acumular renda com os juros cobrados (VER GRÁFICO 12).

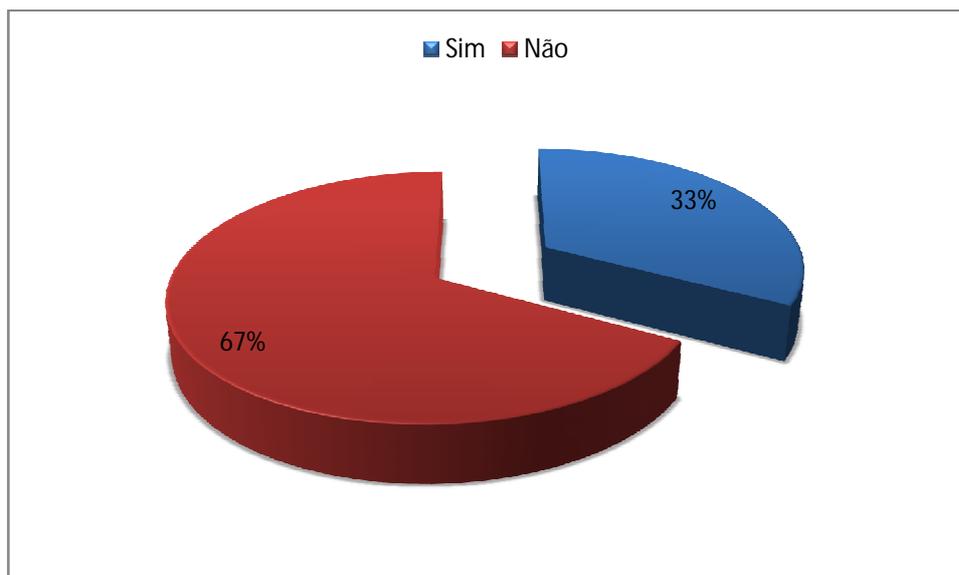


Gráfico 12: Empréstimos em Instituições Financeiras
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Os dados referentes aos empréstimos mostram-nos que 33% dos entrevistados obtiveram crédito para garantir a produção em 2011. A principal linha de crédito, através do qual os produtores realizaram os empréstimos, foi o Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. De acordo com Schneider (*apud* NEVES, 2007, p. 236), o Pronaf “trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar”, fortalecimento que se deve ao apoio técnico e financeiro “para promover o desenvolvimento rural sustentável”. Não cabe aqui o aprofundamento na discussão dos termos apresentados no Manual Operacional do Pronaf: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, mas cabe pontuar que forte carga ideológica está embutida na proposta do programa. Ideologia que almeja a desconstrução do sujeito/classe social camponês e mascarar as questões em torno da luta pela terra e a apropriação da renda camponesa.

De acordo com Conceição (2007, p. 82), o programa, instituído em 1995 conforme Resolução nº 2.191 do Banco Central e constituído legalmente com o Decreto Presidencial nº 1.946 de 28/06/1996, foi “resultado da luta reivindicativa dos movimentos sociais que exigiam uma política de fortalecimento da agricultura camponesa, face o privilégio dos grandes proprietários”. De acordo com Conceição:

O PRONAF passa a ser um programa governamental com o discurso de uma política integrada de desenvolvimento sustentado para o meio rural brasileiro. Em resposta as pressões deste movimento sindical, o

Estado cria, em 1996 o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com a finalidade de “prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade”. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo os localizados nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas do compromisso do Estado com a implementação de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional etc) para a agricultura familiar (CONCEIÇÃO, 2007, p. 82).

Conforme Conceição, o documento base do programa mostra que o mesmo foi criado para atender aos agricultores familiares onde, através da inclusão da unidade familiar, aumentaria a “renda familiar do emprego, da produção e pela adoção de políticas de reordenamentos territoriais” Isso serviria como forma de combater “parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural” (2007, p. 82).

De acordo com Schneider (*apud* NEVES, 2007), o objetivo geral do PRONAF consiste em “fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares” (p. 236). Compreendemos que a política pública contribui para a abertura de um setor produtivo extremamente importante e numeroso do campo brasileiro para sujeitar-se aos apetites da finança mundializada. Esta abertura possibilita o maior domínio do capital sobre a agricultura. Com isso, contraditoriamente, ocorrem dificuldades de manutenção de todos os membros da família nas atividades agrícolas e, ao contrário do que se objetiva, o PRONAF tem sido a causa da mobilidade do trabalhador do campo para a cidade com o agravamento do endividamento dos produtores que provoca dificuldades nas condições de vida e que já não conseguem reproduzir-se com a renda obtida na terra.

Meu marido foi pra São Paulo trabalhar. Teve que ir pra arrumar trabalho. Se atrapalhou aqui com o banco e teve que trabalhar lá pra ver se paga a dívida. Por isso só ta eu e meus filhos aqui. Por isso não pegamos empréstimo esse ano. Tem uns três ano que a gente não pega empréstimo e não quero mais não. (Camponesa, J. S. P., 43 anos)

Compreendemos, dessa forma, que se o intuito é “fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar”, como observa Schneider, o aumento da produtividade não é fator possibilitador de maior apropriação de renda pela unidade produtiva camponesa. Na verdade, da forma como esta fundamentada, a política

pública viabiliza formas de inserção dos produtores camponeses na lógica da acumulação do capital e, neste momento, com o capital financeiro sendo mais um meio e mecanismo de apropriação do mais-valor. O produtor que obtém crédito através do PRONAF insere-se em uma lógica cíclica de produzir para pagar a dívida contraída com o empréstimo.

Antes a gente tinha empréstimo no banco. Renovamos o empréstimo no banco quatro anos. Paramos porque tinha que refazer os papeis e a gente plantava e tinha que vender antes do preço melhorar para pagar o empréstimo. Aí vende mais barato. Se não tem empréstimo pode segurar até o preço do fumo melhorar um pouco, mas se tem o banco pra pagar tem que vender logo. O banco não espera! (Camponesa, M. S. S., 30 anos)

Neste sentido concordamos com Conceição quando diz que:

Seguindo a lógica do agronegócio capitalista, que não só domina e determina a economia rural brasileira como também controla ideologicamente as estratégias e as políticas táticas do governo, as grandes empresas e corporações multinacionais e do capital financeiro aniquilam cada vez mais a já precarizada soberania nacional. As grandes parcelas das classes subalternas, das organizações e movimentos sociais do campo se renderam à integração ao agronegócio e se deixaram levar pelo discurso de geração de renda a curto prazo (CONCEIÇÃO, 2007, p. 83).

O programa PRONAF, de acordo com Schneider (*apud* NEVES, 2007, p. 236), possui quatro objetivos específicos que o complementam em seus propósitos: primeiro, “ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares”; segundo, “viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares”; terceiro, “elevar o nível de profissionalização” dos produtores tornando acessível os “novos padrões de tecnologia e de gestão social”; e, por último, “estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos”. Então, vemos que tornar consumidores de mercadorias é o objetivo específico do programa que possui primazia sobre os demais, pois todos eles buscam aumentar a maior produtividade e, conseqüentemente, a renda da unidade produtiva para inseri-los na lógica do consumo, através da qual se realiza a mais-valia.

O empréstimo constitui-se, desta forma, no adiantamento da renda da terra estimada para uma produção futura. O que representa um grande risco em perder a propriedade da terra caso uma eventualidade climática, ou outro fator, ponha em risco a produção. Portanto, o PRONAF configura-se em um interessante mecanismo de

envolver o camponês na lógica perversa do capital financeiro: a terra e a renda, que o trabalho empregado nela proporciona, ficam sujeitadas aos imperativos vorazes da irracionalidade da finança mundializada. A terra (renda) de trabalho para a reprodução da vida, através da produção do valor-de-uso, torna-se objeto possível de especulação, mesmo em uma unidade produtiva camponesa que não tem esse objetivo, com os empréstimos que têm as estimativas da produção e da renda futura da unidade camponesa.

Constatamos que penetrar nos interstícios do mundo das finanças não é atividade fácil. A disponibilidade de números que indiquem os juros, a taxa de lucro, a inadimplência, o montante emprestado por uma agência bancária aos produtores, entre outros dados que poderiam enriquecer a análise é bastante dificultada da divulgação desses números. A única informação obtida pelo representante da principal agência citada pelos entrevistados que contraíram empréstimos, a agência Banco do Brasil do município de Riachão do Dantas, foi de que a inadimplência aumentou. Conforme a informação, nos primeiros anos do Pronaf não havia problemas quanto ao pagamento dos empréstimos, mas atualmente a taxa de inadimplência está em torno dos 25%. Soma-se ao sigilo dos bancos, dificultando o acesso aos números dos empréstimos, os valores culturais dos camponeses: informar que estavam em dívida com o Banco só foi possível perceber após algum tempo e muito timidamente. Quando perguntávamos diretamente se deviam ao Banco, percebíamos que constrangia os entrevistados. Quando perguntávamos porque o filho foi trabalhar em outra atividade e município um ou outro entrevistado citou os problemas causados pelo endividamento. Com isso, verificamos o quanto é difícil ter com exatidão os números referentes a empréstimos aos produtores camponeses.

Não tenho empréstimo porque devo no banco. Desde 1995 tenho um problema no banco. O técnicos da Emdagro trouxeram umas muda nova de abacaxi. Todo mundo aqui pegou essas muda e não deu nada. Todo mundo pegou empréstimo e não teve como pagar. Eu tinha uma poupança no banco e o banco tomou tudo. Tô na justiça com o banco. Assim como eu tem muitos aqui que tão endividado com o banco por causa desse problema nas muda de abacaxi. (Campoês, G. O., 65 anos)

No município de Riachão do Dantas – SE, o PRONAF tem um caráter estritamente financeiro. Isso se confirma quando vemos os dados da pesquisa referente à orientação técnica: 99% das unidades produtivas camponesas entrevistadas informaram

que não recebiam qualquer orientação técnica por parte de entidades governamentais e/ou privadas. Assim sendo, desmascaram-se os objetivos do programa quando observamos que a prioridade é para o caráter financeiro (especulação e apropriação da renda através de juros) e é deixado de lado as questões que se referem a apoio técnico aos produtores camponeses. O camponês, após a aquisição do empréstimo, fica “livre” para investir e adquirir com o dinheiro o que queira. Não raro ocorreram relatos de compra de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e motocicletas com o dinheiro do PRONAF. Durante as entrevistas constatamos que esse desalinhamento da atitude dos produtores com os objetivos do programa não é desconhecido dos agentes que viabilizam os empréstimos: os funcionários da agência bancária e os funcionários da DEAGRO sabem da prática, comum entre os beneficiários do PRONAF, do desvio do dinheiro para a aquisição de bens de consumo. Não interferem nessa prática porque não os interessam, pois ela está em acordo com a lógica sociometabólica do capital: do endividamento pelo/para o consumo. É mais agravante ainda a atuação de alguns funcionários da DEAGRO, pois se sabe que disponibilizam a documentação necessária para a obtenção de crédito junto ao programa para aqueles que nem a propriedade da terra possui. Isso mostra o quanto a lógica da financeirização domina as entrelinhas do programa, a liberdade para o consumo do supérfluo e do descartável simboliza a prisão às amarras da finança – ter que produzir para pagar a dívida contraída.

O PRONAF, da forma como está estabelecido sob os imperativos da realização da mais-valia, agudiza a situação dos produtores do campo. Em um primeiro momento, quando o produtor tem uma redução do valor obtido no momento da quitação do débito (o que se repete por três empréstimos consecutivos), a adesão ao programa torna-se um atrativo. No entanto, após os três empréstimos obtidos, o produtor inicia a pagar juro sobre o montante tomado de empréstimo. Mesmo a partir do primeiro momento o produtor já entrou na lógica cíclica do produzir para quitar as dívidas e de ter que tornar a pegar outro empréstimo para custear a produção. O canto da sereia entoado pelo capital financeiro invade o interior da unidade produtiva transformando o cotidiano dos camponeses.

A lógica da realização da mais-valia é tão marcante no programa que não são todos os camponeses (unidade familiar de produção) que podem obter empréstimos através da linha de crédito PRONAF. Mais uma vez verifica-se o caráter da

financeirização ter primazia. Assim, concordamos com Conceição quando nos mostra que:

Anunciando a inclusão da unidade familiar, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais em sintonia com o modelo de financeirização, a linha de crédito PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos recursos do programa de crédito, para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens. Tal fato automaticamente exclui uma gama de trabalhadores familiares e garante a formação do exercito de reserva estagnado e latente em constante mobilidade temporária. Impossibilitado de ter a terra e os recursos para a sua garantia de vida, os jovens principalmente passam a ser determinados pelo tempo cíclico do capital (CONCEIÇÃO, 2007, p. 83).

Compreendemos que os objetivos do PRONAF não é a inclusão, pois, longe de proporcionar a inclusão da totalidade dos produtores familiares, acarreta na exclusão daqueles produtores que não possuem o título de propriedade da terra. Desta forma, o programa inclui excluindo e para excluir os produtores desprovidos da terra; desenvolve-se para envolver os produtores na lógica da financeirização e sujeitando ainda mais a renda da terra camponesa.

4.4 – As Relações de Trabalho e o Fetice do Consumo no Interior da Unidade de Produção Camponesa

Ao dificultar a reprodução dos membros na unidade de produção familiar, forçando a mobilidade da força de trabalho, especificamente dos jovens, os mecanismos de apropriação da renda da terra representam, para aqueles que permanecem na terra e vivendo das atividades agrícolas, aumento das exigências de força de trabalho. Para os que permanecem, a necessidade de trabalho assalariado torna-se uma necessidade constante. De acordo com Oliveira:

A jornada de trabalho assalariada - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Identificamos que o uso de força de trabalho contratada na unidade camponesa é comum para 30% dos produtores entrevistados. (VER GRÁFICO 13). Uma necessidade ampliada pela variedade de mecanismos que se apropriam da renda e que dificultam a reprodução da família na/pela terra.

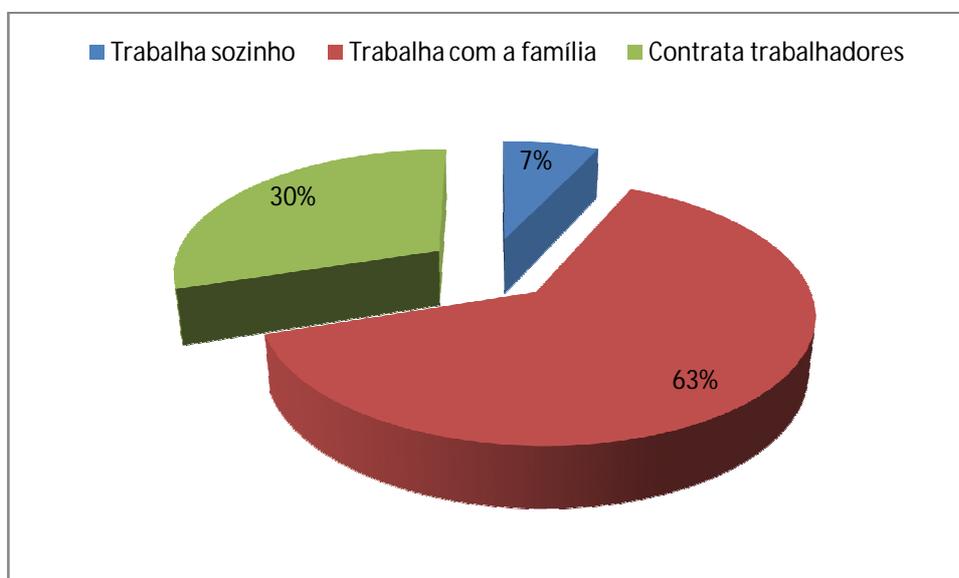


Gráfico 13: Força de Trabalho

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Como a força de trabalho que permanece da unidade de produção não tem condições de cuidar de todo o ciclo produtivo, do plantio até a colheita, os produtores usam força de trabalho externa à unidade de produção familiar. Entretanto, devemos observar que, de acordo com Paulino (2008), a utilização de força de trabalho contratada na unidade de produção camponesa não tem o intuito de explorar o trabalho para acumular capital, mas objetivar a garantia da reprodução familiar. Esta é uma verdade sobre o uso do trabalho assalariado pelo camponês; utilizam trabalho contratado apenas nos momentos críticos do ciclo da produção agrícola e somente nesses momentos. Tanto que a forma de uso da força de trabalho dominante entre os produtores camponeses é o trabalho temporário. (VER GRÁFICO 14).

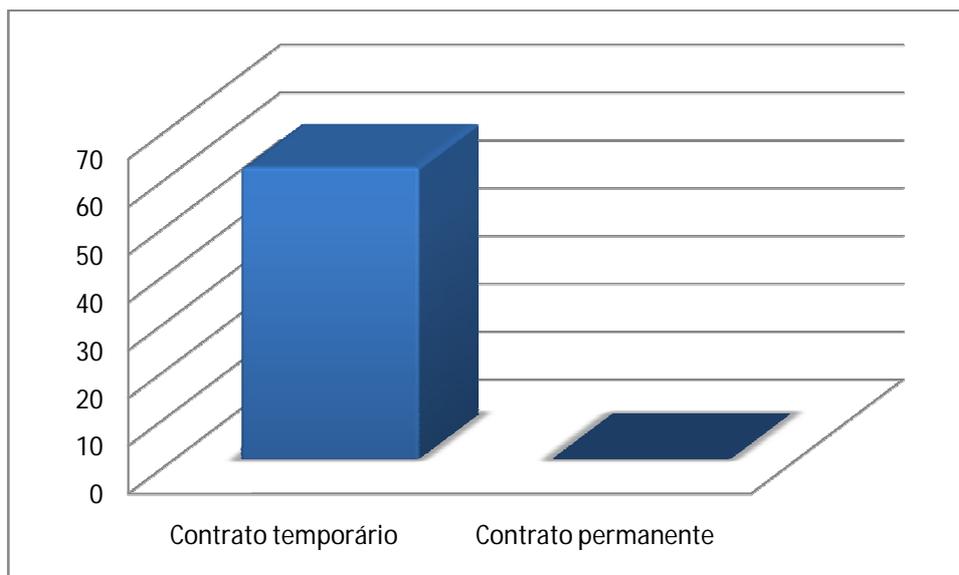


Gráfico 14: Formas de Contratação da Força de Trabalho

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A gente contrata trabalhador só quando o serviço aperta. Só quando tá apertado mesmo é que a gente chama alguém pra ajudar: no dia de plantar e colher. Limpar não precisa não. Limpar a gente limpa só, mas pra colher é preciso chamar alguém. A gente não pode ter um trabalhador direto, porque não tem dinheiro pra pagar toda semana o trabalhador e também porque não precisa. Só quando o trabalho tá pesado mesmo! (Camponês J. S., 27 anos)

Entre as unidades produtivas entrevistadas, que informaram a necessidade de contratação de força de trabalho, constatamos que 100% utilizam o trabalho temporário, esse uso é consequência da mobilidade do trabalho provocada pela sujeição da renda da terra. A contratação de força de trabalho é mais uma forma de saída de parte da renda da família, para pagar os trabalhadores contratados. A sujeição da renda da terra forçosamente provoca a contratação da força de trabalho o que, repercute contraditoriamente em maior perda da renda pelos camponeses que, agora, têm obrigatoriamente que contratar força de trabalho para lidar com os cultivos.

Verificamos que um mecanismo de apropriação da renda leva a outro, fecha-se um ciclo de apropriação da renda camponesa cuja consequência é a maior dependência ao mercado. Dessa forma, o entesouramento na unidade de produção camponesa é dificultado.

As dificuldades para a reprodução da família, diante dos variados mecanismos de apropriação da renda, faz da estafa do trabalho uma consequência particular da atual

fase do desenvolvimento capitalista na agricultura, que monopoliza o território ou se territorializa. Como não ocorre o entesouramento na unidade de produção familiar, que proporciona a garantia da satisfação das necessidades familiares para além daquilo que é suficiente, os produtores tem que trabalhar mais para garantir as mínimas condições de reprodução para a família. Tornam-se produtores “autômatos” mesmo sendo proprietários dos meios de produção.

Além de todos os mecanismos de apropriação da renda camponesa, que ocorrem desde a produção até a circulação do produto na unidade produtiva camponesa, há a difusão entre os camponeses do consumo de bens duráveis. (VER FIGURA 14).



Figura 14: Unidade de Produção Familiar Camponesa Pov. Lagoa – Riachão do Dantas – SE.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

O contraste observado na imagem reflete a materialização do fetiche da sociedade do capital, pois podemos ver que antes de garantir condição digna de moradia com a construção da casa de alvenaria, a família faz o consumo de bens de consumo (na imagem a parabólica). O consumo dessas mercadorias constatamos que está difundido entre a maioria das unidades produtivas. A TV que necessita da antena parabólica para funcionar, o rádio, o aparelho de DVD, a geladeira, o ferro de passar a roupa e o liquidificador, produtos que necessitam de energia elétrica para funcionar; o fogão que

necessita do gás para cozer os alimentos e a motocicleta que necessita da gasolina para movimentar-se. Além da roupa e o calçado para vestir; mais o remédio para curar as dores e o alimento que não é produzido. Inúmeros produtos que invadem a unidade camponesa e fazem a necessidade do dinheiro uma constante para os produtores. Não queremos dizer, com isso, que os camponeses mantenham-se distantes do consumo destas mercadorias, mas mostrar que elas difundem e impõem um padrão de vida e consumo que são contrárias à autonomia e liberdade camponesa. Com a “depreciação do valor-de-uso das mercadorias” (MÉSZÁROS, 2002), os membros da família camponesa entram em uma lógica de consumo que é contrária à sociabilidade camponesa: a família unida em torno da terra de vida e trabalho. De acordo com Mézáros (2007), o capital deve “tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho” (p. 33). Conforme o referido autor:

É por essa razão que se deve apagar das equações do capital todo valor e todo significado possíveis, potencialmente emergentes das relações historicamente criadas, com exceção daqueles diretamente ligados ao imperativo sistêmico da acumulação do capital. Isso ocorre quando os significados e valores envolvidos concernem tanto às relações pessoais dos indivíduos entre si – como indivíduos separados –, quanto aos grupos sociais dos quais os indivíduos particulares formam uma parte, ou de fato à humanidade em geral, quando essa relação pode e deve ser conscientemente alcançada, sob determinadas circunstâncias históricas, como nosso próprio tempo histórico atual (MÉSZÁROS, 2007, p. 33).

A particularidade da produção camponesa, com sua temporalidade e relação de produção distinta do tempo regido pela lógica do capital, apresenta-se estruturalmente condizente aos imperativos “sistêmico da acumulação do capital”, pois tornaram-se consumidores de mercadorias. Renda da terra e capital já não são contrários, partes antagônicas do valor. A sujeição da renda da terra camponesa cumpre o papel de viabilidade aos imperativos do capital, assim como a concentração da terra nas mãos de empresários da indústria.

Lembremos, conforme Paulino (2004), que os produtos da agricultura têm sua valorização em escala bem menor que os produtos industrializados, como os eletroeletrônicos e os eletrodomésticos. Diante da falácia dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade), que o atual momento da acumulação capitalista enseja, deprecia o valor-de-uso das mercadorias. Ao contrário do discurso da durabilidade e

qualidade da produção flexível, as mercadorias são produzidas para não durar e ter uma vida útil reduzida acelerando a troca dos produtos e, conseqüentemente, a realização da mais-valia. Neste sentido, mesmo que o objetivo do consumo da mercadoria pela unidade camponesa seja a satisfação de uma necessidade para a reprodução familiar, esta perpassa pela realização do lucro. Assim, concordamos com Debord quando diz:

Essa constante da economia capitalista que é a baixa tendencial do valor de uso desenvolve uma nova forma de privação dentro da sobrevivência ampliada. Esta não se torna liberada da antiga penúria, pois exige a participação da grande maioria dos homens como trabalhadores assalariados, na busca infinita de seu esforço; todos sabem que devem submeter-se a ela ou morrer. É a realidade dessa chantagem: o uso sob sua forma mais pobre (comer, morar) já não existe a não ser aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência ampliada, que é a base real da aceitação geral do consumo das mercadorias modernas. O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral (DEBORD, 1997, p. 33 grifos nossos).

O fetiche da mercadoria vai tomando a unidade de produção camponesa e com a taxa de depreciação do valor de uso das mercadorias em ascensão isso se intensifica. A unidade produtiva camponesa é tomada pela mercadoria não no sentido de destruir o campesinato, mas no sentido de criar maior dependência ao mercado, de obter maior abertura da unidade camponesa aos avanços do capital com a maior sujeição da renda da terra. Sujeição que é a sujeição do valor-de-uso ao valor-de-troca que tem que adquirir para a satisfação das necessidades da família. As particularidades da produção/reprodução camponesa são subjugadas pela universalidade da sociedade do trabalho abstrato e do fetiche da mercadoria. Somente dessa forma a sociedade do capital sujeita a renda da terra camponesa: a partir da “realidade invertida do espetáculo”. Conforme destaca Debord (1997 p. 33-34), “o valor de uso que estava implicitamente compreendido no valor de troca deve ser agora proclamado de forma explícita, na realidade invertida do espetáculo, justamente porque a realidade efetiva desse valor está corroída pela economia mercantil superdensenvolvida”.



A José pai, quando ao trabalho voltava depois da comida da tarde, ajudavam-no os seus próprios filhos, exemplo verdadeiro duma economia familiar que poderia vir a dar excelentes frutos até os dias de hoje, porventura mesmo uma dinastia de carpinteiros, se Deus, que sabe o que quer, não tivesse querido outra coisa.

José Saramago, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*.

5.0 – Mecanismos de resistência camponesa frente aos imperativos do capital

De acordo com Marx (2004), podemos compreender que a unidade de produção familiar encontra-se na condição de sujeitada aos imperativos do capital pela existência da propriedade privada, pois, apesar de não possuir categorias características da economia capitalista (salário e lucro, por exemplo), ela é uma propriedade privada que traz consigo contradições estruturais. Para o autor, a propriedade privada e a tendência necessária de seu possuidor mantê-la e obter mais é condição fundamental e pressuposto necessário da troca, para o desenvolvimento do mercado e especialização da divisão do trabalho. A partir da propriedade privada o valor-de-troca vai subsumindo o valor-de-uso, onde a existência deste perpassa pela realização daquele objetivando o lucro. “O motivo daquele que troca (*Austauschender*) não é a *humanidade*, mas sim o *egoísmo*. A diversidade dos talentos humanos constitui mais o efeito do que a causa da divisão do trabalho, isto é, da troca” (MARX, 2004, p. 155). O egoísmo da anarquia do mercado capitalista é o interesse privado como fundamento da “sociedade comercial”, da troca. Desta forma, compreendemos:

Que a *divisão do trabalho* e a *troca* assentam-se sobre a *propriedade privada* não é outra coisa senão a afirmação de que o *trabalho* é a essência da propriedade privada. [...] Justamente nisso, no fato de *divisão do trabalho* e *troca* serem figuras da propriedade privada, justamente nisso repousa a dupla demonstração, tanto de que a vida *humana* necessitou da *propriedade privada* para a sua efetivação, como, por outro lado, de que ela agora necessita da supra-sunção da propriedade privada (MARX, 2004, p. 156).

A partir desta análise, entendemos como a busca pela manutenção da propriedade privada é a força impulsionadora que leva seus detentores a sujeitar-se às forças do processo histórico sob os imperativos do capital. Vemos, porém, a distinção entre os fins de uma propriedade privada familiar camponesa e de uma propriedade privada capitalista; entre aquela que explora o trabalho alheio objetivando a acumulação da mais-valia e aquela que objetiva a reprodução familiar, sem alienar força de trabalho de outrem. Por isso concordamos com PAULINO & ALMEIDA (2010, p. 53), quando nos mostra que:

Em se considerando o campesinato como uma relação não capitalista e a propriedade familiar camponesa como instrumento de vida e

trabalho, não de acumulação/reprodução do capital, podemos afirmar que, para o camponês, a detenção da propriedade privada familiar da terra não figura como representação mental de desigualdade entre os indivíduos. Ao contrário, tem significado a possibilidade da identidade de interesses, não particularistas, mas coletivos, disso resultando o reencontro da classe camponesa e de sua lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

Resguardadas as devidas distinções entre os objetivos de uma e outra forma de propriedade privada, compreendemos, porém, que é para manter a sua propriedade privada familiar que camponeses sujeitam-se à anarquia do mercado capitalista que os fazem, perecer, desaparecer ou permanecer existindo. É objetivando a sobrevivência da família, mesmo vendo maior parte do produto ser apropriado pela indústria na forma de renda da terra, que produtores familiares camponeses (de abacaxi, fumo, laranja ou pimenta) participam enquanto sujeitos fundamentais do processo de produção e (re)produção do capital. Este processo ocorrerá de forma mais intensa quando a unidade de produção produz especificamente para atender a indústria.

A análise marxiana do desenvolvimento capitalista no campo segue o entendimento de que ocorreria a ruína da economia natural (da indústria doméstica rural), conseqüentemente ao desenvolvimento do capital ocorreria a transformação dos “pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e meios de trabalho em elementos materiais do capital” (MARX, 2009, p. 861), criando assim o mercado interno. Para Marx, o capital tem intrínseco à sua lógica sociometabólica a ampliação de sua reprodução, portanto não havendo como manter relações de produção não-capitalistas dentro da lógica da acumulação do capital, já que por reprodução deve ser entendida a aplicação de mais-valia, obtida por exploração de trabalhos anteriores, sendo posta no circuito da produção para extrair maior massa de mais-valia, a reprodução é, portanto, mais-valia possibilitando mais-valia em quantidade maior. Portanto, se para Marx todo o caráter da produção sob a lógica do lucro é determinado pelo

Imperativo de aumentar o valor-capital adiantado, de produzir portanto, antes de tudo, a maior quantidade possível de mais-valia; em seguida, pelo imperativo de produzir capital, ou seja, de transformar mais-valia em capital. A acumulação ou produção em escala ampliada se revela meio de produzir mais-valia em quantidade cada vez maior... (MARX, 2008a, p.89).

De acordo com Luxemburgo (1985), o esquema da reprodução ampliada não corresponde às condições de acumulação, pois, o esquema formulado como explicativa do processo de desenvolvimento do capitalismo fecha-o, o que não é possível manter “dentro do quadro estrito das relações e dependências recíprocas e fixas que existem entre os dois grandes departamentos da produção social (departamento dos meios de produção e departamento dos meios de consumo)” (p. 285). Portanto, para a autora, coexistem contraditória e combinadamente relações de produção capitalista e não-capitalista, estas são condição essencial para a manutenção da acumulação, o que para nosso entendimento já é também condição para a reprodução ampliada do capital:

Se o capitalismo, portanto, vive de formas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação do capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. *Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se.* Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, *nem permite que estas sobrevivam ao seu lado. Somente com a destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital.* (LUXEMBURGO, 1985 p. 285 grifos nossos).

Para a autora, o que Marx adotou enquanto hipótese esquemática da acumulação corresponde “somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e ao resultado teórico final” (p. 285). Neste sentido, o processo de acumulação tenderia sempre a substituir a economia natural pela economia mercantil simples concluindo com a substituição desta pela economia capitalista. O resultado final do esquema da acumulação marxiana será a hegemonia da produção capitalista como única e exclusiva relação social de produção em todos os recantos do globo e ramos produtivos. É inegável a assertiva de que o modo de produção capitalista universalizou-se e que a relação social de produção dominante é o assalariamento porém, a produção de capital sob relações não-capitalistas é essencial à manutenção do modo de produção; não representando nenhum empecilho à acumulação.

O campesinato atual, enquanto produtor simples de mercadoria, não é uma unidade de produção auto-suficiente e auto-sustentável, mas utiliza-se de todo o capital

constante disponível e que está ao alcance, a contradição de sua presença já foi resolvida pelo mercado e pela propriedade privada.

No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica do declínio do capitalismo. (LUXEMBURGO, 1985 p. 285).

Todavia, o esquema marxiano deve ser visto pelo viés da perspectiva do autor da busca em sua construção teórica-prática da análise do capitalismo e da superação desta lógica pelo acirramento das suas contradições, onde a extinção de relações não-capitalistas, portanto de uma acumulação primitiva do capital, seria condição para o declínio da sociedade do capital. O capitalismo, enquanto modo de produção societal, deve ser visto em sua transitoriedade e contingência histórica superável, porém necessária à sociedade baseada em formas sociais de produção superiores. Tanto é assim que, de acordo com Meszáros (2006), Marx reconhecia que “a vida humana necessitou da propriedade privada para a sua efetivação’ porque ‘só mediante a indústria desenvolvida, ou seja, pela mediação da propriedade privada, vem a ser a *essência ontológica* da paixão humana, tanto em sua totalidade como na sua humanidade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 107). A análise do desenvolvimento da sociedade na perspectiva materialista histórica marxiana deve considerar as contradições e relações dialéticas que surgem entre estas, num constante ir e vir do desenvolvimento social até a efetiva superação das contradições (reificação e alienação) da sociedade capitalista pois, os “seus reflexos são portanto formas de expressão sócio-historicamente *necessárias* de uma relação ontológica fundamental. Este é o ‘aspecto positivo’ da auto-alienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 107).

Contraditoriamente, o mesmo modo de produção que direciona seu desenvolvimento indicando a “desintegração do campesinato²⁹” (LENIN, 1982), o envolve em sua lógica sociometabólica tirando os camponeses de sua inércia produtiva auto-sustentável integrando-os ao consumo de mercadorias. Desta forma, buscamos

²⁹ De acordo com Paulino e Almeida (2010), “houve uma significativa alteração no pensamento de Lênin por volta de 1907. Assim, a partir desse período, ele passa a reconhecer certo exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa e, ainda que implicitamente, a aceitar a permanência de traços camponeses” (p. 22). Desta forma, a leitura de Lênin deslocada do contexto merece cuidadosa ressalvas.

compreender o que Luxemburg (1985) quer dizer com “destruição progressiva”, o capitalismo não vive sem o setor não-capitalista, mas provoca a sua destruição progressiva. Entendemos destruição não no sentido do desaparecimento de unidades familiares da agricultura, mas no sentido de transformações qualitativas na sociabilidade camponesa a partir de sua maior inserção na lógica capitalista. Da forma como está a unidade de produção camponesa, especificamente no município de Riachão do Dantas onde realizamos a nossa pesquisa, a co-existência de relações não-capitalistas com o setor mais desenvolvido do capitalismo não representa um obstáculo à acumulação do capital. O capital apossou-se da unidade camponesa de produção sem, no entanto, necessitar apropriar-se da terra tornando a força de trabalho camponesa: força de trabalho assalariada. Neste sentido, os camponeses permanecerão na terra sob condições de vida precárias, contribuindo aos imperativos do capital e na luta, seguindo a “linha de menor resistência, favorecendo a ordem estabelecida do capital” (MÉSZÁROS, 2007 p. 32).

A falta de condições materiais que garantem o ciclo da produção torna a unidade de produção familiar camponesa vítima do desenvolvimento da sociedade do trabalho abstrato, mesmo sem coisificar/alienar a força de trabalho. As particularidades e especificidades da produção camponesa perdem-se em meio à supremacia da coisificação e fetiche que a mercadoria desenvolve. Em meio à universalidade da mercadorização da vida, o valor-de-uso do trabalho camponês só se realiza na condição de valor-de-troca: relação social de troca hegemônica. Conforme Debord (1997):

O valor de troca só pôde se formar como agente do valor de uso, mas as armas de sua vitória criaram as condições de sua dominação autônoma. Ao mobilizar todo uso humano e ao assumir o monopólio de sua satisfação, ele conseguiu *dirigir o uso*. O processo de troca identificou-se com os usos possíveis, os sujeitou. O valor de troca, *condottiere* do valor de uso, acaba guerreando por conta própria (DEBORD, 1997, p. 33).

A equivalência entre trabalhos de produtores particulares faz desaparecer as condições específicas na qual cada produtor trabalha, especificamente na agricultura camponesa onde cada qual lida com condições distintas e meios de produção. Homogeneíza os distintos trabalhos sob o signo do produto – a mercadoria. Estabelece, assim, padronização/equivalência do valor produzido em condições específicas, equiparando a renda obtida pelos diferentes produtores. O fetiche da mercadoria faz

perder de vista as especificidades da produção camponesa e cria uma massa disforme de produtores agrícolas. O valor, o tempo de trabalho dedicado aos cultivos por cada produtor individual e com condições específicas de produção, perde-se na mercadoria. A homogeneização, através do preço do produto, do valor/renda obtida pela unidade de produção camponesa não é verificada nas condições de produção e, ainda mais, nas condições de reprodução, pois variados fatores determinam a relação que estabelece com o mercado e conseqüentemente a massa de renda que podem obter.

5.1 – A Racionalidade da Produção Familiar Camponesa Frente aos Imperativos do Capital

Baseada na unidade indissociável entre a terra e o trabalho, a área da propriedade e o número de membros da família presentes na unidade de produção camponesa são condições materiais de produção que compreendemos ser a que mais determinam a produção da unidade familiar e, conseqüentemente, o que determinam a renda obtida pela família e a relação que estabelece com o mercado. Na luta cotidiana pela sobrevivência, o campesinato usa variadas estratégias para permanecer da terra. Na labuta diária nas atividades agrícolas, que é condição de vida, os camponeses vão garantindo a reprodução da família e criando mecanismos para sobreviver diante do desenvolvimento do capitalismo. Possuindo a terra e a força de trabalho a unidade de produção familiar mostra a flexibilidade necessária para manter-se na terra diante dos imperativos do capital. Tendo a terra e a força de trabalho o campesinato é exemplo de como resistir às condições mais degradantes impostas pela ordem sociometabólica do capital, que leva as unidades familiares na direção da sua negação/destruição e, contraditoriamente, na direção de sua afirmação/resistência.

Este movimento distinto é especificamente exemplificado pelos produtores de fumo do Povoado Tanque Novo que, diante da exploração/subordinação à indústria de fumo, praticamente deixaram de cultivar. Observamos que as unidades produtivas voltam-se a cultivos para a subsistência: milho, fava, feijão, inhame, mandioca, macaxeira, plantas frutíferas e criação de aves. Então, como uma forma de resistir à exploração da indústria de fumo, a produção familiar deixou de sujeitar a renda à indústria e, hoje, dedica-se aos cultivos alimentícios. Contraditoriamente, essa mesma

(re)afirmação da produção camponesa ocorre em uma situação onde há dificuldade de reprodução de todos os membros da família na unidade de produção. Os preços dos alimentos se tornam insustentáveis à manutenção de todos na unidade familiar e com isso, a mobilidade do trabalho ou cultivar para a indústria é a realidade concreta mais verificada entre os produtores.

Paulino e Almeida (2010), a partir de Chayanov, explicam a racionalidade camponesa de uso “ótimo” das condições de produção apresentadas na unidade produtiva a partir do balanço entre o trabalho-consumo objetivando o equilíbrio interno.

Esse princípio básico de equilíbrio é reflexo, no entanto, de uma harmonia entre terra, força de trabalho e capital (situação ótima). Quando existe um desequilíbrio desses elementos, por exemplo, terra insuficiente, esse fator passa a ter função limitante no volume da atividade agrícola. Cabe, então, à mão-de-obra da família buscar ganhos externos, até em atividades não agrícolas, para assim atingir o grau de satisfação das necessidades. No caso da falta de capital, a família camponesa a compensa com um aumento da exploração da força de trabalho, não gerando a diminuição do volume de atividade, mas sim uma mudança nas condições de trabalho. A busca do equilíbrio se fará à custa do bem-estar (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 34)

Aos avanços do capitalismo, o campesinato encontra mecanismos de enfrentamento que, mesmo na “linha de menor resistência do capital”, possibilitam a permanência da unidade de produção familiar no campo. A propriedade dos meios de produção (a terra) e da força de trabalho dá ao camponês inúmeras possibilidades para reproduzirem-se mesmo diante da intensificação da monopolização da terra. De acordo com Shanin (2008), compreendendo a “real habilidade para se ajustar a novas condições” é como podemos entender como os camponeses vivem e como conseguem manter estável a subsistência econômica diante da complexidade de relações que se envolvem para garantir a existência com o desenvolvimento do capitalismo.

A vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. as soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. *Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não*

há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p. 25 grifos nossos)

É por sua criatividade e flexibilidade em responder aos mecanismos de sujeição da renda da terra que os camponeses resistem aos imperativos do capital. A realização da subsistência ocorrendo através do trabalho na terra de propriedade do camponês e com o uso do trabalho familiar é condição para que se reproduzam no interior do modo de produção que encontrou os meios necessários para apropriar-se do mais-valor que produzem. Nisto, as “lições camponesas” muito ensinam sobre como encontrar meios de resistir ao avanço inexorável do modo de produção capitalista. De acordo com Shanin:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25-26 grifos nossos)

É a força da família (da produção econômica da unidade produtiva organizada na/para a família), com todas as contradições que esta mediação de segunda ordem implica na construção de uma lógica societal pautada na propriedade comunal e no trabalho livre e associado, que faz do campesinato extremamente resilientes para não sucumbir diante do capitalismo. Como um rio que vai criando meandros em seu curso, por não possuir força suficiente para romper os obstáculos que encontra, assim é o campesinato: diante de suas possibilidades encontra saídas para enfrentar os mecanismos que sujeitam a renda da terra e que dificulta a reprodução da família. E, é o grupo familiar que encontra a decisão mais acertada para permanecer na unidade produtiva. Por isso, conforme Shanin:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008, p. 27).

A eficácia da unidade camponesa foi constatada durante a realização de nossa pesquisa através de inúmeros meios de utilização da força de trabalho e da terra da propriedade familiar.

Planta de tudo um pouco porque se não der com um vai dá com outro. Se o fumo não tá bom e tá melhor com o abacaxi, já dá uma renda. Se não tá bom com nenhum tem a farinha, o milho, o feijão. Fome a gente não passa, a terra é uma mãe e dá de tudo. Se não tivesse terra tinha que arrendar de outro, porque se não fosse a terra não tinha como sobreviver, pois só sei viver da terra (Camponês, J. S., 27 anos)

O cultivo consorciado é muito comum entre os produtores camponeses. Diante de uma propriedade de terra reduzida e com a necessidade de obter maior renda para sustentar a família durante todo o ano, os cultivos em uma unidade produtiva camponesa sempre objetivam o máximo aproveitamento da terra. Por isso o cultivo consorciado e a rotação de culturas são as técnicas de produção mais comumente observadas entre os produtores camponeses. (VER FIGURA 15)



Figura 15: Cultivo Consorciado de Feijão, Milho e Mandioca.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Todas as possibilidades de maior aproveitamento da área da propriedade são encontradas entre os produtores camponeses: desde o consórcio entre o cultivo de alimentos até o consórcio entre os cultivos para atender a indústria cujo tempo de colheita são diferentes e mais longos: como é o caso da laranja e do fumo ou da laranja

e do abacaxi. Como o período para a primeira colheita da laranja é mais longo que o da colheita do fumo e do abacaxi os produtores, para obterem alguma renda até que seja feita a primeira colheita de laranja, plantam entre as laranjeiras, o fumo ou o abacaxi. (VER FIGURAS 16 e 17). Dessa forma, os produtores aproveitam a pequena propriedade de terra e reduzem os custos de produção, pois os mesmos investimentos no principal cultivo serão aproveitados pelos demais cultivos. O mesmo adubo utilizado em uma planta será também absorvido pelas plantas que estão vizinhas. Além de reduzir os gastos com o adubo e maximizar o uso da terra para satisfazer as necessidades, a técnica de cultivo consorciado reduz o trabalho dedicado ao trato das plantações. O tempo que se dedica à limpeza do laranjal, por exemplo, está cuidando também da plantação que está entre as laranjeiras. Assim, usam de forma mais racional e intensiva os recursos que têm disponíveis. De acordo com Paulino e Almeida (2010), “por meio deste complexo mecanismo, a força de trabalho da família estabelece, tendo em vista a quantidade de terra, capital e consumidores, o nível de intensidade da autoexploração em relação ao grau de satisfação de suas necessidades (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 34).



Figura 16: Cultivo Consorciado de Laranja e Fumo.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 17: Cultivo Consorciado de Abacaxi e Milho.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Reduzir a necessidade do dinheiro para a aquisição de produtos que garantem a subsistência da família, ou seja, diminuir a necessidade de ir ao mercado, é a forma de maior destaque entre as unidades produtivas camponesas para restringir a ação da lógica sociometabólica do capital, que atua criando maior dependência dos produtores ao mercado e transformando a organização produtiva.

Sabendo que o dinheiro sai do bolso durante todo o ano e que semanalmente será necessário algum dinheiro para comprar algum produto, mas também sabendo que o dinheiro só entra em momentos específicos (quando é vendida a produção, para aqueles que não possuem aposentadoria na família), o produtor tenta reduzir as idas ao mercado – as feiras que acontecem semanalmente – para comprar mercadorias. Por isso é interessante observar a distribuição dos cultivos em uma unidade produtiva camponesa. É marcante na propriedade a destinação de uma parte da propriedade, a menor parte da terra e aquela localizada no entorno da casa de morada (o terreiro ou quintal), o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, árvores frutíferas e a criação de aves. (VER FIGURAS 18 e 19). De acordo com Paulino e Almeida (2010):

A comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica: a sua existência tem, primeiramente, uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família. Logo, comida é mais que

comida como alimento; na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que fornece por meio do trabalho; nesse sentido “comida, trabalho e terra são [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 39)



Figura 18: Camponesa alimentando a criação de aves da família.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 19: Cultivo de hortaliças na Unidade de Produção Camponesa.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Com esta produção voltada basicamente para o consumo da família (além do feijão, do milho, da fava, da macaxeira e do inhame plantado durante o início do outono e colhido a partir do inverno, no mês de junho), o produtor reduz a necessidade do dinheiro para garantir a subsistência da família.

Esses cultivos juntamente com as fruteiras – especificamente a jaca, a manga, o coco e a banana – possibilitam também uma renda extra durante a safra dos principais cultivos das unidades produtivas. Com apenas um ou dois pés destas frutas, o produtor obtém renda com uma planta frutífera que teve unicamente o trabalho de plantar. Produzido em pequena escala, esses cultivos estão longe dos interesses dos monopólios: o que proporciona uma maior taxa de renda com a venda do produto excedente (é o produto excedente que é levado a feira para ser vendido pelos produtores diretos). Por serem produzidos em pequena quantidade, mas que proporcionam excedentes, nestes

cultivos do quintal não se faz necessária a presença do atravessador para intermediar a comercialização da produção. Como a feira é o principal momento de ir à cidade, para muitos produtores único, o produtor tem condição de levar as jacas, mangas, bananas e cocos que “a mãe terra” deu. Porque é uma pequena quantidade e na qual não será necessário pagar transporte para tão somente levar a produção (o mesmo preço pago na passagem para levar o produtor a cidade cobre o transporte dos produtos que serão vendidos). Aí, a massa da renda da terra apropriada pelo produtor é maior, pois a interferência de mecanismos que se apropriam da renda é reduzida drasticamente.

Na produção de mandioca identificamos um exemplo singular da força determinante que a unidade terra-trabalho tem na unidade de produção familiar camponesa. A maior ou menor extensão da propriedade e a quantidade de força de trabalho buscam equilibrar-se para garantir as necessidades reprodutivas dos camponeses. No cultivo da mandioca, através do qual o produtor obtém um alimento básico para garantir as necessidades alimentícias: a farinha, podemos compreender o quanto a disponibilidade da força de trabalho e a área da propriedade interferem na unidade camponesa. Entre os produtores que possuem área de propriedade reduzida o cultivo da mandioca é dominante. Como não possuem terra suficiente para, além de produzir alimentos, produzir para atender a indústria, os cultivos alimentícios: feijão, milho e, especificamente, a mandioca são cultivados entre os produtores que possuem pouca terra. Compreendemos que é uma forma de garantir ao menos a subsistência dos produtores e amenizar os riscos de produzir para a indústria. Neste sentido, os produtores diferenciam-se, de acordo com a propriedade que possuem, entre os que produzem basicamente para a subsistência e aqueles que produzem tanto para o consumo direto como para atender a indústria e ao mercado

Constatamos que a quantidade de força de trabalho presente em uma unidade produtiva determina qual o destino dado à produção de mandioca. Nas unidades familiares que dispõem de farta quantidade de força de trabalho, a mandioca destina-se para a produção de farinha – que é em parte vendida e outra parte armazenada para garantir o consumo anual da família. Nasquelas unidades produtivas onde a força de trabalho disponível não supre as necessidades para a produção, observamos que é comum vender a mandioca bruta (*in natura*) para comerciantes de farinha dos municípios de Lagarto, São Domingos e Campo do Brito.

Eu vendo a tonelada da mandioca na roça porque sou sozinha e não tenho condição de fazer farinha só. Pra fazer farinha vou gastar com gente pra raspar a mandioca. Vou ter que pagar renda na casa de farinha, de cada cinco saco vou deixar um na casa de farinha. Vou ter que pagar a lenha, que tá de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 a carroça. Então é melhor vender a mandioca pros feirante de Campo do Brito. Eles vem na roça arranca tudo e leva. (Camponesa, J. S., 59 anos)

Porque teriam que contratar trabalhadores para a produção da farinha, para realizar as várias fases do processo produtivo da farinha: da colheita e raspagem até torrar a farinha (VER FIGURAS 20, 21, 22, 23, 24 e 25), os produtores de farinha para diminuir ou não ter gastos com a contratação de trabalho, vendem a mandioca sem transformá-la em farinha. Verificamos assim, devido aos elevados custos para transformação da mandioca, que os produtores camponeses repassam a produção de mandioca (*in natura*).

Fazia farinha, mas os gastos com a casa de farinha, gasta com a mão-de-obra do trabalhador. Quando termina de vender a farinha não sobra nada. Só dá pra pagar as despesas, olhe lá se você não enterar (completar) do seu bolso. Por isso tão vendendo a mandioca na tonelada. É menos trabalho. Para fazer a farinha tudo é pagado e no fim o lucrinho é pouco. O fumo dá mais renda, porque o fumo você não come. O fumo você vende todo e o quilo tá de R\$ 7,00 ou 8,00. (Camponês, G. O., 65 anos)



Figura 20: Colheita de Mandioca.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 21: Camponeses realizando a raspagem da Mandioca.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 22: Processo Inicial de Transformação da mandioca.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 23: Produtor realizando a retirada do excesso de líquido da mandioca.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 24: Produtor no último processo para concluir a produção da farinha de mandioca.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 25: O Produto final: a farinha de mandioca.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Mesmo entre as unidades produtivas que não possuem disponível força de trabalho para a transformação da mandioca, como alternativa para reduzir as perdas que os atravessadores provocam ao comprar a produção da mandioca “na roça”, os produtores realizam a transformação da mandioca recorrendo à prática do mutirão (regime de parceria ou batalhão). Desta forma, verificamos que os produtores transformam a mandioca sem a necessidade de contratação de força de trabalho que seria necessária entre as unidades produtivas com poucos trabalhadores. Relações de produção que fogem à lógica da acumulação do lucro que rege a produção capitalista, mas que fazem parte da sociabilidade camponesa da produção para a reprodução da vida. De acordo com Oliveira (2007):

A ajuda mútua entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados;

A parceria - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas (OLIVEIRA, 2007 p. 41)

As famílias, objetivando assegurar maior renda e subsistência com a produção da farinha, fazem mutirão nos dias de farinhada. A parceria e o mutirão acabam contribuindo para apropriação de maior renda entre os produtores, pois reduzem os gastos na elaboração do produto final. Cada produtor vai com sua família participar dos processos produtivos. Levam consigo não somente os instrumentos de trabalho que possuem, mas também a força de trabalho que dispõem. Trazem consigo a certeza de que contarão com a ajuda de outras famílias no momento em que for produzir a farinha. De farinhada em farinhada vão fortalecendo os laços de solidariedade e reproduzindo-se enquanto sujeito e classe social. De mutirão em mutirão, asseguram maior renda para a unidade produtiva. (VER FIGURA 26).



Figura 26: Famílias camponesas realizando a raspagem da mandioca em regime de mutirão.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

A relação de mutirão foi identificada no processo de beneficiamento do fumo. A transformação do fumo requer muita força de trabalho assim, as relações de mutirão ou meia são mais comumente encontradas entre aqueles que cultivam o fumo. Diante das dificuldades para a produção dos rolos de fumo, que necessita de grande quantidade da força de trabalho (em seus variados momentos do processo produtivo), os produtores realizam o mutirão, ajudam-se para obter maior apropriação de renda (VER FIGURAS 26, 27, 28, 29 e 30). De acordo com os produtores,

Seria muito difícil produzir o fumo se não fosse a ajuda de todos aqui. Dá muito trabalho fazer o fumo, do destalar (retirar o talo da folha) até revirar o rolo de fumo pra secar precisa de muita gente. Se não fosse com o mutirão não ia poder pagar a tantos braços. Aqui a família é grande e todo mundo tem fumo plantado. No dia de fazer o fumo de um vai todos e no dia de fazer o meu eu vou com a família ajudar. Se não fosse assim não dava! (Camponês, J. F. S., 58 anos).



Figura 27: Produção de Fumo Secando no Terreiro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 28: Famílias camponesas realizando a retirada do talo das folhas de fumo em regime de mutirão.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 29: Famílias Camponesas em Regime de Mutirão Enrolando as Folhas de Fumo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 30: Família Camponesa Revirando o Rolo de Fumo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.



Figura 31: Produtor Camponês Revirando o Rolo de Fumo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

O cultivo do fumo é aquele no qual os produtores mais indicaram o elevado grau de exigência da força de trabalho em todos os momentos: do trato com a plantação até a transformação do produto final. Como também é o cultivo no qual o peso dos atravessadores e da indústria na determinação do preço foi constantemente relatada pelos camponeses entrevistados. Para amenizar esta condição, verificamos que os produtores de fumo são aqueles que mais recorrem ao mutirão. Uma prática que eles realizam no momento em que mais precisam de braços. Possuindo reduzidas condições para contratar força de trabalho, encontram na ajuda mútua uma forma de continuar cultivando o produto (mandioca ou fumo). Mas, a maior parte do esforço do grupo é revertida em renda, apropriada pelo atravessador e pela indústria.

No mesmo cultivo de fumo, verificamos que a unidade de produção familiar possui uma racionalidade através da qual consigam sobreviver na terra diante de várias formas que os fazem perderem a renda da terra. Neste cultivo os produtores recorrem à prática do pousio (VER FIGURA 32).



Figura 32: Plantação de fumo, Riachão do Dantas – SE, Povoado Cutia.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.
Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Na imagem podemos observar que o tamanho dos pés de fumo são desproporcionais, o que indica período de plantação diferente entre as duas áreas. A necessidade de dinheiro para garantir a satisfação das necessidades da família e a área reduzida da propriedade fazem com que os camponeses plantem o fumo em períodos distintos do ano. Eles dividem a terra da propriedade familiar e cultivam o solo com um intervalo de tempo. No momento em que uma área está apta para ser colhida a outra está em fase de crescimento. Com a utilização do pousio, durante o período de um ano, eles realizam várias pequenas colheitas – garantindo a satisfação das necessidades da família durante o ano todo. Alternam o período de plantio e colheita para sobreviver com reduzidas condições.

Verificamos o quanto são relevantes os gastos com adubos químicos nas unidades de produção camponesa, que se constitui na principal soma dos custos de produção. Constatamos também que os produtores não encontram linha de crédito no PRONAF para a produção de mandioca, o que seria um risco contrair empréstimo para

custear os gastos com a produção de mandioca – por ser um produto relativamente desvalorizado na comparação com o fumo, a pimenta e o abacaxi.

A gente planta o abacaxi. Tira o abacaxi e bota a (manaíba) mandioca. É bom para aproveitar o adubo. Quem planta mandioca não arrisca pegar empréstimo, porque é risco não pagar. A farinha é barata, então é risco não pagar o empréstimo. O empréstimo é mais comum entre quem planta fumo e abacaxi. (Camponês, J. D. S., 40 anos)

Neste sentido, observamos que os produtores, para garantirem o cultivo de um alimento que é básico em sua dieta: a farinha, utilizam a estratégia da rotação de culturas. (VER FIGURA 33)



Figura 33: Rotação de Culturas.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Organização: OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de.

Identificamos na figura 33 a rotação de culturas: o amontoado de pés de abacaxi que, após colhido, deu lugar ao cultivo da mandioca e do fumo. Essa é uma prática comum entre os camponeses. Após a colheita do fumo ou do abacaxi, cultivos no qual utilizam adubação e cujo período de desenvolvimento da planta é mais curto que o da mandioca (duração de 1 a 1 ½ ano para ser colhida a mandioca), os produtores substituem pela mandioca. Com a rotação de culturas, os produtores garantem o dinheiro, através dos cultivos voltados para a indústria, mas também, garantem com o cultivo de gêneros alimentícios, a base da alimentação familiar.

Os produtores realizam a rotação de culturas para reduzir os gastos com adubo e, ao mesmo tempo, garantir o alimento que consomem. Adubam o solo para o cultivo do abacaxi ou do fumo e esta mesma fertilidade será apropriada pela mandioca que substituirá os primeiros cultivos após a colheita. A rotação de culturas, podemos constatar, é a técnica de produção agrícola mais condizente com as condições da agricultura camponesa, pois maximiza o uso das propriedades naturais e daquelas introduzidas pelo trabalho humano ao solo (ameniza o desgaste de nutrientes que a monocultura acarreta).

Os programas de financiamento da produção familiar inviabilizam o empréstimo para os cultivos alimentícios; onde o mercado destes produtos, como a mandioca, mostra os riscos de contrair empréstimo para cultivá-los, os camponeses encontram como saída a esse contexto desfavorável a rotação de culturas. Os produtores obtêm empréstimos para custear os gastos com os cultivos voltados para o mercado, mas estrategicamente, na luta contra o capital que os tenta esmagar, garantem a satisfação de alimentos da família. Observamos, com isso, que a sociedade do capital pela monopolização da terra vai determinando o que a unidade produtiva camponesa deve cultivar. Impõe de uma forma velada, mascarada muitas vezes, o que deve ser cultivado pelo camponês. A lógica perversa do capital vai impondo seus interesses sobre os camponeses a partir do momento em que dificulta o cultivo de gêneros alimentícios quando não disponibiliza linhas de crédito, mas contraditoriamente facilita os cultivos que atendem os interesses da indústria quando dão crédito para custear a produção.

A facilidade de encontrar mercado para os produtos é também determinante para o que a unidade de produção vai cultivar. Através das entrevistas, verificamos que os produtores destinam suas atividades a cultivos para atender ao mercado porque encontram garantia de que a produção seja vendida, apesar de toda a exploração que ocorre nas relações de troca. Como não são auto-suficientes, portanto, a necessidade do dinheiro é comum e determinante entre os produtores para satisfazer suas necessidades, os camponeses só têm como viver na condição de produtores que atendem ao mercado e, quando possível, da produção que satisfaça as necessidades diretas dos membros da família. Por mais conflitante que seja, só através das trocas com o mercado o camponês permanece existindo, através de relações desiguais.

Como é mais fácil a comercialização do abacaxi, do fumo, e mais recentemente, da pimenta: por encontrar indústrias de transformação em municípios próximos, ou por ser comprada a produção diretamente na unidade produtiva, a forma como se estabelecerá a relação de troca também determina a produção camponesa. Por mais que intensifique a sujeição da renda da terra, esses fatores pesam e determinam a produção camponesa. Por ser flexível a subsistência familiar e a garantia das necessidades da família, qualquer relação que não extrapole o limite da fome ou que ponha em risco a propriedade da terra, verificamos ser aceita entre os produtores camponeses. O cálculo chayanoviano (1981) do equilíbrio entre cansaço e satisfação das necessidades do trabalho é constantemente observado nas determinações da produção camponesa, particularmente na produção do fumo. Durante as entrevistas sempre esteve presente a relação entre o nível de exigência da força de trabalho e a garantia da satisfação das necessidades do trabalhador no cultivo do fumo. Motivo do abandono por parte de produtores de fumo, diante de sujeição da renda pelos atravessadores e o monopólio do Fumo Rocha.

A venda da força de trabalho por parte de alguns membros da unidade de produção camponesa é bastante comum. O trabalho acessório, que de acordo com Oliveira (2007, p. 41), “é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa”, é mais uma forma encontrada pelos camponeses para suprir as necessidades da família. Contribuindo, dessa forma, para a manutenção da propriedade familiar. Realizado por aqueles que possuem tempo livre e força física para o trabalho pesado nas lavouras, o trabalho acessório acontece quando o produtor já cumpriu com as obrigações da unidade produtiva da qual faz parte e possui tempo disponível para realizar atividades para outros produtores da comunidade/povoado que vive. Constatamos que a venda da força de trabalho é mais comum entre os mais jovens e aqueles que o tamanho da propriedade de terra é reduzido para satisfazer as necessidades da família. De acordo com o camponês A. S. S., 32 anos:

Meu irmão mais novo não quer plantar na terra de pai mais não. Ele quer dinheiro toda semana e não tem paciência pra plantar pimenta, maniába (mandioca) ou fumo e esperar seis meses ou um ano e meio pra começar a colher e ter dinheiro. Ele quer dinheiro toda semana pra sair pras festas beber e sair de moto. Aqui em casa só trabalha nós, os

mais velhos, porque os mais novos preferem trabalhar na terra dos outros. Preferem bater foice e enxada na terra dos outros do que trabalhar pra ele próprio. Ganha R\$ 20,00 ou R\$ 25,00 o dia, mas preferem porque tem dinheiro toda semana pra gastar! (Camponês A. S. S., 32 anos)

No caso particular dos mais jovens, verificamos que por estarem mais influenciados pelo fetiche da mercadoria vendem a força de trabalho objetivando a realização do fetiche do consumo. Acostumados ao consumo de bebidas, roupas e outros objetos nas festas dos padroeiros das Comunidades, os mais jovens têm a necessidade de consumir além das condições familiares. Como os pais não possuem condições de manter esse padrão de consumo, resta aos mais jovens vender a força de trabalho para adquirir as mercadorias que desejam. No caso particular dos chefes de família que vendem a força de trabalho no tempo livre, verificamos que não é tão somente para realização de fetiches consumistas, mas especificamente para adquirir renda e garantir a satisfação das necessidades mais urgentes da família: alimento, roupa, medicamento enquanto não colhem a produção.

Longe de significar em definitivo o assalariamento do produtor camponês, a venda da força de trabalho entre os camponeses se constitui em uma busca de renda somente quando os cultivos da unidade produtiva da qual pertence não exigem tantos cuidados. Assim sendo, identificamos que a venda da força de trabalho entre os produtores além de acontecer eventualmente, nos momentos em que menos se exige da força de trabalho na sua unidade produtiva, é uma fonte de renda a mais para esses produtores que dá garantia de suprir as necessidades do grupo familiar.

Programas como o Bolsa Família, a aposentadoria e o trabalho acessório são fontes de renda da família camponesa de extrema significância para a garantia da subsistência, mas isso não evidencia que a terra já não representa o principal meio de manutenção da família. A produção na terra da família representa a principal fonte de renda para os camponeses. E, quando não o é, as atividades em torno do cultivo da terra demonstram uma relação quase que sobrenatural sobre os produtores. Cultivam e cultuam a terra religiosamente enquanto um deus ou uma mãe que, generosos com os filhos, os proveem de alimentos.

A terra foi quem me sustentou a mim e a meus filhos a vida toda. O aposento veio agora. Se não fosse a terra esses ano todo? (Camponês, F. S. O., 70 anos)

Das palavras do Camponês, F. S. O. compreendemos a relevância da terra para os produtores camponeses. As fontes de renda que garantem a satisfação das necessidades e que recebem alguns produtores através de atividades que não ocorrem na terra não são capazes de reduzir o significado da terra para os produtores camponeses, pois:

Se um dia faltar o aposento quem é que vai me dá meu sustento e o dos meus filhos? A terra! Ela é uma mãe. (Camponês, F. S. O., 70 anos)

Sabendo que são inúmeros os meios de apropriação da renda da terra camponesa, verificamos que o camponês responde com variadas formas para manter-se na unidade produtiva. Por isso, concordamos com Shanin (2008), pois na luta contra o desaparecimento ocorre três tendências ao campesinato: processos de diferenciação, marginalização e pauperização. Estas tendências entre as unidades produtivas estão em relação às condições materiais de produção que possuem e ao grau de relação que estabelecem com o mercado através da monopolização da terra. Mas, é a partir de suas condições materiais que os camponeses encontram formas de resistir aos avanços do capital e da sujeição da renda da terra. As falas dos produtores são reveladoras das estratégias utilizadas pelos camponeses para manterem-se na unidade de produção familiar frente aos avanços do capital:

Eu não tenho empréstimo no Banco. Seu G. e Seu R. tão endividados até hoje e correm o risco de perder a terra. Aqui muita gente tem empréstimo, eu não tenho. É uma papelada que tem de levar. E se não tiver como pagar? Não quero lidar com o banco não. (Camponesa, M. J. S., 43 anos)

Quem aguentava? Era um trabalho danado! Tinha um dia que a gente tinha que passar 24 horas (vinte e quatro) botando lenha na estufa pra secar o fumo! O gasto era demais e no final não dava quase nada. Por isso aqui no Povoado Barro Preto quem plantava pra Souza Cruz deixou de plantar. Gastava para ter a estufa, gastava com adubo, gastava com tanta coisa e no final não dava nada! (Camponês, P. B., 45 anos)

O conhecimento de que o empréstimo bancário pode agravar a situação da família; a retirada da empresa de cigarros Souza Cruz por não encontrar produtores que se submeteram à lógica da produção de fumo regida por essa empresa; as formas de burlar a lei de contrato com a indústria de molho de pimenta vemos que são formas

pelas quais os camponeses encontraram para reduzir os riscos que a monopolização da terra acarreta à unidade produtiva. O temor de contrair empréstimos e não ter condições de pagá-los, pondo em risco a propriedade da terra, está presente no imaginário camponês. Os exemplos de outros produtores que contraíram dívidas e perderam a terra ou estão arruinados pagando os empréstimos utilizados em safras ruins, são de conhecimento de todos do Povoado ou de Comunidades distantes. Por isso, relutam em contrair empréstimos. O medo do endividamento e de todas as consequências que ele possa trazer pesa muito sobre o produtor camponês antes de ir ao Banco. Por isso, não teve o sucesso esperado a empresa Souza Cruz entre os produtores de fumo do município, provocando a retirada das atividades dessa empresa no ano de 2011.

De acordo com os entrevistados, constatamos que para vender a produção de pimenta à fábrica de molhos do Grupo José Augusto Vieira, situado no município de Lagarto é exigido que os produtores assinem contrato e realizem cadastro na empresa. Como somente os cadastrados podem entregar a produção, é comum que um único produtor leve a produção de vários outros produtores de pimenta da Comunidade. Fogem da burocratização que a racionalidade empresarial exige.

Pra vender a pimenta lá no Maratá, é a gente que leva lá na fábrica em Lagarto, tem que fazer um contrato com a empresa. Tem que assinar uma papelada e tem que levar os documentos. O que é que a gente que não tem contrato com o Maratá tá fazendo? Os produtores de pimenta daqui do Povoado Alto do Cheiro que não tem contrato leva a produção para um que tenha e ele leva lá na fábrica. Quando recebe o dinheiro entrega a gente. (Camponês, J. S., 38 anos)

Apreendemos que o camponês na luta pela reprodução da vida, que se faz cotidianamente contra os avanços do capital, ao tempo que um mecanismo sujeita a renda da terra logo é desenvolvido um mecanismo de resistência. Se a falta de condições materiais que garantem o ciclo produtivo faz a unidade produtiva camponesa sujeitar a renda, a propriedade da terra e da força de trabalho proporciona a garantia da manutenção na terra.

A forma como se inserem na lógica capitalista (que é determinada pelas condições materiais – terra e força de trabalho – que possuem e, que repercute nessas condições) é o que acarreta em uma das três tendências às unidades produtivas, já que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que necessariamente não precisa proletarizar para acumular riqueza (que não acumula somente através de reprodução do

capital), possibilita a co-existência de relações não-capitalista de produção. Diferenciando unidades produtivas de acordo com as condições apresentadas para a reprodução da existência, mas também pauperizando os camponeses. Com isso, podemos observar que as personificações do capital, em sua relação com as unidades de produção camponesa, provocam, sobretudo, a marginalização desse grupo social. Conforme Shanin:

Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês [...] Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecem mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles (SHANIN, 1980, p. 58).

Toda lógica da produção camponesa perpassa pela garantia da terra, que é também o principal meio de garantir a reprodução familiar. Submetem-se a qualquer condição de trabalho e relação de troca desde que a propriedade da terra seja garantida (garantindo a satisfação das necessidades do grupo familiar). Por isso, a radicalidade da ação política dos produtores camponeses – começa e termina – na/para garantia da terra. A propriedade privada da “terra mãe” que tudo dá e satisfaz os filhos, não o trabalho dos “filhos” na terra, é realmente condição limitante da radicalidade camponesa contra a lógica do capital. Junto à ação política limitada dos camponeses proprietários privados de terra surgem variados e flexíveis mecanismos para garantir a reprodução. Como não possuem uma meta fixa a ser atingida, como a taxa de lucro média em uma propriedade capitalista, mas tão-somente a subsistência da família, o campesinato encontra maior flexibilidade para lidar com os avanços do capitalismo, que sujeita a renda da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Lefebvre (2008), o poder imposto por uma minoria desejosa de manter-se no controle gera um contra-poder e é no espaço que está a possibilidade de desencadeamento de uma práxis radical que nega a produção capitalista do espaço a partir da dialética estabelecida entre o espaço da vida (e do uso) e o espaço do não-saber (e alienado) da troca. Pensar num espaço da libertação das amarras do capital perpassa, para a Geografia, por um fazer do saber geográfico para além dos interesses da acumulação. Por um fazer geográfico para além da viabilidade do desenvolvimento/planejamento regional almejado pelas instituições estatais. Um fazer geográfico para-além das amarras das instituições do Estado do capital, que com seu aparato estrutural e ideológico tem possibilitado a apropriação do território pelas personificações do capital que objetivam a realização do mais-valor.

De acordo com Mészáros (2004, p. 64), “o poder da ideologia não pode ser superestimado”. Entender a relevância da ideologia na produção do espaço é significativo, é através de discursos ideológicos passivos e pacificamente aceitos que tem ocorrido a apropriação do valor pelo capital³⁰. Isto porque a ideologia (os discursos ideológicos) tem o poder de legitimar diante o conjunto da sociedade a realização e a efetivação de práticas produtivas ou Políticas Públicas, que supostamente objetivam o bem comum. Para o referido autor, nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras ocidentais:

O discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos (MÉSZAROS, 2004, p. 58)

Observamos assim que a ideologia não se constitui apenas enquanto discurso teórico e abstrato. Ela enseja uma prática, que objetiva a realização de “ações

³⁰ De acordo com o referido autor: “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado. De fato, há muitos modos pelos quais os diversos níveis do discurso ideológico se intercomunicam” (MÉSZAROS, 2004, p. 59). Com isso, podemos ratificar o porquê de afirmarmos que os discursos ideológicos penetram em nosso imaginário de forma passiva e pacífica.

socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais” (MÉSZAROS, 2004, p. 66). Todavia, como vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade e luta de classes e, “a produção das ideias, representações da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens” (MARX e ENGELS, 2002 p. 22), são as ideias da classe dominante e seus interesses conservadores que mobilizam e estimulam à totalidade da produção social: material e imaterial. Neste sentido, é a acumulação do mais-valor a razão de ser da sociedade do capital. Assim sendo, as proposições teóricas-abstratas da ideologia dominante ancoram-se na produção material através da qual é satisfeita as necessidades sociais neste modelo de intercâmbio material, onde a extração do mais-valor é o objetivo.

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada, nas *sociedades de classes*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstruída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (MÉSZAROS, 2004, p. 65).

Importa-nos entender que a ideologia (seu poder) proporciona a conformação do trabalho diante das formas degradantes de extração da mais-valia impostas pelo capital. Estado e capital utilizar-se-ão da ideologia para “corrigir” e obter o consenso da classe que lhe é antagônica – o trabalho; postergando os conflitos de classe e as contradições do metabolismo social mesmo com a precarização das condições de existência do trabalho, a barbárie contemporânea da exclusão social e econômica, desemprego e miséria³¹.

Sendo assim, de uma forma não agressiva, de acordo com Mézáros (2004), desde o pós-guerra, a intervenção direta do Estado tem sido fundamental à acumulação do capital, que conseguiu arrefecer a ação da classe trabalhadora durante a vigência do “Estado de bem-estar” proporcionando elevadas taxas média de lucro. No entanto, na arena socioeconômica das relações conflituosas de classe montada pelo “Estado

³¹Conforme destaca Lisboa (2007, p. 20), “outras formas de abraçar a realidade são negadas para que a ideologia, como uma forma de consciência social específica, sustentada pela conjunção de valores arbitrariamente inculcados na sociedade seja eficientemente incorporada e transposta por práticas sociais à realização dos interesses da classe hegemônica de uma época”.

neoliberal”, este não tem conseguido controlar o acirramento das contradições da lógica capitalista. Para Mészáros:

É claro que a própria tentativa de eliminar as contradições da *base material* por meio da *manipulação superestrutural* é contraditória. Entretanto, embora seja ilusório esperar a superação dos antagonismos materiais básicos da sociedade utilizando-se tais medidas, ainda que a eclosão das contradições mais agudas possa ser *postergadas* com sucesso por algum tempo, seria absurdo minimizar a eficácia prática da manipulação do Estado para criar um consenso em relação às crenças ideológicas. (MÉSZÁROS, 2004 p. 145)

Portanto, a política e ideologia, com maior ou menor controle do acirramento dos conflitos de classe desenvolvidos na arena socioeconômica da lógica capitalista, tem sido fundamental à apropriação do valor. É por essa via de utilização do discurso ideológico que será buscada a solução da desigualdade social no pós-guerra. Foi pela via da modernização – “a falácia das soluções tecnológicas para os problemas sociais” (MÉSZÁROS, 2004, p. 123), que os discursos dominantes impregnaram o imaginário social. Segundo o referido autor: “naturalmente, a estratégia adotada para se lidar com as questões candentes da maioria dos despossuídos foi colocar diante deles a miragem de uma possível aproximação do modelo ideal do “alto consumo de massa” (MÉSZÁROS, 2004, p. 137). Leia-se “modelo ideal” o padrão de consumo norte-americano.

Nada mais conciliador e consensual para uma massa de despossuídos e de fácil aceitação por esta classe social expropriada, proporcionando um consenso/aceitação, que um discurso (mesmo que mistificador do real) almejando amenizar ou acabar com a pobreza e miséria – as “ilhas” de pobreza no mundo (no Sul). Para isso, a formação social da mente torna-se fundamental para a manutenção desta sociedade diante da ideologia reificante utilizada, pois como nos diz Eugène Enriquez (2004, et. al., p. 46), se “a psique do indivíduo é modelada, atravessada, trabalhada pelos outros e que o sujeito psíquico é, simultaneamente, um sujeito social” ocorre que a classe trabalhadora espelha-se e projeta-se como desejo de realização no seu opositor e opressor, no empresário (no patrão). A consciência de classe para si é negada (dificultada) a partir do desejo de ser o outro, que é a sua negação e oposto de classe, pois a ideologia veiculada nos meios de comunicação e a existência real lhes mostram que o padrão de vida ideal e desejado é o do consumismo individual descontrolado. Todavia:

A imagem especular é, portanto, a imagem do semelhante, mas ela nos adverte da presença de um outro “si mesmo” no espelho, e de um outro real que nos fala, nos designa e nos atribui qualidades e defeitos. Assim, se o outro nos constitui em nossa unidade, também nos constitui em nossa divisão. Pois ele nos lembra que, se pode ajudar a nos construir, pode também nos rejeitar ou provocar nossa ruptura. Surge então, junto com o júbilo ligado à percepção de nossa existência, o retorno do sentimento de fragmentação [...] (ENRIQUEZ, et. al., 2004, p. 47).

O reconhecer-se, a partir do reconhecimento do outro, levando à renúncia dos desejos despertados pelo outro, não possibilita a consciência de classe para si, a sociedade do capital, da negação da condição humana, projeta-se enquanto modelo universal e insuperável de sociabilidade – a qual tudo e todos devem se submeter. Para tanto, os discursos ideológicos trazem um tom de enaltecimento e defesa dos direitos universais. Entretanto, a universalidade destes discursos na sociedade de classes é a universalidade da manutenção do *status quo* dos interesses da classe dominante e, na sociedade capitalista, essa perpassa pelo direito irrestrito de manutenção da propriedade privada que é a garantia para a extração e acúmulo do mais-valor através do roubo da classe trabalhadora despossuída da propriedade privada dos meios de produção ou, no caso da unidade de produção familiar camponesa proprietária da terra, é a garantia da sujeição da renda da terra através da monopolização do território. Assim, espacializam-se relações de produção sujeitadas pelo capital (ou ainda pode territorializar-se e monopolizar o território camponês na agricultura para apropriar a renda da terra), que reproduz o espaço em acordo com os imperativos da acumulação da riqueza, mesmo quando não estão sob o domínio de relações capitalistas de produção – o que ratifica que o território é do capital, que submete tudo e todos aos anseios vorazes da extração do mais-valor, onde a “distribuição diferente de riquezas resulta em espaços desiguais” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169), logo a apropriação do espaço é desigual e está em acordo com a condição de vida de cada indivíduo, que é de sua classe social. Neste sentido, concebe-se que o espaço não é *aprioristicamente* um dado concebido, mas “vemos no espaço o desenvolvimento de uma atividade social” (LEFEBVRE, 2008, p. 55).

De fato, toda sociedade produz “seu” espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz “um” espaço. O que há de novo na sociedade em que a manutenção das relações de produção torna-se determinante, na qual, porém, as técnicas e as forças produtivas alcançaram um nível desconcertante? (LEFEBVRE, 2008, p. 55).

A novidade é que a escala de produção e reprodução do espaço adquire dimensões mundiais sob a lógica do capitalismo financeiro, monopolista e imperialista. A novidade é que a produção e a reprodução social perpassa pela lógica do lucro. A potencialidade do capital em produzir espaços, valorizando-os, para no momento seguinte desvalorizar, investir para (des)investir, adquire poder impressionante. Mobilidade espacial do capital em busca de taxas de lucro sempre satisfatórias em escala mundial, o que Harvey (2006) nos fala em ajustes espaciais do capital e Smith (1988) de movimentos de vai-e-vem do capital para fugir de suas crises de acumulação. Observamos com isso que: a (re)produção do espaço, sob a lógica sociometabólica atual, possibilita a acumulação do capital por um tempo determinado. A espacialização torna-se uma necessidade constante diante das contradições que surgem, assim o espaço possibilita a acumulação, mas é também um empecilho ao desenvolvimento eterno e constante do modo de produção capitalista, pois há um limite espacial. De acordo com Lefebvre (2008), “existem *contradições do espaço*, mesmo se dissimuladas ou mascaradas” (p. 56).

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

De acordo com o autor, essas contradições acirram-se e explodem no plano institucional, pois percebe-se que a classe dominante possui um duplo poder sobre o espaço – um que está ligado à propriedade privada do solo, “que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado” (p. 57); o outro atrelado ao que Lefebvre denomina por globalidade, “o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado” (p. 57). Portanto, ocorrem conflitos que são inevitáveis entre os dois aspectos: “notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido” (p. 57).

Estas contradições da produção espacial em um modo de produção fundamentado em falhas metabólicas que se acirram com o desenvolvimento das forças produtivas guiadas pelos imperativos do capital e onde o Estado intervém na tentativa

de conter o acirramento das contradições da conflituosidade irreconciliável entre o capital e o trabalho, são assim definidas por Carlos:

A contradição fundante da produção espacial (produção social/apropriação privada) desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da vida social. (CARLOS, 2011, p. 72).

Nesta direção, por estar sustentada numa contradição de conflitos de classes, pois os interesses das personificações do capital não acordam com os interesses da classe trabalhadora, assim como os interesses das partes individualizadas das personificações do capital não acordam uns com os outros, a produção espacial é contraditória e os interesses antagônicos das classes desencadeiam conflitos, já que a lógica do lucro não leva em consideração a lógica da vida, “a sociabilidade do homem simples”. Conforme destaca Carlos:

No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica, assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço enquanto condição da produção, desvelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida prática se apresenta, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, concretizada no espaço enquanto norma – ditos e interditos – que formaliza e fixa as relações sociais, reduzindo-as a formas abstratas e autonomizando as esferas da vida e, como consequência, dissipando a consciência espacial. (CARLOS, 2011, p. 72).

Espaço e política são intrínsecos à sociedade de classes, ao domínio de classes, não há neutralidade no espaço: “o espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico”, ainda mais, “ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios” (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62). De acordo com o referido autor:

O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um *produto social*. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, *existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço*. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. (LEFEBVRE, 2008, p. 62, grifos nossos).

De acordo com a análise lefebvriana (2008), compreendemos que a apreensão do espaço, o percebido, é/está imbuído de (pre)conceitos, (pre)suposições, isso porque o entendimento que se faz do espaço é enredado nas concepções do grupo social, das classes, em que se divide a sociedade. De acordo com o referido autor, “o espaço social é um produto da sociedade”, tem como resultado “o trabalho e da divisão do trabalho; [...], ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, ‘funcional’” (LEFEBVRE, 2008, p. 44). Para Lefebvre, “o espaço é o objetivo, ou melhor, a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental” (LEFEBVRE, 2008, p. 44). Portanto, com base na terceira hipótese de Lefebvre, a representação que é feita do espaço sempre serviria/serve a uma estratégia que é “ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada”:

Um tal espaço é ao mesmo tempo ideológico (porque político) e saber (pois comporta representações elaboradas). Pode-se, por conseguinte, denominá-lo racional-funcional, sem que tais termos possam separar-se, e funcional-instrumental, pois a função, no quadro global da sociedade neocapitalista, implica o projeto, a estratégia. (LEFEBVRE, 2008, p. 45).

Projetos estrategicamente pensados para a reprodução do capital (do espaço) sob o signo e fetiche da mercadoria na sociedade espetacular, que para tanto, mascara a representação do espaço sobre ideologias, o não-saber. Logo, se o espaço na concepção de Lefebvre (2008) é “forma pura, a transparência, a intelegibilidade”, conceito em que se “exclui a ideologia, a interpretação, o não-saber” (p. 41) apreendemos desta concepção que, com o estabelecimento da propriedade privada e da luta de classes, não há, desde então, uma apreensão do espaço em sua “essência”. Somente o mundo aparente, na sociedade do capital – da mercadoria produzida para a troca, nos é acessível.

Neste sentido, a tese lefebvriana de “a forma pura do espaço, desembaraçada de todo conteúdo, (sensível, material, vivido, prático) é uma essência” (LEFEBVRE, 2008, p. 41) é possível somente em uma sociedade sem classes, pois só nesta organização social os indivíduos (classes sociais) não quererão e não fará sentido impor domínio algum que seja, já que são livres e associados. Como a apreensão do espaço que “articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2008, p. 41) está de acordo com o modo como a sociedade produz e satisfaz suas

necessidades e, em uma sociedade sem classes a articulação entre o real e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real possibilita a apreensão da forma pura, da essência do espaço, pois a divisão do trabalho entre os que produzem e os que pensam a produção já estará superada. Portanto, à indagação lefebvriana de que se é possível o “conjunto fechado, num sistema estabelecido” na sociedade dividida em classes, que determina a concepção que fazemos do espaço, desmoronar; ou, “existe saída, abertura, passagem, possibilidade de uma transição, seja pela ação, seja pelo pensamento e pela imaginação, seja por ambos? (LEFEBVRE, 2008, p. 41) afirmamos que esta condição de fetiche e alienação, numa sociedade dividida em classes e engendrando contradições pelas falhas metabólicas em que se fundamenta, traz em si a possibilidade da transcendência, da superação, entretanto, concordamos que “a resolução prática, real, dessa fraseologia, a eliminação destas representações da consciência dos homens, é operada, [...] , pela mudança das circunstâncias, e não por meio de deduções teóricas” (ENGELS E MARX, 2002, p. 52).

O Espaço traz em si a dimensão e condição de superação do seu não-saber³². Enquanto um “intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação”(LEFEBVRE, 2008, p. 44) o espaço “é um instrumento político intencionalmente manipulado” onde se busca a coesão e coerência para manter a reprodução da sociedade desigual, mas esta regulação pretendida não é conseguida.

Enquanto mediação, um tal espaço instrumental permite tanto impor uma certa coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva). Aqui, os termos “coesão” e “coerência” significam *regulação* buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida (LEFEBVRE, 2008, p. 45).

³² De acordo com José de Souza Martins (2011a), “ a modernidade anuncia o possível, embora não o realize. A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar” (p. 19), sendo assim, pelo que Mészáros diz ser uma falha metabólica da sociedade do capital entre a produção e o consumo (onde os trabalhadores produzem absurdamente e não têm a possibilidade de consumir), se estabelece o conflito, pelo acirramento da contradição, e a busca pela superação do modo de produção. Portanto, é por não garantir direitos essenciais ao homem, diante de tamanho desenvolvimento das forças produtivas, que a modernidade do capital produz o Espaço que objetiva o novo, que é negado a grande parte da população trabalhadora e desempregada. Por isso, a modernidade “é, nesse sentido, também a consciência crítica do moderno, isto é, a recusa da transitoriedade e da impotência que ele implica. A modernidade só o é na perspectiva da História e da historicidade do homem; na perspectiva da certeza, e não da incerteza, de que a vida e a práxis conduzem à constituição do humano, à humanização do homem, e não simplesmente e permanentemente à sua coisificação” (MARTINS, 2011a, p. 20).

Fundamentada sob irreconciliáveis desejos das classes sociais antagônicas, que objetivam realização destes desejos, o poder impetrado pelos aparelhos do Estado na busca de corpos dóceis submissos aos ditames do capital, não têm como perdurar por longo tempo sem aflorar as contradições, sem ocorrer conflitos entre o trabalho e as personificações do capital. Somente a classe trabalhadora tem a condição de fazer frente ao capital, por ser a que sofre a precarização da condição de existência, reprodução da vida. Isso se torna ainda mais necessário quando observamos que o espaço inteiro é, hoje, de domínio do capital e da classe detentora do poder. O espaço satisfaz, em sua totalidade, aos anseios de valorização do capital, já que “o espaço não seria uma representação inocente, mas veicularia as normas e os valores da sociedade burguesa e, de início, o valor de troca e a mercadoria, isto é, o fetichismo” (LEFEBVRE, 2008, p. 47).

De acordo com Lefebvre (2008), compreendemos que, com sua quarta hipótese, “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (p. 48) não somente à produção de objetos (mercadorias) e ao consumo destas. Portanto, a análise lefebvriana do espaço considera a relação de produção e a reprodução das relações sociais, que sob o modo de produção dividido em classes caracteriza-se por ser um espaço “conjunto-disjunto”, onde integra para desintegrar e inclui para excluir. Hipótese esta vinculada ao esquema tripartite marxiano, no qual o salário, lucro (juro do capital) e a renda fundiária não são apreendidos enquanto partes da divisão da totalidade do trabalho (valor), mas com existência em si mesmo. Apreensão do real que a ideologia (e a falsa consciência) imposta pela classe dominante turva de ser apreendida que é o trabalho que cria o valor, a mais-valia, o próprio poder que o subjuga. Com base em Lefebvre:

Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

O capital apropria-se de espaços e temporalidades que divergem da lógica perversa da exploração do trabalho, mas que, no entanto, contribuem à sua

valorização³³. É o que ocorre com a classe dos produtores camponeses, que mesmo sob organização do trabalho produtivo distinta da ordem do capital e possuidora dos meios de produção objetivando a realização (reprodução) da família, a sociedade do capital os insere em sua lógica, integra-os pela monopolização do território, pela necessidade de consumo de mercadorias industrializadas ou empréstimos financeiros. De acordo com Martins:

Essa é a forma que a modernidade assume para essas populações de integração menos provável no mundo moderno. Está na verdade tornando viável o capitalismo para populações que até mesmo o pensamento de esquerda sempre condenou ao desaparecimento e à inviabilidade histórica. No fundo, elas estão ampliando significativamente o território da modernidade e do capitalismo que a sustenta e justifica. (MARTINS, 2011a, p. 40).

Conforme o referido autor, essa simbiose entre o moderno e o tradicional, onde a questão fundiária, particularmente o latifúndio e a tendência à concentração da terra no país, é o que continua a reger os fundamentos da política brasileira. Essa característica do desenvolvimento histórico do Brasil não só deu origem a instituições políticas criando no país “um tipo de mentalidade que domina os valores e domina as condutas, sobretudo a política (p. 8), mas deu características peculiares à forma que a sociedade capitalista desenvolveu-se no país:

O latifúndio aqui se modernizou e aqui não se divorciou dos grandes avanços da ciência e da tecnologia, nem se refugiou em valores antimodernos de uma tradição feudal que não tivemos. Inseminou uma lógica na dinâmica da sociedade brasileira e condicionou nosso desenvolvimento histórico aos seus requisitos de permanência e multiplicação. No rentismo irracional, decorrente do primado histórico do seu lugar na realidade do país, tornou-se mediação relevante do processo do capital entre nós, o que gerou um modelo de capitalismo, econômica e politicamente, discrepante do modelo teórico de referência das análises ao capitalismo relativas e das ações a ele correspondentes. Discrepante até mesmo do modelo pressuposto nas análises de Marx. (MARTINS, 2011b, p. 13).

³³ De acordo com José de Souza Martins (2011a), compreendemos que a espacialização da sociedade do capital é a instauração de um cotidiano que já não é reconhecido por quem o produz. No entanto, com base no autor esta cotidianidade se, por um lado possibilita o desenvolvimento expandido do capital, com crescente desrealização (alienação) dos trabalhadores que produzem a riqueza, por outro possibilita a transcendência (superação) desta auto-alienação. Segundo o autor: “para a burguesia (e sua consciência privada) o cotidiano é irrelevante. Para os que se inquietam com os bloqueios das promessas da História, da redenção do Homem, da constituição da universalidade do homem, o cotidiano é relevante, pois é fonte desse bloqueio e lugar da busca das possibilidades da História”. (p. 94)

O latifúndio não permite transformações qualitativas econômica e politicamente no país. A irracionalidade que permeia o latifúndio trouxe graves consequências a nossa sociedade: entre as quais está o rentismo parasitário do latifúndio empresarial protegido/sob tutela do Estado, mas também, “em consequência de sua contrapartida no autoritarismo popular e antidemocrático”. A contradição de nosso desenvolvimento histórico marcado pelo latifúndio e pelos interesses daqueles que controlam a terra, nos persegue. Ainda de acordo com o referido autor:

É impossível entender o Brasil tradicional, o Brasil moderno e já nesta altura o Brasil pós-moderno, sem levar em conta esta tensa combinação de moderno e tradicional que freia nosso desenvolvimento social e político e que se renova a cada momento. Somos, estruturalmente, uma *sociedade de história lenta*, um conjunto de relações socialmente arcaicas mediatizando, viabilizando e, ao mesmo tempo tolhendo e limitando o desenvolvimento econômico, social e político, ralentando-lhe o ritmo e cobrando-lhe tributos, às vezes definidos como corrupção. É o Brasil moderno pagando propina ao Brasil arcaico para se viabilizar e na mediação dessa promiscuidade definindo-se na singularidade que lhe é própria, a singularidade de um país que não fez propriamente revoluções históricas, senão pela metade e inconclusas³⁴. (MARTINS, 2011b, p. 8)

É através da espacialização das relações sociais de produção e troca sob o domínio do capital que o cotidiano do mundo rural será apropriado pela lógica da realização lucro e apropriação da renda da terra. Lógica que difunde novos valores no campo, como o consumo de bens modernos (numa sociedade que Martins classifica de modernidade anômala e postiça, por mesclar relações de produção não-capitalista – como o é a camponesa – com signos da modernidade) para extrair riqueza. Aqui no Brasil, de acordo com Martins (2011a), “a chamada acumulação primitiva de capital na periferia do mundo capitalista, não é um momento precedente do capitalismo mas é contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita” (p. 31), desta maneira, na simbiose entre o moderno e o tradicional, o que é propriamente moderno desenvolve-se, valoriza-se, expropria.

³⁴ Todavia, segundo o referido autor (2011a, p. 107): “A contemporaneidade da superfície não corresponde às idades que coexistem e se negam reciprocamente, na recíproca necessidade. É dessa tensão que nasce a possibilidade da práxis revolucionária ou a dimensão revolucionária da práxis. Práxis que se funda no resgate e na unificação política dos resíduos – concepções e relações residuais que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas [...] Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser”.

Para tanto, o fetiche desempenhado pela mercadoria é necessário para absorver e apropriar-se do território, é a mercadoria que abre os caminhos à espacialização do capital. Por exemplo, no campo (entre produtores camponeses), é a necessidade de mercadorias para garantir a sobrevivência familiar que impulsiona o campesinato a integrar-se à indústria, ao mercado, o que acarreta na monopolização do território. O campesinato entra numa lógica cíclica de ter que plantar para consumir (mesmo que seja o essencial) e, pela desvalorização de seus produtos primários e valorização dos produtos industrializados que consomem a necessidade do dinheiro intensifica-se, acarretando transformações qualitativas na unidade familiar de produção.

Neste sentido, é o poder desempenhado pela mercadoria na sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) que leva os signos da modernidade aos mais distantes rincões. Apropria-se do território provocando transformações nas relações sociais tradicionais, um “moderno capturado pela mentalidade tradicional na trama de relações sociais que não se modernizam além de certo ponto” (MARTINS, 2011a, p. 30). Processos que objetivam a apropriação do valor e realização do lucro, criando novos desejos de consumo numa parcela da população que vai sendo inserida na lógica do consumo da reprodução ampliada do capital que, sem ser trabalhadores assalariados tornam-se consumidores (usuários) de produtos industrializados em escala sempre mais ampla: o rádio, o televisor e a parabólica; o aparelho de DVD, a motocicleta e o celular são produtos que estão presentes na maioria das casas visitadas; sem contar o fogão e a geladeira.

É evidente que esse mundo sofre contaminações variáveis da economia de mercado, não só pela comercialização dos excedentes da subsistência, mas também pela compra de artigos complementares da subsistência (tecido, querosene para iluminação, alguns alimentos, remédios, etc), possível também graças aos rendimentos monetários, ainda que reduzidos, dos produtos especificamente destinados ao comércio. (MARTINS, 2011a, p. 32).

Nesta direção, o mundo (do capital) domina o campo, o cotidiano do campo é apropriado pela lógica da modernidade, mescla-se com esta lógica que o absorve. As relações tradicionais: familísticas, parentesco, compadrio e vizinhança são observadas, mas transformações significativas ocorrem no cotidiano sob o signo do espetáculo (a motocicleta acelera o ritmo dos contatos com o mundo do capital). Para tanto, a ideologia do Estado imperialista é essencial à apropriação pelo capital do cotidiano do

campo. Neste sentido “para o vaivém escalar do capital, O Estado se coloca de forma vital”. (DUTRA JUNIOR, 2008, p. 27). Entretanto, se os signos da modernidade têm de chegar ao campo para garantir a acumulação do capital, chegam também as contradições e conflituosidade intrínsecas à ordem sociometabólica do capital.

É preciso considerar que mesmo mediante as investidas do capital no sentido de suprimir a luta de classes, esta continua em curso e se expressa em diversos territórios como produto contraditório desse modo de produção. Formas de resistência das classes subordinadas estão se concretizando nos mais diversos países do mundo, inclusive na América Latina, onde pode-se destacar a luta dos cocaleiros na Bolívia; dos indígenas camponeses no Peru, Equador, Uruguai, Paraguai e outros países latinos; na luta dos camponeses em Chiapas, no México; dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil; dos movimentos reivindicatórios populares na Argentina, com destaque ao ocorrido em 2001, entre outros exemplos que mostram o outro lado do movimento da história, a luta de classes, cuja expressão demonstra, muitas vezes, a necessidade de sobrevivência de povos e nações inteiras frente ao esmagamento e à desumanidade dos projetos do capital. (SOUZA, 2008, p. 89)

Portanto, no campo acirram-se as contradições levadas pela ordem do capital, particularmente a partir de projetos que almejam a territorialização do capital ou a monopolização do território para sujeitar a renda da terra (através dos discursos que dão ênfase à propagação do agronegócio, da agroindústria, dos discursos da pluriatividade).

A forma de realização da renda da terra na análise marxiana pressupõe uma racionalidade econômica capitalista para sua materialização (apesar da existência da renda da terra em formas pré-capitalistas). Foi sob um modo de produção específico que Marx analisou a forma de realização da renda da terra na busca da compreensão do avanço do capital na agricultura. Avanço que tem a finalidade de obter um *lucro extraordinário* com o investimento do capital na agricultura, um lucro para-além da taxa do lucro médio que o capital investido na agricultura possibilita. Assim sendo, a lógica que rege e justifica o avanço do capital na agricultura é a lógica da acumulação do mais-valia através da exploração do trabalho alheio (no caso da renda da terra um tributo pago por toda a sociedade aos proprietários de terra, portanto não só a partir da exploração direta do trabalhador assalariado na agricultura a terra proporciona riqueza na forma mais-valia. Se para Marx a renda da terra é mais-valia é porque o pagamento feito pelo capitalista aos proprietários fundiários para utilizar a terra – a renda – é fruto do trabalho anteriormente explorado). Entretanto, verificamos que não é somente a

racionalidade da produção capitalista e sua lógica da acumulação da riqueza que rege toda a produção no campo.

Na análise da sujeição da renda da terra e da lógica que rege a unidade de produção camponesa um número é extremamente revelador: 99% das unidades entrevistadas informaram que não calculam quanto ganha após a colheita, e destas, 96% dos produtores entrevistados informaram que não calculam o que gastam na produção agrícola. Esses dados mostram que não é a racionalidade de um empreendimento capitalista que determina a produção camponesa. Desta forma, podemos compreender que a renda na unidade produtiva camponesa é uma abstração teórica, pois se a renda é calculada a partir do cálculo dos custos de produção, realização de taxa de lucro médio mais o lucro suplementar, essas são categorias econômicas que inexistem para os produtores camponeses.

Para os camponeses, é a lógica da reprodução da vida o determinante da produção. Mas, se é difícil estabelecer com exatidão a taxa de renda diferencial de uma unidade camponesa, a renda absoluta existe – pelo simples fato de ter a propriedade privada de uma parcela de terra. Somente através da existência da propriedade privada da terra, com o direito do proprietário receber renda por essa propriedade, é que podemos falar em sujeição da renda da terra camponesa, mas não renda no sentido restrito de um estabelecimento capitalista. Não é possível definir o que é lucro suplementar ou lucro médio em uma unidade de produção camponesa. Para os camponeses, estarem vivos e trabalhando na terra da família é a única materialização de que tiveram “lucro” na safra anterior. Sabendo que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio, o capital encontra um setor produtivo extremamente proporcionador de renda, pois o limite da sobrevivência é variável e historicamente determinado, assim o produto que pode se tornar excedente (apropriado como renda) é variável.

Aplicar o cálculo capitalista do lucro à unidade de produção camponesa não foi o objetivo deste trabalho, o que é impossível de acordo com Chayanov (1981) e com a realidade encontrada. Buscar compreender essa economia através da racionalidade da maximização do lucro sobre extração do trabalho alheio não é aplicável a esta organização produtiva familiar, categorias que cabem à economia capitalista – lucro, salário, juro do capital – não são observadas na unidade de produção familiar, “as

peculiaridades estruturais da exploração familiar camponesa abandonam a conduta ditada pela fórmula costumeira de cálculo capitalista de lucro” (CHAYANOV,1981, p. 140), todavia, compreendemos que ao produzir para a indústria a unidade familiar vê-se tomada pelo caráter quantitativo em sua produção, o mesmo caráter que subverte a qualidade do valor-de-uso em detrimento da quantidade que o valor-de-troca necessita para a realização da mais-valia. As forças do mercado capitalista (auto-expansivo e contraditório) subvertem o caráter qualitativo que é dominante numa “economia natural”. O avanço do capitalismo no campo faz com que o sentido da produção camponesa, a satisfação das necessidades familiares, perpassem pela troca, pelo mercado, assim a monetarização do campesinato torna-se uma consequência desse processo. Dependendo cada vez mais de ir ao mercado para satisfazer as necessidades da família, o caráter quantitativo torna-se dominante (valor-de-uso subordinado pelo valor-de-troca).

Seja cultivando produtos alimentícios, como o feijão, o milho e a mandioca; seja cultivando produtos para atender diretamente a indústria como a laranja, maracujá, fumo ou abacaxi; ou ainda, cultivando *commodities* para a produção de biocombustível: cana-de-açúcar, soja, girassol ou mamona, como nos mostra Paulino e Almeida (2010), quando são produzidos em pequenas unidades camponesas provoca grandes transformações na unidade de produção familiar, na sociabilidade de seus sujeitos, na divisão do trabalho familiar. A unidade de produção camponesa, faz algumas décadas, tinha o ciclo produção-circulação controlado pelos produtores imediatos, estes vendiam sua produção na feira e ali mesmo consumiam outros produtos. O vendedor de feijão e arroz da feira é, hoje, um comerciante especializado. O fumo em corda, por exemplo, pouco se vê ser vendido nas barracas, os cigarros finos tomaram seu lugar. Sujeitos trabalhadores do campo e da cidade são inseridos no metabolismo social do capital diante da perda de sua autonomia e da precarização das condições de vida – pela sujeição da renda da terra com a monopolização do território pelo capital com a integração da unidade de produção à agroindústria ou pela exploração do trabalho alienado sujeitos à extração da mais-valia absoluta e relativa.

Na dialética contraditória da sociedade sob os imperativos do capital, podemos dizer que a exploração do camponês, com a sujeição da renda da terra, é o que determina a condição de ser e permanecer camponês. Se assim não o fosse, haveria a

possibilidade de uma transformação do campesinato provocada pelo entesouramento. O entesouramento, fruto de uma maior apropriação por parte do produtor camponês de renda da terra produzida pelos membros da unidade produtiva, provoca transformações qualitativas na sociabilidade do camponês. A possibilidade de entesourar dinheiro transforma a unidade produtiva, não que os transforme em agricultores capitalistas que exploram o trabalho alheio, mas em agricultores que o fetiche do consumo de mercadorias é exacerbado: agricultores que priorizam os cultivos que atendem diretamente o mercado e que já não plantam cultivos alimentícios. Apesar desta subversão que o entesouramento provoca no caráter da produção camponesa concordamos:

Os camponeses nessas circunstâncias nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo. Difere até mesmo a etnografia do cenário, isto é, aquilo que faz a análise social verdadeiramente relevante. (SHANIN, 1980, p. 57)

De acordo com Oliveira (2007), o camponês inserido na lógica da acumulação do capital, através da capitalização da renda da terra camponesa com a produção de mercadorias, ultra-especializado e com invejável capacidade produtiva, é produto do capitalismo (assim como o é o latifúndio). Mecanismos de sujeição da renda da terra que monopoliza a terra do campesinato, mas que não o classifica, enquanto um assalariado disfarçado ou um trabalhador a domicílio é quem possibilita a reprodução camponesa, mesmo com todas as implicações que venham a cair sobre as unidades produtivas camponesas. De acordo com Oliveira:

Trata-se, isto sim, de um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra. Depois, com o aumento da produtividade do trabalho camponês, esse processo procura, de um lado, continuar a reduzir os preços dos produtos agrícolas (uma vez que os preços crescentes do arrendamento, da terra e dos diversos meios de produção na agricultura têm criado problemas para o agricultor capitalista) e, de outro lado, aumentar a massa geral da produção de alimentos, sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

A unidade camponesa de produção permanece existindo mesmo com o domínio e universalidade do modo de produção capitalista. É uma realidade do campo, particularmente no município de Riachão do Dantas, pequenas propriedades familiares

que produzem alimentos para atender as necessidades diretas dos produtores e atender diretamente o mercado. Através das mediações para a reprodução da unidade familiar ocorrem dialética e contraditoriamente processos no âmbito do desenvolvimento social que levam ao desaparecimento assim como a reprodução da unidade familiar. Não há um padrão pré-estabelecido, nem teórico nem observado praticamente, para o desenvolvimento futuro da unidade camponesa sob o capitalismo. Uma possibilidade que pode ser arriscada para a análise da agricultura camponesa é que o capital, através de variados mecanismos, utilizados por inúmeras personificações, mantém o campesinato sob seu controle. Conseguindo, assim extrair riqueza (renda) de produtores que pressupõem estarem livres das amarras jurídicas e institucionais do capital. Verificamos que forças contrárias ao desenvolvimento autônomo do campesinato, o que repercutiria no fortalecimento das unidades familiares e para a produção de alimentos, unem-se. Fortalecem a agricultura camponesa pela inserção da unidade produtiva na lógica da valorização do capital, o que representa maior dependência ao mercado e sujeição da renda da terra.

Todavia, inúmeras possibilidades para garantir a reprodução da vida são observadas: o cálculo para manter-se na terra leva em consideração as condições materiais objetivas sob domínio de cada unidade produtiva. A área da unidade de produção e a quantidade de força de trabalho são determinantes na forma como se desenvolve e garantem a sobrevivência da unidade camponesa. São esses dois fatores que determinam o que plantar: médios proprietários cultivam prioritariamente para atender ao mercado, satisfazem suas necessidades majoritariamente através de mediações com o mercado. Entre esses produtores é mais comum o cultivo de laranja e abacaxi. Já para os pequenos proprietários com número satisfatório de força de trabalho na família cultivam para atender ao mercado, mas também cultivam alimentos, ou seja, a satisfação das necessidades não ocorre totalmente dependente do mercado. Assim, podemos observar que a maneira como a unidade camponesa se relaciona com o mundo exterior (com as mediações do capital: troca, dinheiro e sistema financeiro), é determinada pelas condições materiais de produção. Dessa forma, o camponês tradicional e com os traços característicos é mais comum entre os pequenos proprietários, pois entre os médios produtores constatamos os fetiches do mercado (a ideologia do consumo, o que também ocorre entre os pequenos produtores) dominando seu cotidiano.

Para os jovens, o desejo de permanecer trabalhando na terra tem sido uma realidade cada vez mais distante. Para esses, as necessidades criadas pela ideologia do consumo têm se tornado um atrativo e fuga ao trabalho na terra (que a propaganda midiática põe enquanto um fardo pesado e desvalorizado da agricultura). Diante de variados mecanismos que apropriam da renda camponesa, os jovens têm sido forçosamente levados a abandonar a unidade camponesa. Mobilidade de trabalho que repercute na quantidade de força de trabalho dentro da unidade camponesa. Assim, a unidade camponesa de produção possui dois caminhos trilhados nos interstícios de um modo de produção que é dominante e lhes oprime: a direção da sua negação/destruição e a direção de sua afirmação/resistência no seio de um modo de produção que, contraditoriamente, nega e possibilita a produção camponesa.

A necessidade de reproduzir-se através das mediações de segunda ordem faz do produtor camponês um transferidor de riqueza às personificações do capital. Transfere renda a partir das relações de troca que estabelece com a sociedade moderna capitalista. Ao submeter e subverter o valor-de-uso, produto do trabalho camponês, em valor-de-troca as possibilidades de apropriação da renda estão dadas. É a mercadorização de tudo que permite ao capital capitalizar aquilo que não veio ao mundo para o ser – o produto (e a renda) do trabalho camponês. Assim, o campesinato só existe através da luta contra e pelo intermédio do capital – sua existência é condicionada e determinada pelo modo de produção que lhe nega viver autonomamente (o ser e o não-ser).

É no interior desta contradição que se (des)envolve a unidade de produção camponesa: as mesmas relações sociais que são condição para a apropriação da renda da terra é o que possibilita a manutenção da propriedade familiar. Se a indústria e o atravessador constituem-se nos principais meios de apropriação da renda camponesa, são eles que se constituem nos principais compradores da produção camponesa, garantindo a satisfação das necessidades da família. Inserido na lógica capitalista, o que “destrói”, o campesinato também possibilita a (re)criação da unidade familiar de produção. A universalidade do capital permite a acumulação da riqueza através da exploração do trabalho assalariado e dos camponeses que, envolvidos no metabolismo do capital, veem-se forçados a produzir (in)diretamente para o capital. A universalidade ainda acarreta na territorialização do capital na agricultura ou ainda forçando a

mobilidade do trabalho do campo para a cidade. O desenvolvimento da sociedade sob os imperativos do capital tem, até o momento atual, resguardado aos produtores camponeses proprietários de terra a ser “sujeitos assujeitados ao capital” (CONCEIÇÃO, 2007), sujeitando a renda da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e afirmação do trabalho**, São Paulo: Boitempo, ed. 1ª, 1999.

_____. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, co-editores; [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães] – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARA, Mamadou. **A Inserção Diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira**. Mamadou Camara e Pierre Salama In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequência* (Org.) François Chesnais. (p. 199-222). São Paulo: Boitempo, 2005.

CARCANHOLO, Dias Marcelo; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **As aventuras de Karl Marx contra a pulverização pós-moderna das resistências ao capital**. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, nº 13, p. 74-91, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Geografia Brasileira, Hoje: Algumas Reflexões**. In: *Revista Terra Livre: São Paulo*. Ano 18, vol. I, n. 18 p. 161-178 JAN-JUN/2002.

_____. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. In: *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 03, número 05, 2004.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas**. In: SILVA, José G.; STOLKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. Tradução Edgard Afonso Malagodi e outros. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. François Chesnais (org.); Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatami. – São Paulo: Boitempo, 2005.

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz. **A Genealogia do Debate: Lênin e Chayanov**. In: *A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 1991.

_____. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável.** In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol. 02, nº 02, 2004, pp. 79-91.

_____. **A Geografia do espaço da miséria.** In: Scientiaplena, Vol. 1, Nº 6 páginas: 166 a 170, 2005.

_____. **O Agronegócio: o velho/novo Modelo Colonial de Exploração do Trabalho** in: Informativo da AGB/Seção Aracaju, Ano III, março 2006, n.01, p.1 e 2.

_____. **Jovens andarilhos do ciclo do capital.** In: Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 77-100, 2007.

_____. **Na Tessitura de uma Outra Geografia: Milton Santos, Um Revolucionário do e no Tempo-Espaço.** In: Milton Santos: O Homem e sua Obra. Maria Auxiliadora da Silva (Org.). Salvador:EDUFBA, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe.** In: Revista Geonordeste, Ano XXII, nº 2, p: 01 a 16, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS OLIVEIRA, Vanessa. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2007.

_____. **Os Sujeitos Sujeitados ao Movimento do Capital: A Superexploração do Trabalho Camponês na Produção de Fumo.** In: Anais do X Encontro Regional de Estudos Geográficos: Políticas de (Dê)senvolvimento da/na RIGIÃO NORDESTE: Uma Leitura crítica geográfica, 2009.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **A Funcionalidade do Estado no Processo de Subsunção do Trabalho Camponês ao Capital: Reflexões Teóricas.** In: Revista OKARA: Geografia em debate, v. 2, n. 1, p. 12-37, 2008. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo.** Tradução de Maria Lúcia Oliveira – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENRIQUEZ, Eugène. **O Outro, Semelhante ou Inimigo?** In: Civilização e Barbárie. Organizado por Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **A Ideologia Alemã. 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach.** / Karl Marx e Friedrich Engels. Tradução: Silvio Donizete chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Friedrich Engels/Tradução de Leandro Konder – 17ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FABRINI, João Edmilson. **Os Camponeses e a práxis da produção coletiva.** João Edmilson Fabrini, Valeria de Marcos. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** John Bellamy Foster. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O Novo Imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves – 3ª Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **A Condição Pós-Moderna.** 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

LACOSTE, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e Cidadãos.** In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 77-92, 2006

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança / Josefa Bispo de Lisboa.** – São Cristóvão, 2007a.

LISBOA, Josefa Bispo de. **Desenvolvimento Local como Simulacro do Envolvimento: O novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital.** Josefa Bispo Lisboa & Alexandrina Luz Conceição. In: Revista Terra Livre: Presidente Prudente. Ano 23, v. 2, n. 29. p. 115-132. Ago-Dez/2007b.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução de Leila Prado 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LUXEMBURG, Rosa. **Capítulo IV: A Produção Mercantil.** In: **Introdução à Economia Política.** Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, 1969 p. 253-293.

_____. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo.** Anticrítica. Rosa Luxemburg; apresentação de Paul

Singer; Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass – 2ª Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KAYSER, Bernard. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 93-104, 2006.

KAUTSKY. Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAUTSKY. Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** / Karl Marx. Tradução Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**: livro I, Vol. 1; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. **O Capital: crítica da economia política**, livro segundo: o processo de circulação do capital, Vol. 3 ; tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. **O capital: crítica da economia política**, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, Vol. VI ; tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. **O Capital: crítica da economia política**: livro I, Vol. 2. Tradução de Reginaldo Sant'Anna – 23ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**; supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3ª Ed.: Petrópolis: VOZES, 1986.

_____. **A Sociedade Vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **O Cativo da terra**. – 8ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. **A política do Brasil: lumpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheiro e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, ed. 1ª, 2002.

_____. **O Poder da Ideologia**. István Mészáros/Tradução: Paulo Cezar Castanheiro – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx**. István Mészáros; Tradução Isa Tavares – São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: o socialismo no século XXI** / István Mészáros; tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim – São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

NEVES. Delma Pessanha. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!** In: Geografia Agrária: teoria e poder. Bernardo Mançano Fernandez, Marta Inez Medeiros Marques, Julio Cesar Suzuki (Ogs.) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**, São Paulo: Ática, ed.3ª, 1990, Série Princípios.

_____. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. In: Novos Caminhos da Geografia. Ana Fani Alessandri Carlos (Organizadora). São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: Terra Livre: São Paulo Ano 19, v.2, n. 21 p. 113-156 jul/dez de 2003.

_____. **Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI**. In: O Campo no Século XXI: território de vida e de construção da justiça social; Orgs: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiro Marques. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra p. 29-70, 2004.

_____. **Agricultura Brasileira: Transformações Recentes**. In: Geografia do Brasil. Jurandyr L. Sanches Ross (Org.). 5ª Ed. ver. e amp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, v. 1, nº 1, Ano 1, Novembro de 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Territórios em Disputa e Agricultura**. In: Campesinato e Territórios em Disputa/ Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (Organizadores) – 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. Eliane Tomiase Paulino, Rosimeire Aparecida de Almeida. 1ª ed – São Paulo, Expressão Popular, 2010.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROCHA, Rosângela Resende. **As Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional no Baixo Cotinguiba**. Dissertação de Mestrado, (Núcleo de Pós-Graduação em Geografia). São Cristóvão – SE: UFS, 2007.

SAUVIAT, Catherine. **Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário**. In: A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequência (Org.) François Chesnais. (p. 109-132). São Paulo: Boitempo, 2005.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações: O velho e o novo em uma discussão marxista**. In: Cadernos Cebrap, São Paulo, 1980, p. 43-79.

_____. **Lições Camponesas**. In: Campesinato e Territórios em Disputa/ Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (Organizadores) – 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia**. Tese de Doutorado em Geografia – São Cristóvão, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia. 2005 (s/p)**

THOMAZ, JÚNIOR, Antonio. **O Metabolismo do Capital no Campo, em São Paulo: Fragmentação e Alienação do Trabalho**. In: Desafios do Trabalho – Capital e Luta de Classes. Org. Roberto Leme Batista e Renan Araújo. Londrina: Praxis; Maringá: Massoni, 2003.

_____. **Se Camponês, se Operário! Limites e Perspectivas para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil**. In: Geografia e Trabalho no Século XXI: Volume 2. Antonio Thomaz Júnior, Marcelo Dornelis Carvalhal, Terezinha Brumatti Carvalhal (Orgs.). Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2006a.

Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar
(em questão a classe trabalhadora e luta de classes no Brasil. In:
http://www4.fct.unesp.br/ceget/Pegada7n2_2006b.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa.** Tradução de Diego de Siqueira. São Paulo: Sundermann, 2007.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISA DE CAMPO**

Titulo da Dissertação: **A Sujeição da Renda da Terra**
Mestranda: **Manoel Pedro de Oliveira Junior**
Orientação: **Profª. Dra. Alexandrina Luz Conceição**

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

Data: ____/____/____ **LOCALIDADE:** _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ anos Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: _____

1 – Da terra que trabalha é:

() Proprietário;

() Posseiro;

() Arrendatário Qual a área _____ e o valor do
Arrendamento? _____

() Adquirida através de programas de assentamento e/ou reforma agrária;

1.1- Qual a área da terra que trabalha?

Em Tarefas: _____

2- Na terra que trabalha:

() Trabalha sozinho;

() Trabalha com a ajuda da família;

() Contrata trabalhadores para ajudar.

2.1 Se ocorrer contratação de trabalhadores:

() Contrato Temporário () Contrato Permanente

Quantos Contratados? _____

2.2 Qual o valor pago? _____ () Diária () Semanal () Mensal

3- Na terra em que trabalha cultiva:

- Somente cultivos alimentícios para a família;
- Somente cultivos alimentícios para a família e o excedente (o que sobra) vende;
- Somente cultivos para atender o mercado (indústria, supermercados)
- Parte da terra com cultivos para alimentar a família e parte da terra para atender o mercado.

4- Sempre plantaram para atender o mercado:

- Sim; Não.

4.2- Por que iniciaram o plantio para atender o mercado?

5- Quais os cultivos eram plantados na terra:

- Feijão; Milho; Mandioca; Laranja; Abacaxi;
- Fumo; Pimenta para a indústria ; Maracujá; Limão;
- Fava; Macaxeira; Inhame; Outros.

6- Quais os cultivos são plantados na terra atualmente:

- Feijão; Milho; Mandioca; Laranja; Abacaxi;
- Fumo; Pimenta para a indústria ; Maracujá; Limão;
- Fava; Macaxeira; Inhame; Outros.

6.1- Qual o meio e quem leva a produção ao seu destino final?

O Fumo: Repassa a atravessador Vende diretamente na feira leva direto na indústria

A Mandioca: Vende a tonelada Faz a farinha e vende Vende uma parte e fica com a outra

O Feijão: Consome toda a produção Vende uma parte e outra é consumida pela família

O Milho: Consome toda a produção Vende uma parte e outra é consumida pela família

Macaxeira: Consome toda a produção Vende uma parte e outra é consumida pela família

O Abacaxi: () Repassa a atravessador () Vende diretamente na feira () leva direto na indústria

7- Nos cultivos realizados atualmente calcula quanto gasta para obter a produção:

() Sim () Não Qual o custo da produção?

8- Nos cultivos realizados atualmente calcula quanto ganha após vender a produção:

() Sim () Não Qual o valor que restou após vender a produção?

9- Para obter a produção utiliza adubos:

() Sim () Não Qual(is) e o total do custo_____

10- Para obter a produção utiliza agrotóxico:

() Sim () Não Qual(is) e o total do custo_____

11- Para obter a produção utiliza máquinas (Trator):

() Sim () Não Qual(is) e o total do custo_____

11.1 – A(s) máquina(s) utilizada(s) é (são):

() Própria; () Alugada; () Empréstadas; () De uso coletivo

12- Para obter a produção recorreu a empréstimos:

() Sim () Não Qual o Valor:_____

() De Financiamentos Bancários () Outros Financiamentos

12.1- Qual o programa ou linha de crédito que obteve empréstimo:

() PRONAF () FUNDO DE AVAL

12.2 Sabe quanto pagou com juros e outras taxas pelo serviço:

() Sim () Não Qual o Valor:_____

13- O que ganha com o cultivo da terra da para o sustento da família?

Sim Não

13.1- Precisa completar a renda da família com outras fontes de renda?

Sim

Não

Com aposentadoria própria
família

Com aposentadoria de outro(s) membros da

Trabalho em outras propriedades

Trabalho em outro setor na cidade

Com Bolsa-Família

Com Bolsa-Escola

Com o trabalho da(o) Esposa(o) na agricultura Com o trabalho da(o) Esposa (o) na cidade

13.2- Têm filhos trabalhando fora da agricultura?

Sim Não

Quantos: _____

13.3 – Eles ajudam no sustento da família?

Sim Não

14 – Recebe alguma orientação ou incentivo do Governo para ajudar nos cultivos:

Sim Não

Federal;

Estadual;

Municipal.

14.1- Qual o programa de incentivo ou orientação oferecido pelo poder público:

15 – Recebe alguma orientação ou incentivo de Empresa Privada para ajudar nos cultivos:

Sim Não

15.1- Qual o programa de incentivo ou orientação oferecido pela Empresa Privada:

OBSERVAÇÕES: _____
